ANAIS DA III JORNADA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO - 2020:
EMERGÊNCIAS E PRODUÇÃO CIENTÍFICA DO SUL GLOBAL

III JORNADA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM ARQUITETURA E URBANISMO PUC CAMPINAS

31 de agosto e 01 de setembro de 2020

REALIZAÇÃO
PUC CAMPINAS | CEATEC | POSURB-ARQ

ANAIS DA III JORNADA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO - 2020: EMERGÊNCIAS E PRODUÇÃO CIENTÍFICA DO SUL GLOBAL

ORGANIZAÇÃO:

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO (POSURB-ARQ)

NÚCLEO DE APOIO AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO (NAU)

APOIO:

CNPq
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CAPES

FAPESP

REALIZAÇÃO
PUC CAMPINAS | CEATEC | POSURB-ARQ

Os conteúdos dos artigos publicados nestes anais são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.

ISSN: XXXXXXXXX

FICHA CATALOGRÁFICA

Apresentação

É com grande satisfação que apresento os Anais da III Jornada de Pesquisa do POSURB-ARQ.

A I Jornada foi denominada "JORNADA DE PÓS-GRADUAÇÃO POSURB-ARQ & CAPES/MES/CUBA" e teve como objetivo apresentar os resultados da pesquisa intitulada "Cidade, habitação e patrimônio. Experiências compartilhadas entre as cidades Campinas (São Paulo) e Santiago de Cuba", desenvolvida com apoio da CAPES de 2014 a 2018, sob a coordenação da profa. dra. Maria Cristina da Silva Schicchi da PUC-Campinas e da profa. Dra. Milene Soto Suárez da Universidad de Oriente, de Cuba. Nesta oportunidade também foram apresentadas e debatidas pesquisas em andamento dos alunos do POSURB-ARQ, a partir de artigos selecionados por avaliação cega por pares.

Em 2019 a II Jornada teve como tema nas mesas da manhã LINHAS DE PESQUISA EM ARQUITETURA E URBANISMO: CONCEPÇÃO E IDENTIDADE DOS PROGRAMAS, com o diálogo entre nossos docentes e coordenadores e professores de Programas voltados à Arquitetura, Urbanismo e Território de outras instituições, mantendo-se as tardes para apresentação das pesquisas selecionadas de alunos.

Em 2020, no contexto da pandemia da Covid-19, que expôs à população mundial a crise humanitária principalmente nas cidades e suas condições físicas e operacionais de isolamento e limpeza pública e pessoal nas cidades, escolheu-se o tema PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO: EMERGÊNCIAS E PRODUÇÃO CIENTÍFICA DO SUL GLOBAL. A internacionalização almejada pela política de Pós-graduação no nosso Programa foca agora na formação de um Centro de Estudos Urbanos Latino-americanos, com ampliação das colaborações Sul-Sul e vê-se frente a dificuldades de mobilidade física, mas a intensificação da troca de informações e de pesquisas colaborativas, sobre saúde, doença e espaço construído usado, vivido nas práticas da solidariedade.

Dia 8 agosto de 2020 o Brasil alcançou a triste marca de 100 mil pessoas mortas pela COVID 19. No final do mês, já eram mais de 120 mil. Em todo o mundo, mais de 840 mil vidas perdidas. Estimam-se quase 4 milhões de casos já confirmados aqui, e 25 milhões em todo o mundo (Johns Hopkins Universtiy) Os países buscam a ciência para a vacina, mas não para uma estrutura para cuidado e o apoio socioeconômico, as classes mais desfavorecidas, os

migrantes, são obrigados a ir trabalhar, principalmente do hemisfério sul e a população negra dos Estados Unidos. Já se fala em crise de moradia mesmo nas grandes cidades dos países ricos, se não houver distribuição de renda mínima.

As desigualdades socioespaciais se explicitam, trazendo aqueles desafios estruturais para o presente. Como adaptar os espaços e seus usos, como manter-se saudável, ao menos fisicamente? Os problemas crônicos explodem com as emergências e nosso desafio científico e político leva à necessidade de pensar a pesquisa para maior abrangência social, notadamente as cidades, seus centros, espaços periféricos e rurbanos nos países do hemisfério sul.

Como nas outras edições no evento anual, tivemos no período da manhã conferências e mesas para discussão do tema entre nossos docentes, no contexto dos seus grupos de pesquisa e convidados. O período da tarde reserva-se à apresentação e discussão das pesquisas em andamento nos cursos de Mestrado e Doutorado do POSURB-ARQ com docentes convidados. Nesse ano também convidamos para envio de trabalhos os alunos do Curso de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo iniciado em 2019 na UNIVAG/MT, em associação com a PUC Campinas. A III Jornada teve 150 participantes, através da Plataforma Teams e do YouTube (Transmissão do NAU- Núcleo de Apoio Discente). Os Anais contêm os resumos expandidos de oito páginas de cada trabalho.

Laura Machado de Mello Bueno
Coordenadora do curso de Pós-Graduação em
Arquitetura e Urbanismo da PUC Campinas

COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO:

Laura Machado de Mello Bueno (Coordenadora e Docente POSURB-ARQ)

COORDENAÇÃO GERAL:

Profa. Laura Machado de Mello Bueno- (Coordenadora e Docente POSURB-ARQ)

Profa. Patrícia Rodrigues Samora- (docente POSURB-ARQ);

Profa. Vera Santana Luz- (docente POSURB-ARQ);

COMISSÃO ORGANIZADORA:

Adriana Teixeira Bahia (discente POSURB-ARQ);

Altimar Cypriano (discente POSURB-ARQ);

Ana Beatris Fernandes Menegaldo (discente POSURB-ARQ);

Angélica Dayane Sena de Oliveira Lima (discente POSURB-ARQ);

Bianca Mauri (discente POSURB-ARQ);

Bianca Pacheco (discente POSURB-ARQ);

Erica Lemos Gulinelli (discente POSURB-ARQ);

Giuliana Lima Oliveira (discente POSURB-ARQ);

Gustavo de Paula Lima (discente POSURB-ARQ);

João Jaime de Carvalho Almeida Filho (discente POSURB-ARQ);

Julia Lopes da Silva (discente POSURB-ARQ);

Laura De Bona (discente POSURB-ARQ);

Lucas Nakamura (discente POSURB-ARQ);

Ludmila Raciunas (discente POSURB-ARQ);

Maria Flávia de Araújo Gottardello (discente POSURB-ARQ);

Rafael Augusto Silva Ferreira (discente POSURB-ARQ);

Reinaldo Ricarte da Silva Junior (discente POSURB-ARQ);

Taisa Cintra Dosso (discente POSURB-ARQ);

COMISSÃO CIENTÍFICA:

POSURB-ARQ PUC CAMPINAS

Profa. Dra. Ana Paula Farah (docente POSURB-ARQ);

Profa. Dra. Ivone Salgado (docente POSURB-ARQ);

Profa. Dra. Jane Victal Ferreira (docente POSURB-ARQ);

Prof. Dr. Jonathas Magalhães Pereira da Silva (docente POSURB-ARQ);

Profa. Dra. Laura Machado de Mello Bueno (Coordenadora e Docente POSURB-ARQ)

Prof. Dr. Luiz Augusto Maia Costa (docente POSURB-ARQ);

Profa. Dra. Maria Cristina da Silva Schicchi (docente POSURB-ARQ);

Prof. Dr. Manoel Lemes da Silva Neto (docente POSURB-ARQ);

Profa. Dra. Patrícia Rodrigues Samora (docente POSURB-ARQ);

Profa. Dra. Renata Baesso Pereira (docente POSURB-ARQ);

Profa. Dra. Vera Santana Luz (docente POSURB-ARQ);

Prof. Dr. Wilson Ribeiro dos Santos Junior (docente POSURB-ARQ);

UNIVAG

Prof. Dr. Angelo Palmisano (docente UNIVAG);

Prof. Dr. Antônio Busnardo Filho (docente UNIVAG);

Prof. Dr. Antônio Soukef Junior (docente UNIVAG);

Profa. Dra. Jeane Aparecida Rombi de Godoy Rosin (docente UNIVAG);

Prof. Dr. Humberto da Silva Metello (docente UNIVAG);

Profa. Dra. Lucia Helena Gaeta Aleixo; (docente UNIVAG);

Profa. Dra. Maíra Vieira Dias (docente UNIVAG);

Prof. Dr. Rodrigo Nogueira Lima (docente UNIVAG);

Profa. Dr. Rosana Lia Ravache (docente UNIVAG).

APOIO TÉCNICO:

Ana Beatris Fernandes Menegaldo (discente POSURB-ARQ);

Angélica Dayane Sena de Oliveira Lima (discente POSURB-ARQ);

Áurea Bianca Vasconcelos André (discente POSURB-ARQ);

Erica Lemos Gulinelli (discente POSURB-ARQ);

Giuliana Lima Oliveira (discente POSURB-ARQ);

Julia Lopes da Silva (discente POSURB-ARQ);

Laura De Bona (discente POSURB-ARQ);

Lucas Nakamura Cerejo (discente POSURB-ARQ);

Maria Flávia de Araújo Gottardello (discente POSURB-ARQ);

Rafael Augusto Silva Ferreira (discente POSURB-ARQ);

Reinaldo Ricarte da Silva Junior (discente POSURB-ARQ);

EDITORAÇÃO:

Ana Beatris Fernandes Menegaldo (discente POSURB-ARQ);

Ana Paula Farah (docente POSURB-ARQ);

Laura De Bona (discente POSURB-ARQ);

Laura Machado de Mello Bueno (Coordenadora e Docente POSURB-ARQ)

Lucas Nakamura Cerejo (discente POSURB-ARQ);

Maria Flávia de Araújo Gottardello (discente POSURB-ARQ);

Patrícia Rodrigues Samora (docente POSURB-ARQ);

Vera Santana Luz (docente POSURB-ARQ);

ORGANIZAÇÃO DOS TEXTOS:

Ana Beatris Fernandes Menegaldo (discente POSURB-ARQ);

Laura De Bona (discente POSURB-ARQ);

Maria Flávia de Araújo Gottardello (discente POSURB-ARQ);

Patrícia Rodrigues Samora (docente POSURB-ARQ);

Vera Santana Luz (docente POSURB-ARQ);

REVISÃO DOS TEXTOS :

Vera Santana Luz (docente POSURB-ARQ);

Maria Cristina da Silva Schicchi (docente POSURB-ARQ);

CORPO EDITORIAL:

Adriana Corsini (discente POSURB-ARQ)

Anamaria Canuto Sales de Oliveira (discente POSURB-ARQ)

Profa. Dra. Ana Paula Farah (POSURB-ARQ, PUC-Campinas)

Ana Beatris Fernandes Menegaldo (discente POSURB-ARQ)

Camila Cristina Piccoli Campoy (discente POSURB-ARQ)

Carolina dos Santos Chagas (discente POSURB-ARQ)

Laura De Bona (discente POSURB-ARQ)

Profa. Dra. Laura Machado de Mello Bueno (Coordenadora e Docente POSURB-ARQ)

Maria Flávia de Araújo Gottardello (discente POSURB-ARQ)

Lucas Nakamura Cerejo (discente POSURB-ARQ)

Prof. Dr. Wilson Ribeiro Santos Júnior (POSURB-ARQ, PUC-Campinas)

PROGRAMAÇÃO
SEGUNDA FEIRA
31 DE AGOSTO DE 2020

MANHÃ

PRIMEIRA PARTE: mediação de Patrícia Rodrigues Samora

9h00 – Abertura
Laura Machado de Mello Bueno

9h10 – Apresentação do convênio interinstitucional PUC Campinas e UNIVAG
Jeane Aparecida Rombi de Godoy Rosin (UNIVAG) e Luiz Augusto Maia Costa (PUC Campinas)

9h30 – Palestra Prof. Wilson Ribeiro dos Santos Junior

"A Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo e a Pandemia: um desafio latino-americano"

SEGUNDA PARTE: Apresentação dos grupos de pesquisa

Como os grupos de pesquisa entendem o tema: "Emergências e produção científica do Sul Global"

10h - Estudos Urbanos: Cultura e Arquitetura
Jane Victal Ferreira
Vera Santana Luz

10h10 - História das Cidades: ocupação territorial e ideários urbanos
Ivone Salgado
Jane Victal Ferreira
Luiz Augusto Maia Costa
Renata Baesso Pereira

10h20 - Requalificação Urbana
Wilson Ribeiro dos Santos Junior

10h30 - Perguntas aos componentes da mesa

INTERVALO – 10 MINUTOS

TERCEIRA PARTE: Pesquisas atuais dos docentes 2020-2023

11h – Vídeos dos professores:
Ivone Salgado
Luiz Augusto Maia Costa
Renata Baesso Pereira

11h15 – Perguntas aos docentes sobre suas pesquisas (via teams e/ou youtube)

11h30 – Vídeos dos professores:
Jane Victal Ferreira
Vera Santana Luz
Wilson Ribeiro dos Santos Junior

11h45 – Perguntas aos docentes sobre suas pesquisas (via teams e/ou youtube)

12h - Encerramento do período da manhã

PROGRAMAÇÃO
SEGUNDA FEIRA
31 DE AGOSTO DE 2020

TARDE

PRIMEIRA PARTE:
Debatedor Externo - Renata de Faria Rocha Furigo
Debatedor Interno - Jonathas Magalhães Pereira da Silva

14h – "O DIREITO À CIDADE INSURGENTE"
Bruna Pimentel Cilento e Wilson Ribeiro dos Santos Junior

14h20 – "POTENCIALIDADE DA ÁGUA DE SUB SUPERFÍCIE E DE AQUÍFEROS PERMANENTES EM ÁREAS URBANAS COM ESTUDO DE CASO NA CIDADE DE POÇOS DE CALDAS, MG"
Ericlis Pimenta Freire e Laura Machado de Mello Bueno

14h40 – "A COMUNIDADE DO CARRAPICHO: ESTUDO DE CASO DE OCUPAÇÃO EM ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE NA CIDADE DE VÁRZEA GRANDE-MT"
Geovane da Silva Moraes e Rodrigo Nogueira Lima

15h – "USO DE GEOTECNOLOGIAS NA ANÁLISE DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO EM BACIAS HIDROGRÁFICAS PARA COMPREENDER O PROCESSO DE EXPANSÃO URBANA EM BRAGANÇA PAULISTA"
Lucas Nakamura Cerejo e Laura Machado de Mello Bueno

15h20 –"EMPRESAS DE SANEAMENTO E O DÉFICIT: IMPACTOS DOS PLANOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO E DOS MODELOS DE GESTÃO EMPRESARIAL NA PERFORMANCE DOS SERVIÇOS EM ÁREAS VULNERÁVEIS EM TEMPOS DE COVID-19"
Maria Flavia de Araújo Gottardello e Patrícia Rodrigues Samora

INTERVALO – 10 MINUTOS

SEGUNDA PARTE:
Debatedor Externo: Fabrício de Francisco Linardi
Debatedor Interno: Manoel Lemes da Silva Neto

15h50 – "A COMUNIDADE DA RUA MONSENHOR RUBENS MESQUITA, SALVADOR – BA: ESTAMOS EXTINGUINDO NOSSOS ESPAÇOS SAUDÁVEIS?"
Adriana Teixeira Bahia e Luiz Augusto Maia Costa

16h10 – "COMÉRCIO INFORMAL E CIDADE: ESTUDO DE CASO DAS MULHERES ZUNGUEIRAS EM LUANDA - ANGOLA"
Áurea Bianca Vasconcelos André e Vera Santana Luz

16h30 – "PRODUÇÃO HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE: ESTUDO COMPARATIVO ENTRE POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS E DE PAÍSES CAPITALISTAS COM ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL CONSOLIDADO"
Caio Barbato Maroso e Luiz Augusto Maia Costa

16h50 – "APLICAÇÃO DA ARQUEOLOGIA DA ARQUITETURA NA ANÁLISE COMPOSITIVA DOS CASARÕES DO CENTRO HISTÓRICO DE CUIABÁ/MT"
Daniel Silva Campos e Antônio Soukef Júnior

17h10 – Encerramento do primeiro dia

PROGRAMAÇÃO
TERÇA FEIRA
1 DE SETEMBRO DE 2020

MANHÃ

PRIMEIRA PARTE: mediação VERA SANTANA LUZ

9h00 - Abertura

SEGUNDA PARTE: Apresentação grupos de pesquisa

Como os grupos de pesquisa entendem o tema: "Emergências e produção científica do Sul Global"

9h10 - Patrimônio, políticas de preservação e gestão territorial
Maria Cristina da Silva Schicchi
Ana Paula Farah

9h20 - Políticas Territoriais e a Água no Meio Urbano
Laura Machado de Mello Bueno
Jonathas Magalhães Pereira da Silva
Patrícia Rodrigues Samora

9h30 - Laboratório de Desenho de Estratégias Urbano-Regionais
Manoel Lemes da Silva Neto
Vera Santana Luz

9h40 - Palestra da profa. Olga Lucía Ceballos Ramos (Pontifícia Universidad Javeriana)

"Reflexión sobre la importancia de la vivienda como primera línea de prevención en salud, frente a la pandemia de la COVID 19: el caso de Bogotá"

10h20 - Perguntas aos componentes da mesa

INTERVALO – 10 MINUTOS

TERCEIRA PARTE: Pesquisas atuais dos docentes 2020-2023

11h – Vídeos dos professores:
Ana Paula Farah
Maria Cristina da Silva Schicchi
Manoel Lemes da Silva Neto

11h15 – Perguntas aos docentes sobre suas pesquisas (via teams e/ou youtube)

11h30 – Vídeos dos professores:
Laura Machado de Mello Bueno
Jonathas Magalhaes Pereira da Silva
Patrícia Rodrigues Samora

11h45 – Perguntas aos docentes sobre suas pesquisas (via teams e/ou youtube)

12h - Encerramento do período da manhã

PROGRAMAÇÃO
TERÇA FEIRA
1 DE SETEMBRO DE 2020

TARDE

PRIMEIRA PARTE:
Debatedor Externo: Antônio Soukef Junior
Debatedor Interno: Luiz Augusto Maia Costa

14h – "MÉTODOS E FONTES DE PESQUISA: Os Registros Paroquiais de Terra para cidade de Campinas-SP (1854-1857)"
Ana Beatris Fernandes Menegaldo e Renata Baesso Pereira

14h20 – "ESTRUTURAÇÃO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE SINOP MATO GROSSO NO PERÍODO DE 1974 A 1984"
Andrieli Caroline Lima e Angelo Palmisano

14h40 – "IDENTIDADE CULTURAL E FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO. ESTUDO DE CASO DO MUNICÍPIO DE RIO CLARO/SP"
Camila Cristina Picolli Campoy e Maria Cristina da Silva Schicchi

15h – "TERRITÓRIO EM DISPUTA: ARTICULAÇÕES ENTRE A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA PROVINCIAL DE SÃO PAULO E AS ELITES REGIONAIS DAS VILAS DE CASA BRANCA (1841) E CACONDE (1864), SÉCULO XIX"
Rafael Augusto Silva Ferreira e Renata Baesso Pereira

15h20 – "DE VILA MARIA DO PARAGUAI À CÁCERES: ESTUDO DO DESENVOLVIMENTO DO TRAÇADO URBANO"
Willian Jonas Mininel e Antônio Busnardo Filho

INTERVALO – 10 MINUTOS

SEGUNDA PARTE:
Debatedor Externo: Taícia Helena Negrin Marques
Debatedor Interno: Jane Victal Ferreira

15h50 – "ANTAGONISMO SOCIOAMBIENTAL E SUSTENTÁVEL FRENTE A IMPLANTAÇÃO DE ASSENTAMENTOS HUMANOS EM CUIABÁ, MATO GROSSO, BRASIL"
Franciele Cavalheiro Novack e Angelo Palmisano

16h10 – "ESPAÇO PÚBLICO DE EDUCAÇÃO E CIDADANIA: NOVOS CENÁRIOS PARA A APROPRIAÇÃO E SOCIALIZAÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS NA CIDADE CONTEMPORÂNEA"
Joel Marcos Gatto e Jeane Aparecida Rombi de Godoy Rosin

16h30 – "ALTERNATIVAS EPISTEMOLÓGICAS E ENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO PARA A PREVENÇÃO DE DESASTRES AMBIENTAIS NO BRASIL"
Julia Lopes da Silva e Patrícia Rodrigues Samora

16h50 – "ALTERNATIVAS PROJETUAIS PARA FRAGILIDADES SOCIOESPACIAIS E AMBIENTAIS NA AMÉRICA LATINA: ESTUDO DE CASO PICO COLECTIVO/VENEZUELA"
Mariana Tealdi Sant'Anna e Vera Santana Luz

17h10 – Encerramento do evento

SUMÁRIO

DIREITO À CIDADE INSURGENTE 19

CILENTO, Bruna Pimentel

SANTOS JUNIOR, Wilson Ribeiro dos

POTENCIALIDADE DA ÁGUA DE SUB SUPERFÍCIE E DE AQUÍFEROS PERMANENTES EM ÁREAS URBANAS COM ESTUDO DE CASO NA CIDADE DE POÇOS DE CALDAS, MG 27

FREIRE, Ériclis Pimenta

BUENO, Laura Machado de Mello

SILVEIRA, Alexandre (Co-Orientação)

A COMUNIDADE DO CARRAPICHO: ESTUDO DE CASO DE OCUPAÇÃO EM ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE NA CIDADE DE VÁRZEA GRANDE-MT 34

MORAES, Geovane da Silva

LIMA, Rodrigo Nogueira

USO DE GEOTECNOLOGIAS NA ANÁLISE DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO EM BACIAS HIDROGRÁFICAS PARA COMPREENDER O PROCESSO DE EXPANSÃO URBANA EM BRAGANÇA PAULISTA 41

CEREJO, Lucas Nakamura

BUENO, Laura Machado de Mello

EMPRESAS DE SANEAMENTO E O DÉFICIT: IMPACTOS DOS PLANOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO E DOS MODELOS DE GESTÃO EMPRESARIAL NA PERFORMANCE DOS SERVIÇOS EM ÁREAS VULNERÁVEIS EM TEMPOS DE COVID-19 49

GOTARDELLO, Maria Flávia de Araújo

SAMORA, Patricia Rodrigues

A COMUNIDADE DA RUA MONSENHOR RUBENS MESQUITA, SALVADOR – BA: ESTAMOS EXTIGUINDO NOSSOS ESPAÇOS SAUDÁVEIS? 56

BAHIA, Adriana Teixeira

COSTA, Luiz Augusto Maia

COMÉRCIO INFORMAL E CIDADE: ESTUDO DE CASO DAS MULHERES ZUNGUEIRAS EM LUANDA – ANGOLA 63

ANDRÉ, Áurea Bianca Vasconcellos

LUZ, Vera Santana

PRODUÇÃO HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE: ESTUDO COMPARATIVO ENTRE POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS E DE PAÍSES CAPITALISTAS COM ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL CONSOLIDADO 70

MAROSO, Caio Barbato

COSTA, Luiz Augusto Maia

APLICAÇÃO DA ARQUELOGIA DA ARQUITETURA NA ANÁLISE COMPOSITIVA DOS CASARÕES DO CENTRO HISTÓRICO DE CUIABÁ/MT 77

CAMPOS, Daniel Silva

SOUKEF JR, Antônio

MÉTODOS E FONTES DE PESQUISA: OS REGISTROS PAROQUIAIS DE TERRA PARA A CIDADE DE CAMPINAS-SP (1854-1857) 84

MENEGALDO, Ana Beatris F.

PEREIRA, Renata Baesso

ESTRUTURAÇÃO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE SINOP MATO GROSSO NO PERÍODO DE 1974 A 1984 92

LIMA, Andrieli Caroline

PALMISANO, Angelo

IDENTIDADE CULTURAL E FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO. ESTUDO DE CASO DO MUNICÍPIO DE RIO CLARO/SP – BRASIL 99

CAMPOY, Camila Cristina Piccoli

SCHICCHI, Maria Cristina da Silva

TERRITÓRIO EM DISPUTA: ARTICULAÇÕES ENTRE A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA PROVINCIAL DE SÃO PAULO E AS ELITES REGIONAIS DAS VILAS DE CASA BRANCA (1841) E CACONDE (1864), SÉCULO XIX 106

FERREIRA, Rafael Augusto S.

PEREIRA, Renata Baesso

DE VILA MARIA DO PARAGUAI À CÁCERES: ESTUDO DO DESENVOLVIMENTO DO TRAÇADO URBANO 113

MININEL, Willian Jonas

BUSNARDO FILHO, Antônio

ANTAGONISMO SOCIOAMBIENTAL E SUSTENTÁVEL FRENTE A IMPLANTAÇÃO DE ASSENTAMENTOS HUMANOS EM CUIABÁ, MATO GROSSO, BRASIL 119

NOVACK, Franciele Cavalheiro

PALMISANO, Angelo

ESPAÇO PÚBLICO DE EDUCAÇÃO E CIDADANIA: NOVOS CENÁRIOS PARA A APROPRIAÇÃO E SOCIALIZAÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS NA CIDADE CONTEMPORÂNEA 127

GATTO, Joel Marcos

ROSIN, Jeane Aparecida Rombi de Godoy

ALTERNATIVAS EPISTEMOLÓGICAS E ENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO PARA A PREVENÇÃO DE DESASTRES AMBIENTAIS NO BRASIL 135

SILVA, Julia Lopes da

SAMORA, Patrícia Rodrigues

ALTERNATIVAS PROJETUAIS PARA FRAGILIDADES SOCIOESPACIAIS E AMBIENTAIS NA AMÉRICA LATINA: ESTUDO DE CASO PICO COLECTIVO/ VENEZUELA 143

SANT'ANNA, Mariana Tealdi

LUZ, Vera Santana

APLICAÇÃO DO CONCEITO DE EDIFICAÇÕES DE ENERGIA ZERO EM AMBIENTE ESCOLAR EM CUIABÁ/MT 151

SANTOS, Adriana Fatima Dussel dos

DIAS, Maíra Vieira

O CRESCIMENTO DA CIDADE E A ANIQUILAÇÃO DOS RIOS: O CASO DA BACIA DO RIO ARICANDUVA 158

CYPRIANO, Altimar

LUZ, Vera Santana

A AVALIAÇÃO PÓS-OCUPAÇÃO COMO FERRAMENTA DE ANÁLISE DAS RELAÇÕES ENTRE O AMBIENTE E A PERCEPÇÃO DOS USUÁRIOS EM SALAS DE AULA DA PRÉ-ESCOLA 166

BATTAINI, Brunna Camargo

DIAS, Maíra Vieira

PROPOSTA METODOLÓGICA PARA MAPEAMENTO DE ÁREAS VULNERÁVEIS A ENCHENTE E ALAGAMENTOS NO PERÍMETRO URBANO DE CUIABÁ-MT 173

SANTOS, Cézar Clemente Pires dos

SILVA NETO, Manoel Lemes da

URBANIZAÇÃO PRECÁRIA: DESCONTINUIDADES E IMPACTOS DAS POLÍTICAS DE HABITAÇÃO NOS ASSENTAMENTOS CONSOLIDADOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA 180

SOUZA, Cíntia de Santana

SAMORA, Patrícia Rodrigues

CUIABÁ: 300 ANOS DE TRANSFORMAÇÕES URBANAS PROTAGONIZADAS POR SUAS PRAÇAS 187

BARDEN, Daniela Nazário

COSTA, Luiz Augusto Maia

INSULATED CONCRETE FORMS – TECNOLOGIA ALTERNATIVA NA QUALIDADE DE VIDA PELA OTIMIZAÇÃO DO CONFORTO TÉRMICO HABITACIONAL 195

PAULO, Elson Eduardo de Oliveira

METELLO, Humberto da Silva

CIDADES DE COSTAS PARA O RIO: O DESCASO COM AS APPs URBANAS NA REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO RIO CUIABÁ- RMVRC/MT 202

SALMORIA, Fabiana Zili

ROSIN, Jeane Ap. Rombi de Godoy

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA COMO VULNERABILIDADE URBANA: ESTUDO DE CASO NO CENTRO DE CAMPINAS/SP 209

OLIVEIRA, Giuliana Lima

LUZ, Vera Santana

ARQUITETURA ECLÉTICA EM BAURU: DESAFIOS PARA A SUA PRESERVAÇÃO 216

SORBO, Júlia Siqueira

FARAH, Ana Paula

O MINISTÉRIO PÚBLICO E A POLÍTICA HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL EM BRAGANÇA PAULISTA 223

FEDEL, Kelly Cristina Alvares

SAMORA, Patrícia Rodrigues

SÃO JOÃO DA BOA VISTA: A INTERFACE ENTRE PLANO DIRETOR E OS CONCEITOS DE CIDADES EDUCADORAS 230

SIMON, Laura Panetto

FARAH, Ana Paula

CAMINHOS PARA A PRESERVAÇÃO: O PATRIMÔNIO INDUSTRIAL NA CIDADE DE CATANDUVA 238

RANOLFI, Leticia Ferreira

FARAH, Ana Paula

FITORREMEDIAÇÃO COMO CONTRIBUIÇÃO PARA CONSTRUÇÃO DE PARADIGMAS AMBIENTAIS URBANOS 244

RACIUNAS, Ludmila

LUZ, Vera Santana

ESPAÇOS DA DESIGUALDADE: COMPETITIVIDADE E LUGAR NA PRODUÇÃO RURAL DE JUNDIAÍ 252

ONGARO, Nathália Giassetti

SILVA NETO, Manoel Lemes da

DO CICLISTA AO CICLOATIVISTA: A PRAÇA DO CICLISTA E O USO DA BICICLETA NA CIDADE DE SÃO PAULO 259

SILVA JUNIOR, Reinaldo Ricarte da

SILVA NETO, Manoel Lemes da

AEROPORTO INTERNACIONAL DE VIRACOPOS E SUA DIMENSÃO LOGÍSTICA NO TERRITÓRIO 267

COENTRO, Rita Maria Cunha Leite

SANTOS JR., Wilson Ribeiro dos

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E URBANÍSTICA: APLICAÇÃO NO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PRETO 275

DOSSO, Taisa Cintra

SILVA, Jonathas Magalhães Pereira da

PRÉ - FABRICAÇÃO DE SISTEMAS LEVES EM SITUAÇÕES DE FRAGILIDADE SÓCIO ESPACIAL 282

ROSA, Valdemir Lúcio

LUZ, Vera Santana

A SUSTENTABILIDADE DO TRANSPORTE PÚBLICO DE VINHEDO: UMA PROPOSTA DE INDICADORES PARA O FORTALECIMENTO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA E DO CONTROLE SOCIAL 289

MACEDO, Vinícius Silva de

SAMORA, Patrícia Rodrigues

DIREITO À CIDADE INSURGENTE

Right to the insurgente city

LINHA DE PESQUISA: Projeto, inovação e gestão em Arquitetura e Urbanismo

CILENTO, Bruna Pimentel[1]

SANTOS JUNIOR, Wilson Ribeiro dos[2]

PALAVRAS-CHAVE: Direito, cidade insurgente, "Marielle Vive!".

KEY-WORDS: *Right, Insurgent City, "Marielle Vive!"*

INTRODUÇÃO

No atual cenário político brasileiro, em que ocorrem duras reformas de direitos sociais, tornam-se indispensáveis os movimentos que expõem e atualizam a luta pelo direito à cidade insurgente. A Ocupação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) no município de Valinhos (SP) denominada "Marielle Vive!" insurge-se contra o *status quo* da propriedade privada e da dicotomia cidade-campo, a partir da mobilização dos ocupantes que anseiam pela possibilidade de usufruírem coletivamente da terra, implementando uma produção agroecológica e de moradia digna livres da pressão e da nocividade da produção em massa exigidas no agronegócio convencional e no consumo dirigido do mercado imobiliário. A fazenda ocupada - que se encontrava sem qualquer uso há décadas - pertence à sociedade imobiliária "Fazenda Eldorado Empreendimentos Imobiliários LTDA", e se situa na Macrozona Rural Turística e de Proteção e Recuperação de Mananciais, ao mesmo tempo é classificada na Lei Municipal de Uso e Ocupação do Solo (VALINHOS, 2007), como área de futura expansão urbana. Esse aparente paradoxo da lei, desnuda que a legislação muitas vezes favorece a alteração do rural em urbano, beneficiando o mercado imobiliário. Ocupações como "Marielle Vive!" rompem essa lógica de dominação, ao reivindicarem,

[1] advogada, doutoranda em Arquitetura e Urbanismo na linha de pesquisa "Projeto, inovação e gestão em Arquitetura e Urbanismo", pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (POSURB-ARQ) da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). E-mail: brunapimentel@aasp.org.br

[2] professor orientador, Doutor, no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). Integra a linha de pesquisa "Projeto, inovação e gestão em Arquitetura e Urbanismo". E-mail: wilson@puc-campinas.edu.br

mediante o uso e a ocupação, um outro tipo de relação com a terra, com a urbanidade e com a cidade.

DESENVOLVIMENTO: POSSE PARA QUE E PARA QUEM?

Nesta trabalho são analisadas, através de pesquisa bibliográfica, legislativa, documental e de campo, as ocupações de caráter urbano, inseridas na Macrozona Rural do Eixo de Irregularidade Fundiária Valinhos-Itatiba3[3] e a fissura fundiária imposta pela Ocupação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) denominada "Marielle Vive!", a qual reivindica a manutenção dos aspectos rurais da terra ocupada, em meio a todas as urbanidades pungentes nessa conexão metropolitanizada e em contraposição à "vontade política" do administrador público, o qual pode decidir figurar ou não como promotor da regularização fundiária de interesse social e promover Plano Diretor e política de uso e ocupação do solo que facilite ou dificulte a regularização.

O município de Valinhos (SP), localizado na Região Metropolitana de Campinas (RMC), possui cerca de 129 mil habitantes e, ao menos, 27 ocupações irregulares distribuídas pelo território, em zonas rurais, urbanas, APA`s (Áreas de Proteção Ambiental) e áreas de risco, formando bolsões de pobreza e de riqueza dispersos.

Apenas 12 (doze) dessas 27 (vinte e sete) ocupações mapeadas fazem parte da zona urbana concentrada. E mais, há 13 ocupações mapeadas que se enquadram em interesse social. Todavia, somente 04 (quatro) dessas estão inseridas na listagem municipal de regularização (Tab. 01), e apenas a "Marielle Vive!" reivindica a regularização fundiária rural e não a regularização fundiária urbana (REURB), tendo se consolidado posteriormente ao dia 22 de dezembro de 2016, data limite de ocupação para a aplicação da nova lei.

Comparada a listagem de núcleos urbanos informais em processo de regularização junto à Prefeitura de Valinhos (Tab. 01) com as 27 ocupações irregulares mapeadas nesta pesquisa verifica-se que há 03 (três) em zona rural; 06 em zona urbana isolada, modificadas para urbanas para o fim de regularização fundiária, e apenas uma é de interesse social: o São

[3] Denominação criada durante a pesquisa, para caracterizar a conformação das ocupações de caráter urbano concentradas nos trechos viários denominados Estrada Municipal dos Jequitibás (antiga Valinhos-Itatiba) e Estrada Municipal para o Clube de Campo, no município de Valinhos, divisa com o município de Itatiba, Estado de São Paulo

Bento do Recreio, que se encontra na Estrada Municipal para o Clube de Campo (divisa com o município de Itatiba/SP).

PA	Nucleo Urbano Informal	Enquadramento	Nº Lotes
7930/2018	Parque Suiço	Especifico	23
13599/2018	Nova Suiça II	Especifico	88
2629/2018	Monte Acropolis e Nova Suiça	Especifico	161
-	Clube de Campo	Especifico	1000
4978/2013	Chacara Nações	Especifico	9
5998/2011	La Campagne	Especifico	9
21267/2017	Green Golf	Especifico	44
20794/2018	Vale Verde (Lote N8B)	Especifico	5
19135/2018	Vale Verde (Lote E8C)	Especifico	6
17484/2018	São Pedro	Especifico	20
20067/2018	Sitio Ponte Alta	Especifico	31
7929/2018	Aldeia Suiça	Especifico	61
6490/1998	São Bento do Recreio	Social	500
4609/2013	Valinhos H (CDHU)	Social	64
475/1998	Condominio Beira Rio	Social	100
6686/2000	Jd. Samaritano	Social	33
		TOTAL	**2154**

Tabela 01: Tabela de Núcleos urbanos informais incluídos na REURB pela Prefeitura de Valinhos, a partir da Lei 13.465/2017. Fonte: Prefeitura do Município de Valinhos, 2019.

A Ocupação "Marielle Vive!", articulada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra localizada no Eixo de Irregularidade Fundiária Valinhos-Itatiba (Fig. 01), na antiga estrada para Itatiba (Estrada dos Jequitibás), ocorreu com a mobilização de seus ocupantes que anseiam por moradia digna e pela possibilidade de usufruírem coletivamente da terra com a produção agroecológica, livre da pressão e da nocividade da produção em massa exigidas no agronegócio convencional.

Há um movimento especulativo para a expansão do perímetro urbano no Eixo de Irregularidade Fundiária Valinhos-Itatiba que segue a lógica da Região Metropolitana de Campinas (RMC) para a reprodução do espaço e do capital imobiliário, valendo-se da produção de moradia para as classes sociais de maior poder aquisitivo.

A ocupação iniciou-se em 14 de abril de 2018, data proposital, já que o MST estava não só reivindicando o uso de uma terra ociosa, como protestando pelo assassinato, por milicianos[4],

[4] Pessoas pertencentes a organizações paramilitares armadas, que podem ou não integrar oficialmente às forças armadas ou à Polícia Civil e Militar, cujo objetivo é o exercício de poder sobre os cidadãos de determinado território, com a finalidade de praticar crimes e obter vantagens ilícitas, tais como em relação ao controle do tráfico de drogas e à extorsão de comerciantes e moradores de áreas por eles controladas.

da Vereadora eleita pelo município do Rio de Janeiro, Marielle Franco, mulher negra, lésbica, moradora da favela da Maré (RJ) e defensora de direitos humanos e do acesso à terra e à moradia aos mais pobres, um mês antes, no dia 14 de março de 2018.

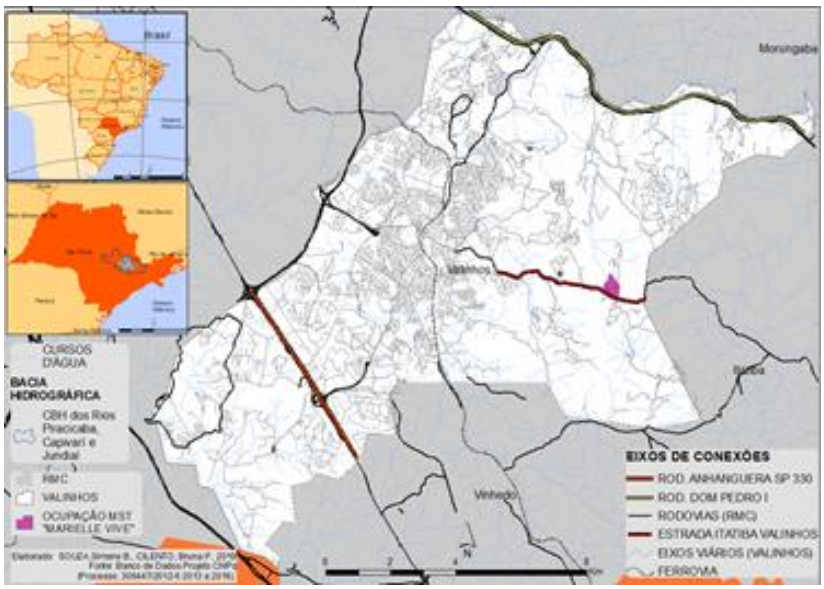


Figura 01: Localização do Acampamento Marielle Vive! Fonte: autoria própria e SOUZA, Simone B, 2019.

A fazenda ocupada possui cerca de 2.400 moradores e 1.390 unidades, sendo a maioria moradias em lona, madeira ou em taipa, e edificações degradadas em alvenaria, da antiga granja que funcionou no local décadas atrás, conforme se observa nas Figuras 02 e 03. Situa-se no Km 07, da estrada dos Jequitibás, registrada nas matrículas no. 19.555 e 19.556, do 1º. Cartório de Registro de Imóveis de Campinas, em nome da empresa societária "Fazenda Eldorado Empreendimentos Imobiliários LTDA". Pertence ao perímetro rural do município, na Macrozona Rural Turística e de Proteção e Recuperação de Mananciais, no zoneamento denominado 5Bx* - Zona de Predominância Turística/Residencial II (de futura expansão urbana), ou seja, em área de especial proteção à reserva de água para captações futuras e ao mesmo tempo de "futura expansão urbana". Tal contradição está "permitida" na Lei de Uso e Ocupação do Solo vigente em Valinhos. (VALINHOS, 2007).

Figura 02: Foto da Fazenda "São Eldorado", antes da ocupação. Figura 03 – Foto aérea do Acampamento "Marielle Vive!". Fonte: Reprodução/ EPTV, 2018.

DISCUSSÃO

Segundo o processo de reintegração de posse[5] (TJ/SP, 2018) movido pela empresa, o acampamento "Marielle Vive!" ocupa 245.000,00 m² do total de 342.444,59 m², correspondentes ao perímetro total da fazenda e localiza-se no Eixo de Irregularidade Fundiária Valinhos-Itatiba[5], aonde se encontram as ocupações ou núcleos urbanos informais denominados "São Bento do Recreio, Biquinha, Cisalpina Park e Clube de Campo Valinhos.

Essas ocupações tiveram em comum, além da localização, ocorrerem em imóveis rurais não produtivos do ponto de vista da atividade agrária. A diferença mais flagrante entre elas é que apenas a ocupação "Marielle Vive!" enfrenta a discussão da propriedade. As demais partiram da iniciativa e/ou anuência direta de seus respectivos proprietários, que agiram ou anuíram para que o parcelamento irregular do solo rural acontecesse como se urbano fosse.

De acordo com o que apurou o arquiteto e pesquisador Giovani Gabrielli (GABRIELLI, 2018), a ocupação "Marielle Vive!" situa-se numa área conhecida como "Região dos Lagos", onde um grupo de empreendedores imobiliários pretende executar um projeto de loteamento de uso misto, com predominância residencial, ou seja, sem qualquer geração de ativos para o agronegócio ou para a agroecologia.

O projeto prevê a implantação de aproximadamente 4.121 lotes de 1.800 m², 3.953 lotes residenciais e 528 lotes comerciais numa área total de 11.414.423,18 m² (GABRIELLI, 2018).

É imperioso destacar que a proprietária da fazenda ocupada pelo MST consta como sendo a sociedade comercial "Fazenda Eldorado Empreendimentos Imobiliários LTDA", que tem por

[5] Processo Judicial de Reintegração de Posse no. 1001352.39.2018.8.26.0650. TJ/SP, 2018.

finalidade a realização de empreendimentos, tais como condomínios e loteamentos fechados e não a produção agropecuária. Referida proprietária intenta judicialmente a reintegração de posse da área, obtendo sentença em 1ª. Instância favorável, com base em contrato de arrendamento do pasto para criação de gado, firmado em 2009, expirado há cerca de 7 anos e sem comprovação nos autos da execução da atividade nos últimos anos. Contudo o processo continua a correr em 2ª. Instância do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Frise-se que a Prefeitura de Valinhos não é parte no processo judicial, mas foi chamada a prestar informações, uma vez que é a responsável pelo ordenamento e ocupação do solo do município. Entretanto assumiu uma postura de proteção ao direito de propriedade e uma de suas principais alegações para refutar a ocupação, foi que esta encontra-se em Macrozona Rural de Especial Proteção e Recuperação de Mananciais, deixando de informar que nessa mesma Macrozona existem outras ocupações que se encontram inseridas no programa municipal de Regularização Fundiária Urbana.Dos parcelamentos de solo irregulares mapeados, há pelo menos dois núcleos urbanos informais fechados, de alto padrão, que também se encontram em Macrozona Rural, o Green Golf e o La Campagne (Fig. 04), situados na divisa de Valinhos com o município de Campinas, próximos à Rodovia Dom Pedro I, sentido Itatiba.

Tal fato demonstra que a luta pelo direito à posse de ocupações no município de Valinhos passa pela intenção política daqueles que administram o território, os quais podem advogar a favor ou contra a ocupação em zona rural, a depender da classe social de seus ocupantes e dos interesses em jogo.

Figura 04: Imagem do núcleo urbano informal "La Campagne". Fonte: ILG, Oliver, 2018.

É justamente na morfologia do espaço ocupado que se encontra o entrave da figura do direito à cidade. O Acampamento “Marielle Vive! ” se insurge não só contra a sociedade empresarial proprietária da área ocupada, mas contra o método e a forma de ocupação impostos ao vetor Dom Pedro-Itatiba e especialmente ao Eixo de Irregularidade Fundiária Valinhos-Itatiba, estabelecendo duas contradições à morfologia desse território: a) uma em relação à arcaica ideia de que é inevitável que o urbano penetre o rural despojando-o de suas características, como se o rural não tivesse a capacidade de penetrar o urbano, em um ato recíproco; b) outra em relação ao uso da terra, que ocorre em oposição ao valor de troca, o que não aconteceu nos demais casos desse Eixo, mesmo quando de interesse social (já que houve a aquisição irregular da propriedade).

A regularização de núcleos urbanos informais consolidados em áreas rurais, sem o necessário diálogo com as populações que reivindicam tanto moradia quanto a Reforma Agrária, parece estar contribuindo para a visão dispersa de cidade, sendo permissiva com relação à transformação dos territórios, especialmente os metropolitanos, em urbanos, sem discutir e ouvir a população sobre as possibilidades e as peculiaridades do campo, tampouco da pluriatividade rural e urbana.

Para Henry Lefebvre:

> Há um deslocamento da oposição e do conflito. Quanto ao mais, em escala mundial, o conflito cidade-campo está longe de ser resolvido, todos sabem disso. Se é verdade que a separação e a contradição cidade-campo (que envolve a oposição entre os dois termos, sem se reduzir a ela) fazem parte da divisão do trabalho social, é preciso admitir que esta divisão não está nem superada nem dominada. Longe disso, não mais do que a separação entre natureza e sociedade, entre o material e o intelectual (espiritual). Atualmente a superação não pode deixar de se efetuar a partir da oposição tecido urbano-centralidade. O que pressupõe a invenção de novas formas urbanas. (LEFEBVRE, 1991, p. 68/69).

CONCLUSÃO

É fundamental que o direito à posse de terra nas cidades passe antes pelo direito à ação participante, e ao direito à apropriação, fruição e uso daquilo que os cidadãos produzem em comum (LEFEBVRE, 1991).

Os mecanismos da atual política de regularização fundiária urbana não foram criados por um processo participativo, tampouco permitem uma ação participante dos movimentos sociais. A

facilitação da titulação da propriedade não contribui ao acesso à qualidade de vida e não modifica o *status quo* da urbanização precária dentro e fora dos processos de regularização fundiária de interesse social no Brasil. Além disso, parece favorecer aqueles que sempre detiveram a propriedade da terra e praticam seu parcelamento irregular.

O ato de reapropriação, não só da terra - mas do próprio poder de decidir e de se organizar de forma autônoma - propicia a autovalorização de cada sujeito e do próprio movimento insurgente de reapropriar-se, tendo em vista a sua potencialidade, gerando uma nova forma de produzir o espaço seja urbano ou rural e de produzir a vida em sociedade, momento em que a produção do capital entra em contradição, visto que o ato de reapropriação é a resistência e a luta daqueles que se encontram ocupando áreas que interferem na reprodução ampliada desse capital.

Este trabalho acadêmico conta com o apoio da agência de fomento à pesquisa CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GABRIELLI, Giovani. *Planejamento e gestão de APA's: A Serra dos Cocais em Valinhos-SP.* Dissertação de Mestrado: PUC-Campinas, 2018. Disponível em: <http://tede.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br:8080/jspui/handle/tede/1269> Acesso em: 10.set. 2019.

LEFEBVRE, Henri. *Direto à cidade*. 1ª Ed. – São Paulo: Editora Moraes, 1991.

TJ/SP. *Processo Judicial de Reintegração de Posse no. 1001352.39.2018.8.26.0650.* Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. 1º. Vara Cível do Fórum da Comarca de Valinhos/SP, 2018.

VALINHOS, Lei 4186, de 10 de outubro de 2007. Disponível em: <http://www.valinhos.sp.gov.br/legislacao/leis-municipais>. Acesso em: 10.set.2019

POTENCIALIDADE DA ÁGUA DE SUB SUPERFÍCIE E DE AQUÍFEROS PERMANENTES EM ÁREAS URBANAS COM ESTUDO DE CASO NA CIDADE DE POÇOS DE CALDAS, MG

Subsurface Water and Permanent Aquifers Potential in Urban Areas: Case Study in Poços de Caldas City, State of Minas Gerais

LINHA DE PESQUISA:

FREIRE, Ériclis Pimenta[1]

BUENO, Laura Machado de Mello[2]

SILVEIRA, Alexandre (Co-Orientação)[3]

PALAVRAS-CHAVE: Água, Subterrânea, Cidades.

KEY-WORDS: *Water, Groundwater, Cities.*

INTRODUÇÃO

A importância da água para os ecossistemas e para as populações humanas traz a necessidade desde tempos remotos do manejo para abastecimento e demais atividades. A água presente na porosidade dos solos se apresenta como potenciais reservatórios emergenciais para reduzir o impacto negativo do stress hídrico, como os eventos recentes que abateram o sudeste brasileiro.

A presente pesquisa de doutorado, com previsão de término em 2021 busca a partir do entendimento da dinâmica das águas subterrâneas, explorar a potencialidade da porosidade das subcamadas como reservatórios emergenciais para as cidades, a partir de estudos laboratoriais e de campo, bem como de revisão bibliográfica nas áreas de Planejamento

[1] Doutorando em Arquitetura e Urbanismo, POSURB-ARQ PUC Campinas, ericlispf@gmail.com.
[2] Professora Doutora e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, POSURB-ARQ PUC Campinas, laurab@puc-campinas.edu.br.
[3] Professor Doutor na Universidade Federal de Alfenas (Campus Poços de Caldas, MG), alexandre.silveira@unifal-mg.edu.br

Urbano e Regional, Urbanismo, Engenharia e Geotecnia. Para verificação das hipóteses tem-se como caso a cidade de Poços de Caldas/MG, situada no sul do Estado de Minas Gerais a 460 km de Belo Horizonte, 343 km da capital paulista, 160 km da cidade de Campinas/SP.

ÁGUAS SUBTERRÂNEAS E MEIO URBANO

Na consideração do movimento da água nas subcamadas dos solos e das rochas, observam-se as propriedades da "Lei de Darcy", os valores de permeabilidade dos diferentes tipos de solo e rochas, e a velocidade de percolação da água como expressão desses valores nas situações de gradiente hidráulico unitário (ORTIGÃO 1993).

Outros autores abordam a questão sob diferentes aspectos, relacionando o armazenamento de água nos poros dos solos e das rochas, para abastecimento emergencial em áreas urbanas. Santos (2009) apresenta estudo sobre o Aquífero Guarani no Estado de São Paulo, com dados de 2009 e potencial para 2020. Cita a explotação de 563 milhões de m^3 em 2007, 640 milhões de m^3 em 2017, mais de 5,8 milhões de habitantes consumidores em 2020 com explotação de 45 % acima da reserva subterrânea ativa. Nunes (2017) pesquisa a capacidade de infiltração em sistemas de recarga artificial de aquíferos contaminados no Distrito Federal, relaciona vários itens dos quais se dá ênfase à efetividade da recarga artificial para induzir a infiltração, à relevância dos potenciais de infiltração nos cenários estudados e à elevação do nível da água de 10 metros em um dos condomínios pesquisado. Silva (2016) avalia a viabilidade da aplicação de técnicas de recarga artificial em aquíferos salinizados e fraturados de Petrolina, PE. Dentre os itens de suas conclusões a autora lista a viabilidade hidráulica e a necessidade de grande volume de água para diminuição da salinidade. Diamantino (2005) destaca a importância da água subterrânea para o abastecimento urbano, industrial e agrícola, e relaciona os vários modelos e processos dessas operações.

POÇOS DE CALDAS: RIQUEZA E RISCOS DAS ÁGUAS SUBTERRÂNEAS

Devido às peculiaridades de suas águas, desde início do século XX a cidade tem sido valorizada para tratamentos medicinais e posteriormente associada às atividades de turismo. A mineração iniciada em 1887 foi intensificada a partir dos anos de 1940 com a exploração sobretudo da bauxita por grupos nacionais e internacionais (MOREIRA, 2010).

A história geológica do maciço alcalino de Poços de Caldas determina como características físicas no manto de intemperismo os solos silte argilosos, com baixa permeabilidade e,

portanto, mais suscetíveis à interação ambiental nos períodos secos, em contraponto a possibilidade de infiltração.

Geomorfologicamente tem-se no planalto uma área maior, com drenagem anelar; outra menor com drenagem radial. É provável que parte do sistema de drenagem obedeça às direções principais de diaclases (fraturas ao longo das quais não existiu movimento considerável). Normalmente, a maior movimentação corresponde ao afastamento dos compartimentos na direção perpendicular ao plano de fratura. Segundo Ellert e Björnberg (1959) grandes falhas foram formadas após as atividades do magma alcalino. Essa publicação consta de um importante documento técnico sobre a história geológica do maciço alcalino de Poços de Caldas.

A presente pesquisa cadastrou cronologicamente os estudos acadêmicos, planos e leis relacionados a cidade. Nos últimos anos os trabalhos urbanísticos referentes ao Plano Diretor e suas revisões, ilustram em textos e imagens aspectos reliquiares e especifidades desta geologia local.

Os trabalhos para o Plano Diretor de 2006 constam de diversos itens para aprofundar estudos sobre a “Poligonal” de proteção dos aquíferos termais definida pelo “Estudo Hidrogeoambiental das Estâncias Hidrotermais”, concluído pela Companhia Mineradora de Minas Gerais – COMIG em 2001. Dentre as ações propõe fiscalizar os rebaixamentos de lençol freático na área central devido principalmente à construção de subsolos de edificações, adotar parâmetros urbanísticos com o objetivo de ampliar as condições de permeabilidade nas micro bacias hidrográficas da cidade, implementar “Licenciamento Municipal Obrigatório” relacionados aos aquíferos termais. Inclui também a recomendação de implantar mecanismos que visem garantir maior permeabilidade dos solos, a partir de tamanho mínimo de lotes para os novos parcelamentos e exigência de taxas de permeabilidade mínima para os lotes existentes, principalmente para as áreas situadas ao montante dos cursos d’água e nas principais bacias onde ocorre a recarga dos aquíferos. Entretanto ocorre no município uma desarticulação entre as diretrizes do Plano Diretor e a realidade urbanística e das edificações, com ruas pavimentadas e construções nas articulações e sobre as falhas geológicas (Figura 1).

A Figura 1 consta da representação das falhas geológicas a partir das quais se tem acesso às águas subterrâneas, justamente da área consolidada de Poços de Caldas, e nas Figuras

seguintes, 2, e 3, pode-se observar detalhes de infraestrutura urbana na intersecção destas falhas principais. Ruas pavimentadas, edificações com vários pavimentos e calçadas impossibilitam as águas precipitadas de atingirem estas “descontinuidades” dos maciços das subcamadas.

Figura 1: Falhas geológicas na cidade de Poços de Caldas. Revisão do Plano Diretor da Cidade de Poços de Caldas – Diagnóstico, 2006.

Figuras 2 e 3. Fotos da área urbana onde ocorrem as interseções das falhas geológicas.

MONITORAMENTO DE AQUÍFERO EM POÇOS DE CALDAS

O presente trabalho investigou em campo a dinâmica superficial das águas até a profundidade de 8,5 metros. Utilizou-se “Piezômetros” tipo “Casagrande”, com medições no período de agosto de 2018 a julho 2019, em área de parque da cidade. Estes equipamentos consistem em haste de tubo com bulbo perfurado de maior diâmetro na extremidade inferior. Através desta base ocorre a percolação da água do solo para o equipamento possibilitando o registro de sua posição em relação a superfície do terreno. As dimensões do equipamento devem ser estabelecidas em função das sub camadas do solo e da ferramenta de escavação.

Os valores de 15 aparelhos foram analisados conjuntamente com dados de precipitação, temperatura, umidade relativa e evaporação, ocorridos no período. Registrou-se variação crescente dos valores médios diários de umidade relativa do ar, redução da pluviometria, variação das medidas piezométricas até 2,5 metros de profundidade, e valores constantes para os aparelhos instalados em maior profundidade. Observou-se nos dados coletados a elevação da "evaporação", e o decréscimo da pluviometria no período de abril a agosto de 2018, meses secos de inverno na região, conforme os dados ambientais fornecidos pela Estação Meteorológica da "CNEN" (Comissão Nacional de Energia Nuclear), laboratório Poços de Caldas.

Nos estudos de campo realizados podem ser observados resultados que corroboram com a conjectura do trabalho, ou seja, que os volumes precipitados infiltram nas camadas superficiais do solo natural, porém o avanço da água além da sub superfície se dá com velocidade em escala de tempo diferente das dinâmicas urbanas. Os níveis piezométricos apresentaram variações até a profundidade de 2,5 m, a partir daí os valores se mantiveram constantes durante o período de um ano. Registrou-se que a elevação do NA nos mantos de intemperismos (solos) superficiais até a profundidade de 2,5 metros ocorreram após os eventos pluviométricos, porém retornaram às cotas iniciais concomitantemente à manutenção da umidade relativa e à elevação do índice de evaporação.

DISCUSSÃO

Os estudos e projetos consultados de recarga artificial nas subcamadas do solo urbano demonstram e eficiência destes processos para o abastecimento emergencial das cidades. O reestabelecimento de aquíferos em áreas urbanas é um recurso para os períodos de escassez, é eficiente ambientalmente para conter a salinização das águas subterrâneas e capaz de estabilizar as subcamadas que dão suporte às fundações das edificações.

Os dados obtidos nas investigações de campo, realizadas na cidade de Poços de Caldas, demonstram variações do nível da água subterrânea até a profundidade de 2,5 metros, em seção transversal de fundo de vale. Nos dados obtidos em campo sobre esta variação, analisados conjuntamente com dados ambientais de diminuição da pluviometria, elevação da evaporação e manutenção da umidade relativa do ar nos meses secos do inverno, contribuem para o entendimento da dinâmica das águas sub superficiais nestes locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão bibliográfica realizada indica valores de permeabilidade para os diferentes tipos de solos (velocidade de percolação da água nas sub camadas) numa escala de tempo diferente das necessidades humanas, ambientais, e industrial das cidades. A recarga gerenciada e artificial dos aquíferos apresenta-se como instrumento para subsidiar propostas que possam ser consideradas no planejamento urbano e regional.

O prosseguimento da presente pesquisa prevê ampliar as investigações dos dados de campo relacionados ao monitoramento da água de sub superfície e estender os estudos hidrogeológicos dos aquíferos profundos; determinar os valores de permeabilidade dos vários tipos de solo superficial, e a porosidade destes materiais para estimativa de seu potencial de armazenamento de água. Pretende-se, com a complementação dos trabalhos de campo, contribuir para o entendimento da dinâmica da água nos solos e nas rochas, e subsidiar ainda que de forma preliminar a elaboração das diretrizes para um projeto de Recarga Artificial, Gerenciada, para abastecimento emergencial da cidade de Poços de Caldas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DIAMANTINO, C. *Metodologias de Recarga Artificial de Aquíferos*. 7º Simpósio de Hidráulica e Recursos Hídricos dos Países de Língua Oficial Portuguesa (Évora, Portugal, 2005).

ELLERT R. e BJORNBERG, A.J.S. *Contribuição à Geologia do Maciço Alcalino de Poços de Caldas. Rochas Clásticas do Planalto de Poços de Caldas*. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Universidade de São Paulo. São Paulo – SP, 1959.

NUNES, M.D.X. *Estudo da Capacidade de Infiltração em Sistemas de Recarga Artificial de Aquíferos Contaminados no Distrito Federal*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Geociências. Universidade de Brasília, UnB, 2017.

OLIVEIRA, E.M. Uso Industrial do Território em Poços de Caldas (MG) 1865/2010. Caminhos de Geografia. Uberlândia – MG v. 19, n. 65 Março/2018 p. 146-158.

ORTIGÃO, J.A.R.Mecânica dos Solos dos Estados Críticos. LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora Ltda. Rio de Janeiro, RJ, 1993.

Revisão do Plano Diretor de Poços de Caldas. Diagnóstico, 2006.

SANTOS, M.M. Gerenciamento de recursos hídricos Subterrâneos: uso atual e potencial do sistema Aquífero Guarani no Estado de São Paulo (SP). Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas. - Rio Claro – SP, 2009.

SILVA, P.S. *Avaliação de Viabilidade de Aplicação de Técnicas de Recarga Artificial em Aquíferos Salinizados, Fraturados, Petrolina – PE*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília UnB. Brasília, DF, 2016.

A COMUNIDADE DO CARRAPICHO: ESTUDO DE CASO DE OCUPAÇÃO EM ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE NA CIDADE DE VÁRZEA GRANDE-MT

THE CARRAPICHO COMMUNITY: OCCUPATION CASE STUDY IN PERMANENT PRESERVATION AREAS IN THE CITY OF VÁRZEA GRANDE-MT

LINHA DE PESQUISA: Desenvolvimento Territorial e Local

MORAES, Geovane da Silva[1]

LIMA, Rodrigo Nogueira[2]

PALAVRAS-CHAVE: Requalificação Urbana, Vulnerabilidade Socioambiental, Ocupação de áreas de preservação permanente.

KEY-WORDS: *Urban requalification, Social and Environmental Vulnerability, Occupation of permanent preservation areas.*

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa se propõe a estudar as ocupações em áreas de preservação permanente da cidade de Várzea Grande – MT, a qual tem como objeto de estudo a comunidade do Carrapicho, estendendo a análise às áreas adjacentes dos bairros Cristo Rei e Parque do Lago. Definimos a comunidade do Carrapicho como o nosso principal objeto de estudo em virtude de sua localização e precariedade de seu assentamento, o qual encontra-se na Zona de Conservação e Preservação Ambiental – 2 (ZCP-2). Trata-se de um assentamento precário com ausência de infraestrutura básica e riscos ambientais de erosão e inundação das margens do rio, condições que caracterizam a comunidade em situação de vulnerabilidade

[1] Mestrando em Arquitetura e Urbanismo - UNIVAG, geovanemoraesgsm@gmail.com.
[2] Professor Doutor do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, rodrigo.lima@univag.edu.br.

socioambiental. A cidade de Várzea Grande forma uma conurbação com Cuiabá, constituindo a segunda maior e mais importante cidade da região metropolitana de Cuiabá. A região leste também possui grande importância para a cidade, em função do número de empresas e instituições de ensino ali instaladas. Essa região é composta por três grandes bairros: Parque do Lago, Ponte Nova e Cristo Rei. O bairro Cristo Rei é o que mais se destaca, motivo pelo qual a região leste é conhecida apenas por "Cristo Rei" ou "Grande Cristo Rei". A Comunidade Carrapicho, trata-se de um aglomerado subnormal e está inserida dentro de uma área de preservação permanente. Logo, para desenvolvimento da pesquisa, serão estudados conceitos de requalificação urbana e ambiental, parques lineares, bairros ecológicos, segregação socioespacial, ocupação irregular, degradação ambiental e vulnerabilidade socioambiental. A pesquisa apresentada, justifica-se frente às demandas socioambientais, pois pretende estudar as intervenções em áreas de preservação ambiental que estão degradadas ou ocupadas irregularmente. A ocupação irregular em áreas de preservação ambiental é um sério problema, não só das cidades que compõem a Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá (RMVRC), mas também da maior parcela das cidades brasileiras. Esses processos de ocupação irregular em áreas não permitidas, são observados em boa parte dos assentamentos urbanos, isso em nível mundial. Essas áreas não devem ser ocupadas por assentamentos urbanos, não só pela questão da preservação ambiental, mas também pela agravante situação de vulnerabilidade ambiental. O método utilizado no início da pesquisa, será monográfico, para compreender as causas que levaram a consolidação da comunidade na área, fazendo o levantamento documental que incluem mapas e legislações municipais dos últimos cinquenta anos. Depois passaremos ao método experimental e método observacional, para realizarmos o diagnóstico da área e observar a inter-relação da cidade com os seus corpos hídricos, assim como, através de entrevistas, como seus habitantes se apropriam e ressignificam essas áreas.

DESENVOLVIMENTO

A Comunidade Carrapicho é um aglomerado subnormal, proveniente de ocupação irregular. Ela está localizada na região leste da cidade, no bairro Cristo Rei. A região leste, ou Grande Cristo Rei como também é chamada, é dividida em três grandes bairros, esses por sua vez, são subdivididos em dezenas de sub- bairros. A Comunidade Carrapicho está inteiramente dentro de uma Zona de Conservação e Preservação Ambiental – 2, ZCP-2, ou seja é uma área de risco e de grande vulnerabilidade ambiental e social, dessa forma é inadequado a

permanência de um assentamento urbano. A área em estudo, abrange partes dos bairros Cristo Rei e Parque do Lago, estes por sua vez, são dois dos três bairros que compõem a Região Leste da cidade de Várzea Grande – MT. O Recorte Espacial possui aproximadamente 6 km² (seis quilômetros quadrados). Foram estabelecidos cinco pontos de referência que definem o perímetro do recorte espacial. Sendo eles; ponto A, B, C, D e ponto E. Possuindo como ponto de referência principal a ponte Sergio Motta. O ponto A , está locado na Avenida Doutor Paraná a 1,100 km (um quilometro e cem metros) da Ponte Sérgio Motta. Ponto B, ponte Sérgio Motta. O ponto C, será o local onde uma nova ponte está em construção, que ligará o Bairro Parque Atalaia (Cuiabá) ao Bairro Parque do Lago (Várzea Grande). Logo, o perímetro B-C, será paralelo à margem do Rio Cuiabá. Ponto D, está a 1,5km (um quilometro e quinhentos metros) do local de construção da nova ponte, junto a confluência da Avenida São Gonçalo com a Avenida Tricolor, no Bairro Parque do Lago. O Ponto E , está na Avenida Tricolor a 2,25km (dois quilometro e vinte e cinco metros) do ponto D, já nos limites do Bairro Cristo Rei. Dessa forma o perímetro D-E está paralelo a Avenida Tricolor. Finalizando com uma reta traçada do ponto E ao ponto A. O mapa a seguir, nos permitem identificar onde se situa a região leste, assim como a divisão dos bairros e abrangência do recorte espacial, em relação, tanto à região leste, quanto aos bairros Cristo Rei e Parque do Lago.

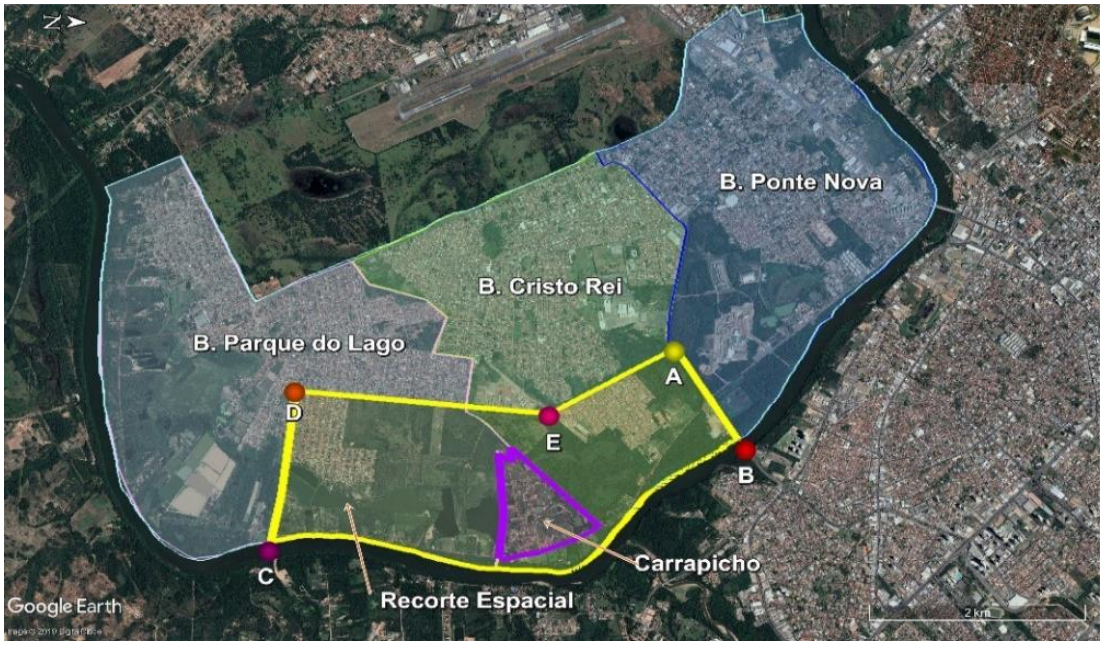


Figura 01: ***Demarcação dos limites do Recorte Espacial. Fonte: Google Earth. Adaptado pelo autor. (2019).***

DISCUSSÃO

A análise da comunidade do Carrapicho, devido as suas características espaciais, sociais e ambientais, exige que sejam abordados os conceitos de requalificação urbana e ambiental, assim como, de parques lineares, como princípio de intervenção. A requalificação urbana é um tipo de intervenção urbana.

No Brasil, esse tema começou a ser discutido com maior relevância a partir de 1980 por parte dos especialistas, em face da preocupação com o crescimento urbano, em sua maioria desordenado. A intervenção ocorre quando o processo de deterioração urbana está entrando, ou já está em um momento crítico.

Segundo Heliana Comin Vargas, Ana Luisa Howard de Castilho (2008) que expõe no livro: Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados, submete-se o organismo que nesse caso é o centro urbano, a uma intervenção em três ocasiões: para a recuperação da saúde ou manutenção da vida; para reparação causados por acidentes ambientais ou climáticos (VARGAS; CASTILHO, 2008, p.3).

Dessa forma, de maneira mais objetiva a requalificação urbana tem o intuito de atribuir novos usos e funções ao espaço urbano, que está degradado ou subutilizado. Promovendo a melhoria da qualidade de vida da população como Moura et al. (2005) esclarece:

> A requalificação urbana é, sobretudo, um instrumento para a melhoria das condições de vida das populações, promovendo a construção e recuperação de equipamentos e infraestruturas e a valorização do espaço público com medidas de dinamização social e económica. Procura a (re) introdução de qualidades urbanas, de acessibilidade ou centralidade a uma determinada área (sendo frequentemente apelidada de uma política de centralidade urbana) (MOURA et al., 2005, p. 10).

Ao recuperar esses locais subutilizados de forma que seja utilizado pela população e suas funções supram as necessidades e demandas sociais e ambientais, logo o meio urbano melhora significativamente. Silva, 2011 também afirma:

> A requalificação urbana visa a melhoria da qualidade de ambiente e de vida nas cidades, e envolve a articulação e integração de diversos componentes como, por exemplo, a habitação, a cultura, a coesão social e a mobilidade. A adopção e implementação de programas urbanos (como, por exemplo, o Programa Polis) revelam a primazia da reutilização de infraestruturas e equipamentos existentes em detrimento da construção nova e a reutilização/reconversão de espaços urbanos (devolutos, abandonados ou

> degradados) com o objetivo de melhorar as suas condições de uso e fruição (SILVA, 2011, p.6).

A requalificação urbana também se utiliza de intervenções a partir de parques lineares. A implantação de um parque linear cria áreas verdes ao longo de um curso d'agua, recuperando áreas degradadas e preservando suas águas. Ao longo de suas áreas verdes são agregadas funções de uso humano, ofertando lazer, cultura e caminhos exclusivos para o uso de pedestres e ciclistas, de acordo com Castro:

> Parques lineares são intervenções urbanísticas que criam ou recuperam áreas verdes associadas à rede hídrica, utilizados como instrumentos estruturadores de programas ambientais em áreas urbanas, para o planejamento e gestão de áreas degradadas. (CASTRO et al., 2015, p.4)

Fragmentos de vegetação são interligados, através do reflorestamento e demais intervenções. Formando um cinturão verde que percorre este rio, o que muitas vezes pode funcionar como um corredor ecológico. Fundamental para a sobrevivência de espécies nativas. Evitando que estas, fiquem segregadas em pontos isolados. Um parque que é também uma área verde, como deve ser o Parque Linear, por suas características associadas à rede hídrica, deve atender as finalidades paisagísticas e ecológico-ambientais, além de lazer e sociabilidade (SÃO PAULO, 2006, p.6).

Essencialmente, do ponto de vista ambiental é inquestionável que a implantação de parques lineares ao longo de cursos d'agua, consista na preservação de suas matas ciliares, e consequentemente de suas águas. Não somente, mas também, age na restauração e na recuperação das paisagens naturais, resgatando a sua vegetação e suas várzeas que são fundamentais para a existência do rio.

Segundo Magalhães (1996), os benefícios sociais de um Parque Linear se fundamentam na melhoria da qualidade de vida da população ao incorporar usos e funções públicas, criando espaços de contemplação da natureza, espaço de lazer e recreativos. Melhorando a saúde dos indivíduos, afligidos pelo estresse causado pelas grandes cidades.

Segundo Castro a contribuição ao clima também é consideravelmente significativa, "[...] um parque linear pode contribuir para a melhoria do microclima urbano, em termos de qualidade do ar, balanço da umidade e captura de poeira e gases" (CASTRO et al., 2015, p.4). Ao contribuir para a melhoria do meio ambiente urbano, se eleva a qualidade de vida de todos os

seres e espécies que ali vivem, não somente a dos seres humanos, mas estes, certamente são os principais beneficiários de tais melhorias. Além do mais, quando se implanta áreas verdes como parques e praças, automaticamente instiga a requalificação, porque ocorre a valorização dos espaços. A existência de um parque também valoriza o preço da terra no seu entorno, que gera retorno para a gestão pública e para empreendedores privados (AKINAGA, 2014).

A implantação de Parque Linear e demais espaços livres de modo que sejam qualificados, oferecendo meios que favoreçam a interação social e acesso à natureza, gera aspectos positivos a todo o seu entorno. Em síntese, parques lineares são sem dúvidas, uma das principais soluções frente às adversidades encontradas em nossas cidades. Pois se alicerça na geração de benefícios sociais e ambientais. Transfigura a urbe, em um espaço mais agradável para se viver. Isso significa, melhores condições de vida, menos poluição, redução de inundações, aumento da qualidade dos espaços públicos e consequentemente cidades menos desiguais.

CONCLUSÃO

Devido à pesquisa encontrar-se em sua etapa inicial, nos limitaremos a expor os resultados que pretendemos alcançar, assim como os objetivos. Os resultados esperados são; compreender as especificidades do fenômeno da consolidação da comunidade do Carrapicho, propor alternativas de ocupação da área que mitiguem os danos ambientais e sociais e verificar a necessidade de sua remoção. Por fim, examinar se o estudo de caso pode servir de paradigma de análise para as outras áreas de ocupação de APP's da região. O objetivo geral é compreender quais são as maneiras mais adequadas de se intervir em áreas de preservação permanente que compartilham das mesmas condições e problemas urbanos. Quanto aos objetivos específicos, são compreender as condições ambientais, sociais e governamentais, sobretudo as causas que levaram a consolidação da comunidade do Carrapicho, com a finalidade de verificar, se este estudo de caso, pode servir de parâmetro de análise para futuros estudos comparados às demais ocupações de APP's urbanas nas cidades de Várzea Grande e Cuiabá-MT.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKINAGA, Patrícia Harumi. Urbanismo Ecológico, do princípio à ação: o caso de Itaquera, São Paulo, SP. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo,

Universidade de São Paulo. São Paulo, p.31.2014. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16135/tde29072014152959/publico/tese_patricia_final_red.pdf>. Acesso em 24 de Março de 2019

CASTRO, Ana Cecilia et al.. Águas em Ambientes Urbanos – Uso de técnicas urbanísticas para mitigação da impermeabilização: Parques Lineares. Disponível em: <https//pt.scribd.com/document/3249442973/PARQUES-LINEARES>]. Acesso em 03 de Outubro de 2018.

MAGALHÃES, Manuela Raposo. Morfologia da Paisagem. Lisboa, 1996. 369p. Dissertação de doutoramento em arquitectura paisagista. Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Agronomia – ISA.

MOURA, Duce et al.. Revitalização Urbana. Contributos para a definição de um conceito operativo. 2005, pp. 1 - 34. Disponível em: <http://home.fa.utl.pt/~fs/FCT_2009/URB%20REHABILITATION/PAPER%2004%20_%202006_RevitalizacaoUrbana.pdf>. Acesso em 14 Junho de 2019.

SÃO PAULO (Município). Relatório 2 – Instrumentos Legais Necessários a Implantação de Parques Lineares, 2006. Disponível em: <http://www.fau.usp.br/depprojeto/labhab/biblioteca/produtos/pesquisa_analise_instrumentos-parqueslineares.pdf >. Acesso em 09 de janeiro de 2019.

SILVA, Ana Maria. Requalificação urbana, o exemplo da intervenção Polis em Leiria (Dissertação), 2011, 175p. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/19941/1/TESE%2520de%2520Ana%2520Marina%2520Silva.pdf&sa=D&source=hangouts&ust=1543023257379000&usg=AFQjCNECjlgrZPYMOAH-Pp9s1AHikobELA>. Acesso em 31 de janeiro de 2019.

VARGAS, Heliana Comin; DE CASTILHO, Ana Luisa Howard. Intervenções em Centro Urbanos: objetivos, estratégias e resultados. 2.ed. São Paulo: Manoele, 2008.

USO DE GEOTECNOLOGIAS NA ANÁLISE DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO EM BACIAS HIDROGRÁFICAS PARA COMPREENDER O PROCESSO DE EXPANSÃO URBANA EM BRAGANÇA PAULISTA

The use of Geotechnologies in the analysis of land use and occupation in watersheds to understand the process of urban expansion in Bragança Paulista

LINHA DE PESQUISA: Projeto, Gestão e Inovação em Arquitetura e Urbanismo

CEREJO, Lucas Nakamura[1]

BUENO, Laura Machado de Mello [2]

PALAVRAS-CHAVE: Geoprocessamento. Uso e ocupação do solo. Bacia hidrográfica.

KEY-WORDS: *Geoprocessing. Land use and occupation. Watershed.*

INTRODUÇÃO

A urbanização é um fenômeno de escala global e que promove modificações significativas nos ecossistemas naturais, gerando uma série de impactos que podem colocar em risco a integridade destes ambientes e suas populações, um fenômeno ligado a dinâmicas sociais e econômicas que geram alterações significativas nos usos do solo no território.

O estudo de uso e ocupação do solo tem como principal objetivo entender sua distribuição e variações, assim como a remoção de vegetação estabelecida, ocupação urbana, áreas preservadas, culturas agrícolas entre outras atividades (PAVANIN et al, 2016; SILVA et al, 2015; VAZEA et al, 2010).

[1] Mestrando em Arquitetura e Urbanismo, POSURB-ARQ PUC Campinas, lucassnakamura@gmail.com.
[2] Professora Doutora e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, POSURB-ARQ PUC Campinas, laurab@puc-campinas.edu.br.

De acordo com Ishizu (2009) a situação do município de Bragança Paulista se assemelha ao panorama nacional, considerando o processo de ocupação de áreas rurais por assentamentos urbanos de maneira dispersa e fragmentada, tais estudos relacionados à ocupação do território, além de suas mudanças ambientais provenientes, passaram a ser desenvolvidos a partir da utilização de Geotecnologias, como o Sensoriamento Remoto e o Geoprocessamento que contribuem para que possamos identificar, caracterizar e mapear diferentes tipos de uso e ocupação do solo. (CHUERUBIM e PAVANIN, 2013).

Os procedimentos de geoprocessamento aplicados em bacias hidrográficas apresentam uma leitura rica das transformações do território, ocupação de áreas de preservação, além da dispersão urbana, esta é a proposta do seguinte estudo, com o objetivo de analisar, dentro do recorte temporal determinado pelas imagens de satélite utilizadas, um panorama da expansão urbana fragmentada no território de Bragança Paulista[3].

DISCUSSÃO

As geotecnologias, também conhecidas como “geoprocessamento”, são o conjunto de tecnologias para coleta, processamento, análise e oferta de informações com referência geográfica (ROSA, 1996).

Para a realização do estudo, inicialmente foram levantadas diferentes bases teórico-metodológicas necessárias para a compreensão do território em estudo como geologia, geomorfologia e clima, juntamente com a delimitação e organização da área analisada a partir da demarcação de bacias e microbacias hidrográficas referenciadas pelo exemplo da figura 1 do território de Bragança Paulista.

A figura 1 representa as microbacias do município de Bragança Paulista com suas localizações e subdivisões no território, que são utilizadas para o planejamento de políticas públicas pelo setor de planejamento territorial da prefeitura municipal, são ao todo 11 microbacias com extensões variadas e características diversas de uso e ocupação do solo.

A apresentação das microbacias hidrográficas segue o roteiro definido para o estabelecimento de parâmetros comuns, com sua apresentação inicial e sua inserção no território municipal, apresentação da sua área total para referência, uma descrição sintética do uso e ocupação

[3] Pesquisa de mestrado em andamento com previsão de término em dezembro de 2020, com apoio da CAPES e CNPq.

do solo observada no ano de 2018 e uma relação com o histórico de 1980, para que se análise a transformação do território.

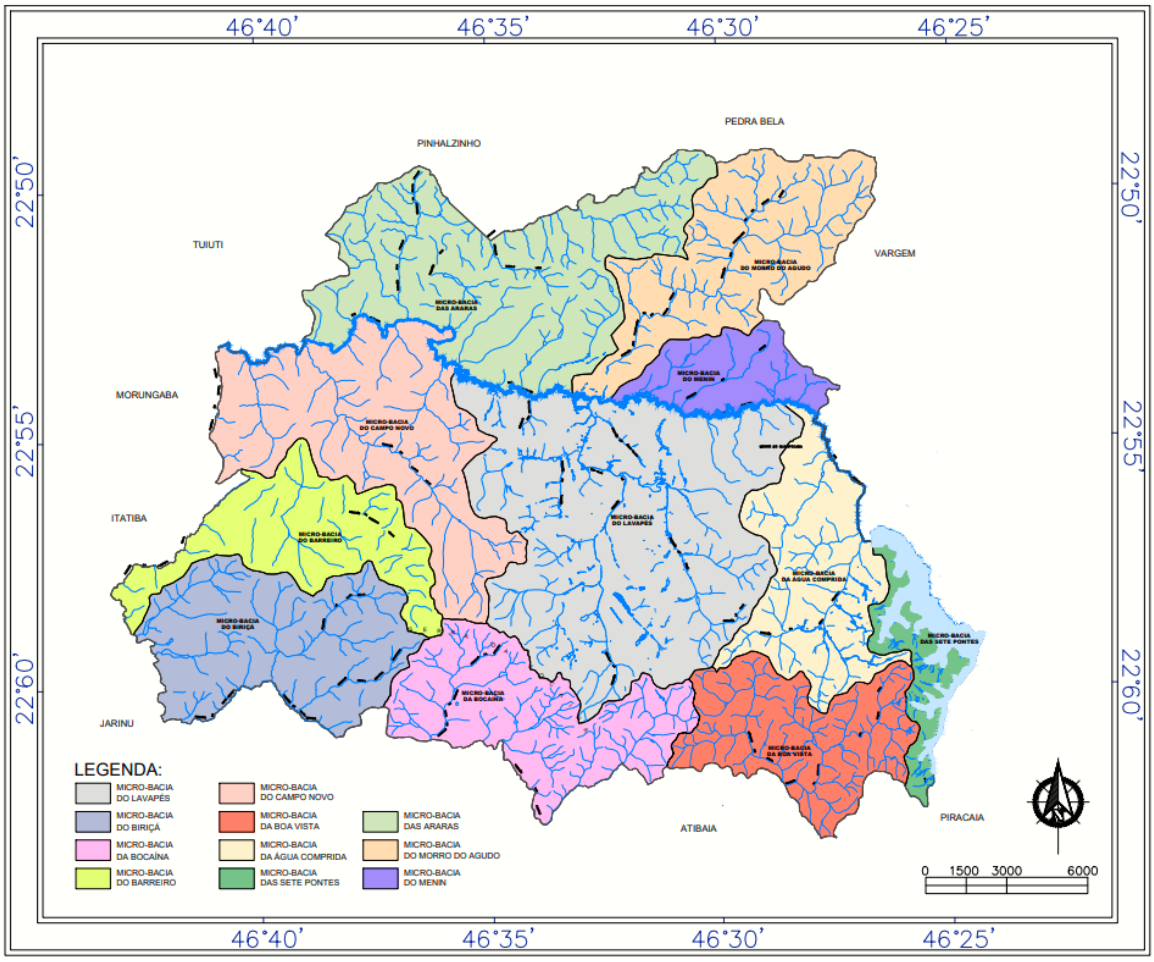


Figura 1: **Mapa das microbacias hidrográficas no município de Bragança Paulista. (Fonte: Elaborado pelo autor)**

METODOLOGIA

Os levantamentos teóricos estabelecem o conhecimento da área de estudo a partir das características de umidade, temperatura, tipo do solo e vegetação pré-existente, além é claro do processo de ocupação urbana que se estabeleceu na região. Em seguida, foram buscadas imagens de satélite a partir de fontes específicas como Google Earth, Satélites LANDSAT disponibilizados pelo INPE/NASA ou de levantamentos aerofotogramétricos particulares contratados pelo poder público com o objetivo da formação de um mosaico de períodos específicos do território, que definem o recorte temporal analisado.

Seguindo com a determinação de um Software baseado em SIG (Sistema de Informações Geográficas) para a utilização de ferramentas de Geoprocessamento como o SPRING, software de código aberto disponibilizado pelo INPE e pelo DPI ou o próprio QGIS, um software de código aberto que se popularizou pela sua acessibilidade para a realização do processamento digital de Imagens através da segmentação e classificação.

Por último foram definidas as características das áreas a serem demarcadas e analisadas, através do processamento de imagens dentro do recorte temporal, objetivando a geração de um banco de dados, como as áreas de pastagem/campo antrópico, vegetações nativas, áreas de preservação permanente, culturas agrícolas e ocupações urbanas. Os produtos desse procedimento são respectivamente mapeamentos do processamento como exemplificado na figura 2 e a tabela que compõe o banco de dados da figura 3.

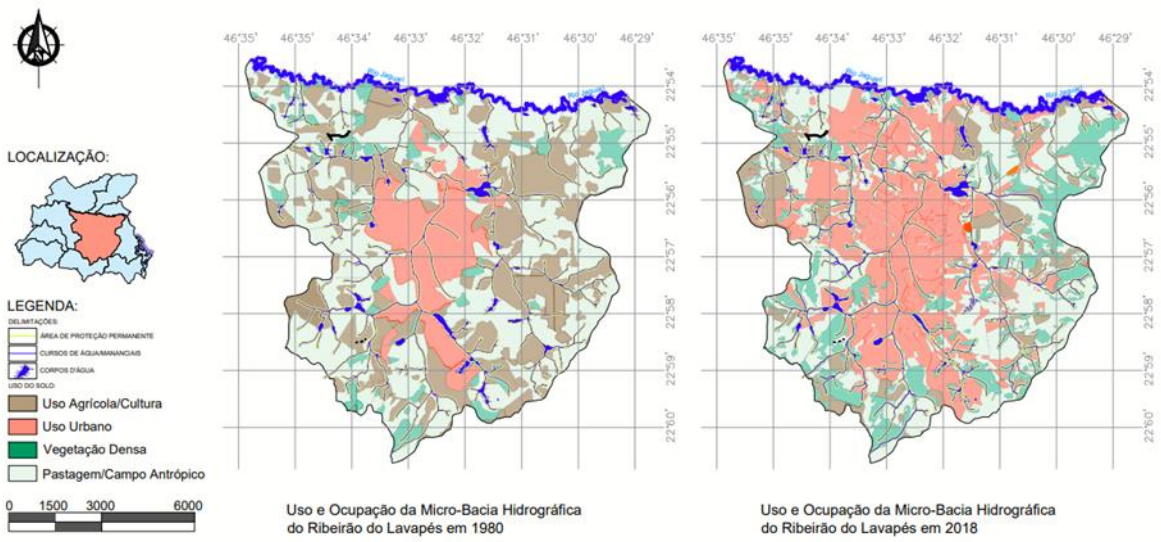


Figura 2: Mapeamento do Uso e Ocupação do Solo na microbacia hidrográfica do Ribeirão do Lavapés nos anos de 1980 e 2018. (Fonte: Elaborado pelo autor)

A figura 2 corresponde a microbacia hidrográfica do Ribeirão do Lavapés, a principal microbacia hidrográfica do território bragantino, uma vez que se consolidou como ponto de partida para o município a partir do centro desta microbacia, ela concentra a maior parte da malha urbana central, além de apresentar uma significativa recuperação da vegetação densa paralelo ao desaparecimento do uso agrícola ao longo dos últimos 30 anos.

A avaliação do uso e ocupação do solo permite uma análise histórica da expansão urbana, além da compreensão dos processos de transição dos usos a partir do desenvolvimento. O

mapeamento ainda possibilita verificar as tendências do território e traçar um caminho para o crescimento da malha urbana, além dos dados permitirem uma quantificação da transformação do território. (COELHO et al, 2014)

> Nesta perspectiva, a adoção de uma bacia hidrográfica como unidade de planejamento, permite correlacionar diferentes variáveis ambientais e antrópicas que possibilita avaliar de forma qualitativa e quantitativa áreas destinadas à preservação ambiental, bem como seu atual estágio de degradação, além de zonas de expansão urbana, que nos permite conhecer mais detalhadamente o espaço em que estamos inseridos. (CHUERUBIM e PAVANIN, 2013 p. 236)

A partir do estabelecimento de parâmetros para categorização das classes de uso e ocupação do solo local como apresentados na tabela 1, é possível cruzar os dados obtidos pelo mapeamento e elaborar um diagnóstico a partir do processo de Análise de Multicritérios conhecido também por Álgebra de Mapas (PAVANIN et al, 2016).

Tipo de Uso	Descrição
Uso Urbano;	Áreas com delimitação do perímetro urbano, representada pela ocupação com equipamentos urbanos, edificações e áreas predominantemente residenciais apresentando características de parcelamento de solo urbano.
Uso Agrícola ou Cultura	Áreas com delimitação a partir de terrenos destinados a plantação e/ou cultura, englobando culturas como café, eucalipto, pinus, cítrus, entre outras culturas não identificáveis.
Pastagem e/ou Campo Antrópico	Área com vegetação rasteira que pode servir para pastagem e/ou Vegetação de campo formada em áreas originais de floresta, devido à intervenção humana e ações para uma maior produtividade de espécies forrageiras, principalmente com a introdução de espécies nativas ou exóticas, não considerada remanescente de Campo de Altitude.
Vegetação Densa	Vegetação natural de máxima expressão local, com grande porte e diversidade biológica, tendo efeitos mínimos de ações consideradas antrópicas, a ponto de não afetar significativamente suas características originais de estrutura e de espécies.

Tabela 1: Tabela de usos do solo adotadas no levantamento utilizando geotecnologia nas bacias hidrográficas. (Fonte: Elaborado pelo autor)

O processo de Álgebra de Mapas pode ser entendido como a técnica na qual dados referentes a um determinado agente ou campo geográfico, representados sob a forma de diferentes variáveis e parâmetros, podem ser correlacionados por meio de instrumentos matemáticos e algébricos. Esta correlação gera como produto final uma sequência de mapas temáticos, tabelas, gráficos e outros instrumentos de interpretação visual que sintetizam a correlação entre os critérios que formam o SIG analisado. (PAVANIN et al, 2016).

	Micro-bacia do Lavapés	Micro-bacia do Biriça	Micro-bacia do Menin	Micro-bacia dos Curitibanos	Micro-bacia do Reservatório
Uso Urbano 1980 (m²)	13.366.089,37	0	0,00	990.375,57	0
Uso Urbano 2018 (m²)	35.471.058,36	5.022.488,47	1.368.134,65	4.486.936,95	1.489.303,08
Uso Agrícola 1980 (m²)	52.187.619,62	11.786.303,13	5.472.538,60	10.904.084,14	2.612.812,43
Uso Agrícola 2018 (m²)	10.407.934,76	14.405.149,94	513.050,50	5.656.198,89	207.283,12
Vegetação Rasteira 1980 (m²)	30.979.635,42	18.936.821,16	6.498.639,59	14.967.075,73	12.320.281,52
Vegetação Rasteira 2018 (m²)	36.492.825,88	14.206.240,24	6.840.637,25	16.955.522,46	4.579.389,24
Vegetação Densa 1980 (m²)	7.731.872,34	16.302.405,90	5.130.504,94	18.672.155,85	2.482.828,21
Vegetação Densa 2018 (m²)	21.956.397,00	13.391.651,54	8.379.824,73	18.435.032,99	3.842.576,14
Área Total (m²)	104.265.216	47.025.530,19	17.101.683,12	45.533.691,29	17.418.749,50

Figura 3: Tabela de levantamentos do uso e ocupação do solo nas microbacias hidrográficas selecionadas. (Fonte: Elaborado pelo autor)

A figura 3 revela então os dados levantados a partir do processo de álgebra de mapas, uma quantificação da transformação territorial nos dois períodos estudados, que permite aprofundamento na análise da expansão urbana no município.

CONCLUSÕES FINAIS

Geotecnologias e procedimentos de Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento trazem grandes benefícios para a identificação, caracterização e mapeamento dos diferentes tipos de uso e ocupação do solo e se mostram como ferramentas essenciais para compreensão de territórios cada vez mais complexos. (PAVANIN et al 2016; OLIVEIRA et al 2008; ROMÃO e SOUZA 2011; ALMEIDA et al 2020)

A aplicação da metodologia de análise dos dados espaciais permitiu uma profunda compreensão da expansão urbana no território, a observação da microbacia hidrográfica do Ribeirão Lavapés demonstra a transição natural da ocupação de metade do território da microbacia de áreas de cultura e uso agrícola pela expansão urbana do território a partir da malha urbana central consolidada pela triplicação da área urbana como esperado.

Além dos dados sobre a transição das características predominantes, é notável a recuperação natural da vegetação densa do território como explicada por estudos e o pequeno acréscimo de áreas de pastagem e campo antrópico permitindo concluir que a ocupação urbana se deu principalmente em antigas áreas de uso agrícola.

Pesquisa de mestrado em andamento com previsão de término em dezembro de 2020, com apoio da CAPES e CNPq.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, R. A.; SANTOS, L. V.; PINTO, D. B. F.; FERRAZ, C. M. L. *Temporal analysis of soil occupation in Mucuri watershed between 1989 and 2015*. Revista Engenharia na Agricultura, Viçosa/MG, v. 28, p. 58-68, fev. 2020. Disponível em: https://periodicos.ufv.br/reveng/article/view/8474/5263. Acesso em: 11 jun. 2020.

CHUERUBIM, M. L. e PAVANIN, E. V. *Análise do Uso e ocupação do solo na bacia hidrográfica do córrego Barbosa no ano de 2011.* GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº33, pp. 229 - 238, 2013. Disponível em: https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2013.74313. Acesso em: 04 jun. 2020.

COELHO, V. H. R.; MONTENEGRO, S. M. G. L.; ALMEIDA, C. N.; LIMA, E. R. V. de; RIBEIRO NETO, A.; MOURA, G. S. S. *Dinâmica do uso e ocupação do solo em uma bacia hidrográfica do semiárido brasileiro.* Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental, Campina Grande/pb, v. 18, n. 1, p. 64-72, set. 2014. Semestral. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rbeaa/v18n1/v18n1a09.pdf. Acesso em: 11 jun. 2020.

ISHIZU, A. L. *Evolução da Malha Urbana e Arquitetura de Bragança Paulista (1884 – 1967).* Dissertação de Mestrado em Urbanismo da Faculdade de Urbanismo de São Paulo – FAU USP. São Paulo, 2009

OLIVEIRA, P. E.; GOMES, A. R.; SANCHES, R. C.; SAAD, A. R. *Análise da evolução da paisagem no entorno da represa dos rios Jaguari e Jacareí, Estado de São Paulo, com base em Sensoriamento Remoto e SIG.* Geociências, São Paulo, v. 27, n. 4, p. 527-539, jul. 2008. Trimestral. Disponível em: http://www.ppegeo.igc.usp.br/index.php/GEOSP/article/view/7078/6523. Acesso em: 14 jun. 2020.

PAVANIN, E. V.; CHUERUBIM, M. L.; LÁZARO, B. O.; NISHIYAMA, L. *Geoprocessamento aplicado ao diagnóstico de uso e ocupação do solo da bacia hidrográfica do córrego Guaribas em Uberlândia – MG.* Revista de Engenharia Civil Imed, Rio Grande do Sul, v. 2, n. 3, p. 23-38, dez. 2016. Trimestral. Disponível em: https://doi.org/10.18256/2358-6508/rec-imed.v3n2p24-38. Acesso em: 16 jun. 2020.

ROMÃO, A. C. B. C.; SOUZA, M. L. *Análise do uso e ocupação do solo na bacia do ribeirão São Tomé, Noroeste do Paraná – PR (1985 E 2008).* Ra´e Ga: O Espaço Geográfico em Análise, Curitiba/pr, v. 21, n. 1, p. 337-364, dez. 2011. Disponível em: http://dx.doi.org/10.5380/raega.v21i0.16657. Acesso em: 09 jun. 2020.

ROSA, R. e BRITO, J. L. S. *Introdução ao Geoprocessamento: Sistema de Informações Geográficas.* Uberlândia: EDUFU, 104p, 1996.

ROSA, R. *Geotecnologias na geografia aplicada.* Revista do Departamento de Geografia, V. 16, p. 81-90, (2005). Disponível em: http://www.doaj.org/doaj?func=abstract&id=1074436.

SILVA, A. C.; SILVA, O. G.; SILVA, D. N. F.; CORRÊA, A. C. B. *Mudanças do uso e ocupação da terra a partir da expansão urbana e as influências climáticas sobre a morfodinâmica no município do Recife/PE entre 1975 e 2015.* Revista Cerrados, Pernambuco, v. 13, n. 1, p. 33-49, ago. 2015. Semestral. Disponível em: https://doaj.org/article/f80d02bd096e4771ac55291d0cff80f8. Acesso em: 12 jun. 2020.

VAEZA, R.F.; FIHO, P. C. O.; MAIA, A. G.; DISPERATI, A. A. *Uso e ocupação do solo em Bacia Hidrográfica urbana a partir de imagens orbitais de alta resolução.* Floresta e Ambiente, v. 17, n.1, p.23-29, 2010.

EMPRESAS DE SANEAMENTO E O DÉFICIT: IMPACTOS DOS PLANOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO E DOS MODELOS DE GESTÃO EMPRESARIAL NA PERFORMANCE DOS SERVIÇOS EM ÁREAS VULNERÁVEIS EM TEMPOS DE COVID-19

Sanitation Providers and Deficit: Municipal Plans and management models' impacts on the service performance in vulnerable areas in the Covid-19 era

LINHA DE PESQUISA: Projeto, Inovação e Gestão em Arquitetura e Urbanism

GOTARDELLO, Maria Flávia de Araújo[1]

SAMORA, Patricia Rodrigues[2]

PALAVRAS-CHAVE: Gestão; prestadores de serviços de saneamento; universalização.

KEY-WORDS: *management; basic sanitation service providers; universalization.*

INTRODUÇÃO

A legislação brasileira garante aos cidadãos não só a universalização do acesso a todo o sistema de saneamento básico, mas também a políticas de desenvolvimento urbano, como forma de promoção do bem-estar social (BRASIL, 2007).

Objetivando a prestação do serviço de saneamento básico de maneira que atinja suas finalidades, a lei do saneamento faculta aos titulares dos serviços sua concessão ou prestação direta, seja de maneira descentralizada, mediante criação de pessoa jurídica específica, seja de modo centralizado, sem que haja criação de pessoa jurídica específica.

[1] Mestranda em Arquitetura e Urbanismo, POSURB-ARQ PUC Campinas, mflavia_got@hotmail.com.
[2] Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, POSURB-ARQ PUC Campinas, patricia.samora@puc-campinas.edu.br.

Conforme Heller (2012), o país possui diversidade de modelos institucionais de prestadores de saneamento básico: *a)* administração direta municipal, por meio da qual os serviços são prestados diretamente pelo município; *b)* administração indireta municipal, com prestação do serviço por autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista; *c)* sociedades empresárias privadas; *d)* modelos regionais, que são empresas públicas e sociedades de economia mista, com abrangência e administração estadual.

Contudo, mesmo com essa gama de prestadoras e da garantia legal do acesso universalizado ao saneamento básico, o Brasil ainda é deficitário: em 2018, 53,2% da população possuía atendimento com rede de esgoto e 86,6% possuía acesso ao abastecimento de água (SNIS, 2018).

A presente pesquisa, intitulada “Empresas de Saneamento e o Déficit: impactos dos Planos Municipais de Saneamento e dos modelos de gestão empresarial na performance dos serviços em áreas vulneráveis em tempos de Covid-19” busca contribuir para a discussão sobre a universalização do saneamento no Brasil. Para tanto, busca compreender a atuação dos diferentes modelos de gestão das prestadoras de serviços atuantes na Região Metropolitana de Campinas para perquirir como os Planos de Saneamento impactam na eficiência do serviço prestado no que tange à universalização do saneamento. Ademais, considerando a emergência da pandemia de Covid-19, a pesquisa verificará quais ações essas prestadoras empregaram para diminuir os riscos sanitários que colocam a população carente em saneamento mais vulneráveis à contaminação pelo coronavírus.

OBJETIVO E MÉTODOS

Este trabalho apresenta os resultados de uma etapa preliminar da pesquisa, que teve por objetivo a construção de um panorama quanto aos modelos de gestão presentes na Região Metropolitana de Campinas, a realização e vigência dos Planos Municipais de Saneamento na região e quanto ao déficit das cidades que a integram. As informações obtidas nessa primeira etapa de análise contribuem para responder à questão geradora do projeto de pesquisa, qual seja: “como os planos municipais de saneamento impactam na eficiência do serviço prestado considerando os diferentes modelos de gestão das concessionárias de saneamento?”.

Nesta etapa, foi elaborada uma revisão teórico conceitual sobre o papel dos Planos Municipais de Saneamento no enfrentamento ao déficit de esgotamento sanitário. Em seguida, por meio de consulta aos sítios da web, foram coletados todos os contratos vigentes das prestadoras de saneamento com os municípios da RMC. Finalmente, foram também obtidos os Planos Municipais de Saneamento vigentes em todas as cidades dessa região. Os resultados a seguir são parciais e as análises ainda estão em andamento.

DESENVOLVIMENTO

PANORAMA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS.

A Região Metropolitana de Campinas é composta por 20 municípios: Americana, Artur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte Mor, Morungaba, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara d'Oeste, Santo Antônio de Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo (EMPLASA, 2019).

Objetivando averiguar as modalidades institucionais quanto às prestadoras de saneamento existentes nessa região, procedeu-se à identificação delas em cada uma dessas cidades. Como resultado, observou-se que: 08 prestadoras são autarquias municipais (Americana; Artur Nogueira; Engenheiro Coelho; Indaiatuba; Pedreira; Santa Bárbara D'Oeste; Valinhos e Vinhedo); 07 são sociedades de economia mista (Campinas; Hortolândia; Itatiba; Monte Mor; Morungaba; Nova Odessa; Paulínia); 02 concessionárias privadas (Holambra e Sumaré) e 03 são departamentos ou secretarias integrantes da própria administração pública direta (Cosmópolis; Jaguariúna e Santo Antônio de Posse).

Quanto à existência de Planos Municipais de Saneamento, a busca foi realizada junto aos *sites* das prestadoras e do próprio poder público. Verificou-se que: Americana elaborou seu último documento em 2017; Artur Nogueira em 2019; Campinas em 2013; Cosmópolis em 2018; Engenheiro Coelho em 2015; Holambra em 2013 e 2017, para plano de saneamento rural; Hortolândia em 2015; Indaiatuba em 2014; Itatiba e Jaguariúna em 2016; Morungaba em 2016; Nova Odessa em 2019; Paulínia em 2018; Pedreira em 2013; Santa Bárbara D'Oeste em 2019; Valinhos em 2016 e Vinhedo em 2018. Os planos de Monte Mor, Santo Antônio de Posse e Sumaré não foram localizados nos locais indicados.

À vista dessa informação, extrai-se que Campinas, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba e Pedreira deixaram de revisar seus planos no prazo legal de 04 anos, antes previsto no artigo 19, parágrafo 4º, da Lei Federal nº 11.445/07 (BRASIL, 2007).

Apenas recentemente, com a aprovação do Novo Marco Legal do Saneamento, houve alteração desse dispositivo, para que as revisões sejam feitas em até 10 anos (BRASIL, 2020).

Por meio deste panorama, a pesquisa propõe avaliar as modalidades de gestão das prestadoras de saneamento e sua eficiência em prol da universalização do saneamento básico, à luz das metas indicadas nos planos de saneamento, principalmente em tempos de Covid-19, em que este serviço age como verdadeiro instrumento de promoção da saúde pública.

DADOS SOBRE O SANEAMENTO BÁSICO NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS.

Por meio dos dados apresentados nas planilhas geradas pelo SNIS – Série Histórica (2018), foi identificado o número de habitantes, por cidade, que era atendido com abastecimento de água e esgotamento sanitário:

Cidade	População total	População com abastecimento de água	População com esgotamento sanitário
Americana	237.112	237.112 - 100%	237.112 - 100%
Artur Nogueira	53.450	48.394 - 90,5%	46.943 - 87,8%
Campinas	1.194.094	1.171.317 - 98%	1.127.154 - 94%
Cosmópolis	70.998	67.000 - 94,36%	67.000 - 94,36%
Engenheiro Coelho	20.284	14.835 - 73%	14.620 - 72%
Holambra	14.579	13.850 - 94,99%	13.121 - 89%
Hortolândia	227.353	227.353 - 100%	227.293 - 99,97%
Indaiatuba	246.908	242.863 - 98,36%	239.120 - 96,84%
Itatiba	119.090	104.522 - 87,76%	98.049 - 82,33%
Jaguariúna	56.221	54.599 - 97%	51.869 - 92,25%
Monte Mor	58.765	58.765 - 100%	51.189 - 87,10%
Morungaba	13.458	11.592 - 86,13%	11.192 - 83,16%
Nova Odessa	59.371	59.371 – 100%	59.371 - 100%
Paulínia	106.776	106.776 - 100%	106.677 - 99,9%
Pedreira	47.361	46.212 - 97,57%	46.025 - 97,17%
Santa Bárbara D'Oeste	192.536	192.536 - 100%	190.995 - 99,19%
Santo Antônio de Posse	23.085	23.000 - 99,63%	23.000 - 99,63%
Sumaré	278.571	269.786 - 96,84%	258.570 - 92,82%
Valinhos	127.123	118.352 - 93%	113.883 - 89,58%
Vinhedo	77.308	71.137 - 92,01%	63.649 - 82,33%

Tabela 01: Série Histórica de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Fonte: elaboração própria, conforme dados retirados do SNIS – Série Histórica (2018).

DISCUSSÃO E CONCLUSÃO

A pesquisa em curso pretende avaliar se: *a)* as prestadoras da Região Metropolitana de Campinas, à luz das ações constantes nos planos municipais, caminham adequadamente

para universalizar o saneamento básico e *b)* se os Planos de Saneamento apresentam avanços quanto à formulação correta de metas em prol da universalização. Para tais perguntas, será adotado como recorte temporal o período de 2007, ano da promulgação da Lei Federal nº 11.445/07, ao início de 2020.

Os dados apresentados neste resumo são preliminares e não contemplam todo período a ser estudado.

A partir dessa análise preambular, é possível verificar que o maior déficit dos municípios é quanto ao esgotamento sanitário. Acerca deste serviço, as modalidades de gestão que apresentaram índices abaixo de 90% foram: autarquias municipais (Artur Nogueira, Engenheiro Coelho, Valinhos e Vinhedo), concessionária privada (Holambra) e sociedade de economia mista estadual (Itatiba, Monte Mor e Morungaba).

Todavia, essas mesmas modalidades de gestão também apresentaram, junto de outras, índices de atendimento, referente ao esgotamento sanitário, acima de 90%: concessionária privada (Sumaré), autarquia municipal (Americana, Indaiatuba, Pedreira, Santa Bárbara D'Oeste), sociedade de economia mista municipal (Campinas, Nova Odessa), próprio município (Cosmópolis, Jaguariúna, Santo Antônio de Posse), sociedade de economia mista estadual (Hortolândia, Paulínia).

Apenas estas informações não são suficientes para demonstrar quais modalidades de gestão apresentam maior eficiência quanto ao serviço de esgotamento sanitário. Desse modo, avaliou-se quais delas possuem planos não revisados no prazo de 04 anos, antes exigido pela Lei Federal nº 11.445/07.

Isso porque, tal documento é de suma importância para que haja adequado planejamento de todas as áreas que englobam o saneamento básico. É por meio dele que: *a)* se detalha a forma *"pela qual ocorrerá a prestação de serviços de saneamento básico"* (CNM, 2014); *b)* as metas, ações, objetivos, programas e investimentos são definidos, para que o prestador do serviço seja orientado em sua atuação (ibidem, 2014); *c)* é realizado diagnóstico da realidade do saneamento básico no município, acerca do abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas (ibidem, 2014). É justamente por tais razões que os planos necessitam de revisão dentro do prazo legal, sob risco de as metas e ações previstas não serem condizentes com a realidade do município.

As modalidades de gestão orientadas por planos mais defasados são: sociedade de economia mista municipal (Campinas), concessionária privada (Holambra), autarquia municipal (Indaiatuba, Pedreira).

Por meio desses resultados, verificou-se que algumas das cidades que possuem planos mais recentes, ainda apresentam índices, quanto ao esgotamento sanitário, abaixo de 90% (Artur Nogueira, Engenheiro Coelho, Valinhos, Vinhedo, Itatiba, Morungaba).

Portanto, é imprescindível a leitura dos planos municipais, para analisar como a universalização é tratada, tendo em vista que mesmo com as atualizações ainda foi identificado déficit em nível considerável. Assim, o estudo será continuado, para avaliar, de maneira aprofundada, a eficiência e atuação de cada modalidade de gestão.

Este estudo foi financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei Federal nº 11.445/07. *Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico.* Brasília, 05 de janeiro de 2007.

BRASIL. Lei Federal nº 14.026/2020. *Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) competência para editar normas de referência sobre o serviço de saneamento, a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, para alterar o nome e as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos, a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, para vedar a prestação por contrato de programa dos serviços públicos de que trata o art. 175 da Constituição Federal, a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País, a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para tratar dos prazos para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, a Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 (Estatuto da Metrópole), para estender seu âmbito de aplicação às microrregiões, e a Lei nº 13.529, de 4 de dezembro de 2017, para autorizar a União a participar de fundo com a finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializados*. Brasília, 15 de julho de 2020.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. *Planos Municipais de Saneamento Básico: orientações para elaboração*. Brasília, 2014. Disponível em <https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca_antiga/Planos%20municipais%20de%20saneamento%20b%C3%A1sico%20(2014).pdf> Acesso em 30/07/2020.

EMPLASA. *Região Metropolitana de Campinas. 2019*. Disponível em <https://emplasa.sp.gov.br/RMC>. Acesso em 20/07/2020.

HELLER, Pedro Gasparini Barbosa; NASCIMENTO, Nilo de Oliveira; HELLER, Léo; MINGOTI, Sueli Aparecida. *Desempenho dos diferentes modelos institucionais de prestação dos serviços públicos de abastecimento de água: uma avaliação comparativa no conjunto dos municípios brasileiros.* 2012. Disponível em < https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-41522012000300010&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em 20/07/2020.

SNIS. Sistema Nacional de Saneamento Básico. *Painel do Setor de Saneamento, 2018.* Disponível em < http://www.snis.gov.br/painel-informacoes-saneamento-brasil/web/painel-setor-saneamento>. Acesso em 20/07/202.

SNIS. Sistema Nacional de Saneamento Básico. *Série Histórica, 2018*. Disponível em <http://app4.mdr.gov.br/serieHistorica/#>. Acesso em 31/07/2020.

A COMUNIDADE DA RUA MONSENHOR RUBENS MESQUITA, SALVADOR – BA: ESTAMOS EXTIGUINDO NOSSOS ESPAÇOS SAUDÁVEIS?

THE MONSENHOR RUBENS MESQUITA STREET COMMUNITY, SALVADOR – BA: ARE WE EXTINGUISHING OUR HEALTHY SPACES?

LINHA DE PESQUISA: Teoria, História e Crítica em Arquitetura e Urbanismo

BAHIA, Adriana Teixeira[1]

COSTA, Luiz Augusto Maia[2]

PALAVRAS-CHAVE: Cidade; Saúde Mental; Salvador.

KEY-WORDS: *City; Mental Health; Salvador.*

INTRODUÇÃO

O presente resumo aqui apresentado é parte da discussão da pesquisa de mestrado em desenvolvimento, que busca entender as relações entre o espaço urbano e a saúde mental. Para tanto a pesquisa se utiliza de ferramentas teóricas e empíricas em busca dessa compreensão, realizando uma revisão bibliográfica interdisciplinar e uma investigação empírica através de uma observação participante em dado território, a Rua Monsenhor Rubens Mesquita, localizada na cidade de Salvador, Bahia. Atualmente a comunidade da Rua sofre um processo de reintegração de posse contra 41 famílias movido pela Prefeitura Municipal de Salvador. Dessa forma, na discussão aqui desenvolvida, apresentamos resultados preliminares oriundos da pesquisa de campo, assim como algumas discussões que foram levantadas durante esse processo. A atividade empírica se deu através da realização de questionários, o que permitiu a aproximação com os moradores e trouxe à luz a realidade

[1] Mestranda em Arquitetura e Urbanismo, POSURB-ARQ PUC Campinas, abahia.arquitetura@gmail.com.
[2] Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, POSURB-ARQ PUC Campinas, luiz.augusto@puc-campinas.edu.br.

vivida nesse espaço, que se relacionando com a teoria abarcada deu origem a indagações a respeito de para onde a condução das nossas cidades tem nos levado.

DESENVOLVIMENTO

Em busca de estabelecer conexões entre cidade e saúde mental partimos da compreensão de que o espaço urbano é dividido em uma tecnoesfera e uma psicoesfera, tal qual apresentado por Santos (1993), sendo assim respectivamente um sistema de objetos e um sistema de ações, em uma mescla entre materialidades e relações sociais. De tal modo, entendemos que existe uma relação dialética entre a cidade e as relações sociais, na medida em que uma tem a capacidade de influenciar a outra; logo, percebemos que a cidade e o espaço urbano têm o potencial de impactar o indivíduo e a coletividade em uma escala mental, influenciando o ser humano, sua vida cotidiana, seu comportamento e emoções, e consequentemente seu bem-estar psicológico.

Paralelamente, buscamos entender saúde mental e de modo a avançar na discussão quais são os aspectos do ambiente urbano que influenciam o estado mental sejam de forma positiva ou negativa, os chamados determinantes ambientais. A Organização Mundial da Saúde (OMS) define que seus determinantes para saúde se dividem em fatores individuais: contexto familiar, genética, comportamento, interações sociais, habilidade de lidar com pensamentos e emoções dentre outros; e fatores externos: culturais, econômicos, políticos e ambientais. Desse modo, os fatores ambientais podem ser entendidos como o espaço urbano e seus elementos físicos, tais quais os espaços públicos e as moradias. Enquanto os políticos, econômicos e culturais são fatores que se relacionam com a cidade, influenciando-a e sendo por ela influenciados, assim como a tem como palco. Quanto aos fatores individuais embora em parte não possam sofrer impactos da cidade, a exemplo da genética, alguns como as relações sociais e as questões comportamentais podem ser influenciados pelo espaço urbano. O esquema apresentado abaixo (Figura 01), desenvolvido por Santana (2014) é análogo às ideias apresentadas pela OMS e nos permite visualizar os determinantes em saúde.

Figura 01: Modelo de determinantes sociais da saúde e bem-estar. Fonte: SANTANA, 2014, p. 78 adaptado de Barton e Grant, 2006

A partir da compreensão dessas primeiras relações entre cidade e saúde mental, as referências bibliográficas nos permitem avançar na discussão. Santana (2014) entende que o contexto social e a perspectiva espacial e de urbanização fazem parte da construção do estado mental, enquanto para Evans (2003), o ambiente pode afetar a saúde mental de duas formas, primeiro devido as próprias características do ambiente físico e, segundo, através das relações sociais construídas no ambiente, que podem ser por ele ampliadas ou estreitadas. O primeiro se relaciona com a moradia, a infraestrutura urbana, densidade, qualidade do ar, dentre outros. O segundo com o suporte emocional provido pelas relações sociais e de vizinhança a partir do momento que a diminuição do apoio social pode levar ao aumento do estresse psicológico. Desse modo, a pesquisa pretende analisar o espaço urbano em tela de modo a entender suas características físicas e o impacto destas em seus moradores. A

observação se deu através da pesquisa de campo e da realização de questionários. Embora, entendemos que seja necessária uma análise urbana aprofundada do espaço, no presente artigo focamos nas percepções obtidas através das realizações dos moradores e de suas percepções desse espaço, ainda que desde já, esclarecemos que se trata de um espaço urbano bem localizado, com acesso a equipamentos urbanos e serviços, e bem servido de infraestrutura urbana.

ESTUDO DE CASO

O local de estudo escolhido é a comunidade da Rua Monsenhor Rubens Mesquita, localizada no bairro do Tororó, Salvador, Bahia, situada tal qual a imagem aérea (Figura 02) abaixo. A comunidade se estabeleceu no local há, em média, 15 anos, através da ocupação e autoconstrução, fazendo valer seu direito por moradia; estabeleceram suas residências e coletivamente construíram escadarias e drenagem. Esse espaço urbano manteve-se em esquecimento até o momento em que área se valorizou do ponto de vista mercadológico, com a chegada do metrô à estação da Lapa – anterior a 2014 a estação abrigava somente terminal de ônibus. Atualmente, a Prefeitura de Salvador move um processo de reintegração de posse contra 41 famílias, com previsão de incluir futuramente outras 37. Especula-se que para a construção do estacionamento do futuro Shopping Nova Lapa.

Figura 02: Localização da comunidade da Rua Monsenhor Rubens Mesquita. Fonte: Elaborada pela autora com base em imagem aérea do Google Earth.

Desse modo, a pesquisa empírica, realizada em janeiro de 2020, além de observacional envolveu o contato com os moradores através da realização do questionário SRQ-20 (*Self Reporting Questionnaire)* da OMS, que consiste em 20 perguntas de respostas sim ou não que rastreiam transtornos não-psicóticos. As perguntas buscam rastrear sintomas de depressão e ansiedade através de perguntas cotidianas. Quanto aos resultados das aplicações do questionário, esses ainda se encontram em processo de análise, no entanto a sua aplicação foi um instrumento importante de aproximação que permitiu o contato com os moradores e deu origem a conversas capazes de elucidar a relação entre os moradores e seu bem-estar.

Para a aplicação dos questionários, foi fundamental o apoio do Presidente e do Vice-presidente da Associação de Moradores; seu aval e apoio contribuiu para a realização da amostragem proposta – 50 pessoas, pretendo abarcar as famílias sofrendo o processo de reintegração de posse, assim como a realização teve grande apoio dos próprios moradores que se uniram para conseguir novos respondentes para o questionário de modo a auxiliar a observadora participante. Durante as visitas, ficou perceptível o senso comunitário que existe na Rua, que abraçou a pesquisadora e se esforçou na conquista dos objetivos da pesquisa. No entanto, os moradores nomearam esse espírito de comunidade de outra forma, família. As relações de vizinhança nesse espaço são fortes, e se manifestam tais quais qualquer relação, com aspectos positivos e negativos, com problemas e intrigas, mas também com suporte, ajuda e carinho entre as pessoas. Desse modo, a percepção e diagnóstico inicial é de um ambiente saudável.

DISCUSSÃO

O que presenciamos, a partir das evidências dos questionários, nesse espaço urbano é a manutenção de um bem-estar mental coletivo, a qual associamos a uma qualidade de vida que tem em seu escopo, boa localização urbana, relações sociais e apoio comunitário forte; embora não possamos fazer atribuições diretas quando falamos de saúde mental, acreditamos que tais aspectos tenham efeitos positivos. Porém, envolvida em um processo de uma governança que prioriza interesses mercadológicos, essa população corre o risco de ser privada de uma localização urbana de qualidade e do senso comunitário construído, contexto que em nossa análise pode ter efeitos positivos em sua saúde mental.

Desse modo, a discussão que aqui levantamos parte dessas duas compreensões: primeiro a percepção de que a Rua Monsenhor Rubens Mesquita se trata de um espaço urbano saudável

e de que o processo de reintegração de posse movido contra a comunidade pela Prefeitura Municipal de Salvador é pautado em interesses do mercado imobiliário. Acreditamos que o que se presenciamos no caso dessa comunidade não se trata de um caso isolado, mas faz parte de um processo que vemos em toda a cidade de Salvador, que vem sofrendo com uma urbanização pautada nesses mesmos interesses. É necessário e urgente alertar para essa urbanização feroz que para além de ser prejudicial para o aspecto físico, ambiental e estrutural da cidade, também impacta negativamente os indivíduos, e tal qual acreditamos os efeitos podem ser percebidos até uma escala de saúde mental. Desse modo, denunciamos a possível destruição de uma construção coletiva, que se deu nesse espaço, em prol de particulares.

CONCLUSÃO

Por fim, reafirmamos que o tema da saúde mental não é entendido pelos autores como distante das questões urbanas. Percebemos a importância de olhar para a cidade a partir de diversas óticas, tal qual sua complexidade e multiplicidade exigem. Entendemos que o espaço urbano é capaz de influenciar as relações sociais da mesma forma que estas se territorializam e influenciam as dinâmicas da cidade. Portanto, entende-se que a cidade tem a capacidade de influenciar os indivíduos até um nível psíquico. Desse modo, buscamos aqui: (a) denunciar um processo de reintegração de posse, que entendemos ser pautado em interesses mercadológicos e não no interesse da sociedade; (b) entender os processos e estruturas que fazem parte do espaço urbano e quais e como estes podem ter influência na saúde mental coletiva; (c) alertar aos planejadores das nossas cidades a extensão dos efeitos de seus planos/projetos, para que tenham tais aspectos em consideração quando pensarem nas nossas cidades, planejando cidades que considerem os aspectos do ambiente que influenciem o bem-estar e a qualidade de vida.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

EVANS, Gary W. The Built Environment and Mental Health. *Journal of Urban Health:* Bulletin of the New York Academy of Medicine, Nova York, v. 80, n. 4, 2003. Disponível em: http://la570.willsull.net/ewExternalFiles/EvansG2003.pdf. Acesso em: 05 de abril de 2019.

SANTANA, Paula. *Introdução à Geografia da Saúde:* Território, Saúde e Bem-estar. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014.

SANTOS, Milton [1994]. *Técnica, espaço, tempo:* globalização e meio técnico-científico informacional. 4. ed. São Paulo: HUCITEC, 1998. 190 p.

SANTOS, Milton [1996]. *A Natureza do Espaço:* técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. 384 p.

SANTOS, Milton [2000]. *Por uma outra globalização:* do pensamento único à consciência universal. 18. ed. Rio de Janeiro: RJ: Record, 2009. 174 p.

WHO – WORLD HEALTH ORGANIZATION. *A user's guide to the self reporting questionnaire (SRQ)*. Geneva, 1994. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/61113/WHO_MNH_PSF_94.8.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 11 de abr. de 2019.

COMÉRCIO INFORMAL E CIDADE: ESTUDO DE CASO DAS MULHERES ZUNGUEIRAS EM LUANDA – ANGOLA

The informal commerce and the city: case study of Zungueiras women in Luanda - Angola

LINHA DE PESQUISA: Projeto, Inovação e Gestão em Arquitetura e Urbanismo

ANDRÉ, Áurea Bianca Vasconcellos[1]

LUZ, Vera Santana[2]

PALAVRAS-CHAVE: Zungueiras e comércio informal; Luanda/Angola; direito à cidade.

KEY-WORDS: *zungueiras and informal commerce; Luanda/Angola; right to the city.*

INTRODUÇÃO

Zungueiras é o nome dado para mulheres vendedoras ambulantes do mercado informal angolano, que percorrem quilômetros diariamente buscando comercializar diversos produtos tais como: alimentos, utilidades, acessórios e vestimentas. A palavra zungueira se originou do termo *zunga* da língua nacional *quimbundo*, que na sua tradução literal significa: andar à volta; circular. Trata-se de um linguajar utilizado pela população de Luanda para caracterizar os vendedores de rua, particularmente os vendedores ambulantes. Esta prática de venda em movimento é um produto de mudanças sociais, políticas e econômicas do país. Conforme Orlando Almeida Santos:

> As zungueiras circulam "entre a invisibilidade social e a presença física e paisagística nas ruas de Luanda, entre a legitimidade social da luta pela sobrevivência e a legalidade jurídica, entre os *musseques*[3], e a baixa da

[1] Mestranda em Arquitetura e Urbanismo, POSURB-ARQ PUC Campinas, aureaandre16@gmail.com.
[2] Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, POSURB-ARQ PUC Campinas veraluz@puc-campinas.edu.br.
[3] "Musseque, "originalmente, significa em quimbundo a areia vermelha, formação geológica mais comum na zona [de Luanda] e, como tal é referido em documentos do século XVII. Mas à medida que se intensifica a segregação espacial da população negra, sobretudo a partir do fim do tráfico [de escravos], passará a designar os bairros de cubatas para onde é escorraçada a população africana, na periferia da cidade, ficando o centro cada vez mais

> cidade, entre a riqueza, a ostentação dos poderosos e as carências cotidianas da maioria da população. Elas são as intermediárias, ocupando um entre-lugar (BHABHA, 1997), na medida em que construíram um novo lugar da cultura, um espaço de negociação contato e interação entre grupos e indivíduos diferentes. (SANTOS, O., 2010, p.99)

A prática da *zunga* surge no comércio informal em Luanda no período pós-colonial, como desdobramento das atividades originais das quitandeiras. Apesar de ser exercida majoritariamente por mulheres – nas quais o presente trabalho pretende se focar -, é importante mencionar que atualmente também existem homens zungueiros devido ao aumento da taxa de desemprego no país.

O estudo realizado por Orlando A. Santos (2010), revela que a *zunga* não é uma prática propriamente nova mas sim uma adaptação, mas afirma que o fluxo de vendedores ambulantes aumentou em Luanda, readquirindo a prática de vender e "cantalorizar" os seus produtos (SANTOS, O., 2010, p. 91). O cotidiano das zungueiras consiste em circular pelos armazéns, mercados, ruas e em bairros, desenvolvendo vendas de porta em porta, carregando os seus produtos geralmente na cabeça e ou nos braços.

Figura 1: Mulher zungueira com a filha às costas enquanto carrega a mercadoria na cabeça (esquerda). Mulheres zungueiras carregando mercadorias para venda (direita). Fontes: José Carlos Costa© (ONOFRE, 2008) (esquerda). William Sossai© (SEIXAS, 2020) (direita).

---

zona reservada às classes dominantes [...]. Depois o musseque vai ser o símbolo espacial duma diferenciação social com base na raça, embora nunca expressamente admitida e talvez nunca absolutamente realizada". (PEPETELA, 1990, p. 68-69). Cubata, palavra originada do termo em *quimbundo kubata*, significa casa, se define como "habitação de algumas aldeias africanas, feita de cana e folhas e coberta de capim seco em camadas." (DICIONÁRIO INFOPÉDIA DA LÍNGUA PORTUGUESA, 2003-2020).

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimnto (PNUD, 2014), as zungueiras vivem em condições de extrema pobreza da mesma forma que mais de 50% da população angolana, que sobrevive com apenas $ 1,25 por dia, equivalente hoje a aproximadamente R$ 6,31. A maioria das zungueiras vive em zonas periféricas ou nos bairros informais, conhecidos por *musseques*. Como expusemos, os *musseque*s são assentamentos informais que correspondem aos caniços em Moçambique, *slums* na Índia e favelas no Brasil.

A maioria destes bairros são desprovidos de infraestrutura adequada ou serviços básicos como saneamento de esgotos, recolhimento de resíduos e água potável, sendo caracterizados por habitações precárias, sem garantia fundiária ou proteção jurídica contra remoções forçadas e outras ações, que tendem a violar seus direitos humanos. Pantoja aponta a estratificação urbana em Luanda desde o período colonial:

> Foi justamente na virada do século XIX e XX, que a cidade de Luanda passou por uma reconstrução de seu espaço urbano. Remodelando o seu aspecto físico com cuidados com a higiene e aparência, construindo largos e praças, o governo colonial preparava as reformas que tencionavam criar o projeto civilizador na África. [...] Alguns lugares da cidade foram transformados em pontos privilegiados. Mercados e feiras acabaram transferidos para bairros mais periféricos, ou foram construídos novos edifícios dentro da lógica urbana colonial e sob os princípios da Câmara Municipal (Pantoja, 2000:182). As quitandeiras que não conseguiam pagar o preço de um espaço nas novas quitandas tiveram que mudar para a periferia da cidade. Outras se mantiveram como ambulantes no centro do espaço urbano luandense (Pantoja, 2000:2-3). (PANTOJA 2008, p. 128). (PANTOJA apud QUEIROZ, 2000, p. 40).

Virgínia Inácio dos Santos (2010) discute o êxodo rural e a ativa participação feminina e seus sofrimentos no longo período de guerra em Angola, e a condição de vida urbana das mulheres após os conflitos, em que:

> [...] a maior parte das mulheres angolanas são encontradas nos mercados ou dentro das casas como empregadas domésticas ganhando o equivalente a US$ 50. Outras são encontradas nas esquinas das ruas trocando dólar; outras, como vendedoras ambulantes, vendendo desde peixe, frutas, legumes, aperitivos, roupas, brinquedos, água gelada nos saquinhos, aos mais diversos produtos; outras são encontradas sentadas em frente às suas casas debaixo de tendas esperando serem pagas, pois são as chamadas muambeiras, discriminadas, mas que contribuem muito com seus produtos para a diversidade e o livre comércio, permitindo assim uma opção. São elas, na maioria, que asseguram a renda familiar. Custeiam os estudos dos filhos e mantêm seus maridos, muitos deles desempregados ou funcionários públicos que têm como salário básico o equivalente a quase 100 dólares. Recebidos, na maior parte das vezes, com atraso de três a seis meses. (SANTOS, V. I., 2010)

As zungueiras procuram estratégias de resistência e sobrevivência contra o sistema político administrativo local que continuamente desconsidera e procura eliminar a prática do comércio informal, deixando-as muitas vezes vulneráveis, ou mesmo invisíveis à política e a sociedade,

no que diz respeito a direitos fundamentais e valor cultural. Infelizmente a prática é marginalizada pelos órgãos públicos e, em muitas ocasiões os fiscais policiais as perseguem usando força e violência para expulsarem as zungueiras de áreas de circulação, acabando por vezes em morte destas mulheres.

A presente pesquisa tem como objetivo analisar o comércio informal das zungueiras em Luanda a partir de suas raízes coloniais e a conjuntura contemporânea em que a postura do estado atua como repressora, privilegiando as transformações urbanísticas que buscam uma cidade moderna pós-colonial. Procura-se identificar rupturas e lacunas na lei angolana e contribuir para debates sobre a inserção do mercado informal nas políticas públicas urbanas e nas leis de comércio angolano, considerando essas comunidades como patrimônio cultural.

DESENVOLVIMENTO

A metodologia deste estudo prevê a consideração a aspectos da estruturação urbana de Luanda na reconstrução pós-guerra e o papel da mulher de baixa renda neste contexto, debruçando-se sobre o fenômeno do comércio informal tendo como estudo de caso as zungueiras e suas relações sociais. Como quadro teórico serão articuladas as noções de direito à cidade, a partir de Lefebvre (1968), de epistemologias do sul, conforme conceituada por Boaventura Souza Santos (2018) e de circuito inferior e superior, de acordo com Milton Santos (2004). Serão considerados estudos acadêmicos de temas análogos, seus pressupostos, métodos e resultados, marcos legais fundamentais do país relacionados ao tema, notícias em jornais e, se possível, observações em campo e documentação fotográfica. A pesquisa se dará pelo estudo da literatura especializada a respeito dos principais condicionantes do processo de urbanização e para entendimento da ressignificação dos espaços urbano luandense a partir de leis e regulamentos concernentes ao comércio informal tendo como foco a situação atual das vendedoras ambulantes. Completará a pesquisa um estudo comparativo entre características dos fenômenos das zungueiras em Luanda, Angola e das quitandeiras em Salvador, Bahia.

DISCUSSÃO

Tendo como premissa as inúmeras mortes das vendedoras ambulantes em Luanda sob a justificativa de desordem pública, pretende-se trazer o debate sobre paisagem cultural,

políticas públicas urbanas e informalidades no tecido urbano, cujo foco é a compreensão do processo de urbanização e entendimento da ressignificação dos espaços urbanos a partir da relação de vivência entre os entes que usufruem desse espaço.

A Constituição da República de Angola define como garantias no artigo 21º., como Tarefas Fundamentais do Estado angolano, entre outras: "[...] b) Assegurar os direitos, liberdades e garantias fundamentais; c) Criar progressivamente as condições necessárias para tornar efectivos os direitos económicos, sociais e culturais dos cidadãos; d) Promover o bem-estar, a solidariedade social e a elevação da qualidade de vida do povo angolano, designadamente dos grupos populacionais mais desfavorecidos (ASSEMBLEIA CONSTITUINTE, 2010).

Entende-se a necessidade em analisar o desenho urbano da cidade a fim de compreender as dinâmicas socioespaciais que ocorrem no planejamento urbano – o que conduz à formação de fronteiras imaginárias dentro do próprio tecido de Luanda, bem como o processo de gentrificação em partes da cidade em função de personagens que participam dessa paisagem cultural.

Apresenta-se, aqui, uma abordagem diferente do conceito do informal em Angola, acredita-se que informalidade faz parte do meio urbano das cidades africanas, sendo uma forma de auto-organização e meio de subsistência que interfere no espaço urbano. Em analogia a Queiroz (2016):

> A auto-organização como resposta popular aos obstáculos do cotidiano urbano tem despertado uma nova visão sobre as cidades africanas, como exposto pelo urbanista Abdou Maliq Simone sobre as cidades do sul global: Há algo acontecendo, esforços estão sendo feitos, trazendo novos meios de ganhar a vida, de ajudar outras pessoas e criar cidades interessantes (SIMONE, 2011). A informalidade faz parte do conjunto popular de auto-organização, é um meio de apropriação e de produção do espaço. (QUEIROZ, 2016, p. 37)

A informalidade no meio urbano e a organização hegemônica representam uma relação paradoxal de interdependência.

CONCLUSÃO

A presente pesquisa pretende construir um arcabouço teórico passível de apontar para diretrizes para ações e políticas públicas concernentes ao amparo ao comércio informal luandense, considerando-o como patrimônio cultural, geração de renda, fortalecimento social e de identidades, que tem como característica a potencialização dos espaços urbanos evitando a hegemonia. O exercício da *zunga* e dos meios de vida das zungueiras, como

estudo de caso, pode descortinar instrumentos para um panorama diferenciado do atual. Entende-se que a busca por uma imagem moderna da cidade não condiciona um processo de requalificações urbanas com características europeias onde o local é considerado informal e depreciativo e que arquitetura e o urbanismo podem constituir ferramentas de revolução epistemológica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSEMBLEIA CONSTITUINTE. *Constituição da República de Angola*. Luanda: Imprensa Nacional de Angola, 2010.

BHABHA, H. K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

DICIONÁRIO INFOPÉDIA DA LÍNGUA PORTUGUESA. Porto: Porto Editora, 2003-2020. Disponível em: <https://infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/cubata>. Acesso em: 07 jun. 2020.

SANTOS, V. I. A situação da mulher angolana: uma análise crítica feminista pós-guerra. *Mandrágora*, v.16, n.16, p.39-62, 2010. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/MA/issue/view/157>. Acesso em: 15 jul. 2020.

LEFEBVRE, Henri. *Direito à Cidade*. São Paulo: Documento, 1968.

ONOFRE, C. Angola: Zungueiras enfrentam vida dura com dignidade e coragem: *Global Voices em Português*. 2 novembro, 2008. Disponível em: <https://www.google.com/amp/s/pt.globalvoices.org/2008/11/02/angola-zungueiras-enfrentam-vida-dura-com-dignidade-e-coragem/amp/>. Acesso em: 22 mar. 2020.

PNUD. PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. *Relatório do desenvolvimento humano 2014*: sustentar o progresso humano: reduzir as vulnerabilidades e reforçar a resiliência. Washington: Communications Development, 2014. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2014_pt_web.pdf>. Acesso em: 22 mai. 2020.

PANJOTA, Selma. *Angola e as angolanas*: memória, sociedade e cultura. São Paulo, Intermeios, 2016.

PEPETELA. *Luandando*. Porto: Elf Aquitaine, 1990.

QUEIROZ, L. H. C. R. de. *Entre legados coloniais e agências*: as zungueiras na produção do espaço urbano de Luanda. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Universidade de Brasília, 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Construindo as epistemologias do Sul*: antologia essencial: para um pensamento alternativo de alternativas. V. I e II: Buenos Aires: CLACSO, 2018.

SANTOS, Milton. *O espaço dividido:* os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, Orlando Almeida dos. *Do pregão da avó Ximina ao grito da zungueira*: trajetórias femininas no comércio de rua em Luanda. Dissertação (Mestrado). Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

SEIXAS, M. A zungueira. *Medium Corporation*, 2 mar. 2002. Disponível em: <https://medium.com/@mi-seixas/a-zungueira-a52354e5b0a>. Acesso em: 27 mar. 2020.

SIMONE, A. M. Between ghetto and globe: remaking urban life in Africa. IN: TOSTENSEN, Arne; TVEDTEN, Inge; VAA, Mariken (Ed.). Associational life in African cities: popular responses to the urban cities. Nordiska Afrikainstitutet, 2001, p.46-63.

PRODUÇÃO HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE: ESTUDO COMPARATIVO ENTRE POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS E DE PAÍSES CAPITALISTAS COM ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL CONSOLIDADO

Social Housing Production in Contemporary: a comparative study between Brazilian public policies and those of capitalist countries with a consolidated Welfare State

LINHA DE PESQUISA: Teoria, História e Crítica em Arquitetura e Urbanismo

MAROSO, Caio Barbato [1]

COSTA, Luiz Augusto Maia[2]

PALAVRAS-CHAVE: Habitação de Interesse Social; Políticas Públicas; Estado de Bem-Estar Social.

KEY-WORDS: *Social Housing; Public Policy; Welfare State.*

INTRODUÇÃO

A habitação popular brasileira é entendida como um problema público, teoricamente, a partir de 1870. (BONDUKI, 2011). Em 150 anos, além da inclusão do direito à moradia digna na Constituição Federal, houve três iniciativas públicas principais: 1) Institutos de Aposentadoria e Pensões , uma iniciativa coletiva que produziu um número insignificante de unidades habitacionais, em comparação com o déficit habitacional entre 1930 e 1960; 2) Banco Nacional da Habitação (BNH), atuou no governo ditatorial (1964-1986), fornecendo mais de quatro milhões de unidades com baixa qualidade construtiva, arquitetônica e urbana; e 3) O programa Minha Casa Minha Vida (2009-2017), sofreu críticas semelhantes às do BNH, mas foi pioneiro na inclusão de indivíduos com renda zero e informal, incluindo mulheres como

[1] Doutorando em Arquitetura e Urbanismo, POSURB-ARQ PUC Campinas, caio.arqui@gmail.com.
[2] Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, POSURB-ARQ PUC Campinas, luiz.augusto@puc-campinas.edu.br.

chefes de família. Alocou grande parte do custo das unidades não reembolsáveis, como subsídio ao acesso à casa própria. (BONDUKI, 2014). O objetivo principal desta pesquisa se concentra no estudo comparativo entre as políticas públicas habitacionais brasileiras e escandinavas. O método proposto irá comparar, por diferenças, dois estudos de caso paradigmáticos. No Brasil, será utilizada a Região Metropolitana de Campinas; e na Escandinávia, as cidades de Malmo (Suécia) e Copenhague (Dinamarca), conectadas pela ponte Öresund, para complementar empregos e moradia; definindo o recorte territorial. A comparação utilizará critérios políticos, econômicos, sociais e estéticos, como: participação pública e privada; participação e conquistas sociais; avanços e consolidação do Estado de Bem-Estar Social; resultados arquitetônicos; consolidação do planejamento urbano; etc. A análise proposta, apoiada no conceito de Sistema Mundo (HOBSBAWM, 2011), relacionará as políticas públicas de habitação e os modelos de Estado da Previdência Social de ambos os casos, entre 1920 e 2020. As consequências, no processo de formação do território, das políticas públicas habitacionais são interessantes a partir de diferentes modelos de bem-estar e previdência social. Enquanto os escandinavos estavam sob o modelo social-democrata, no Brasil prevaleceu a lógica liberal e meritocrática, constituindo a hipótese desta pesquisa. Os resultados esperados devem apontar para as relações entre a qualidade da habitação, em relação à própria construção e sua inserção no território, e o viés político-ideológico de cada Estado.

DESENVOLVIMENTO

RELAÇÕES ENTRE CAPITALISMO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO CONSTRUÍDO

Harvey (2005, 2011) analisa a produção e a transformação do espaço construído a serviço da reprodução do capital. Alguns investimentos se destacam nessa investida, como a produção e a transformação dos territórios. Além desses, a produção de pesquisa científica, o turismo e a indústria de tecnologia de ponta são outros campos de investimento na busca pela reprodução do capital. O sistema capitalista exige a abertura de novas frentes para investimento, sendo a conquista de novos mercados e a quebra de barreiras que impossibilitem a livre circulação do capital, necessárias para a sobrevivência desse sistema. Assim também acontece com negociações do espaço urbano. O sistema capitalista exige um crescimento de 3% ao ano e, quando não se atinge essa meta, esse sistema entra em crise. Para o autor, as crises sistemáticas pelas quais o sistema vem passando, e que cada vez

estão mais recorrentes, como a crise estadunidense de 2008, são sinais da sua insustentabilidade.

Podemos entender os interesses particulares no processo de urbanização dispersa, já que nele é percebida a intenção da investida do capital, na busca por sua reprodução. A dispersão urbana, com os fenômenos que produz no território, proporciona diversos campos para essa reprodução, seja com a construção e reconstrução dos aparatos físicos ou pela necessidade dos grandes deslocamentos. Mesmo as decisões públicas parecem intensificar esses fenômenos ao investirem na indústria automobilística, proporcionando que mais pessoas se utilizem do veículo particular individual para se movimentarem, em detrimento de maiores investimentos em transporte público.

Dessa forma, observamos a Região Metropolitana de Campinas como o local de intuito para a seleção do estudo de caso a ser realizado, por ser uma região que se desenvolveu, e se desenvolve, sob a égide da urbanização dispersa, como base para o estudo comparativo com o estudo de caso selecionado em um dos países nórdicos, como um dos objetivos desta pesquisa. Consideramos, assim, que a produção capitalista do espaço construído muito altera as dinâmicas presentes nas políticas públicas habitacionais, tanto no caso brasileiro quanto no escandinavo. Por isso, entendemos ser necessário aprofundar as investigações nesse sentido, em ambos os territórios.

ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL – CONCEITOS E APLICAÇÕES

O termo Welfare State não possui, unanimemente, uma data definida para seu primeiro aparecimento. Entretanto, existe o entendimento de que ele é anterior a 1860, quando Émille Oliver deputado republicano francês, criticou o aumento das atribuições do Estado ao tentar equilibrar os interesses públicos e privados, o que no entendimento dele seria o “Estado-providência”. Por outro lado, a conceituação aconteceu em 1941, quando William Beveridge colocou os princípios do Welfare State no documento conhecido por Plano Beveridge, que trata sobre o atual Sistema Britânico de Segurança Social e teve repercussão em diversos países. Entre meados dos séculos XIX e XX, diversos países europeus iniciaram e consolidaram políticas de seguridades social, como as Poor Laws inglesas e as Wohfahrstaat ou Sozialstaat alemãs, que surgiram como os primeiros elementos do que viria a ser o Estado de Bem-Estar Social. (BOBBIO, 2011; FIORI, 1997; NOGUEIRA, 2001)

Após o longo período de acumulação de capital – desde o século XIX até o final da terceira década do século XX – e de algumas crises, as décadas de 40, 50 e 60 (do século XX) são entendidas como a Era de Ouro do sistema capitalista, que se instalou na passagem da idade média para a idade moderna, se desenvolveu e consolidou, e perdura até a contemporaneidade. Neste período – demarcado aqui entre 1940 e 1969 – houve avanços importantes e consideráveis na construção do Estado de Bem-Estar Social, como o conhecemos atualmente. Justamente o acúmulo do capital, que se deu anteriormente, e os excedentes, fizeram com que parte dos investimentos – buscando a reprodução – fosse colocado nas garantias de direitos dos cidadãos. (ARRIGHI, 1996; EITERER, 2016; PRADO, 2004)

O Estado de Bem-Estar Social não pode ser entendido apenas como direitos e garantias, mas o modo como se entrelaçam esses direitos e os conceitos de mercado e cidadão, conceitos esses que serão tratados mais adiante. Apesar do conjunto de regras colocados por essas políticas ser importante, só é possível entender o funcionamento delas, se analisando como elas foram desenvolvidas nos diferentes países, culturas e regimes políticos. Consequentemente, se assumirá três tipos de Estado de Bem-Estar Social, baseadas nas teorias de Titmuss e Esping-Andersen: liberal; conservador; e social-democrata. (ESPING-ANDERSEN, 1991; FIORI, 1997; NOGUEIRA, 2001)

Esping-Andersen (1991) baseia suas teorias nos estudos pioneiros de Titmuss, para propor as três categorias de estudo, numa tentativa de sistematizar características que se aproximassem. Por se tratarem de legislações específicas de cada Estado-nação e, às vezes, de cada subdivisão desses Estados, existe demasiada pluralidade na maneira como acontecem as proteções sociais. O autor propôs a categorização atrelada à ideologia política predominante, que resultaram nas três categorias. De forma geral, o autor percebeu uma relação entre a natureza das proteções sociais e a ideologia política dos Estados. Ainda que haja alterações na ideologia política predominante em cada caso – latino-americano, norte-americano, europeu, escandinavo –, e, portanto, nas políticas públicas, historicamente existe certa predominância de uma das categorias.

As teorias mencionadas apontam para três modelos de Estados de Bem-Estar Social. O modelo Liberal prevê ação limitada do Estado, com pouca intervenção, sempre pontual e temporária. O Estado espera que os problemas sejam resolvidos pelas instâncias tradicionais (como a família e a comunidade). Se não há solução, então o Estado intervém. Nesse modelo,

os riscos sociais são atribuídos à incompetência e ao desleixo. Aparentemente, esse modelo pode ser encontrado no Brasil e em outros países da América Latina. (DRAIBE, 2006; FIORI, 1997; MESA-LAGO; ISUANI, 1991)

O Modelo Meritocrático prevê a intervenção estatal como uma forma de organizar as proteções, mas não de subsidiá-las ou financiá-las. O direito às proteções organizadas pelo Estado advém com o trabalho formal, financiado em boa parte pelos empregadores, mas também pelos empregados, de forma que o acesso à segurança social é por mérito, ou seja, pela capacidade produtiva. Se tem emprego, tem direitos e segurança, colocando a responsabilidade sobre o indivíduo e sobre a sua capacidade de produção. O empregador oferece condições seguras ao trabalhador, que lhe responde com lealdade e subordinação. Esse modelo parece ser aplicado em países como os Estados Unidos da América. (FIORI, 1997; NOGUEIRA, 2001)

Já no modelo Socialdemocrata a proteção é social e inclusiva, o bem-estar é visto como elemento estruturador da nação. Os serviços e benefícios são garantidos como direitos sociais, e representa a garantia de um patamar de igualdade a todos. A intervenção estatal é prevista para garantir esses direitos, inclusive com financiamentos e subsídios, independentemente da produção individual. A adesão de todos ao Estado de Bem-Estar Social aumenta o comprometimento, como o pagamento de impostos, mesmo altos. Esse modelo parece representar uma fusão entre o liberalismo e o socialismo, podendo ser encontrado em países da Europa, sobretudo os nórdicos, que também são foco deste estudo. (FIORI, 1997; NOGUEIRA, 2001)

As categorias propostas Esping-Andersen (1991) não são estáticas, mas se relacionam e interagem entre si. Talvez o mais importante seja a determinação de um modelo de formação política das classes trabalhadoras e da formação de consensos políticos na fase de transição de uma sociedade rural para uma sociedade de classe média. Ou seja, o modelo de Estado de Bem-Estar Social que se apresenta em determinado país é um retrato da maneira como se deu a transição de sua população dos campos para a cidade, para a produção industrial. Em outras palavras, como se organizou a burguesia e o proletariado. (NOGUEIRA, 2001)

Julgamos importante frisar as relações entre os dois modelos de bem-estar, brasileiro e escandinavo, com a essência e o acesso às políticas públicas consolidadas nos dois casos. O comprometimento e o entendimento popular sobre elas parecem ter relação intrínseca com

o sucesso da aplicação e da qualidade de vida proporcionada. Além disso, esse mesmo entendimento proporciona a manutenção do bem-estar, mesmo com reduções, em períodos que tendem ao liberalismo econômico no cenário mundial.

DISCUSSÃO

Nos parece clara a presença de uma relação entre modelo de bem-estar, políticas públicas habitacionais e formação do território. A questão a que propomos nos debruçar é, justamente, entender essa relação e como ela tem funcionado, no último século, no Brasil e na Escandinávia. O foco do estudo é a formação do território, mas compreendido por intermédio dos outros dois componentes. Compreenderemos os territórios em tela por meio dos dois estudos de caso, analisando diferentes conjuntos habitacionais de cada caso, utilizando os parâmetros indicados na metodologia.

Acreditamos que os modelos de bem-estar influenciam no funcionamento das políticas públicas habitacionais e, portanto, na produção e na provisão da habitação social. Possivelmente eles ditam o público-alvo das unidades, as qualidades da edificação, as regras e condições da incorporação, entre outros quesitos que alteram significativamente a formação do território. No modelo nórdico, a garantia do direito à moradia digna nos parece exercer uma forte influência sobre as condições urbanas, como desenho e violência.

No caso brasileiro, as políticas públicas habitacionais – resultantes de um modelo clientelista e meritocrático do bem-estar – foram historicamente excludentes e não universais. Por isso, via de regra, o déficit habitacional faz com que as cidades brasileiras apresentem áreas ocupadas sem desenho e infraestrutura urbanos – como no caso das favelas e ocupações irregulares –, bem como altos índices de violência urbana, entre outros problemas, que entendemos como sintomas da falta de moradia digna.

CONCLUSÃO

Esperamos observar, por meio do método proposto para a pesquisa em tela, que o modelo social-democrata criou política públicas habitacionais mais universais e inclusivas, que repercutiram na formação de um território menos desigual e mais coeso. Por outro lado, entender que o modelo liberal e meritocrático criou programas habitacionais excludentes, que afetaram a formação de um território fragmentado e desigual, permeado pela presença de áreas irregulares que abrigam parte da população que não tem acesso à moradia formal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRIGHI, G. O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BOBBIO, N. A Era dos Direitos. Rio de Janeiro: Elservier, 2011.

BONDUKI, N. Os Pioneiros da Habitação Social no Brasil: volume 1. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

_____. Origens da Habitação Social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. 6 ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.

DRAIBE, S. Estado de Bem-Estar, desenvolvimento econômico e cidadania: algumas lições da literatura contemporânea. *Reformas Institucionais e Políticas Sociais.* Caxambu, 24-28 de outubro de 2006.

EITERER, A. F. *Espaço e Ciclo Sistêmico de Acumulação: a dinâmica espacial do capitalismo histórico*. 2016. Monografia (Graduação em Geografia) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

ESPING-ANDERSEN, G. As Três Economias Políticas do Welfare State. Lua Nova, n. 24, p. 85–116, 1991.

FIORI, J. Estado de Bem-Estar Social: padrões e crises. Revista Saúde Coletiva, v. 7, n. 2, p. 129–147, 1997.

HARVEY, D. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. O Enigma do Capital. São Paulo: Boitempo, 2011.

HOBSBAWM, E. Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo. 6 ed. São Paulo: Forense Universitária, 2011.

MESA-LAGO, C.; ISUANI, E. A. La Seguridad Social en America Latina: Problemas y Recomendaciones. Cepal Review, 1991.

NOGUEIRA, V. M. R. Estado de bem-estar social: origens e desenvolvimento. Katálysis, v. 5, n. jul-dez, p. 89–103, 2001.

PRADO, F. C. *A Expansão Financeira do Ciclo Sistêmico de Acumulação Norte-Americano e seu Impacto na Dívida Externa da América Latina: o caso do Brasil*. 2004. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

APLICAÇÃO DA ARQUELOGIA DA ARQUITETURA NA ANÁLISE COMPOSITIVA DOS CASARÕES DO CENTRO HISTÓRICO DE CUIABÁ/MT

APPLICATION OF ARCHITECTURE ARCHELOGY IN THE COMPOSITIVE ANALYSIS OF HOUSES IN THE HISTORICAL CENTER OF CUIABÁ/MT

LINHA DE PESQUISA: Ambiente Construído e Sustentabilidade

CAMPOS, Daniel Silva[1]

SOUKEF JR, Antônio[2]

PALAVRAS-CHAVE: Ensaios de caracterização de solos; Preservação; Patrimônio Edificado; Terra Crua; Centro Histórico.

KEY-WORDS: *Soil characterization tests. Preservation. Edified Heritage. Raw Earth. Historic center.*

Introdução

Os centros históricos são responsáveis pela valorização do passado expressivamente aparente em todas as formas atribuídas nos espaços físicos, sejam eles nas ruas, nas praças ou nos ambientes construídos. Representam parte, portanto, da história da cidade e de seus habitantes. Nesse contexto, a presente pesquisa tem como foco os estudos de caracterização e descrição da composição e dos quantitativos dos materiais constituintes dos métodos construtivos de casarões centenários edificados com o uso da terra crua, localizados no centro histórico de Cuiabá. Como metodologia, foram elencados seis procedimentos laboratoriais como meio para a caracterização da taipa e adobe de cada um dos sete casarões estudados. Espera-se que os resultados obtidos a partir dessa proposta corroborem com a preservação do patrimônio edificado local, além de possibilitar a continuidade de pesquisas com a mesma temática.

[1] Mestrando em Arquitetura e Urbanismo - UNIVAG, arqdanielcampos@gmail.com.
[2] Professor Doutor do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, UNIVAG, asoukef@gmail.com.

DESENVOLVIMENTO

A cidade é, acima de tudo, caracterizada pela centralidade, que reflete o alto significado simbólico, a acessibilidade e a densidade do centro urbano cujo valor é invariável. A centralidade existe desde que as urbes surgiram e não pode ser separada de seu significado. Em suma, a centralidade é parte essencial da definição de cidade (HASSENPFLUG, 2007). Com o advento do crescimento populacional há o surgimento de novas centralidades, Donzelot (2010) e Hall (2017) explicitam que a cidade contemporânea possui três zonas principais: zonas de gentrificação para os centros urbanos com ilhas de habitação popular; ponto de partida das classes médias para as zonas de alojamentos uniformemente modestos em territórios do entorno urbano e zonas de exílio em periferia coletiva para os mais desfavorecidos e as novas classes perigosas.

Desse modo, a importância dada à recuperação dos centros das metrópoles, atualmente, se deve ao fato de melhorar a aparência da cidade, perpetuar a sua história, e consequentemente criar um espírito de comunidade e pertencimento.

> Significa, também, promover a reutilização de seus edifícios e a consequente valorização do patrimônio construído; otimizar o uso da infraestrutura estabelecida; dinamizar o comércio; gerar novos empregos. Em suma, implantar ações em busca da atração de investimentos, de moradores, de usuários e de turistas (VARGAS e CASTILHO, 2009, p. 5).

Neste contexto, o patrimônio histórico edificado representa em si um conjunto variado de valores que identificam os edifícios e os diferenciam das construções comuns. Significam valores arquitetônicos, valores históricos, simbólicos e de identidade – por representarem em formato físico parte história dos construtores e da localidade – e também valores emocionais, pois estão diretamente ligados à memória da cidade. Determinadas construções também representam valores sociais, econômicos, políticos e/ou religiosos.

As construções existentes fazem parte desses acontecimentos, e a partir do reconhecimento da representatividade de um edifício quanto à história de um lugar, sua preservação passa a ser um direito, independentemente de ser um edifício de caráter monumental ou esteticamente simples (MARCUSE, 1998 apud VARGAS; CASTILHO, 2006).

A relevância do centro histórico, de todo o seu casario e do seu traçado urbano são reconhecidos por Conte e Freire (2006), quando expõem que o centro é a própria história da cidade. Seu espaço urbano e arquitetura dão-lhe personalidade histórico-cultural e conferem-lhe identidade.

Ao se tratar dos materiais tradicionalmente usados nessas construções, Dal Agnol et. al. (2016) esclarece que, de maneira geral, a maioria dessas habitações não foi construída por profissionais, mas sim por pessoas comuns que adquiriram conhecimento por meio de um processo contínuo, com sucessivas adaptações às necessidades sociais e ambientais; o que comumente se classifica como moradia popular.

A autora ressalta ainda que a essa arquitetura popular, exercida sem conhecimento erudito, foi dado o nome de vernacular. Isto mostra que, apesar de sua simplicidade, a arquitetura vernacular e popular tem um grande valor patrimonial, já que, além de carregar um importante conhecimento sobre estratégias bioclimáticas, também expressa a imagem e a identidade de uma região. Em vista disso, entende-se a arquitetura de terra crua como uma prática diretamente ligada ao pertencer e, consequentemente, à sustentabilidade. Ferreira et. al. (2015, p. 64) complementa

> Diante da comum escassez de recursos na região, "a simplicidade unia-se à racionalidade, resultando na aplicação de técnicas e soluções que, embora rudimentares, maximizavam o aproveitamento dos materiais e das energias disponíveis.

Sobre essa arquitetura, é sabido que muitos dos casarões históricos centenários e emblemáticos desse conjunto protegido foram construídos com a utilização de materiais facilmente encontrados na região, sendo eles a taipa de mão e de pilão e, majoritariamente, de alvenaria de terra crua, popularmente conhecido como adobe. Muito embora o processo de restauração de um imóvel histórico necessite do emprego de sistema construtivo, conforme a construção original ou remanescente, em muitos casos, utiliza-se materiais contemporâneos por falta de mão de obra habilitada para trabalhar com o sistema vernacular, resultando em intervenções superficiais, irregulares e que derivam em anomalias futuras.

Nesse contexto, conforme explicita TIRELLO (2013), a etapa de diagnóstico – realizada com métodos e instrumentos diversos – tem como objetivo a identificação das causas e reconhecimentos dos processos degenerativos dos materiais. A investigação da composição dos materiais utilizados, a análise das técnicas de execução, o estudo minucioso das intervenções pelas quais determinado imóvel sofreu e a cronologia temporal das construções, possibilitam novos nexos entre a procedência e a tecnologia utilizada nesses métodos construtivos, resultando em dados que baseiam intervenções concretas e assertivas.

Paralelamente ao diagnóstico, têm-se a arqueologia da arquitetura. Essa nova disciplina trata-se de estudos que se estruturam em análises estratigráficas e exames micro analíticos de materiais compositivos de edifícios, resultando na viabilização da leitura e interpretação dos materiais e no aprofundamento da cultura material dos povos. (TIRELLO, 2006, p. 1)

Em outra publicação, a autora complementa

> O estudo de edifícios de interesse histórico-cultural, na perspectiva da arqueologia da arquitetura, mais que instrumentalizar profissionais para seu restauro, deve prestar-se à efetiva ampliação dos conhecimentos sobre os objetos estudados. Define-se e orienta-se por uma série de procedimentos encadeados: leituras de documentos tradicionais, exames empíricos de campo, levantamentos métricos minuciosos, estudos de técnicas construtivas e artístico-artesanais, análises dos sistemas de construção e materiais constitutivos característicos, diagnósticos do tipo de degradação e, também, quando necessários, por exames efetuados com instrumentos de precisão Tirello (2007, p.150-152).

Corroborando com a temática, Borges (2019, p.34) traz à tona que a Arqueologia da Arquitetura se apresenta como o estudo sistematizado que pretende dar resposta a uma busca sistemática para compreender o objeto arquitetônico antes de intervir no mesmo. Esta é caracterizada pelo uso do método de análise estratigráfico, sendo este uma "(...) *metodologia específica de registo e interpretação do património edificado (…) baseada no método arqueológico e aplicada ao estudo das estruturas edificadas em toda a sua complexidade."* (*apud* LACERDA e RAMALHO, 2006, p.5)

Nessa conjuntura, os métodos estratigráficos são essenciais para que haja o reconhecimento da cronologia histórico-arquitetônica da complexidade construtiva de um edifício, desde que haja parâmetros para a comparação. Afinal, como datar com precisão os anexos construtivos que uma arquitetura sofreu ao longo de sua vida? No contexto da arqueologia da arquitetura, fragmentos minúsculos, texturas e cores diferenciadas podem se constituir em indicadores temporais que, revelando as evidências do tempo passado. (TIRELLO, 2007, p.150)

Contextualizando a área de estudos, a área tombada do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Cuiabá possui 13,1ha e compreende aproximadamente mil edifícios remanescentes dos séculos XVIII, XIX e XX, revelando o traçado urbano colonial em toda sua integridade (IPDU, 2010, s.p.).

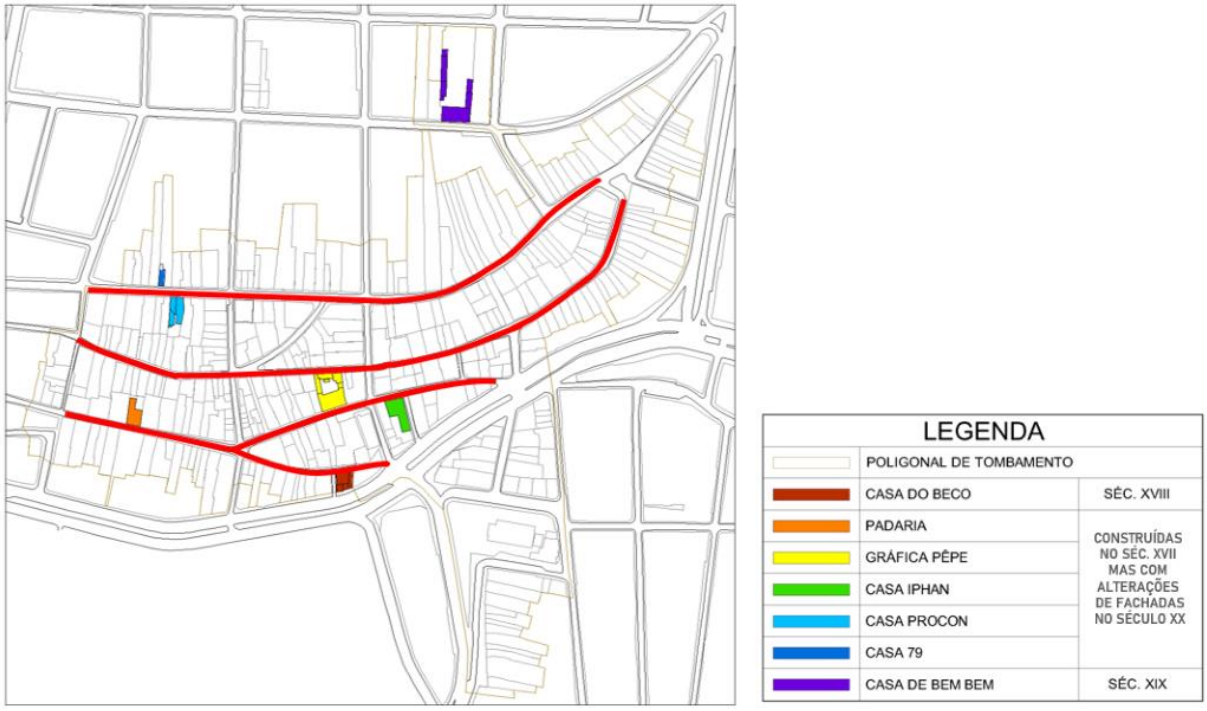


Figura 01: Mapa de localização dos imóveis estudados. Fonte: IPHAN/MT/2007 adaptado pelo autor (2020).

Para a presente pesquisa, foram elencados sete imóveis localizados na área de tombamento construídos entre esses três séculos (Figura 01) – conforme registros fotográficos. Os critérios principais para seleção seguem dois fatores: localização (optou-se por imóveis localizados nas três principais vias formadoras do centro antigo, as populares Rua de baixo, Rua do meio e Rua de cima) e métodos construtivos (todos os imóveis selecionados foram edificados em taipa e passaram por ampliações em adobe, de acordo com levantamentos in loco).

DISCUSSÃO

A metodologia utilizada para a realização da pesquisa, de caráter qualitativo, foi planejada a partir de dois trajetos investigativos principais: revisões bibliográficas de publicações e periódicos obtidos por meio de bases de dados de maior relevância acadêmica nacional e internacional a fim de entender as diferentes abordagens e estudos sobre o tema; paralelamente, serão descritos os processos e métodos a serem utilizados nos ensaios em laboratório.

Quanto aos ensaios laboratoriais, foram selecionados seis ensaios de caracterização de solos distintos de modo a obter todos os seus materiais constituintes, isto é, sua composição e quantificação por meio do uso de equipamentos e instrumentais específicos a serem aplicados

nos dois métodos construtivos dos sete imóveis – resultando oitenta e quatro testes distintos – sendo eles: limite de plasticidade, limite de liquidez, análise granulométrica, determinação do equivalente de areia, ensaio de compactação e resistência à compressão.

Os dados serão tabulados em planilha eletrônica, cujos parâmetros de análises laboratoriais serão as características da composição e traços dos materiais constituintes dos métodos construtivos. Os resultados dos testes serão comparados com os padrões de referências para construções contemporâneas correspondentes, também tabulados em planilhas eletrônicas.

O resultado dessas análises permitirá a elaboração de um compêndio de diretrizes para reconstrução desses casarões, auxiliando nas obras de restauro e recuperações das edificações do centro histórico de forma adequada, de acordo com as normas e princípios estabelecidos pelos órgãos de preservação.

Por fim, com esta análise, espera-se contribuir com o aprofundamento nos conhecimentos e particularidades das técnicas existentes nessas tipologias construtivas por meio da documentação de todo o processo. Com isso, o desenvolvimento de plano de ação que terá como produto a capacitação e atualização de diversos atores sociais, transformando-os em agentes perpetuadores da identidade cultural regional por intermédio de ações educativas básicas como cursos e oficinas, confecção de material informativo, visitas in loco, entre outras ações que estimulem a propagação dos saberes populares e culturais representantes da história do povo e da cultura cuiabana.

Possui bolsa de estudos parcial UNIVAG 30%;

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORGES, V. A. F. Arqueologia da Arquitectura para uma Reabilitação Informada. A análise estratigráfica como método de estudo aplicado à Reabilitação do Património Arquitectónico: o caso da Quinta de Valflores. 2019, 294 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura de Lisboa, 2019.

CONTE, C. Q.; FREIRE, M. V. De L. Centro histórico de Cuiabá, patrimônio do Brasil. Cuiabá: Entrelinhas, 2006.

CUIABÁ, Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Urbano – IPDU. 2009. © 2009. Prefeitura Municipal de Cuiabá / IPDU. Instituto Central de Texto, 2010.

DAL AGNOL, B.; ALMEIDA, C. C. O. de. Patrimônio Vernáculo: Contribuições para uma arquitetura mais sustentáveis. In: 5º SICS – Seminário Internacional de Construções Sustentáveis. Anais V SICS. Passo Fundo: RS, 2016. s.p..

DONZELOT, J., La ville à trois vitesses, Paris, Editions de la villette, 2010.

FERREIRA, Débora Macanjo et al. Soluções Bioclimáticas da Arquitetura Vernacular na Região Transfronteiriça entre Bragança e Castela-Leão. 2015, Porto. Atas do Seminário Rever, Universidade do Minho, 2015.

HASSENPFLUG, Dieter. Sobre Centralidade Urbana. in: Arquitextos - Portal Vitruvius. Disponível em: <www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq085/arq085_00.asp>, ISSN 1809-6298. Junho/2007. Acesso em 20 de jun. de 2019, 09:27:00.

TIRELLO, R. A. A arqueologia da arquitetura: um modo de entender e conservar edifícios históricos. Revista CPC. 10.11606/ISSN. 1980-4466.v0i3p145-165.

TIRELLO, R. A. Diagnósticos de edifícios históricos. A que servem? A investigação da matéria arquitetônica e seus aportes com o restauro e a Arqueologia da Arquitetura. In: I Congresso Internacional de História da Construção Luso Brasileira, 2013, Vitoria, Espirito Santo, Brasil. [Anais do] I Congresso Internacional de História da Construção Luso Brasileira (CD ROM). Rio de Janeiro: Ed. Rio de Janeiro: PoD, 2013, 2013. v. 1. p. 1-15.

TIRELLO, R. A. Os percursos de investigação da matéria dos edifícios históricos da industrialização: do desenho ao laboratório. In: ARQUIMEMÓRIA: Encontro Internacional sobre Preservação do Patrimônio Edificado, 4, 2013, Salvador. *Anais [do] Arquimemória IV: Encontro Internacional sobre Preservação do Patrimônio Edificado.* Salvador: IAB; UFBA, 2013. v. 1. p. 1-25. (1 CD-ROM).

VARGAS, H. C.; CASTILHO, A. L. H. de. Intervenções em Centros Urbanos. Barueri, SP: Manole, 2009.

MÉTODOS E FONTES DE PESQUISA: OS REGISTROS PAROQUIAIS DE TERRA PARA A CIDADE DE CAMPINAS-SP (1854-1857)

RESEARCH METHODS AND SOURCES: The Land Parish Registry for the city of Campinas-SP (1854-1857)

LINHA DE PESQUISA: Teoria, História e Crítica em Arquitetura e Urbanismo

MENEGALDO, Ana Beatris F.[1]

PEREIRA, Renata Baesso[2]

PALAVRAS-CHAVE: Formação Territorial; Agentes Modeladores; Campinas-SP.

KEY-WORDS: *Territorial Formation; Modeling Agent; Campinas-SP.*

INTRODUÇÃO

O presente resumo elucida parte da investigação de doutorado iniciada no ano de 2020 junto ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da PUC-Campinas vinculado a linha de pesquisa "Teoria, História e Crítica em Arquitetura e Urbanismo" e ao grupo de pesquisa "História das cidades: ocupação territorial e ideários urbanos". A hipótese que norteia a pesquisa em andamento é a de que a produção do espaço urbano do município de Campinas-SP, na segunda metade do século XIX, é fruto da intervenção e da ação de agentes modeladores que enxergavam o processo de urbanização como uma alternativa rentável[3], embora a origem de seus capitais estivesse ligada à produção rural. A investigação se centra em agentes modeladores ligados a uma mesma genealogia familiar: os Souza Aranha – compreendendo-os como uma das principais famílias responsáveis pelo acúmulo patrimonial do município[4] e com negócios que impactaram diretamente na forma urbana.

---

[1] Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo, POSURB-ARQ PUC Campinas, ana.bfm2@puccampinas.edu.br.
[2] Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, POSURB-ARQ PUC Campinas, renata.baesso@puc-campinas.edu.br
[3] Esclarece-se que o agente modelador exerce uma função, e conduz suas ações, atuando diretamente no processo de construção urbana, tendo como consequência de suas condutas a produção de formas espaciais. Fonte: Vasconcelos (2009, p.11)
[4] Essa pesquisa dá seguimento à interpretação territorial iniciada na dissertação de mestrado, a partir da figura

Assim, o caminho para identificar e justificar as ações desses agentes exige que se faça um levantamento rigoroso de diversos documentos que elucidem a trajetória dessas figuras. A revisão bibliográfica sobre a historiografia em questão revela uma multiplicidade de ações por parte desses agentes, ou seja, eram figuras que alinhavam seus interesses perpassando questões econômicas, sociais, políticas e religiosas. Eram os detentores de grandes fortunas paulistas, os maiores proprietários rurais, responsáveis pela maior produção econômica de açúcar e café da província, ocupavam cargos de prestígio político, se engajavam em ações sociais e na construção de instituições, financiavam festividades religiosas e eram acionistas das principais companhias privadas. Constata-se, que conduziam suas práticas alinhando-as às demandas Imperiais, fazendo com que a abrangência de suas condutas perpassasse questões civis, exercendo o papel de Estado, em muitas situações.

A consolidação da metodologia embasada na sistematização e no cruzamento de fontes documentais primárias de naturezas diversas se faz essencial para entender todo o campo de atuação dos agentes modeladores e traduzir os dados documentais textuais em representações espaciais, viabilizando uma hipótese de leitura territorial da cidade de Campinas no século XIX. Apresenta-se abaixo um quadro (Quadro 01) que contempla as séries documentais que a pesquisa abrange:

QUADRO 01- SÉRIES DOCUMENTAIS A SEREM INVESTIGADAS NA PESQUISA DE DOUTORADO EM ANDAMENTO		
	SÉRIES DOCUMENTAIS	**DESCRIÇÃO DA SÉRIE**
01	Listas Nominativas/ Maços de População	Os "Maços de População" são estruturados como listas nominativas anuais, que relacionam informações detalhadas sobre cada indivíduo, livre ou escravo, por domicílio: nome, idade, grau de parentesco ou de relação com o chefe do domicílio, estado conjugal, cor, naturalidade e ocupação, além dos dados sobre a atividade econômica do domicílio[5].
02	Tombamento de Bens Rústicos	Primeiro recenseamento com caráter fundiário realizado, a fim de inscrever as propriedades rurais do termo da Vila de São Carlos.
03	Inventários/ Testamentos	Fontes caracterizadas como instrumentos de disposições materiais onde estão presentes as relações de bens móveis e imóveis (de raiz) com suas avaliações[6].

do agente modelador do Barão de Itapura (Joaquim Policarpo Aranha). Para tanto, expande-se o estudo para outros membros da mesma genealogia: Manoel Carlos Aranha (o Barão de Anhumas), Joaquim Egydio de Souza Aranha (o Marquês de Três Rios) e Maria Luzia de Souza Aranha (a Viscondessa de Campinas).

[5] APESP- Arquivo Público do Estado de São Paulo. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/macos_populacao. Acesso em 22 de julho de 2020.

[6] Fonte: Motta; Guimarães, (2011, p.57).

04	Registros Paroquiais de Terra	Desdobramento da Lei de 1850, regulamentada em 1854, onde qualquer possuidor de terra passa a ser obrigado a registrar suas terras.
05	Códigos de Posturas	Reúne-se o conjunto de normas municipais, na segunda metade do século XIX, abrangendo as áreas de atuação do poder público.
06	Atas de Sessão da Câmara Municipal	São documentos importantes sobre decisões, e intervenções realizadas no município de Campinas.
07	Registros Civis	Em geral Registros Matrimoniais/ Obituários- registrados junto aos livros de tombos das paróquias.
08	Livros Coletoria de Rendas	Em especial a Série dos Lançamentos de Impostos Prediais- Série anual que apresenta informações referentes ao recolhimento de impostos de propriedades urbanas, proprietários e o logradouro das mesmas.
09	Artigos de Jornais- A Gazeta de Campinas	Os artigos a serem buscados nesses periódicos serão utilizados de forma a confirmar informações extraídas de outras fontes, bem como consolidar a narrativa sobre os agentes modeladores.
10	Artigos de Jornais- O Estado de São Paulo	
11	Livros de Emplacamento	O emplacamento é a numeração dos imóveis urbanos, buscando proceder a equivalência dessa numeração nos anos de 1893 e de 1922.
12	Almanaques para a cidade de Campinas	Publicação anual de caráter informativo e noticioso. As informações trazidas por essa fonte auxiliam na reconstrução do perfil da sociedade local.
13	Cartografias Históricas	Cartografia da Comissão Geographica e Geológica do Estado de São Paulo - Folhas para Campinas (1900,1911 e 1925)38. ESCALA URBANA: Planta da Cidade Campinas,1900; Mapa do Município de Campinas, 1929; Planta Cadastral do Município de Campinas, 1929

Quadro 01: SÉRIES DOCUMENTAIS A SEREM INVESTIGADAS NA PESQUISA DE DOUTORADO EM ANDAMENTO (Fonte: Elaborado pela autora).

Acrescenta-se que um dos objetivos específicos da investigação é o entendimento dos documentos como representações das relações sociais existentes em sua temporalidade. Nessa perspectiva, a variedade das origens e da natureza das fontes apuradas demanda cuidado em se aprofundar nas intenções por trás dos documentos, abrindo assim a análise para o contexto histórico-temporal de forma crítica.

O CORPO DOCUMENTAL: REGISTROS PAROQUIAIS DE TERRA

Como a pesquisa se encontra em andamento, o trabalho aqui apresentado concentra-se na análise de uma série documental específica: os Registros Paroquiais de Terra, de 1855 para o município de Campinas[7].

[7] Alguns autores tratam essa série documental como Registro de Terras, Cadastro de Terras, Registros Paroquiais de Terras ou Registros Eclesiásticos de Terra. A documentação primária consultada os nomeia como Registros de Terras da Província de São Paulo.

Trata-se de um corpo documental produzido no contexto do Segundo Império, em escala nacional, entre os anos de 1854 e 1860, como resultante de um recenseamento fundiário realizado a fim de apreender o cenário da ocupação das terras do país. Segundo Godoy e Loureiro (2010, p.97) diz respeito ao único cadastro fundiário nacional que guarda grande potencial como documentação primária indispensável à pesquisa histórica em torno de múltiplos temas.

Essa série se refere a um desdobramento da Lei de Terras de 1850, sendo o primeiro instrumento pensado em um contexto Imperial que visasse regulamentar o acesso à propriedade fundiária. A necessidade desse instrumento jurídico emerge no período Colonial, após o fim da concessão de Sesmarias, em 1822, em um contexto onde não havia uma legislação de regulamentação agrária, que teve como uma das consequências a intensificação de apossamentos de terras. A sistematização legislativa para apropriação de terras, vem com a instauração da Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850[8].

Além disso, nesse mesmo ano, com a aprovação da Lei Eusébio de Queiroz, o fim do tráfico de escravos vindos da África interrompe a principal via de mão de obra para a lavoura, pressionando o governo Imperial a tomar medidas. Nesse sentido, a Lei de Terras, objetivou regularizar a questão fundiária nacional, permitindo a aquisição apenas por meio de venda das terras devolutas. Criava-se, portanto, dificuldades para que a mão de obra assalariada e imigrante tivesse acesso à terra.

A Lei de Terras e sua regulamentação em 1854 atuaram como divisores de água na organização fundiária territorial. Consolida-se, a partir de então, a propriedade privada da terra, modificando o desenho do espaço urbano e do espaço rural. O acesso à terra, que até então ocorria através das concessões de terras devolutas e da compra do domínio e dos aforamentos, passa a ser unicamente por meio da compra e venda da propriedade plena (FRIDMAN, 1999, p.237-238).

Registrar as terras podia significar a garantia do direito de propriedade de alguns sujeitos; era limitar ou dificultar o acesso a outros sujeitos e assegurar um maior valor a esse bem, que em décadas anteriores não era tão valorizado como o preço do escravo. (SANTANA, 2017, p.01)

[8] Lei disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm#:~:text=LEI%20No%20601%2C%20DE,sem%20preenchimento%20das%20condi%C3%A7%C3%B5es%20legais.&text=1%C2%BA%20Ficam%20prohibidas%20as%20acquisi%C3%A7%C3%B5es,n%C3%A3o%20seja%20o%20de%20compra. Acesso em 20 de julho de 2020.

Nesse sentido, a terra passa por um processo de mercantilização agrária, onde há uma importante mudança do valor fundiário: enquanto na Colônia a terra era sinônimo de espaço de produção (mão de obra escrava associada a larga produção das monoculturas), no Império a propriedade passa a ser um produto socialmente construído. O acúmulo fundiário é possível a partir de largos investimentos privados aplicados por agentes modeladores[9].

OS REGISTROS PAROQUIAIS PARA A CIDADE DE CAMPINAS (1854-1857)

Campinas, a partir da segunda metade do século XIX, ocupa posição privilegiada no movimento de expansão da produção cafeeira no Oeste Paulista, viabilizando o progresso material de seu espaço urbano: a crescente ocupação da cidade demanda investimentos para a melhoria das condições de vida, bem como incentivou o desenvolvimento de diversas atividades (BIANCONI, 2002, p.1). Essa crescente produção agrária se reflete no acúmulo fundiário analisado nos Registros Paroquiais de Terra para Campinas.

Estes registros se tornaram obrigatórios para todos os possuidores de terras, qualquer que seja o título de sua propriedade ou possessão. Eram os vigários de cada freguesia, os encarregados de receber as declarações para o registro de terras. (MOTTA, 1996, p.210). Os registros para Campinas têm suas declarações iniciadas no ano de 1854 e finalizadas no ano de 1857, sendo elas lavradas e assinadas pelo Vigário Colado João Manoel de Almeida Barbosa.

Para as declarações analisadas até o momento, há uma organização dos seguintes dados: número do registro, nome do registro (nome como a propriedade era conhecida), data da realização da declaração, nome do declarante, as referências para localização, as dimensões, uma categoria de tipologia/tipificação[10] dessa propriedade, a forma de aquisição e os confrontantes.

Assim, dando sequência a organização metodológica que a investigação exige, elaborou-se um quadro com essas informações. Esse quadro é bastante extenso pois o volume documental conta com 377 propriedades numeradas, sendo que o livro *"[...] registra as*

[9] A estrutura fundiária é a forma como o recurso da terra se divide em propriedades de acordo com o processo histórico da área analisada e, também, em consonância com as legislações definidas pelo Estado. O século XIX foi um período de significativas mudanças, que abrange a passagem da crise do sistema sesmarial à mercantilização do solo. Fonte: Fridman (1999, p.129).

[10] Por tipificação da propriedade entende-se a maneira pela qual os declarantes se referem a seus terrenos, como fazendas, sítios, "sortes de terra", chácaras, etc. Não é categoria jurídica, mas o uso de determinado termo pode significar propriedades diferentes quanto a tamanho, importância econômica e outros, Fonte: Andrade (2006, p.10)

declaraçõens constantes dos exemplares que estiveram entre as terras desta Cidade de Campinas[11] *[...]".* Assim apresenta-se, um exemplo de uma propriedade (Quadro 02):

QUADRO 02- TABULAÇÃO DOS REGISTROS PAROQUIAIS DE TERRA PARA CAMPINAS							
Nº	NOME	DATA	DECLARANTE	LOCALIZAÇÃO	DIMENSÃO	TIPOLOGIA/ TIPIFICAÇÃO	CONFRONTANTES
7	**Fazenda do Matto Dentro**	**15/10/1854**	**Francisco Egydio de Souza Aranha**	**As terras do Matto Dentro se acham situadas no distrito desta Cidade**	**Sua extensão regula-se meia légua quadrada mais ou menos**	**FAZENDA**	**Francisco Ignacio do Amaral; Joaquim de Almeida; Joaquim Soares de Carvalho; Capitão Elisário de Camargo; Antonio Rodrigues Barbosa; José Francisco de Paula.**

Quadro 02: TABULAÇÃO DOS REGISTROS PAROQUIAIS DE TERRA PARA CAMPINAS. (Fonte: Elaborado pela autora).

A propriedade em questão é a fazenda Mato Dentro (Figura 1). Essa propriedade é declarada por Francisco Egydio de Souza Aranha, casado com Maria Luzia de Souza Aranha- a Viscondessa de Campinas, e pais de Joaquim Egydio de Souza Aranha- o Marquês de Três Rios. Nesse sentido, essa propriedade diz respeito a dois agentes modeladores que norteiam os estudos de caso desta pesquisa.

[11] APESP. Livro de Registros de Terras da Província de São Paulo, Campinas. Vol. Nº114. Filme 3.006, p.01. Transcrito pela autora.

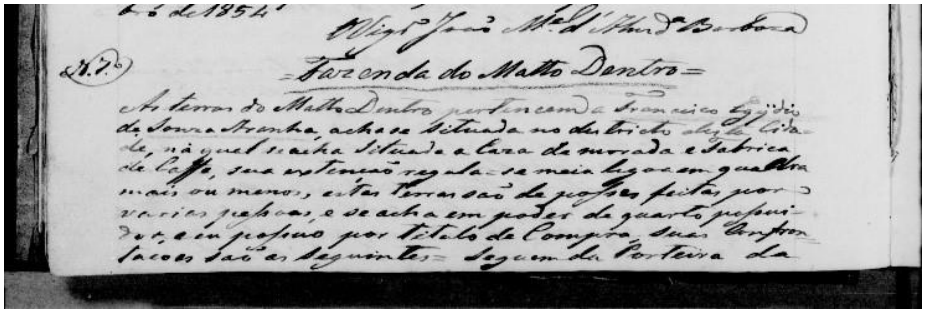


Figura 01: **Fotografia de parte da declaração e registro da Fazenda Mato Dentro. Fonte: APESP. Livro de Registros de Terras da Província de São Paulo, Campinas. Vol. Nº114. Filme 3.006,p.04v.**

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreende-se, portanto, a importância em realizar uma análise rigorosa das séries documentais, em especial neste momento da pesquisa, dos Registros Paroquiais de Terra para Campinas, entendendo que através desse processo o documento trará evidências de como a ocupação territorial impacta diretamente na concentração fundiária e na distribuição da mesma. Além disso, essa concentração e distribuição é um reflexo do comportamento e agenciamento dos agentes modeladores em questão.

AGRADECIMENTOS

Agradecimento à CAPES, pelo apoio concedido para suporte e financiamento dessa pesquisa de doutorado. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Brasil (CAPES).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, R. *Formação de estruturas agrárias e seu dinamismo na Zona da Mata mineira,*in XII Seminário sobre a economia mineira, 2006. CD-ROM. Belo Horizonte: Cedeplar, 2006.

BIANCONI, Renata. *Dinâmica Econômica e formas de sociabilidade:* Aspectos da diversificação das atividades urbanas em Campinas (1870-1905). Dissertação (mestrado), Instituto de Economia, UNICAMP, 2002.

CONCEIÇÃO, Carla Fernandes. *Configuração das Elites Política e Econômica em São Carlos-SP-1873 a 1904*. Dissertação (mestrado). UFSCar, 2015.

FRIDMAN, Fania. *Donos do Rio em Nome do Rei*- Uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Garamond,1999.

GODOY, Marcelo Magalhães; LOUREIRO, Pedro Mendes. *Os Registros Paroquiais de Terra na história e na historiografia*- estudo da apropriação fundiária na província de Minas Gerais segundo uma outra metodologia para o tratamento do primeiro cadastro geral de terras do Brasil. Revista História Econômica & História de Empresas XIII. v.01, p.95-132, 2010.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas Fronteiras do Poder*: Conflitos de Terra e Direito Agrário no Brasil de meados do século XIX. Tese (Doutorado). Unicamp, 1996.

MOTTA, Márcia; GUIMARÃES, Elione (orgs.). *Propriedades e Disputas:* Fontes para a História do Oitocentos. Guarapuava: Unicentro; Niterói EDUFF, 2011.

SANTANA, Antônio Hertes Gomes. Limites não declarados, terras em comum: registros de terra em Alagoinhas (1857-1858). XXI Simpósio de História Nacional: Contra os preconceitos: História e democracia, 2017, Brasília. XXIX Simpósio Nacional de História, 2017.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. *Os agentes modeladores de Salvador no período Colonial*. RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico. Ano II, janeiro de 2000. Salvador, BA.

ESTRUTURAÇÃO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE SINOP MATO GROSSO NO PERÍODO DE 1974 A 1984

TERRITORIAL STRUCTURING OF THE MUNICIPALITY OF SINOP MATO GROSSO FROM 1974 TO 1984

LINHA DE PESQUISA: Desenvolvimento Territorial e Local.

LIMA, Andrieli Caroline[1]

PALMISANO, Angelo[2]

PALAVRAS-CHAVE: Território; Urbanização; Sinop.

KEY-WORDS: *Territory; Urbanization; Sinop.*

INTRODUÇÃO

A colonização da região norte de Mato Grosso no século XX foi marcada por diversas frentes de ocupação que se estenderam desde o governo Vargas com as expedições para o oeste até o sistema de colonizações privadas que atuam até a atualidade.

Dentre estes projetos de colonizações privadas, será destacado nessa pesquisa o projeto de colonização de Sinop, cujo nome deriva das iniciais da colonizadora Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná, localizada na região norte de Mato Grosso. A pesquisa busca compreender a estruturação territorial do município nos primeiros 10 anos após sua fundação e as dinâmicas existentes entre o espaço urbano e rural, por meio de revisão bibliográfica.

DESENVOLVIMENTO

O estudo da gênese de Sinop, objetiva estabelecer a base de conhecimentos necessários para a continuidade desta pesquisa que propõe identificar a produção do espaço urbano no do município a partir das dinâmicas de seu desenvolvimento econômico.

[1] Mestranda em Arquitetura e Urbanismo - UNIVAG, andrielecaroline@gmail.com.
[2] Professor Doutor do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, UNIVAG, angelo.palmisano@univag.edu.br.

DISCUSSÃO

COLONIZAÇÃO DO NORTE DE MATO GROSSO

A colonização do norte de Mato Grosso na década de 1970, tem como característica principal os planos de colonizações privadas e a implantação de latifúndios, viabilizados por meios de planos de infraestrutura rodoviária que abrangeram a região norte do estado e os planos de incentivos para investidores e colonizadores.

De acordo com Teixeira (2006) estimulados pelos programas de incentivos e propagandas fornecidos pelo governo federal, empresários de pequeno e grande porte da região sul e sudeste do país, investiram em porções de terras em Mato Grosso. Parte das terras adquiridas foram destinadas para o desenvolvimento de agricultura e outra parcela foi destinada aos projetos de colonizações privadas.

Uma das primeiras empresas a colonizar na região norte do estado as margens da BR 163 foi a colonizadora Sinop, de origem paranaense e de propriedade de Ênio Pipino e João Pedro Moreira de Carvalho, planejaram o núcleo de colonização nos moldes da experiência já consolidada em outros projetos do Paraná, onde já haviam implantado cerca 10 cidades (SANTOS, 2011).

O projeto de colonização desenvolvido pela colonizadora Sinop, também denominado como Gleba Celeste, totalizava uma área de 645 mil hectares e foi dividido em cinco partes, uma para instalação do município de Vera, uma para o município de Santa Carmem, duas para o município de Sinop e uma para município de Claudia (SOUZA, 2006).

O projeto da Gleba Celeste, foi organizado em setores seguindo o projeto de urbanismo rural definido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, que foi inspirado nos projetos de colonização paranaense. De acordo com Teixeira (2006) o projeto a Gleba Celeste se organizava em parcelas que teriam como composição chácaras, lotes rurais e um núcleo urbano, também conhecido à época como núcleo colonial que desempenharia papel político administrativo, de prestação de serviços para as áreas rurais. Dentre os municípios estabelecidos, por estar localizado estrategicamente as margens do traçado da BR-163, Sinop foi escolhido para ser núcleo para concentrar atividades industriais, de serviços e comércio.

3.2 - Estruturação territorial de Sinop

A princípio, a estrutura urbana de Sinop, foi idealizada para ter uma interação com o meio rural, em seu projeto inicial proposto pela colonizadora o perímetro urbano seria limitado por um cinturão verde de chácaras, como pode ser observado na Figura 01 - Mapa de parcelamento do solo município de Sinop - 1974 . Esses lotes que totalizavam cerca de 635 chácaras, originalmente seriam destinados as pequenas produções agrícolas na modalidade hortifrutigranjeira, que abrangeriam o município (LACERDA, 2013).

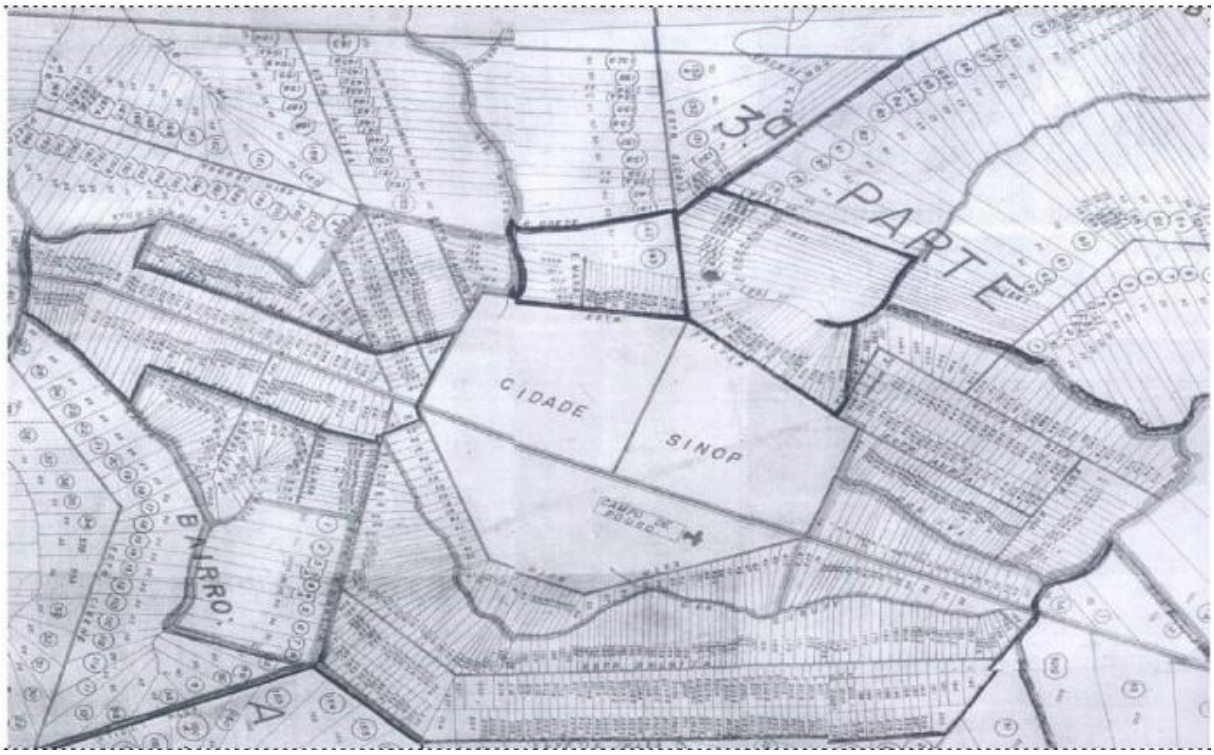


Figura 01: Mapa de parcelamento do solo município de Sinop – 1974. Fonte: Colonizadora Sinop (1974) apud Lacerda (2013)

De acordo com Teixeira (2006) nesse sistema de colonização as áreas parceladas destinadas a implantação de lotes e chácaras eram diferenciadas de acordo com área que possuíam e a sua localização em relação ao centro urbano. As Chácaras nesse projeto estão alocadas ao redor das cidades e sua área máxima era de 10 hectares. Nesse modelo, as chácaras funcionavam como um cinturão verde e seriam destinadas a pequena produção para o consumo local. Já os lotes rurais se caracterizavam por possuir distâncias maiores dos centros urbanos e suas áreas compreendiam entre 10 até 300 hectares, a produção desses lotes se caracterizava por culturas agrícola temporárias e permanentes.

3.3 - Estruturação da malha urbana de Sinop

A estrutura urbana de Sinop projetada em 1972, teve sua implantação realizada no mesmo ano, a princípio foram abertas 18 quadras como demonstrado na figura 02 - Mapa de abertura da área urbana de Sinop em 1972. Com a abertura da área urbana de Sinop foram se instalando na área as primeiras famílias pioneiras.

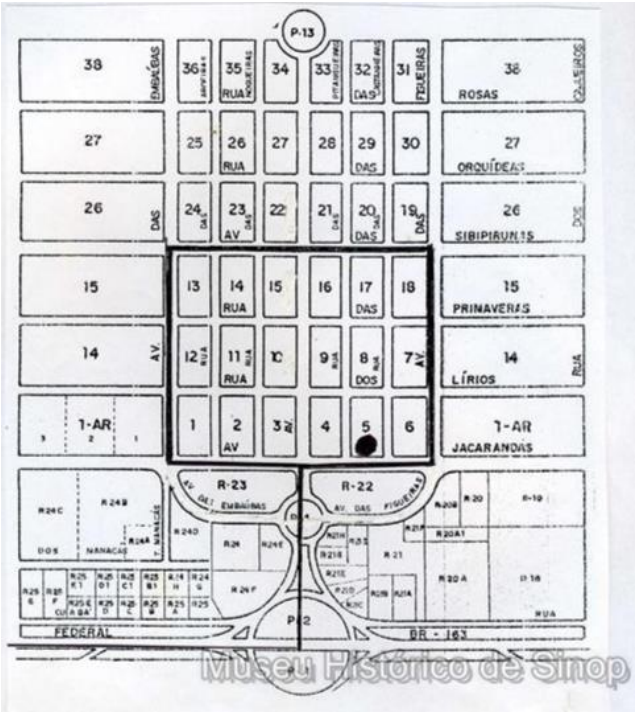


Figura 02: Mapa de abertura da área urbana de Sinop em 1972. Fonte: Museu Histórico de Sinop (2020)

De acordo com Oliveira (1988) a ocupação das primeiras quadras da área urbana do município de Sinop ocorreu de forma rápida, pois no início da implantação do projeto a colonizadora Sinop proprietária das terras e responsável por realizar a colonização, tinha como incentivo para venda de lotes rurais a doação de lotes urbanos, com a exigência que o agricultor construísse no lote urbano no prazo de 3 meses.

Além do incentivo de doação do lote urbano, o preço do solo rural se comparado a cidades do Paraná, possuíam baixo valor. Esses atrativos permitiram que muitas famílias se deslocassem para Sinop em busca de oportunidades para investimentos na área da agricultura e pequenos negócios (Santos, 2011).

Embora Sinop historicamente não tenha se destacado na larga produção agrícola o município serviu diretamente e indiretamente, de suporte para que essas atividades se difundissem amplamente na região norte do estado por meio de sua atuação como núcleo regional desde o princípio de sua implantação. Essa característica econômica do município foi fundamental para seu crescimento demográfico desde os primeiros anos e se estende até os dias atuais.

No início da fundação de Sinop os primeiros lotes urbanos foram doados para os compradores de propriedades rurais, o setor imobiliário da colonizadora Sinop responsável pelo loteamento rural, também atuava no parcelamento e comercialização do solo urbano.

De acordo com Aubertin *et al* (1984) já no início da década de 1980 a colonizadora, que também atuava como imobiliária, organizava as vendas dos lotes urbanos de forma estratégica iniciada pela área central e posteriormente para periferia, a oferta de lotes urbanos por meio da colonizadora era restrita, provocando desde o início uma especulação imobiliária e consequente alta do preço dos imóveis, devido à alta procura versus a oferta limitada. Alguns empresários da época consideravam os lotes urbanos pequenos e com valor muito elevado, desta forma adquiriam chácaras nos aredores do perímetro urbano e se instalavam nelas. Anos mais tarde essas chácaras foram incorporadas ao limite urbano.

Essa prática de reserva de terras urbanas promovida pela colonizadora foi umas das principais responsáveis por promover a longo prazo a incorporação de áreas anteriormente definidas como rurais ao tecido urbano.

De acordo com Correa (1989) a especulação fundiária se constituiu como algo atrativo aos proprietários fundiários e imobiliários, dado que as reservas de terras que não são comercializadas criam uma diminuição da quantidade de terras ofertadas e consequentemente a elevação dos preços do solo urbano, sendo essa atividade visada por meio desses agentes como forma de obtenção de lucro a longo prazo.

Outro fator que contribuiu diretamente para restruturação da configuração territorial, foi a economia que se difundiu no município. De acordo com Santos (2011) a proposta inicial do projeto de Sinop, visava a implantação de um sistema que integraria a área rural ao urbano por meio do cinturão de chácara agrícolas, entretanto o insucesso da atividade agrícola, tornou a atividade madeireira principal fonte de renda do município até a década de 90.

De acordo com Ravache (2013), com a consolidação do parque madeireiro de Sinop que em seu ápice chegou a ter em funcionamento cerca de mil madeireiras, somado aos setores de serviços que começavam a se instalar na área urbana e a emancipação do município que ocorreu em 1979, o município passou a presenciar um aumento na população urbana e declínio na população rural.

CONCLUSÃO

A estrutura do projeto de Sinop, planejada no modelo de urbanismo rural a longo do prazo, não obteve o mesmo sucesso assim como ocorreu em cidades do Paraná. O insucesso da implantação da cultura agrícola e desenvolvimento da área urbana em detrimento da rural, permitiu que Sinop nos primeiros anos após sua emancipação, começa-se a demonstrar um maior avanço populacional na área urbana.

Outro aspecto que impactou diretamente o desenvolvimento do seu espaço urbano nos primeiros anos foi o setor econômico, difundido na extração e industrialização de madeiras, com a consolidação desse setor, o município passa a ser um atrativo para novos migrantes e investidores.

A transição de algumas áreas rurais para o urbano também pode ser identificada como consequência desse processo, dado ao aumento pela procura pelo solo urbano somado a prática de oferta de poucos lotes realizada pela colonizadora. A procura por chácaras rurais no cinturão que delimitava o perímetro urbano do rural foi uma alternativa para alguns investidores e moradores que se instalaram nessas localidades. Com o aumento da densidade nessas áreas anos mais tardes essas chácaras passaram também a incorporar o tecido urbano.

Como resultado, espera-se que esta pesquisa possa contribuir para melhoria do planejamento urbano da cidade, a partir das perspectivas dos agentes que impactaram diretamente na produção e alteração do seu espaço urbano e balizar a gestão de políticas públicas.

Bolsa de Estudos parcial UNIVAG de 30%

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUBERTIN, C.; BERTONE, L.; DE OLIVEIRA, M. P. *Relatório de viagem em Sinop*. 1984. Disponível em: <https://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/divers18-07/22025.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2020.

CORRÊA, R. L. *O espaço urbano*. 1.ed. São Paulo: Ática, 1989.

LACERDA, N. P. *Políticas públicas, ocupação do espaço e desenvolvimento na região norte mato-grossense*: uma análise crítica dos municípios de SINOP e de Lucas do Rio Verde-MT. 2013. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2013.

MUSEU HISTÓRICO DE SINOP. *Primeiras quadras Abertas - Sinop – 1972***.** Disponível em: <http://www.sinop.mt.gov.br/museu/?p=1268>. Acesso em jul 2020.

OLIVEIRA, M. L. P. O projeto de colonização particular da Gleba Celeste na fronteira agrícola. *Geosu***l**, v. 3, n. 6, p. 21-38, 1988.

RAVACHE, R. L. *Migração e Modernização em Cidades Médias da Amazônia Legal*: Área de Abrangência da BR 163. 2013. Tese (doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SANTOS, L. E. F. *Raízes da História de Sinop*. 1.ed. Sinop: Midiograf, 2011.

SOUZA, E. A. *Sinop*: História, Imagens e Relatos. Um estudo sobre a Colonização de Sinop. 2006. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2006.

TEIXEIRA, L. *A colonização no norte do Mato Grosso*: o exemplo da Gleba Celeste. 2006. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

IDENTIDADE CULTURAL E FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO. ESTUDO DE CASO DO MUNICÍPIO DE RIO CLARO/SP – BRASIL

Cultural identity and territory formation. Case study of the city Rio Claro/SP – Brazil

LINHA DE PESQUISA: Projeto, Inovação e Gestão em Arquitetura e Urbanismo

CAMPOY, Camila Cristina Piccoli[1]

SCHICCHI, Maria Cristina da Silva[2]

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio cultural, memória, identidade, território.

KEY-WORDS: *Heritage, memory, identity, territory.*

INTRODUÇÃO

Os conceitos de memória, identidade e patrimônio são essenciais para que se possa construir uma consciência histórica contemporânea (HERVIEU-LÈGER p. 207 apud CANDAU 2019, p.16) e para realizar uma leitura territorial na cidade de Rio Claro/SP, como está proposto neste trabalho.

O patrimônio cultural refere-se a uma herança compartilhada entre os cidadãos, que carrega em si aspectos referentes à identidade de determinada sociedade. Pesquisadores como Pierre Nora (1993), Joel Candau (2010), Ulpiano Bezerra de Meneses (1998) e Dominique Poulot (2009), permitem um olhar sobre patrimônio cultural como uma construção social, em um ambiente heterogêneo, admitindo-se disputas e conflitos simbólicos, no que se refere à memória de diferentes grupos sociais. O patrimônio cultural, sob essa ótica contemporânea, torna possível o entendimento dos múltiplos sentidos e valores, superando as formas

[1] Mestranda em Arquitetura e Urbanismo, POSURB-ARQ PUC Campinas, camila.cpc@puc-campinas.edu.br.
[2] Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, POSURB-ARQ PUC Campinas cristina.schicchi@puc-campinas.edu.br.

tradicionais que orientaram, durante as últimas três décadas, a seleção dos bens culturais na sociedade, privilegiando os patrimônios de natureza material.

Dessa forma, a busca por compreender o sentido, a finalidade e os setores sociais envolvidos com o patrimônio cultural deve ser preservado, sendo este o primeiro objetivo desta pesquisa sobre os bens culturais da cidade de Rio Claro/SP. Porém, para além da discussão sobre os patrimônios reconhecidos e tombados, propõe-se um olhar sobre outras referências culturais remanescentes no território, partindo do reconhecimento de distintos grupos étnicos e sociais, dando ênfase aos silentes e excluídos.

O traçado urbano inicial da cidade de Rio Claro possui singularidades em sua concepção racional, organizado em retícula, típico modelo de implantação operado pelas companhias ferroviárias, o que motivou diversos processos de tombamentos na região central, em seu perímetro original, ainda íntegro, com especial atenção para a preservação dos conjuntos de edifícios que o compõem e justificam a importância histórico-cultural do plano urbanístico, implantado no início do século XIX. São residências urbanas, pertencentes, em sua maioria, à elite rio-clarense ligada ao Império e, posteriormente, à Primeira República. Contudo, outros edifícios, conjuntos e lugares se constituíram ao longo do tempo e adquiriram importância pela apropriação e uso dos moradores, porém, são pouco visíveis nos processos de planejamento e gestão.

OS TOMBAMENTOS NO CENTRO HISTÓRICO DE RIO CLARO/SP

O Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo) aprovou tombamentos isolados dos edifícios na área central, a partir da década de 1970, quando o órgão iniciou os primeiros tombamentos no estado, são estes: a E.F. Cel. Joaquim Salles (Processo n° 24929/86); o prédio da antiga estação ferroviária (Processo n° 22295/82); o edifício do Gabinete de Leitura (Processo n° 22297/82); o Sobrado do Barão de Dourados (atual sede do Museu Histórico (Processo n° 000353/73), também tombado pelo IPHAN; a Florestal Estadual e Museu “Edmundo Navarro de Andrade” (Processo n° 00428/74); além de dois outros localizados respectivamente em Corumbataí e no Distrito de Ajapí: a Usina Hidrelétrica de Corumbataí (Processo n° 000300/73) e a Sede da Fazenda de Grão Mogol (Processo n° 20145/76).

Há também o processo de tombamento do núcleo urbano - ainda em análise pelo CONDEPHAAT - definido em 1826, que totaliza 17 quadras, trechos de 11 vias, a Praça da

Liberdade (simulando um tabuleiro de xadrez) e antigas residências que compõe o mesmo processo, como a do Barão de Porto Feliz e do Visconde de Rio Claro (atual Escola Marcello Schmidt), a Escola Irineu Penteado, a antiga residência da família Siqueira Campos (atual Casarão da Cultura), o antigo solar da dona Luiza Botão (atual ETEC Armando Bayeux da Silva), assim como o Obelisco comemorativo à República localizado na Praça da Liberdade, todos pertencentes ao processo n° 46976/03, sugerido pelo arquiteto Marco A. Baldoni. Este traçado, assim como a lógica de denominação das ruas implantada em 1885, ordenou a expansão urbana da cidade nos 130 anos seguintes (FIGURA 01), assim como o local de implantação da estação ferroviária em 1876, quando houve a formação de um novo centro, condizente com a situação econômica do município que, na época, era um dos principais produtores de café do Estado.

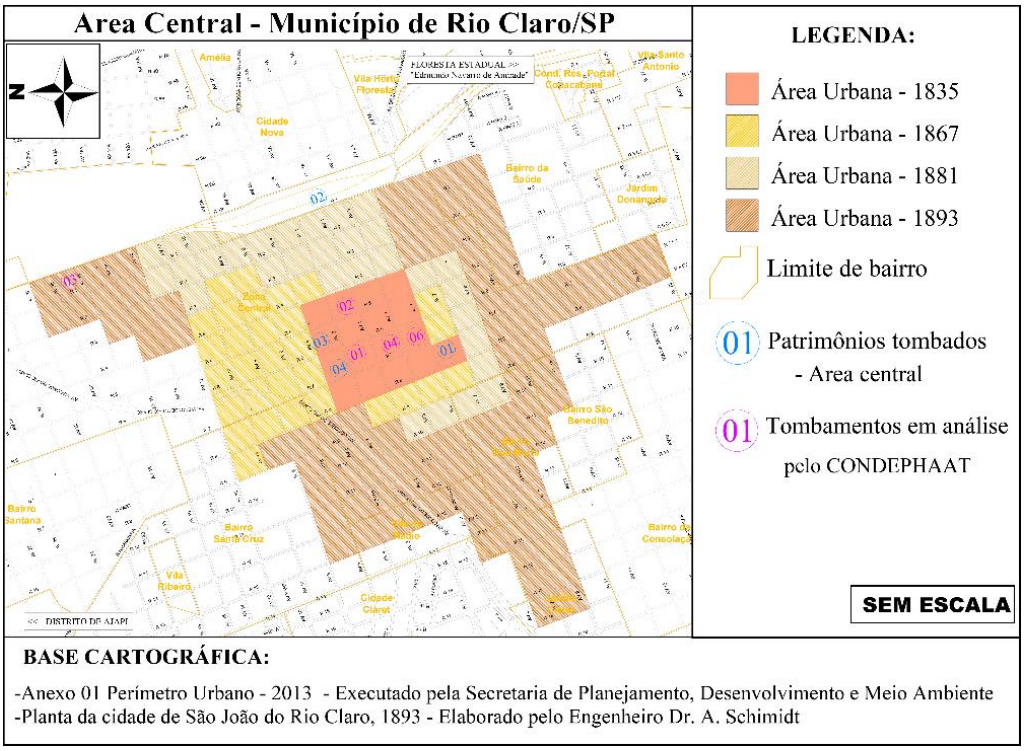


Figura 01: Mapa do Centro histórico de Rio Claro/SP com as transformações urbanas e os imóveis tombados ou em processo de análise pelo Condephaat. Fonte: Elaboração das autoras sobre Planta da Cidade de S. do Rio Claro levantada pelo Eng. Dr. A. Schimidt, 1893.

Ressalte-se que estes tombamentos se referem a edifícios remanescentes do período entre 1865 a 1890, quando a região de Rio Claro tinha expressiva participação econômica e grande influência política nas transformações do país. Essas construções foram o resultado do capital

gerado pelo açúcar e, posteriormente, pelo café, que promoveram diversas melhorias urbanas, como a implantação de infraestruturas, a introdução da mão de obra livre nas lavouras, em meio às campanhas abolicionista e republicana (BALDONI, 2006).

Porém, os valores e significados atribuídos aos patrimônios mudam com o tempo e com as transformações sociais. No presente, o patrimônio torna-se um instrumento de afirmação e representação de determinada sociedade, que se identifica com um passado que ainda lhe transmite significados. Esta relação a história, a memória e o esquecimento, é o que determina o valor do que se quer preservar e, ao mesmo tempo, torna-se um instrumento de seleção das memórias e dos objetos no presente.

No centro de Rio Claro, diversos edifícios históricos, originalmente com usos residenciais, transformaram-se para uso público ou comercial, muitas vezes, sem qualquer condição de conservação, justificando o entendimento de uma parcela da população que entende o processo de tombamento como um elemento de estagnação do crescimento urbano. A partir desta visão, muitos edifícios de valor histórico-cultural da região central da cidade foram demolidos. Grande parte destes espaços estão sendo substituídos para fins de estacionamento, para suprir a demanda do tráfego central, durante o horário comercial. Após este horário, com o movimento praticamente inexistente, transformam-se em áreas desertas ou subutilizadas.

Em meio a esses conflitos sugeriu-se a criação do Conselho de Defesa de Patrimônio Cultural e Ambiental com o intuito de obter um caráter consultivo, tendo como finalidade auxiliar o Poder Público na adoção de todas as medidas para a defesa do patrimônio histórico e cultural (Art. 201, RIO CLARO, 1990). Porém, as ações e tombamentos do Conselho não tiveram grande repercussão nas legislações municipais atuais.

Na sociedade contemporânea, a preservação da memória coloca-se como contraponto à destruição de memórias de determinados grupos por alguma tragédia, e/ou são criadas para se opor/resistir a algum acontecimento histórico; ou, pelo medo do vazio de sentidos que caracterizaria homogeneização dos valores culturais modernos. Há ainda pesquisadores que consideram esta, uma época marcada pelo individualismo, sendo necessária a multiplicação dos dispositivos memoriais, visando manter o sentimento de compartilhamento, de um laço social possível (CANDAU, p. 44-45). A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido

no eterno presente, enquanto a história, é uma representação do passado (NORA, p. 9). A memória pendura nos lugares, assim como a história em acontecimentos (NORA, p. 25).

Esta busca por sentidos e laços sociais permite refletir sobre os fenômenos sociais contemporâneos, já que os lugares de memória (NORA, p. 12-13) são importantes para a afirmação da identidade de grupos ou indivíduos. Nesse sentido, a patrimonialização pode tanto desempenhar um papel essencial para a preservação da memória coletiva de determinados grupos, quanto legitimar a exclusão e esquecimento de outros.

Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é discutir os critérios e políticas públicas adotadas para preservação do patrimônio cultural da cidade de Rio Claro, através de uma releitura do centro histórico formado e de sua dinâmica urbana. Pretende-se conhecer e analisar de que forma ele é reconhecido e valorizado pelos diferentes grupos sociais da cidade.

METODOLOGIA

Em um primeiro momento, a pesquisa será histórico-analítica e serão analisados o histórico dos processos de tombamento, citados anteriormente, o núcleo original da cidade de Rio Claro, em seus aspectos físicos e simbólicos, assim como os elementos que compõe este traçado, ainda em processo de tombamento, desde em 08/05/2006. Serão pesquisados os acervos municipais, bibliotecas, órgãos públicos, a história oral através de vídeos do acervo “memória viva”, as atas de rodas de conversa com a comunidade, relacionadas à cultura local, as atas de desenvolvimento do Plano Diretor Municipal que estejam relacionadas ao patrimônio cultural, fotos de concursos sociais realizados pelo Acervo de Patrimônio Histórico de Rio Claro e outras fontes documentais.

Numa segunda etapa, será feita uma análise técnica, tendo como recorte a área denominada ZEPAC 2 (Zona Especial de Preservação Ambiental e Cultural do âmbito urbano) (FIGURA 02). A pesquisa buscará discutir os usos e atividades presentes nessa área, bem como as formas de apropriação pela população em diferentes períodos. Será realizada uma análise dos mapas municipais ao longo dos anos, que sejam relevantes para a pesquisa, assim como a legislação local. O perfil censitário da população rio-clarense também será utilizado para fundamentar questões territoriais, priorizando o recorte temporal entre 2006 (ano em que o tombamento do núcleo central foi revisto) e 2020.

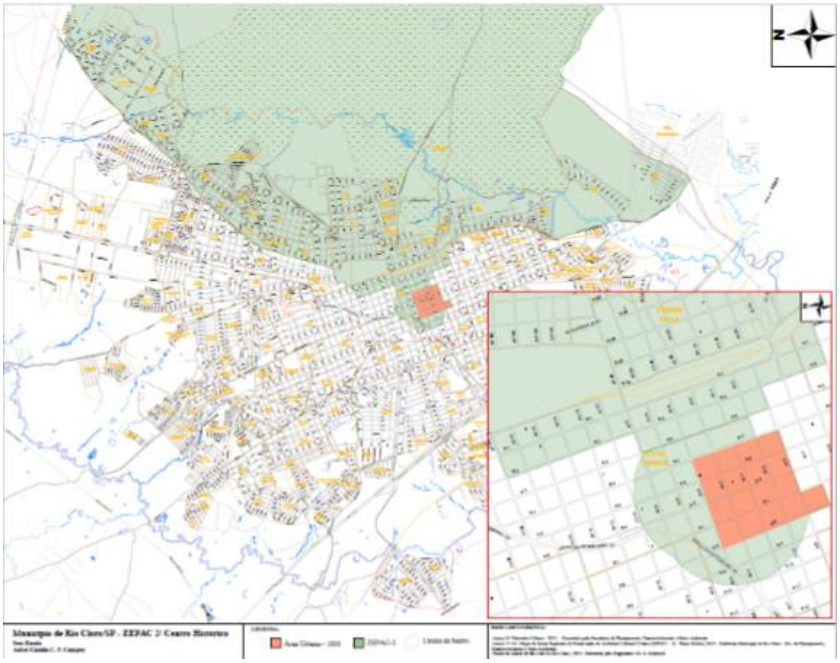


Figura 02: Mapa do Município de Rio Claro com a indicação da ZEPAC 2 e o Centro histórico. Fonte: Elaboração das autoras sobre Planta da Cidade de S. do Rio Claro levantada pelo Eng. Dr. A. Schimidt, 1893 e o Mapa de Zonas Especiais de Preservação do Ambiente Cultural Urbanos (ZEPAC 2) – Plano Diretor, 2015, Prefeitura Municipal de Rio Claro – Sec. de Planejamento.

A terceira etapa será realizada a partir de pesquisa empírica. Serão considerados os patrimônios materiais e imateriais da cidade, buscando compreender como estes se relacionam com a dinâmica da cidade, e se permanecem ativos na memória de diferentes grupos étnicos e sociais. Será feita uma leitura socioterritorial, para compreender como se definiram diferentes apropriações espaciais ao longo do tempo. Também serão coletados e utilizados depoimentos de entidades e cidadãos locais, de forma a conhecer de que forma são atribuídos valores aos edifícios e referências culturais identificadas.

RESULTADOS ESPERADOS

Com os resultados da pesquisa espera-se evidenciar distintos territórios culturais dentro do contexto urbano do centro, identificando suas relações com diferentes grupos étnicos e sociais. O conhecimento sobre como esses grupos valorizam e se relacionam com distintos pontos da cidade poderá contribuir para uma reflexão e revisão dos critérios de identificação e seleção de edifícios, espaços públicos, festas, comemorações e demais referências culturais representativas da cidade de Rio Claro, com possíveis rebatimentos em futuros planos e processos de preservação locais e regionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALDONI, M. A. Destruição e tombamentos do centro histórico de Rio Claro. Revista Vitruvius. 06 de julho de 2006. Disponível em: <www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/06.072/1943>. Acesso em: 12 jun 2020

CANDAU, J. Bases antropológicas e expressões mundanas da busca patrimonial: memória, tradição e identidade. Revista Memória em Rede, Pelotas, v.1, n°1. Dez. 2009/ Mar. 2010.

CANDAU, J. Memória e Identidade. Tradução Maria Letícia Ferreira. 1ªed. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016.

HERVIEU-LÉGER, D. La religion pour mémoire. Paris: Cerf, 1993.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução Yara Aun Khoury. In: Projeto História, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993

RIO CLARO, Lei Orgânica do Município de Rio Claro, de 06 de abril de 1990, Rio Claro, SP, 1990

TERRITÓRIO EM DISPUTA: ARTICULAÇÕES ENTRE A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA PROVINCIAL DE SÃO PAULO E AS ELITES REGIONAIS DAS VILAS DE CASA BRANCA (1841) E CACONDE (1864), SÉCULO XIX

Territory in dispute: articulations between the Provincial Legislative Assembly of São Paulo and the regional elites of the villages of Casa Branca (1841) and Caconde (1864), 19th century.

LINHA DE PESQUISA:

FERREIRA, Rafael Augusto S.[1]

PEREIRA, Renata Baesso[2]

PALAVRAS-CHAVE: Brasil Império; freguesia; patrimônio religioso

KEY-WORDS: *Brazil Empire; parish; religious heritage*

INTRODUÇÃO

O presente ensaio apresenta o andamento de uma pesquisa de doutoramento, e tem por objetivo demostrar os métodos, fontes primárias e resultados parciais do desenvolvimento de um capítulo da tese, cuja temática central é a mudança na organização político administrativa e eclesiástica na Província de São Paulo e seus impactos no processo de formação do território e da elevação dos status urbanos no século XIX. As fontes primárias englobam os documentos produzidos pela Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo (doravante ALPSP) e séries documentais coevas, como os *Almanacks* da Província, os censos populacionais, coleções de leis do Império, Relatórios da Província de São Paulo e a série cartográfica da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo (doravante CGG) de 1905. A

[1] Doutorando em Arquitetura e Urbanismo, POSURB-ARQ PUC Campinas, rafaelaugustosferreira@gmail.com.
[2] Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, POSURB-ARQ PUC Campinas, renata.baesso@puc-campinas.edu.br.

presente investigação é centrada em um evento: a disputa territorial regional entre as vilas de Casa Branca e Caconde que aconteceu entre 1865 e 1868, mas busca inserir a discussão numa perspectiva de longa duração: a valorização da terra após a aprovação da Lei de Terras de 1850, fruto da conjuntura internacional de proibição do tráfico de escravos no Atlântico e dos desígnios do governo Imperial para promover a colonização por imigrantes europeus. A pesquisa busca compreender o papel desempenhado pelos agentes modeladores do território e de que maneira os limites dos termos de vilas e freguesias foram definidos, buscando relacioná-los com as propriedades rurais que compunham essa rede urbana.

ELITES REGIONAIS E O ESTADO IMPERIAL: REFLEXOS NA FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO E DOS NÚCLEOS URBANOS

Na presente pesquisa, o conceito de elites regionais é tomado principalmente a partir de ANDRADE (2008): uma elite agrária escravista, com prestígio familiar, ocupação de cargos políticos, administrativos, civis e eclesiásticos, além de alto grau de acesso à escolaridade (idem., p. 69). Numa mesma província, essas elites não assumem um perfil homogeneizado, sendo necessário identificar qual a elite em questão, suas formas de atuação e composição social (BOTH, 2016, p. 18). Both utiliza esse conceito de forma flexível, abarcando indivíduos que estavam no topo da hierarquia social através de posições chave: vereadores, membros da Guarda Nacional, padres, juízes e delegados (idem., p. 19). Neste trabalho, as elites regionais são, majoritariamente, membros dos concelhos das vilas e proprietários rurais interessados na valorização de suas fazendas. Busca-se contribuir com trabalhos recentes sobre o processo de emancipação e fixação de limites entre municípios no século XIX, dos quais destacam-se: CARRARA; OLIVEIRA (2020) e GOLDFEDER E CASTRO (2015).

As décadas iniciais do Império foram um momento de reorganização jurídico administrativa. Entre 1824 (ano da outorga da Constituição do Império) e 1834, os municípios gozaram de relativa autonomia. A Lei de 1º de outubro de 1828, chamada “Regimento das Câmaras Municipais”, alterou a forma a e composição das Câmaras Municipais e a eleição dos Juízes de Paz, por votantes no território das paróquias e de suas respectivas capelas filiais. O Decreto de 13 de novembro de 1832, modificou a maneira de se fundar uma vila. Com essa legislação, os procedimentos de criação da vila resumem-se na eleição dos vereadores, pelo Juiz de Paz da localidade, e a definição do novo termo que seria desmembrado do território da vila a que antes pertencia enquanto freguesia. Em 1834, com o Ato Adicional, os Conselhos das províncias foram transformados em Assembleias Provinciais, as quais deveriam legislar

sobre vários aspectos, desde questões no âmbito municipal, como urbanização, construção de edifícios de Câmara e Cadeia, fixação de limites municipais, até questões da saúde e da educação. Para Beatriz Leite,

> A Assembleia provincial ainda agia próxima às Câmaras locais, **que exerciam quase um poder provincial com elas**, pois as decisões municipais no Império tinham de ser respaldadas pelo Legislativo Provincial. A Assembleia Provincial paulista tinha, além do contato com as Câmaras de sua província, relação com outras, **inclusive recebendo pedidos de povoações mineiras para se incorporarem ao território paulista** (LEITE, 2010, p. 438, grifos nossos).

Tais transformações resultaram em perda da autonomia municipal e numa centralização de poder na Província. Questões relacionadas à elevação dos *status* urbanos, e à relação com o poder eclesiástico foram centralizadas pela Assembleia. O procedimento de transferência de freguesias entre municípios parece ser uma constante ao longo de todo o século XIX. A pesquisa nos documentos primários identificou que os agentes regionais responsáveis por realizar a articulação junto à Assembleia Provincial eram proprietários de terras que estavam interessados em valorizar suas fazendas, pedindo sua anexação ao termo da vila de Caconde. Essas elites usariam, também, de meios como a doação de patrimônios religiosos para a formação de futuros núcleos urbanos, como forma de valorizar a sua terra dentro de uma lógica capitalista inaugurada com a Lei de Terras de 1850.

O presente estudo tem como objetivo avançar na verificação de uma das hipóteses do plano de pesquisa de doutorado: as mudanças na relação entre o governo civil e a Igreja no século XIX, com o gradual afastamento entre a dimensão civil e eclesiástica, entre a freguesia e a paróquia, se refletem nos procedimentos que regem a doação de patrimônio e a formação de novos núcleos urbanos. Os documentos analisados mostram que a criação de uma freguesia pelo poder civil não era acompanhada pela instituição canônica da paróquia, a qual deveria ser requerida posteriormente. Na grande maioria dos casos, nem mesmo a delimitação do termo da freguesia ocorria naquele momento, sendo necessário encaminhar à ALPSP sua proposição.

A DISPUTA PELO TERRITÓRIO ENTRE RIOS FARTURA E DO PEIXE: A DEFINIÇÃO DOS TERMOS DAS VILAS DE CASA BRANCA E CACONDE, 1865-1868

Como o objetivo de demonstrar a hipótese descrita no item anterior, desenvolveu-se um método para analisar os documentos do AH-ALESP[3]. Apresenta-se aqui o estudo de caso de

[3] A documentação textual produzida pela ALPSP inclui pedidos de transferência de freguesias entre termos de municípios; anexação de territórios e alteração de divisas municipais. Acervo Histórico da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Disponível em: https://app.al.sp.gov.br/acervohistorico/. Acesso em 13 de julho de 2020.

um processo de disputa territorial que envolveu a vila de Caconde, criada em 1864, e a vila de Casa Branca, criada em 1841. Caconde foi fundada como freguesia em 1775 e elevada à condição de vila em 1864. Casa Branca originou-se de um pouso localizado no Caminho dos Goiases, foi elevada a freguesia em 1814, e à vila em 1841. No termo dessas vilas, em meados do século XIX, foram fundados diversos patrimônios religiosos, os quais originaram novos municípios. Buscamos demonstrar a hipótese de uma relação entre a doação de um patrimônio religioso, um procedimento eclesiástico, com a disputa territorial entre as duas vilas, pela ampliação de seus termos com a anexação de territórios.

O método parte da transcrição dos documentos textuais, discriminando a referência do documento, data, localidade, remetente e destinatário, e assunto do ofício. Os documentos são transcritos e a toponímia, elementos da paisagem, nomes de proprietários rurais e fazendas são identificados e espacializados em mapas da CGG de São Paulo de 1905, que foram georreferenciados durante a elaboração da análise. Criou-se um mapa de hipsometria e hidrografia em software Qgis, para espacializar os limites e circunscrições mencionadas nos documentos, construindo um SIG histórico na escala do território. Como estudo de caso, selecionamos um conjunto documental formado por 25 ofícios enviados pelas Câmaras das Vilas de Caconde (1864) e de Casa Branca (1841), localizadas na região de estudo, entre janeiro de 1865 e março de 1868.

Todo o processo inicia-se com um pedido da Câmara Municipal da vila de Caconde, em 31 de janeiro de 1865 solicitando a anexação da Freguesia de S. Sebastião da Boa Vista (atual Mococa-SP) ao seu termo. A Secretaria de Governo da Província encaminhou esse pedido à ALPSP em 16 de março do mesmo ano. Em 11 de janeiro de 1865 a mesma Câmara leva ao Presidente da Província um ofício, fazendo ver:

> a urgente necessidade de ser ligada à Freguesia do Espírito Santo do Rio do Peixe, deste município, os moradores do lado direito do ribeirão da Fartura desde a barra deste no Rio Pardo, athé as divisas com São João da Boa Vista, atualmente pertencentes a V.ª de Casa Branca; compreendendo cinco Fazendeiros = João Damasceno Negrão, Luciano Ribeiro da Silva, Luiz Carlos de Mello, Joaquim Thomás d'Mesquita, e Antônio Thomás d'Mesquita (ALPSP, 1866, fl. 1).

O pedido é para que os moradores da margem direita do ribeirão da Fartura desde a barra deste no Rio Pardo, fossem ligados à Freguesia do Espírito Santo do Rio do Peixe (atual Divinolândia-SP) a qual pertencia ao termo da vila de Caconde. Naquele momento, as fazendas supracitadas pertenciam ao termo da vila de Casa Branca. As vilas existentes naquela região, em 1866, eram: Casa Branca (criada em 1841), São João da Boa Vista (criada

em 1859) e Caconde (criada em 1864). De acordo com Ângelo Carrara, no século XIX ainda se mantinha o modelo colonial de limites territoriais, onde as fazendas correspondiam a marcos de demarcação (CARRARA; MACHADO, 2020, p. 8) e o território era entendido como uma "coleção de lugares" (Ibidem). As pretensões da vila de Caconde eram de ampliar o seu termo, utilizando das fazendas supracitadas como referenciais na paisagem. Todo o procedimento, pedindo a anexação da Freguesia de S. Sebastião da Boa Vista e das fazendas na margem direita do Ribeirão da Fartura envolveu pelo menos 25 ofícios encaminhados entre as vilas de Caconde, Casa Branca e os moradores da dita freguesia. Em 5 de março de 1866 a Câmara da Vila de Casa Branca envia uma representação à Assembleia Provincial contra o pedido da vila de Caconde, contestando a perda de seu território. Como método para avaliar o teor dos ofícios e sua efetivação, a presente pesquisa também se utiliza do acervo de leis e decretos da ALESP sobre as divisas dos municípios paulistas. A lei é o desfecho de um procedimento composto, geralmente, de vários ofícios. A Freguesia de S. Sebastião da Boa Vista foi criada no termo da vila de Casa Branca, a qual pertenceu até 1868, quando foi anexada ao termo da vila de Caconde, atendendo às solicitações daquela municipalidade. Em 17 de março de 1871, retornou para o termo da vila de Casa Branca.

Com relação ao território na margem direita do Ribeirão da Fartura, a Comissão de Estatística da Província de São Paulo elaborou o Projeto de Lei nº 18 de 28/02/1866, dando parecer favorável à sua anexação à Freguesia do Esp. Santo do Rio do Peixe. Justamente no território disputado pelas duas vilas, um patrimônio religioso foi doado à São José em 1865, por cinco fazendeiros de Caconde: Antônio Marçal Nogueira de Barros, José Theodoro Nogueira de Noronha, Cândido de Faria Moraes, Cândido de Miranda Noronha e João José de Souza. O primeiro, foi membro e presidente da Câmara da vila de Caconde. Esse patrimônio deu origem à formação do povoado e posterior município de São José do Rio Pardo. A pesquisa utiliza dos Almanacks da Província e de censos populacionais objetivando caracterizar essas elites regionais, seus ramos de atuação, a localização de suas propriedades, para com isso compreender melhor o papel das fazendas na delimitação dos limites municipais.

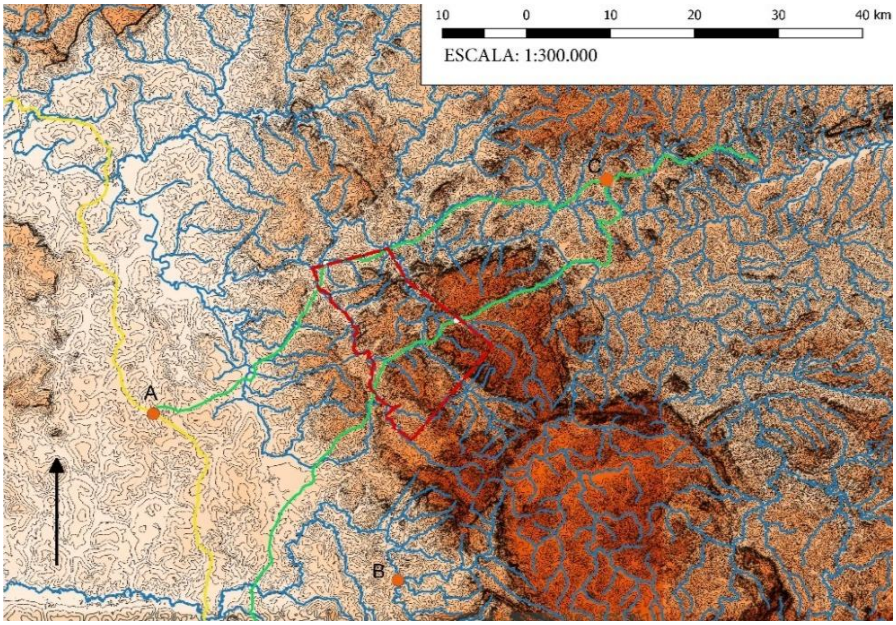


Figura 1: Espacialização sobre um mapa base de hipsometria e hidrografia, das informações contidas nos mapas da CGG (1905) dos principais caminhos: em amarelo, o antigo Caminho dos Goiases; em verde, dois caminhos principais que conectavam o núcleo urbano da Vila de Caconde (letra C) aos núcleos urbanos das vilas de Casa Branca (letra A) e São João da Boa Vista (letra B). Em vermelho, destaca-se o polígono formado pela descrição da porção de terras à direita do Rio Fartura, em disputa entre as vilas de Caconde e Casa Branca, entre 1865 e 1868. Destacam-se, ainda, nos pontos na cor branca, os patrimônios de São José do Rio Pardo (1865) e Divino Espírito Santo do Rio do Peixe (1834, hoje Divinolândia-SP). FONTE: Elaboração dos autores em Qgis.

A hipótese, que pretende-se verificar no desenvolvimento da tese, é que a doação do patrimônio foi um instrumento utilizado na disputa territorial entre a vila de Caconde e a de Casa Branca. A primeira vila, pretendia expandir seu território, englobando parte do termo da vila de Casa Branca, na região onde o patrimônio para São José localizava-se. No mapa da figura 1, localizamos o patrimônio doado ao Espírito Santo do Rio do Peixe em 1834 e o patrimônio doado à São José do Rio Pardo em junho 1865, além dos caminhos que conectavam esses núcleos e que aparecem na cartografia de 1905. A espacialização é uma conjectura sobre os limites desses espaços mencionados nos requerimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se demonstrar a metodologia de estudo da série documental produzida pela ALPSP, para o estudo da formação territorial dos municípios no século XIX. Pelo estudo de caso da disputa territorial entre as vilas de Casa Branca e Caconde, na segunda metade do século XIX, além do cruzamento de dados de outras fontes primárias e secundárias, é possível analisar questões acerca dos procedimentos de elevação dos status urbanos no Império e a

possível relação com a doação dos patrimônios religiosos. Os documentos evidenciam agentes modeladores do território, na sua maioria, proprietários rurais interessados na valorização fundiária de suas fazendas, membros de uma elite regional agrária, no contexto pós Lei de Terras de 1850 que impactou na formação do território.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 88887.284969/2018-00.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo (ALPSP). Ofício de 11 de janeiro de 1866. Localizador 14070, caixa 407, 1 folha.

ANDRADE, Marcos Ferreira De. *Elites regionais e a formação do Estado Imperia Brasileiro - Minas Gerais - Campanha da Princesa (1799-1850).* Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

BOTH, Amanda Chiament. *A trama que sustentava o Império : mediação entre as elites locais e o Estado Imperial Brasileiro (Jaguarão, segunda metade do século XIX)*. 2016. 199f. f. PUC Porto Alegre-RS, 2016.

CARRARA, Angelo Alves; MACHADO, Pedro José de Oliveira. ORDENAMENTO TERRITORIAL DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS: MINAS GERAIS, SÉCULOS XVIII-XIX. *Almanack*, n. 24, 2020. Disponível em: < https://bit.ly/2ZvPTcn>. Acesso em: 8 jun. 2020.

GOLDFEDER E CASTRO, Pérola Maria. Representação política e participação de poderes municipais em projetos de reordenamento territorial do Império - a ideia de criação da Província de Minas do Sul. 2015, Niterói-RJ: Sociedade de Estudos do Oitocentos, 2015. p. 1–20. Disponível em: < https://bit.ly/2OpqavB >. Acesso em: 8 jun. 2020.

LEITE, Beatriz Westin de C. Representações sociais e elite política: o exercício do poder na província de São Paulo e sua articulação com o Governo Central (Segundo Reinado). In: ODALIA, Nilo; CALDEIRA, João Ricardo C. e (Org.). *História do Estado de São Paulo: a formação da unidade paulista*. 1. ed. ed. São Paulo-SP: Editora UNESP; Imprensa Oficial, 2010. p. 427–456.

DE VILA MARIA DO PARAGUAI À CÁCERES: ESTUDO DO DESENVOLVIMENTO DO TRAÇADO URBANO

From Vila Maria do Paraguay to Cáceres: study of the development of the urban layout.

LINHA DE PESQUISA:

MININEL, Willian Jonas[1]

BUSNARDO FILHO, Antônio[2]

PALAVRAS-CHAVE: Morfologia Urbana, Cáceres, Desenho urbano

KEY-WORDS: *Urban Morfology, Cáceres, Urban design*

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento das cidades no território mato-grossense inicia-se com o tratado de Madrid em 1750; segundo Araújo (2012), a criação da capitânia de Mato Grosso tinha um cunho predominantemente de domínio sobre o território que se pretendia estabelecer e reivindicar, causando uma importante e significativa mudança na leitura do próprio território. Diante desse quadro, a coroa portuguesa desejava por meio da criação do Governo na capitania de Mato Grosso, que a sua Colônia fosse tão poderosa que pudesse conter os vizinhos espanhóis impondo-lhes respeito, servindo de antemural a toda a região interiorana brasileira.

Ainda sobre os aspectos colonizados da capitânia de Mato Grosso, Araújo (2012) ressalta a sua importância, descrevendo que assim como ocorreu para outras situações, o processo de colonização desta área continha um suporte jurídico-institucional, no qual a vila detinha um papel preponderante, desempenhando um papel político sobre a ocupação do território. Seria

[1] Mestrando em Arquitetura e Urbanismo – UNIVAG, mininelwj@gmail.com.
[2] Professor Doutor do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, UNIVAG, antonio.busnardo@univag.edu.br

necessário além da existente vila de Cuiabá, que dava poder jurídico ao local, implantar uma segunda vila que serviria como capital dando a toda região da capitania um caráter jurídico.

O seu processo histórico não está apenas ligado diretamente a São Paulo, mas também ao litoral sulista e se liga a outras cidades e capitanias mineradoras além de outras dominações fora do território português, ou seja, Mato Grosso se apresenta como um espaço singular, interessante por si mesmo (GARCIA, 2016). Deste Modo, em 5 de agosto de 1750 sai da cidade de Araritaguaba a comitiva de Rolim de Moura, chegando em Cuiabá no dia 12 de janeiro de 1751, dando início ao governo autônomo de Mato Grosso (ARAÚJO, 2012).

Rolim de Moura fora então imbuído de edificar a nova capital no extremo oeste da colonização portuguesa, ali teria de edificar a residência do governo, prédios que comportassem casa de fundição, intendência, ouvidoria, igrejas, cadeia, quarteis, armazéns, paióis entre outros. Assim nascia a nova capital de Mato grosso, Vila Bela que tinha duas funções básicas, sede administrativa da Coroa Portuguesa e símbolo da presença do rei (GARCIA, 2016). Desta forma o território do mato-grossense estava delimitado.

Em meio aos pontos urbanos criados pela coroa portuguesa para defender e delimitar suas terras, Vila de Cuiabá e a nova capital da província de Mato Grosso, Vila Bela, o então governador Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres desenvolve a Vila Maria de São Luiz de Cáceres. Posicionada a 5 léguas do antigo Marco do Jaurú. A criação desta vila auxiliaria a comunicação entre Vila-Capital e a Vila Real, além de favorecer as relações comerciais entre ambos, servindo de apoio aos transeuntes (MORAES, 2003).

Mas os fatores que possibilitaram o desenvolvimento desta vila não cessam neste ponto, ela teria uma importante função estratégica, devido a sua localização, próxima as antigas missões jesuítas na região de Chiquititos o que se tornou um importante fator na demarcação da fronteira (MORAES, 2003).

Assim começa a urbanização da atual cidade de Cáceres, fundada em 06 de outubro de 1778 com o nome de Vila Maria do Paraguai, que não passava de uma freguesia, constituída apenas por um povoado centrado em torno da igrejinha de São Luiz de França (FERREIRA, 2004). Não possuía em sua composição elementos necessários como a Câmara Municipal, a vereança eleita, a presença de oficiais municipais, o pelourinho e a cadeia, para que pudesse ser considerada uma “vila” (CHAVES, 2011).

A formação da atual cidade de Cáceres começa a tomar forma a partir da abertura da navegação pelo Rio Paraguai, logo após o fim da Guerra da Tríplice Aliança em 1870, o que possibilitou muitas mudanças para a Vila Maria do Paraguai, pois por meio da navegação chegava à cidade diversos tipos de mercadorias, desde artigos de vestuário a máquinas, e se realizava a exportação dos produtos ali manufaturados como o charque, peles de animais silvestres, erva mate, a poaia. Porém este avanço fez mudanças significativas não somente na paisagem, mas alterou a maneira como os habitantes daquele espaço viviam e suas práticas sociais também mudaram. Como uma possível resposta ao problema, foi instituído o Código de Posturas Municipais de 1888 (PINHO, 2011).

Segundo PINHO (2011), o Código de Posturas Municipais de 1888 possuía em sua constituição 17 capítulos e 91 artigos que tratava de leis para dirigir a vila. Possuía desde ordenamento das ruas até a proibição de algumas práticas consideradas como “atrasadas ou bárbaras”. A partir de então foram abertas novas ruas e novas atividades econômicas tendo o rio Paraguai como o principal meio de transporte; a partir da baía, então, abrem-se novas ruas no sentido norte-sul, criando um traçado orgânico e seguindo este padrão foi desenvolvendo-se também a leste, região influenciada por causa dos sítios e fazendas que forneciam os gêneros consumidos internamente. Uma das principais fazendas dessa época pode-se citar a Fazenda Jacobina e os sítios e fazendas da região Morraria.

Desde a chegada dos primeiros colonizadores até os anos atuais muitas mudanças aconteceram com a pequena Vila Maria do Paraguai de São Luiz de Cáceres, hoje conhecida como Cáceres; com essas mudanças seu traçado também foi alterado até chegar no traçado atual. LAMAS (2004) defende que a cidade, assim como um organismo vivo, modifica-se continuamente, sendo o tempo indispensável para compreender o território como espaço, objeto físico e possibilitando as intervenções pelo arquiteto.

Três elementos principais existiam na formação da cidade: a igreja, a praça e o rio Paraguai. Qual deles teria influenciado o desenho urbano de Cáceres? Qual a real importância que teve o Código de Postura de 1888? Qual foi o traçado e diretrizes tomadas ao longo do tempo? Quais fatores históricos geraram o desenho da cidade atual? Assim, essas questões serão a base para se compreender o desenho urbano, o traçado e as diretrizes tomadas ao longo do tempo, e quais fatores históricos e culturais geraram o desenho da cidade atual.

DESENVOLVIMENTO

Cáceres é uma das cidades mais antigas do estado de Mato Grosso fundada em 06 de outubro de 1778. Cento e dez anos depois, logo após o fim da Guerra tríplice, com o aumento populacional é instituído o primeiro documento legal que estabelece leis e diretrizes de condutas e de ocupação do solo.

Com o passar do tempo a cidade foi crescendo e se desenvolvendo, tendo possíveis fatores históricos que provavelmente possibilitaram esse desenvolvimento, chegando aos tempos atuais, segundo o censo (IBGE, 2010), com 87.942 habitantes sendo sua densidade de 3,6hab/km² e passando a 94.376 habitantes em 2019. Estudar e compreender o desenho urbano da cidade de Cáceres auxilia nos futuros processos de planejamento urbano e estrutural da cidade.

Sobre o estudo das formações urbanas, TEIXEIRA (2012) defende que estudar o patrimônio urbano, em suas variadas manifestações, torna-se de suma importância não somente para a reabilitação e preservação dos núcleos urbanos e arquitetônicos, mas torna-se importante para a formação tanto do desenho urbano quanto da arquitetura atual de uma cidade. O território, o urbanismo e a arquitetura estão intrinsicamente ligados à cultura de uma cidade. Compreender os processos que originaram a sua organização espacial e o conhecimento de suas particularidades morfológicas além da sua cultura local e práticas sociais faz com que essa comunidade permaneça cada dia mais viva.

Além dos aspectos históricos e a importância econômica que a cidade possui sobre o estado de Mato Grosso, analisar a suas raízes históricas dá base para compreender a formação da sua sociedade atual, que pode ser claramente expressa também em seu plano urbano (OLDONI, 2016).

Ao se considerar o desenvolvimento histórico de Cáceres serão estabelecidas relações fundamentais, mas nem sempre claras, entre sociedade e cultura, como base para a compreensão da evolução do desenho urbano e da transformação do território, enquanto bases para um urbanismo para pessoas, que leve em consideração mais as relações interpessoais que as relações econômicas e políticas, sem, no entanto, desconsiderá-las.

DISCUSSÃO

Como e quais os fatores culturais, sociais e econômicos moldaram a malha urbana da cidade de Cáceres resultando em sua morfologia atual? Para se compreender o que se questiona é preciso levantar e esclarecer alguns pontos, tais como, quais os princípios do desenho urbano de Cáceres, isto é, quais os motivos que geraram sua forma, e como esses motivos se comportaram durante o desenvolvimento da cidade. Para essa compreensão faz-se necessário compreender o modelo de urbanização de Cáceres, no período do Brasil colonial; analisar o desenho urbano original de Cáceres e o desenho urbano das cidades portuguesas do século XVIII, para compreender a formação histórica do urbanismo de Cáceres, e sua forma atual.

CONCLUSÃO

Este projeto de pesquisa que se insere na Área de concentração: “Arquitetura, Cidade e Território”, na Linha de Pesquisa Desenvolvimento Territorial e Local, tem a pretensão de contribuir para que os estudos relativos ao desenvolvimento das cidades do interior do Mato grosso avancem na investigação sobre a temática específica da morfologia urbana e do desenvolvimento do território mato-grossense, ao longo do tempo. Permitirá, também uma reflexão para ampliar uma nova linha de pesquisa sobre formação histórica do urbano e da rede urbana regional de Mato Grosso.

Para uma melhor compreensão dos fatos estudados, recorrer-se-á aos princípios do método histórico, ou crítico, com o intuito de analisar o que há de relevante nos eventos passados que influenciaram o desenvolvimento da cidade e o modo de ser de seus cidadãos e que se mantêm, ainda hoje, como actantes de desenvolvimento; por meio de análises heurísticas esses actantes poderão ser encontrados, como elementos simbólicos no processo de formação e desenvolvimento da cidade de Cáceres, ainda hoje. Isto facilitará o entendimento da ocupação do território, do desenvolvimento da malha urbana e da formação da cidade e de seus cidadãos

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, R. M. de. A urbanização da Amazónia e do Mato Grosso no século XVIII povoações civis, decorosas e úteis para o bem comum da coroa e dos povos. In: *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material,* v. 20, n. 1, p. 41-76, 2012.

CHAVES, O. R. Império português: o marco de Jauru e a povoação fronteiriça de Vila Maria do Paraguai, século XVII. In: Chaves, O. R.; Arruda, E. F. de. *História e Memória: Cáceres*. Editora UNEMAT, 2011, p. 303.

FERREIRA, J. C. V. Enciclopédia Ilustrada de Mato Grosso. Ed Burití. Cuiabá: 2004.

GARCIA, R. C. *Espaço do povo e espaço do rei na terra da conquista: vila bela, cuiabá e os seus distintos espaços*. História e Diversidade, v. 8, n. 1, p. 220-235, 2016.

IBGE. Cáceres. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/caceres/historico. Acessado em: 27 de março de 2020.

LAMAS, J. M. R. G.; *Morfologia urbana e desenho da cidade*. UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA 1993.

MORAES, M. de F. M. L.. de. *Vila Maria do Paraguai: um espaço planejado para consolidar a fronteira oeste 1778-1801*. 2003. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

PINHO, R. T. de. Cáceres: olhares sobre a tessitura urbana de São Luiz de Cáceres. in: Chaves, O. R.; Arruda, Elmar Figueredo de. *História e Memória: Cáceres*. Editora Unemat, 2011, p. 303.

OLDONI, S. M. *Cidades novas no oeste do Paraná: os traçados criados pela colonizadora Maripá*. 2016. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Maringá.

TEIXEIRA, M. C. *A forma da cidade de origem portuguesa*. Editora Unesp, 2012.

ANTAGONISMO SOCIOAMBIENTAL E SUSTENTÁVEL FRENTE A IMPLANTAÇÃO DE ASSENTAMENTOS HUMANOS EM CUIABÁ, MATO GROSSO, BRASIL

SOCIO-ENVIRONMENTAL AND SUSTAINABLE ANTAGONISM DUE TO THE IMPLEMENTATION OF HUMAN SETTLEMENTS IN CUIABÁ, MATO GROSSO, BRAZIL

LINHA DE PESQUISA: Ambiente Construído e Sustentabilidade

NOVACK, Franciele Cavalheiro[1]

PALMISANO, Angelo[2]

PALAVRAS-CHAVE: Assentamentos Humanos; Ecobairro; Habitação de Interesse Social.

KEY-WORDS: *Human Settlements; Eco-neighborhood; Social Interest Housing.*

INTRODUÇÃO

No planejamento urbano é fundamental a busca de novas alternativas frente ao crescimento acentuado das cidades e a necessidade de suprir a demanda habitacional com infraestrutura adequada e sustentável.

Aplicar novas estratégias que auxiliem os órgãos públicos na produção urbana, preservando o meio ambiente e atendendo a demanda social é de extrema importância, aliado ao emprego de políticas públicas que efetivamente proporcionem um diferencial na estrutura urbana e aproximem a relação desta com o meio ambiente, convergindo na melhoria e qualidade de vida da população nas cidades.

[1] Mestranda em Arquitetura e Urbanismo - UNIVAG, frannovack1@gmail.com.
[2] Professor Doutor do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, UNIVAG, angelo.palmisano@univag.edu.br.

Neste contexto, tanto a política pública de urbanização do território, quanto o mercado imobiliário, na maioria das vezes, não privilegia a maior parte da população que se concentra nas classes sociais menos favorecidas.

Diante dos modelos de assentamentos humanos para habitação de interesse social atualmente implantados nas cidades, e em especial em Cuiabá, Mato Grosso, observa-se carência de debate teórico conceitual voltado ao desenvolvimento sustentável das cidades, bem como de novas propostas de assentamentos humanos que apresentem alternativas sustentáveis e de melhoria no seu processo de produção, na busca de modelos que tragam as premissas de sustentabilidade e infraestrutura verde.

A cidade é direito de todos, entretanto a urbanização desenfreada nas cidades ocasionou inúmeros problemas, tanto ambientais quanto sociais.

> A urbanização, podemos concluir, desempenhou um papel decisivo na absorção de capitais excedentes, em escala geográfica sempre crescente, mas ao preço do explosivo processo de destruição criativa que tem desapropriado as massas de qualquer direito à cidade. (HARVEY, 2012, p. 85)

Novos loteamentos com melhoria na sua infraestrutura são imprescindíveis, frente aos inúmeros problemas nos atuais modelos de assentamentos humanos, que causam danos sociais e ambientais.

DESENVOLVIMENTO

Esta pesquisa tem como objetivo geral estabelecer um debate conceitual voltado para o desenvolvimento sustentável das cidades em contraponto aos assentamentos humanos, abordando temáticas relacionadas com a formação urbana, segregação socioespacial, sustentabilidade, infraestrutura verde e habitação de interesse social.

Como objetivo específico propõe um modelo com parâmetros urbanísticos pautados nos conceitos de ecobairros e nos princípios e alternativas sustentáveis e da infraestrutura verde, para futuros assentamentos humanos voltados à habitação de interesse social em Cuiabá.

A pesquisa será realizada por meio de levantamento bibliográfico e dados relacionados ao tema. Serão mapeados os condomínios residenciais privados de alto padrão, bem como os assentamentos humanos voltados para habitação de interesse social, selecionados, com a análise cartográfica dos registros do Google Maps e utilizando o Software Quantum GIS para a edição e análise de dados georreferenciados e a elaboração de mapas temáticos.

DISCUSSÃO

O FENÔMENO CONTEMPORÂNEO DE FORMAÇÃO URBANA A PARTIR DE CONDOMÍNIOS RESIDENCIAIS

Associada a necessidade de habitação e aos interesses imobiliários, além da ânsia por maior segurança, surgem nas cidades contemporâneas os condomínios verticais e horizontais em larga escala. Esses condomínios, em sua maioria, dispõem de espaços de interação e lazer de modo a reduzir a necessidade da busca por estes espaços fora do condomínio fechado, o que, até certo ponto, se assemelha às cidades medievais cercadas por suas muralhas.

> Em um mundo pouco seguro, as cidades medievais se protegiam atrás de muralhas e organizavam-se através de corporações em torno à praça do mercado, torres e campanários, expressando espacialmente de forma imbricada a solidariedade e a dependência que caracterizava as populações das cidades no seio das sociedades feudais. (ASCHER, 2010, p. 20)

Sem dúvida, o muro se apresenta há tempos como um símbolo de segurança da propriedade nas cidades e se reproduz em diversos níveis sociais.

Na formação urbana inúmeras tipologias surgem nas cidades, e uma das que vem sendo amplamente utilizada em Cuiabá, refere-se aos condomínios residenciais privados horizontais, que se apresentam para a população com menor poder aquisitivo, assim como para a população de maior poder aquisitivo, com os chamados “condomínios de luxo”.

Os condomínios de luxo possuem alguns elementos que os aproximam de propostas de bairros sustentáveis, como a disponibilidade de áreas verdes, calçadas presentes e mais largas, arborização nas vias e calçadas, segurança no interior do condomínio, dentre outros.

SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NA FORMAÇÃO DAS CIDADES CONTEMPORÂNEAS

A segregação se apresenta de forma evidente nas cidades quando observadas as formas de implantação dos assentamentos humanos, que geralmente estão distantes da área central, o que encarece a infraestrutura instalada e ocasiona problemas de mobilidade.

Os condomínios residenciais de alto padrão também se apresentam como elementos segregadores, já que possuem infraestrutura nitidamente melhor e mais completa do que os loteamentos voltados para a habitação de interesse social.

Segundo Caldeira (2000, p. 258) “os condomínios fechados são a versão residencial de uma nova forma de segregação nas cidades contemporâneas”.

A busca por lugares seguros é crescente e a sensação de segurança que os condomínios fechados proporcionam, alavanca cada vez mais a construção deste tipo de empreendimento.

A delimitação do espaço por meio de seus muros são barreiras que impedem que a sociedade usufrua dos benefícios investidos dentro destes condomínios.

> Assiste-se, assim, em certos países, à formação de bairros privados cercados de muros. Essas tendências à fragmentação social e ao fechamento espacial se somam à tentação de ruptura do pacto social e dos vínculos de solidariedade local e nacional. (ASCHER, 2010, p. 73-74)

Essa divergência espacial e organizacional impera em várias cidades e reforça as questões de desigualdade social e de segregação socioespacial. Assim como exposto por Villaça (2011, p. 37) "[...] a segregação é a mais importante manifestação espacial urbana da desigualdade que impera em nossa sociedade."

Apesar dos esforços em combater as ações segregacionistas, na prática, muitas cidades avançam na direção contrária, principalmente as grandes cidades.

> As tendências anti-segregacionistas seriam antes ideológicas. Apegam-se ora ao humanismo liberal, ora à filosofia da cidade, considerada como "sujeito" (comunidade, organismo social). Apesar das boas intenções humanistas e das boas vontades filosóficas, a prática caminha na direção da segregação. (LEFEBVRE, 2008, p. 98)

Vários elementos como a necessidade de habitação, baixo poder aquisitivo, valoração da terra e as políticas públicas, implicam na concepção de assentamentos humanos sem conceitos mínimos pautados na sustentabilidade, como por exemplo a ausência de espaços públicos e de lazer.

CIDADE SUSTENTÁVEL, ECOBAIRRO E INFRAESTRUTURA VERDE

Desde que se iniciaram as discussões do desenvolvimento sustentável, a busca pela melhoria nas condições sociais e ambientais para a formação de cidades mais sustentáveis vem se intensificando em todo o mundo, inclusive no Brasil.

> As cidades podem cultivar biodiversidade, restaurar terras e águas, conservar a cobertura vegetal e, ao mesmo tempo, incorporar um conjunto de estratégias de sobrevivência, integralmente presentes, como moradia, trabalho, alimentação, saneamento, manufatura, lazer, vida social e comércio em proporções balanceadas, contribuindo para a melhoria da saúde do planeta. (ANDRADE; ROMERO, 2004, p. 4)

A melhoria da infraestrutura urbana, bem como das condições ambientais, espaços públicos, mobilidade urbana, destinação final de resíduos sólidos, eficiência energética, esgotamento sanitário, abastecimento e uso da água, dentre outros, são primordiais na busca desta nova política urbana primando por um modelo de cidade sustentável.

Os condomínios residenciais de alto padrão se aproximam às estas propostas de bairros sustentáveis ou ecobairros, com a presença de áreas verdes, boas calçadas, arborização e segurança, porém não possuem alguns elementos sustentáveis, como a produção de energia

sustentável, a destinação e tratamento do esgoto, que muitas vezes depende da infraestrutura da cidade, para caracterizá-los de fato como um ecobairro.

Outro fator mais expressivo que os descaracterizam de um ecobairro é a delimitação do espaço e o impedimento do compartilhamento dos benefícios e espaços com toda a população.

Em contraponto estão os assentamentos humanos voltados para habitação de interesse social, onde não há arborização, nem espaços públicos de lazer como praças, parques, dentre outros. A ausência desses elementos, bem como sua configuração acentuam divergências sociais que somadas as barreiras físicas e espaciais, enfatizam a segregação socioespacial existente nas grandes cidades.

Se propostas de assentamentos humanos pautados na sustentabilidade e infraestrutura verde fossem viabilizadas para outras categorias sociais, assim como ocorre nos condomínios residenciais privados, porém sem a limitação por muros, abrangeria uma parcela maior de habitantes da cidade e os benefícios seriam muito expressivos.

As cidades dispõem de um conjunto de elementos naturais que podem ser incorporados ao traçado urbano, e que representam potencialidades para a busca de uma urbanização mais sustentável.

> Os elementos que compõem a natureza, os corpos d'água, montanhas, vegetação, dentre outros, constituem-se em recursos valiosos e valorosos para a qualidade ambiental dos espaços urbanizados, considerando sua função de equilíbrio entre o assentamento urbano e o meio natural. (ROSIN, 2017, p. 164)

Se valer dos recursos naturais já existentes na maioria das cidades, e perceber sua importância na concepção de novos loteamentos e na expansão da cidade é uma ferramenta eficaz para a melhoria da relação entre a urbanização crescente e a natureza.

As cidades sustentáveis, assim como os ecobairros, tem como uma das interfaces a aplicação de elementos da infraestrutura verde, que muitas vezes já estão dispostos nas cidades, como as áreas verdes, fragmentos de mata, parques, e espaços públicos, dentre outros.

> Muitos dos elementos da infraestrutura verde já estão no local, contudo, somente em rede é que efetivamente possuem valor. Sendo, portanto, necessário se empreender esforços para promover a ligação entre os diferentes elementos – seja através da criação de ruas arborizadas, tetos verdes ou da renaturalização de rios e canais – de modo que todos eles trabalhem juntos como um sistema funcional. (VASCONCELLOS, 2015, p. 35)

Esses elementos além de serem fundamentais no planejamento e ordenamento das cidades, ainda podem auxiliar na solução de inúmeros problemas ambientais, principalmente nas grandes cidades. A cidade tem muito a oferecer, é preciso se valer destes recursos em prol da sua melhoria, bem como da qualidade de vida da sua população.

ASSENTAMENTOS HUMANOS PARA HABITAÇÃO SOCIAL EM CUIABÁ

Os assentamentos humanos em muitas cidades não visam os preceitos da sustentabilidade e da infraestrutura verde, em especial nos assentamentos voltados para a habitação social, e em Cuiabá esta situação não é diferente.

Esta questão vem sendo discutida há algum tempo e segundo Choguill (2003, p. 68) “esta falta de aplicabilidade do conceito de sustentabilidade aos assentamentos humanos é um tanto surpreendente, considerando o estado lamentável da maioria das cidades no mundo subdesenvolvido.”

Enfatiza ainda Choguill (2003) a relação entre as questões de sustentabilidade dos assentamentos humanos e as políticas públicas.

> A ideia de sustentabilidade dos assentamentos humanos fornece um tipo de objetivo geral ao processo de formulação de políticas, enquanto a política urbana fornece a base sobre a qual as ideias de sustentabilidade podem se tornar realidade. (CHOGUILL, 2003, p. 80)

A falta de aplicabilidade destas questões nos planos de desenvolvimento urbano das cidades intensifica ainda mais os problemas já existentes nas grandes cidades.

Muitos loteamentos ao serem implantados não priorizam espaços de áreas verdes, praças, parques, dentre outros, principalmente nos loteamentos voltados para a habitação social, pois o espaço é quase que totalmente destinado a construção das habitações. A ausência destes espaços nestes loteamentos acaba por privar a comunidade da possibilidade de maior interação social e de lazer.

O tamanho das calçadas, lotes, e a ausência dos espaços públicos no loteamento, acabam por desfavorecer a arborização e consequentemente pioram as condições de conforto ambiental no local, e em Cuiabá esta situação ainda é agravada pelas condições climáticas relacionadas as altas temperaturas.

CONCLUSÃO

Como resultado desta pesquisa, espera-se contribuir para a melhoria das políticas públicas do município na implantação de assentamentos humanos menos segregacionistas e pautados nas premissas da sustentabilidade, particularmente útil para as propostas de novos assentamentos na cidade de Cuiabá.

Vários benefícios decorrem quando bem constituída a relação entre o ambiente natural e o ambiente urbano, benefícios estes que podem ser explorados pelo poder público para melhorar o planejamento e a gestão urbana das cidades.

A implantação de loteamentos que se tornem referência podendo vir a alterar o modo de vida da população, são premissas importantes a serem observadas e seguidas pelo poder público, podendo se transformar em uma política pública com a melhoria da infraestrutura e conceito dos loteamentos para famílias de baixa renda.

Medidas como esta podem proporcionar a melhoria de vida das pessoas, bem como propiciar locais e cidades mais sustentáveis e agradáveis de se viver.

Alternativas vem surgindo a cada dia e precisam ser implementadas na busca de cidades mais sustentáveis e resilientes, bem como para a minimização das consequências negativas da segregação socioespacial já impostas nas grandes cidades.

Bolsa de Estudos parcial UNIVAG de 30%

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, L. M. S. de A.; ROMERO, A. B. *Desenho de Assentamentos Urbanos Sustentáveis*: Proposta Metodológica. São Paulo: claCS'04 e ENTAC'04, 2004.

ASCHER, F. *Os novos princípios do urbanismo*. Tradução e apresentação Nadia Somekh. São Paulo: Romano Guerra, 2010. 104 p.

CALDEIRA, T. P. R. *Cidade de muros*: Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed.34/EDUSP, 2000. 400p.

CHOGUILL, C. L. Cidades sustentáveis e política urbana: considerações sobre a política urbana nacional do Brasil. *Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*. São Paulo, v. 3, n. 1, p. 67-82, 2003.

HARVEY, D. O Direito a cidade. *Lutas Sociais*, São Paulo, n.29, p.73-89, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/272071/mod_resource/content/1/ david-harvey%20direito%20a%20cidade%20.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2020.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. 5. ed. Tradução de R. E. Frias. São Paulo: Centauro, 2008.

ROSIN, J. A. R. G. Infraestrutura verde: um novo olhar para o desenho urbano. *Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades*, v. 5, p. 156-168, 2017. ISSN 2318-8472. Disponível em: <https://www.amigosdanatureza.org.br/publicacoes/index.php/ gerenciamento_de_cidades/article/view/1570/1565> Acesso em: 18 maio 2020.

VASCONCELLOS, A. A. de. *Infraestrutura verde aplicada ao planejamento da ocupação urbana.* 1.ed. Curitiba: Appris, 2015. 229p.

VILLAÇA, F. *São Paulo*: segregação urbana e desigualdade. Scielo, Estudos Avançados vol. 25 n°. 71. São Paulo jan./apr. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v25n71/04.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2019.

ESPAÇO PÚBLICO DE EDUCAÇÃO E CIDADANIA: NOVOS CENÁRIOS PARA A APROPRIAÇÃO E SOCIALIZAÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS NA CIDADE CONTEMPORÂNEA

PUBLIC SPACE FOR EDUCATION AND CITIZENSHIP: New scenarios for the appropriation and socialization of public schools in the contemporary city

LINHA DE PESQUISA: Desenvolvimento Territorial e Local

GATTO, Joel Marcos[1]

ROSIN, Jeane Aparecida Rombi de Godoy[2]

PALAVRAS-CHAVE: Espaço Público, Escola, Apropriação.

KEY-WORDS: *Public Space, School, Appropriation.*

Introdução

Esta pesquisa explora o papel da escola, enquanto espaço público, no contexto da cidade contemporânea a partir do caso de Cuiabá (Figura 1), cidade caracterizada pela carência de espaços públicos de qualidade nos bairros mais populosos e de menor poder aquisitivo. Questões como o significado de espaço público, e seu papel na apropriação, socialização, promoção da cidadania e na formação do lugar são o escopo central.

Deste modo a presente pesquisa objetiva estudar a escola enquanto uma das categorias de espaço público, a partir do caso de Cuiabá, em suas suposições, métodos e resultados, investigando a possibilidade de sua exemplaridade ser replicável em contextos análogos, por meio da comparação de especificidades locais e da eficácia de soluções de implantação estratégica de unidades educacionais em cada bairro, de modo que possam engendrar

[1] Mestrando em Arquitetura e Urbanismo - UNIVAG, joel.gatto@hotmail.com.
[2] Professora Doutora e Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, UNIVAG, e-mail.

políticas públicas no enfrentamento da situação sistêmica das periferias urbanas, onde o estado não corrobora para a distribuição de espaços públicos de qualidade e que cumpram seu papel genuíno.

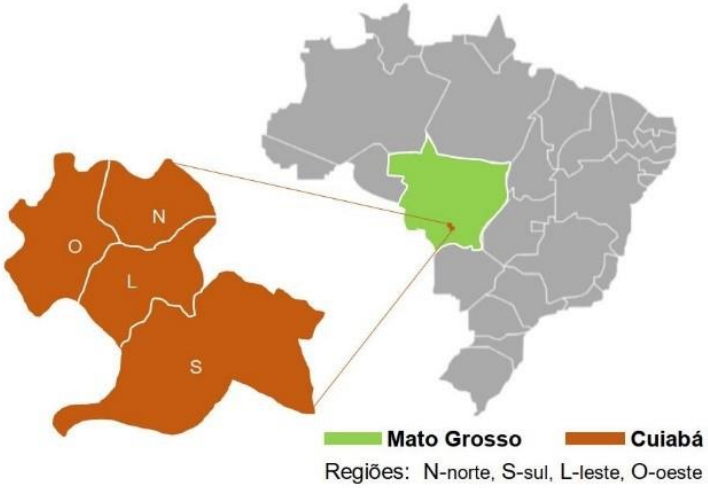


Figura 1: Localização de Cuiabá e de Mato Grosso. Fonte: Gatto (2020)

DESENVOLVIMENTO

O conceito de espaço público é posto classicamente, por Arendt (1972) como o lugar da ação política e da identificação comunitária, e, por Habermas (1984) como "lugar do agir comunicacional, do domínio da democracia e do uso livre e público da razão". Este autor, expõe que, originalmente, o espaço público existia em detrimento do espaço privado, porém com o desenvolvimento do capitalismo e o avanço do liberalismo, tal relação é dissolvida, e o caráter político do espaço público perde espaço para o consumo, fazendo com que público e privado se interconectassem resultando no que ele chama de Esfera Social. Esta visão é reafirmada por Queiroga (2007) ao se referir às esferas privada e pública[3], esta última diz respeito ao domínio da liberdade, e da cultura. Para Queiroga o espaço público, não é apenas o suporte físico, mas também espaço das ações da esfera pública, portanto não são apenas bens e propriedades de uso comum do povo (ruas, praças, postos de saúde, escolas e creches públicas, etc.) mas também todos os lugares onde se realizam ações da esfera pública.

[3] Queiroga explicita que a esfera social contém a esfera privada, a qual se liga a instância econômica, e se caracteriza pelo acesso limitado de determinados grupos sociais, desse modo fundindo esfera privada e pública e separando as pessoas através de alteridade, portando determinados espaços públicos da esfera privada excluem ou incluem as pessoas conforme o acesso ao capital.

Esta amplificação do conceito de espaço público evoca apropriação, e como consequência este espaço, é promovido a lugar, não mais uma mera localização geográfica, pois passa a constituir elementos que transmitem significados, pois "O lugar é a concreta manifestação do habitar humano" (NORBERG-SCHULZ, 2006). Este habitar diz respeito à identidade que os usuários conferem ao espaço durante a apropriação, e ao envolver várias pessoas, sendo coletivo, o processo de apropriação é impulsionado pela socialização entre os indivíduos, conferindo tanto ao indivíduo como ao espaço público a noção de pertencimento à comunidade. Este processo remete à noção de cidadania, pois para Durkhein (2002, p. 95) cidadania é o exercício dos direitos e deveres, uma construção dinâmica de vivências coletivas traçadas em determinados contextos sociais.

Em síntese, vários são os espaços da cidade que permitem seu enquadramento enquanto espaços públicos, entre eles estão os equipamentos institucionais - provedores de serviços públicos - os quais por excelência são de propriedade e competência do poder público. A priori, por condições ambicionadas por esta pesquisa, Escolas municipais de ensino básico (EMEBs), se enquadram nestes critérios, mas, sobretudo, proporcionam apropriação e socialização à comunidade dos locais em que estão inseridas. Estes edifícios possuem papel social singular em razão da sua obrigatoriedade legal[4], do dever de estarem presentes nos locais de maior demanda, logo, onde há maior concentração de crianças em idade escolar dependentes do ensino público. São justamente estes locais, devido a situação sistêmica da produção do espaço urbano no Brasil[5], carentes de espaços públicos de qualidade. Tal obrigatoriedade, faz com que escolas sejam, em diversos bairros, os únicos espaços públicos disponíveis à população local, se tornando assim, palco de múltiplos usos, desde local para reuniões comunitárias até campanhas de vacinação por exemplo, e permitem ainda uso para atividades esportivas e culturais nos finais de semana, cumprindo ainda mais seu papel de espaço público ao fomentar socialização e apropriação, e consequente exercício de cidadania.

[4] Seção I do Capítulo III do Título VIII – Da ordem social - Art. 205

[5] As grandes cidades brasileiras, conforme suas divisões sociais, territoriais e econômicas, se baseiam no modelo capitalista de produção do espaço, no qual o solo urbano é uma mercadoria, muitas vezes cara para o padrão de renda da massa trabalhadora, o que inviabiliza o acesso dessa população à cidade. Somada a este fenômeno está a explosão populacional nas grandes cidades, sem que houvesse o devido planejamento e preparo de infraestrutura urbana e equipamentos públicos para receber essas pessoas. Harvey (1980) expõem que este processo é controlado pela elite burguesa, pois além de possuir o valor para custear a terra urbana também a modela de modo a maximizar o seu valor e lucrar com isso.

Para Oliveira (2018) o processo de produção do espaço urbano de Cuiabá esteve alinhado ao processo experimentado pelas grandes cidades brasileiras, porém com um expressivo atraso temporal. Segundo a autora, verifica-se em Cuiabá nos anos 1920 as primeiras ações de projeção capitalista na produção do espaço, as quais ocorreram por meio da valorização de determinadas áreas e foram controladas por agentes sociais possuidores de poder econômico e político, tais ações culminaram na constituição da cidade legal[6]. Ao longo das décadas de 1940 e 1950 a produção do espaço urbano da cidade legal ganhou força pelo maior desenvolvimento econômico que apoiou a burguesia local, advindo da produção de monoculturas e do desenvolvimento de indústrias primárias. Este padrão capitalista de produção do espaço urbano se intensifica na década de 70, a partir da construção de Brasília, e a cidade se torna cada vez mais populosa. A acelerada ocupação resulta, segundo Oliveira (2018) em inúmeros loteamentos ilegais além das bordas do contorno da cidade legal, estas áreas aumentaram de tamanho e densidade populacional exponencialmente ao longo dos anos 1980 e 1990, e representam hoje as áreas mais ocupadas e de menor poder aquisitivo da cidade. Este fenômeno de periferização da capital mato-grossense atrelado a falta de planejamento gerou, entre outras carências, a falta de espaços públicos em quantidade e qualidade nos bairros mais distantes do centro.

Para a Presente pesquisa foram elencadas, dentre as 81 unidades[7] de Escolas Municipais de Ensino Básico (EMEB), 16 unidades, sendo 4 em cada região da cidade – norte, leste, oeste e sul. O critério principal para escolha foi localização de cada unidade, considerando densidades demográfica, no intervalo de médias e altas densidades, e, classe de renda, no intervalo de médias e baixas rendas, conforme mostram os mapas das figuras 2 e 3.

[6] Primeiro perímetro Urbano oficial de Cuiabá - Ato n° 176 de 25/07/1938.
[7] Número extraído do inventário de EMEBs disponível no site oficial da prefeitura de Cuiabá.

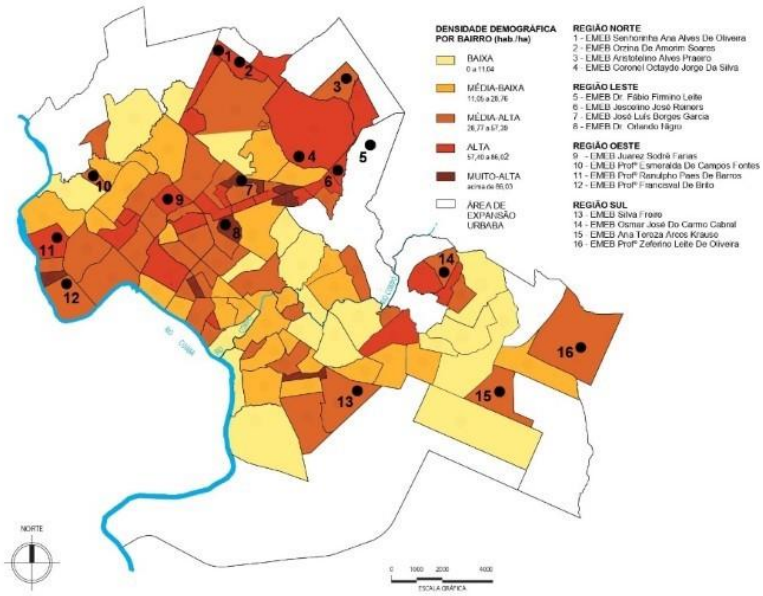


Figura 2*:* Mapa de Densidade Populacional por bairro com EMEBs estudadas[8] – Cuiabá. Fonte: CUIABÁ, SMDU/DUP/2010, Com Base no Censo Demográfico 2010/IBGE adaptado pelo autor (2020).

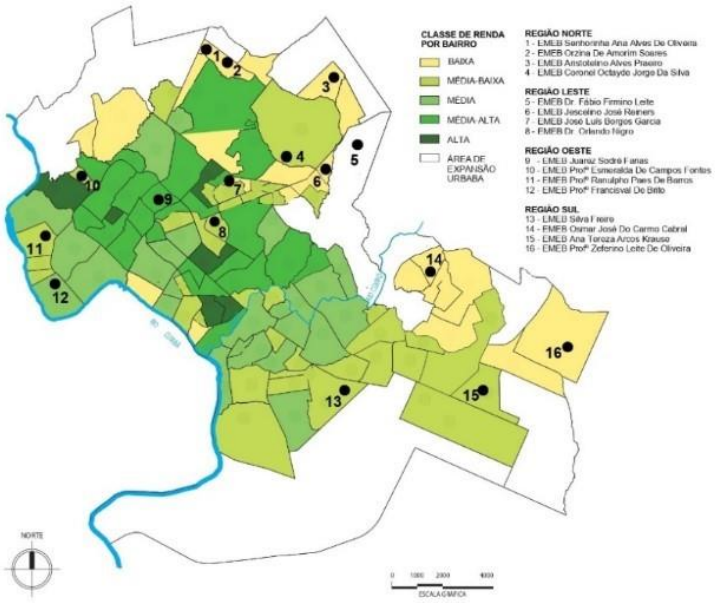


Figura 3: Mapa de Classe de Renda por bairro com EMEBs estudadas[9] – Cuiabá. Fonte: CUIABÁ SMDU/DUP/2010, Com Base No Censo Demográfico 2000/IBGE adaptado pelo autor (2020).

[8] Unidade 5 – EMEB Dr. Fábio Leite: está em zona de expansão urbana, não possui dados demográficos e de renda para o ano em questão. Para o presente estudo considera-se os dados da região adjacentes (alta densidade demográfica e média-baixa renda)

[9] Unidade 9 – EMEB Dr. Orlando Nigro: está em área de renda média-alta, esta unidade poderá ser usada como comparativo, por estar em situação privilegiada, geográfica e economicamente.

DISCUSSÃO

A evolução do perímetro urbano de Cuiabá, considerando os processos de produção do espaço urbano local, atrelados à distribuição de renda e densidade populacional, demonstra que a periferia da cidade, está sempre às margens ou além do contorno do perímetro urbano de cada época, neste último caso configurando ocupações irregulares. A figura 4 demonstra como a escolha das EMEBs para a pesquisa segue este padrão, estando inseridas em zonas periféricas em cada evolução do perímetro urbano. A Avenida Miguel Sutil serve de parâmetro para demarcação das áreas centrais originais, pois nos anos 1960 funcionava como anel viário da cidade, determinando as bordas da cidade e a sua periferia. Nos anos 1970, devido a mais uma expansão do perímetro urbano ela recebe o status de avenida, fato que não elimina o caráter periférico das regiões posteriores a ela.

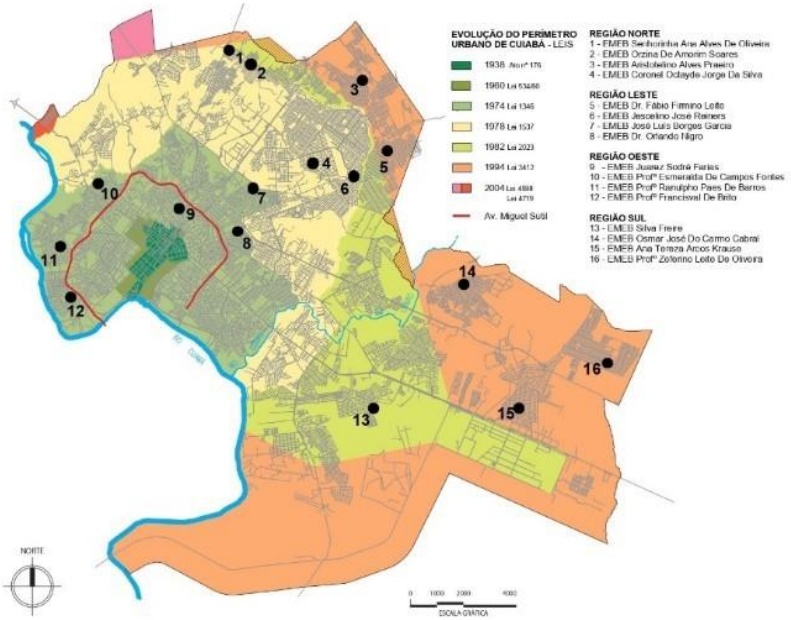


Figura 4: Mapa de Classe de Renda por bairro com EMEBs estudadas – Cuiabá. Fonte: CUIABÁ, SMDU/DUP/2010, Baseado no Censo Demográfico 2000/IBGE adaptado pelo autor (2020).

A metodologia desta pesquisa se dá pela investigação teórica dos principais determinantes da estratificação urbana verificados em Cuiabá, e que exemplificam o contexto das grandes cidades brasileiras, isso permite entender a carência de espaços públicos nas periferias, sobretudo qualificados que pudessem fomentar apropriação e socialização. Para

entender este fenômeno faz-se necessária uma revisão bibliográfica sobre o direito à cidade[10], e da noção de lugar enquanto espaço público de apropriação, socialização[11], e palco do exercício à cidadania. Sob o aspecto objetivo, será feita análise documental histórica do inventário predial escolar municipal, enquanto distribuição espacial no tecido urbano de Cuiabá, e, para entender as premissas desta distribuição será necessária uma análise de como se dão as políticas públicas que determinam a localização e implantação de novas EMEBs. Por último, estudos de campo serão realizados, objetivando a análise qualitativa de exemplos de unidades educacionais que, além de suas funções primeiras, têm desempenhado papel ampliado enquanto espaço de apropriação e socialização, e por conseguinte palco do exercício da cidadania para a comunidade local.

CONCLUSÃO

Espera-se contribuir com a sistematização de políticas públicas de educação, para que estas extrapolem seu papel educacional, e atuem como indutoras de apropriação, socialização e decorrente práxis política na comunidade, reverberando políticas de planejamento urbano que permitam futuramente replicar características em novos edifícios, possivelmente em realidades urbanas similares. Tais políticas poderão ocorrer por meio da implantação de escolas que abarquem papel ampliado como espaço público, atuando como palco do desenvolvimento de uma esfera pública voltada para a busca da identidade coletiva da comunidade, nos contextos locais em que sejam inseridas, gerando sentimento de lugar e a prática livre da cidadania.

Bolsa de Estudos: Bolsa parcial UNIVAG 30%

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDT, H. A Condição Humana. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03 /Constituicao>. Acesso em 31 jul 2020.

[10] Para Lefebvre (1968) é o direito de não exclusão da população, das qualidades e benefícios da vida urbana. Surgiu na França como reação ao modelo de produção do espaço urbano baseado no capital, que excluía e segregava sócio espacialmente a população pobre.

[11] Para Simmel (1900) socialização é qualquer forma de interação entre seres humanos, onde a personalidade se desenvolve e se transforma conforme as práticas sociais que ocorrem desde a infância.

CUIABÁ. Prefeitura. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – SMDU. Diretoria de Urbanismo e Pesquisa – DUP – Perfil Socioeconômico de Cuiabá. Volume V. Cuiabá: Central de Texto, 2010. 559p.

CUIABÁ. Prefeitura. Secretaria Municipal de Educação. Disponível em: <https://www.cuiaba.mt.gov.br/secretarias/escolas-municipais/>. Acesso em 31 jul 2020.

DURKHEIM, E – Lições de Sociologia – São Paulo: Martins Fontes, 2002.

HABERMAS, J. Mudança Estrutural da Esfera Pública. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HARVEY, D. A Justiça Social e a Cidade. São Paulo: Hucitec, 1980.

LEFEBVRE, H. O direito à cidade. Tradução de T. C. Netto. São Paulo: Documentos, 1969ª

NORBERG-SCHULZ, C. O Fenômeno do lugar. In: NESBITT, Kate (org.). Uma Nova Agenda para a Arquitetura. Antologia Teórica 1965-1995. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

OLIVEIRA, A. L. G. de. A produção do espaço urbano de Cuiabá, Mato Grosso. Timburi: Cia do Ebook, 2018.

SIMMEL, G. Philosophie des Geldes. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1900.5

ALTERNATIVAS EPISTEMOLÓGICAS E ENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO PARA A PREVENÇÃO DE DESASTRES AMBIENTAIS NO BRASIL

Epistemological alternatives and community involvement for the prevention of environmental disasters in Brazil

LINHA DE PESQUISA: Projeto, Inovação e Gestão em Arquitetura e Urbanismo

SILVA, Julia Lopes da[1]

SAMORA, Patrícia Rodrigues[2]

PALAVRAS-CHAVE: Desastres ambientais, participação popular, empoderamento comunitário.

KEY-WORDS: *Environmental disasters, popular participation, community empowerment.*

RESUMO

Nas últimas décadas, a ocorrência e a magnitude de desastres ambientais vêm crescendo exponencialmente, impactando sobretudo cidades do sul global que já sofrem dos males do processo de urbanização baseados na exclusão sócio territorial. No Brasil, milhares de pessoas são afetadas anualmente, tornando urgente o aperfeiçoamento da política nacional de prevenção de riscos. O objetivo deste artigo é contribuir com elementos para o aprimoramento da prevenção de riscos ambientais dadas as peculiaridades brasileiras, advogando a favor do envolvimento popular como indispensável para a construção de cidades resilientes. Para tanto, apontamos que as premissas da política urbana para prevenção e mitigação de riscos devem se pautar pela diversidade epistemológica associada ao planejamento comunitário.

[1] Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo, POSURB-ARQ PUC Campinas, julialopes123@gmail.com.
[2] Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, POSURB-ARQ PUC Campinas, patricia.samora@puc-campinas.edu.br.

ABSTRACT

In the last decades, the occurrence and magnitude of environmental disasters has been growing exponentially, mainly impacting cities in the South hemisphere that already suffer from the harms of an urbanization process based on social and territorial exclusion. In Brazil, thousands of people are affected annually, making it urgent to improve policies for national risk prevention. This article aims to contribute with elements for preventing environmental risks, advocating in favor of popular involvement for the making of resilient cities. To this end, we point out that the premises of urban policy for risk prevention must be guided by the epistemological diversity associated with community planning.

INTRODUÇÃO

Desastres são o resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais (BRASIL, 2010). Nas últimas décadas, a ocorrência de desastres vem aumentando exponencialmente em quantidade e magnitude, o que está relacionado ao cenário das mudanças climáticas globais, já que o risco de eventos extremos aumenta com a elevação da temperatura média global (IPCC, 2014).

No Brasil, os desastres que mais causam danos são aqueles denominados hidrometeorológicos (como enchentes e deslizamentos), o que está relacionado ao processo de urbanização desigual e à localização do país em região tropical de clima quente, que gera precipitações intensas durante a estação chuvosa. Mais de 11,4 milhões de brasileiros vivem em aglomerados subnormais, o que os torna particularmente vulneráveis a esses eventos (IBGE, 2010). As respostas institucionais do Governo Federal à gestão e prevenção de riscos de desastres, essencialmente técnicas e pouco envolvidas com as comunidades afetadas, têm se mostrado insuficientes. Para se ter dimensão do desafio enfrentado, no período 1998 – 2017, a economia brasileira sofreu perdas de R$58 bilhões em função de eventos extremos (DE GENEBRA, 2018). Em relação aos danos sociais, mais de 30 mil pessoas morreram no país em decorrência de desastres no período 1991 – 2010 (CEPED, 2012).

Embora a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDC (Lei 12.608/12) tenha representado significativos avanços para a política de prevenção de risco no Brasil, esta trouxe consigo desafios relacionados à sua operacionalização, já que não foram incluídos os instrumentos para sua implementação. Destaca-se, ainda, que o Conselho Nacional de

Proteção e Defesa Civil – CONPDEC teve sua importância reduzida, já que a Lei 12.608/12 declarou-o, em seu art. 11, como um órgão consultivo. Nas legislações anteriores, por outro lado, o CONPDEC possuía natureza consultiva e deliberativa, sendo responsável pela formulação e deliberação de políticas e diretrizes governamentais (FREIRE, 2014).

Conselhos são vinculados a órgãos do Poder Executivo, cuja finalidade é permitir a participação da sociedade na definição de prioridades para a agenda política, bem como na formulação, acompanhamento e controle de políticas públicas. Logo, a desqualificação da participação social na construção da agenda de gestão do risco é um retrocesso. A falta de participação popular estimula a governabilidade orientada para a realização de grandes projetos de investimentos, decididos às portas fechadas, pela deliberação centralizada e baseada numa restrita consulta a grupos peritos e ao empresariado (VALENCIO, 2010).

Isto posto, o objetivo deste artigo é apontar a participação comunitária e a consequente insurgência de um planejamento popular como chaves necessárias para a adaptação de comunidades vulneráveis aos desastres ambientais no Brasil. Para tanto, impera a necessidade de revalorização de conhecimentos populares, que vêm sendo reconhecidos nas chamadas “epistemologias alternativas”. Logo, o método empregado se baseia na realização de levantamento teórico-conceitual dos temas “epistemologias do Sul” e “planejamento insurgente” em diálogo com as obras de Freire (1981), Shiva (2003), Sousa Santos e Meneses (2009), Holston (2016) entre outros.

DESENVOLVIMENTO

Nas ciências ocidentais, aquele que fala frequentemente está oculto, apagado da análise. Ao quebrar a ligação entre o sujeito de enunciação e o lugar epistêmico étnico/racial/sexual/de gênero, as ciências ocidentais geraram um mito sobre um conhecimento universal “Verdadeiro”, que oculta não só aquele que fala, como também o lugar epistemológico das estruturas de poder/conhecimento a partir das quais o sujeito se pronuncia (GROSFOGUEL, 2009). Ao esconder o lugar do sujeito da enunciação, a dominação e a expansão colonial euro-americanas conseguiram construir uma hierarquia global de conhecimento, classificando os saberes locais como “particularísticos” e, portanto, inferiores.

Trazendo tal discussão para a questão do risco, as chamadas “Epistemologias do Sul” apontam a necessidade de construção de um novo paradigma, mais eficaz e emancipatório para os atores envolvidos na gestão do risco de desastres. De acordo com Sousa Santos e

Meneses (2009), Epistemologias do Sul são aquelas que valorizam os saberes que investigam as condições de um diálogo horizontal entre conhecimentos. Grosfoguel (2009) defende que a diversidade epistemológica do mundo representa o enriquecimento das capacidades humanas e Shiva (2003) aponta o potencial de saberes locais para a superação de dificuldades ambientais enfrentadas. A autora alerta que esses saberes vêm desaparecendo e sendo invisibilizados na interação com o saber ocidental, considerado universal e inerentemente superior aos locais. O saber científico dominante criaria, portanto, "uma monocultura mental ao fazer desaparecer as alternativas locais" (SHIVA, 2003, p. 25).

Jacobi e Sulaiman (2017) destacam que, no paradigma tecnocêntrico, apoia-se a noção de que intervenções estruturais de engenharia são capazes de evitar a ocorrência de desastres. Nesta lógica, os conhecimentos locais e a participação cidadã não têm espaço, o que se caracteriza como uma forma de violência, já que os homens, como seres históricos e necessariamente inseridos num movimento de busca, são os sujeitos de seu próprio movimento (FREIRE, 1981). Logo, "fazê-los objetos é alienó-los de suas decisões, que são transferidas a outro ou a outros" (FREIRE, 1981, p. 86).

Mais do que planos e obras que visam a adaptação das cidades às mudanças do clima, mostra-se imperioso criar as condições necessárias para viabilizar o empoderamento da população e seu consequente engajamento na construção de comunidades resilientes. Ressalta-se, portanto, a importância de um diálogo entre conhecimento científico e comunitário. Neste, as ações de prevenção do risco devem ser construídas local e comunitariamente, partindo da vivência cotidiana da população, e não somente considerando a dimensão "técnica" do problema, frequentemente alheia aos processos locais. Nesse sentido, destaca-se a chamada "Aprendizagem Social", conceito relativo ao fato de que as opiniões dos diferentes agentes envolvidos na questão ambiental, com seus respectivos conhecimentos, potencializam o entendimento da questão e permitem, através do diálogo, propor soluções contextualizadas e eficientes para gerenciar o risco (JACOBI; SULAIMAN, 2017). Freire (1981, p. 78) complementa: "Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos e em que os "argumentos de autoridade" já não valem". A escuta da comunidade permite, em suma, apontar as imprecisões e os limites do conhecimento técnico, reorientando o trabalho de investigação e atuação institucional a partir de situações problemáticas de forma contextualizada, o que amplia a capacidade de adotar ações mais efetivas para aquela localidade (PORTO; FINAMORE, 2012).

Para Valencio (2014), o reconhecimento da esfera humana na prevenção do risco não descarta os importantes avanços que a tecnologia permite neste campo, já que técnicas de previsão, modelagem e monitoramento produzem um importante repertório de informações capazes de identificar fatores de ameaça, sua dinâmica e seu alcance. Contudo, a supervalorização da técnica nas esferas deliberativas constitui um obstáculo a uma abordagem mais humanista. Ao alienar a população em relação às soluções adotadas, impedindo-a de manifestar a forma como compreende o problema e de participar de decisões, revela-se uma indiferença institucional frente a humanidade das pessoas afetadas.

Miraftab (2016) aponta que a latente necessidade de maior participação comunitária está diretamente relacionada à falência do planejamento inclusivo neoliberal, o que denota a importância de se repensar as práticas de planejamento utilizadas hoje nas cidades brasileiras. Nesse sentido, destaca-se o que Holston (2016) chama de planejamento insurgente, uma prática contra hegemônica, transgressiva, imaginativa e baseada em ações de auto-organização dos cidadãos, que investigam, decidem e agem sobre suas respectivas realidades. Tais práticas dialogam com a concepção freiriana de que “existir, humanamente, é *pronunciar* o mundo, é modificá-lo” (FREIRE, 1981, p. 92). O planejamento insurgente aparece, portanto, como uma prática de resistência, resiliência e reconstrução à medida que expõe as relações dicotômicas entre planejadores e participantes, saberes técnicos e comunitários (MANZI; LATENDRESSE, 2018). Para Caldeira (2017), a sociedade auto-organizada carrega a possibilidade de dar voz às demandas que estão na origem do surgimento de novas cidadanias, da experimentação de novas formas de administração local e da invenção de novas abordagens de planejamento.

Paulo Freire (1981) defende que o ser humano é elemento chave de transformações e, através de uma postura ativa, possui potencial de ampliar, reforçar e radicalizar a democracia. Daí advém a importância do envolvimento comunitário, no plano local, para a construção de um conhecimento coletivo capaz de mitigar a ocorrência de desastres e reduzir a vulnerabilidade da população. Porto e Finamore (2012) afirmam que a integração entre o conhecimento popular e outras formas de conhecimento potencializam o desenvolvimento de práticas urbanas mais democráticas, uma vez que reduzem assimetrias de poder e acesso a recursos que conformam contextos de vulnerabilidade socioambiental.

CONCLUSÃO

Destaca-se a importância de ouvir e dar voz às demandas, reflexões e contribuições dos cidadãos naquilo que concerne os problemas por eles vividos. A organização sul-africana Abahlali baseMjondolo vem divulgando há anos o slogan "*talk to us, not for us*", que reflete a forma como muitos governos invisibilizam e ignoram contribuições da população para problemas comunitários. Para alterar tal quadro, o primeiro passo é reconhecer que as comunidades afetadas por desastres não são apenas vítimas. Pelo contrário, elas muito têm a contribuir na busca por soluções que visam reduzir a vulnerabilidade e aumentar a resiliência urbana. Contudo, conforme Freire (1981) destaca:

> "Não há diálogo, se não há humildade. A pronúncia do mundo, com que os homens o recriam permanentemente, não pode ser um ato arrogante. O diálogo, como encontro dos homens para a tarefa comum de saber agir, se rompe se seus polos (ou um deles) perde a humildade. Como posso dialogar, se alieno a ignorância, isto é, se a vejo sempre no outro, nunca em mim?" (FREIRE, 1981, p. 94)

Logo, uma mudança de postura dos técnicos e do poder público – mais humilde e aberta às contribuições comunitárias - é primordial. Para tanto, as alternativas sistêmicas e a insurgência de um planejamento comunitário aparecem como formas de mobilizar as estruturas dominantes e de promover uma necessária descolonização do saber, permitindo que os indivíduos se tornem agentes de mudança de suas respectivas realidades.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Decreto nº 7.257, de 4 de agosto de 2010. Regulamenta a MP nº 494 de 2 de julho de 2010, para dispor sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7257.htm>. Acesso em 10 jul. 2020.

CALDEIRA, T. Peripheral urbanization: Autoconstruction, transversal logics, and politics in cities of the global south. Environment and Planning D: Society and Space, v. 35, n. 1, pp. 3 – 20, 2017.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE DESASTRES - CEPED. Atlas Brasileiro de Desastres Naturais 1991 a 2010. Florianópolis: UFSC, 2012.

DE GENEBRA, A. Desastres naturais causaram perdas de R$ 58 bi. Valor Econômico. Disponível em <https://valor.globo.com/brasil/coluna/desastres-naturais-causaram-perdas-de-r-58-bi.ghtml>, 11 out. 2018.

FREIRE, A. F. A Política Nacional de Proteção e Defesa Civil e as ações do Governo Federal na gestão de riscos de desastres. 2014. Dissertação (Mestrado Profissional) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2014.

FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GROSFOGUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Org.) Epistemologias do Sul. Coimbra: Almedina, 2009.

HOLSTON, J. Rebeliões metropolitanas e planejamento insurgente no século XXI. Revista Brasileira de Estudos Urbanos Regionais, v. 18, n. 2, pp. 191 – 204, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo demográfico: Aglomerados subnormais, informações territoriais. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE - IPCC. Climate Change 2014: Synthesis Report. Contribution of Working Groups I, II and III to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Geneva: Switzerland, 2014.

JACOBI, P.; SULAIMAN, S. Educar para a sustentabilidade no contexto dos riscos de desastres. In: GUNTHER, W. et al. (Org.) Desastres: Múltiplas abordagens e desafios. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.

MANZI, M.; LATENDRESSE, A. Planejamento insurgente e direito à cidade: um olhar cruzado entre as experiências de planejamento de bairro de Montreal e Salvador. In: FERNANDES, A.; CHAGAS, M. (Org.). O direito à cidade na França e no Brasil: uma nova agenda urbana? questões para um debate necessário e fecundo. UFBA, 2018.

MIRAFTAB, F. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 18, n. 3, pp. 363-377, 2016.

PORTO, M.; FINAMORE, R. Riscos, saúde e justiça ambiental: o protagonismo das populações atingidas na produção de conhecimento. Ciência & Saúde Coletiva, v. 17, n. 6, pp.1493-1501, 2012.

SHIVA, V. Monoculturas da Mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003.

SOUSA SANTOS, B.; MENESES, M. P. Introdução. In: SOUSA SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Org.) Epistemologias do Sul. Coimbra: Almedina, 2009.

VALENCIO, N. Desastres, ordem social e planejamento em defesa civil: o contexto brasileiro, Saúde e Sociedade, v. 19, n. 4, pp. 748 – 762, 2010.

VALENCIO, N. Desastres: tecnicismo e sofrimento social. Ciência & Saúde Coletiva, v. 19, n. 9, pp. 3631 – 3644, 2014.

ALTERNATIVAS PROJETUAIS PARA FRAGILIDADES SOCIOESPACIAIS E AMBIENTAIS NA AMÉRICA LATINA: ESTUDO DE CASO PICO COLECTIVO/ VENEZUELA

Project alternatives for socio-spatial and environmental weaknesses in Latin America: case study of PICO Colectivo/ Venezuela

LINHA DE PESQUISA:

SANT'ANNA, Mariana Tealdi[1]

LUZ, Vera Santana[2]

PALAVRAS-CHAVE: América Latina; projeto participativo; noção de lugar.

KEY-WORDS: *Latin America; participative project; notion of place.*

INTRODUÇÃO

Permeando as temáticas de segregação socioespacial, noção de pertencimento e arquitetura participativa, esta Pesquisa se dá a partir de uma dialética em que se propõe analisar noções e lutas por pertencimento, autonomia e liberdade perante as consequências ocasionadas pelas desigualdades nas cidades contemporâneas, apresentando uma possível alternativa conjuntural, a partir do projeto como resistência contra a hegemonia estrutural, de acordo com a inserção teórico-prática do estudo de caso do PICO Colectivo, organização venezuelana de arquitetos com colaboração multiprofissional e trabalho condicionado à ampla participação comunitária.

[1] Mestranda em Arquitetura e Urbanismo, POSURB-ARQ PUC Campinas, mariana.ts4@puccampinas.edu.br.
[2] Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, POSURB-ARQ PUC Campinas veraluz@puc-campinas.edu.br.

DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento da Pesquisa se articula em cinco partes:

Primeiramente, sob o subtítulo *Segregação socioespacial Urbana: um breve panorama*, apresenta-se aspectos dos processos de segregação socioespacial em sua matriz pós-colonial, perpetuada pelas formas de inserção urbana do contingente operário e do subproletariado advindo do modelo de industrialização de caráter dependente, reflexos e intensificações contemporâneas pela submissão ao capitalismo mundial financeirizado técnico-científico-informacional e consequências na estruturação de regiões periféricas das cidades (KOWARICK, 1979; ARANTES et a., 2000; MARICATO, DATA, 2015, ROLNIK, 2015). Em segundo momento, sob o subtítulo *O caso da Venezuela*, busca-se apresentar algumas especificidades norteadoras do processo de urbanização venezuelano, tendo como pano de fundo seu modelo econômico de exportação de *commodities*, especialmente do petróleo, as crises políticas advindas de pressões internas e internacionais e consequências no panorama socioespacial das cidades. Para tal, tem-se como base a investigação de referências bibliográficas, de artigos acadêmicos e midiáticos que abordam tal temática (CARIOLA, 2001; HIRAO, 2015; MINISTERIO DEL DESAROLLO URBANO, 1996; NAPOLEÓN, 2013; NEVES, 2013). Em sua terceira parte, a dissertação toma o rumo de discussão referenciada em noções advindas das ciências sociais, especialmente autores que discutem fundamentos sobre a conquista de autonomia de classes subalternas e comunidades e pertencimento em seus territórios. Para tanto, elegeu-se teorias de Boaventura Souza Santos (2018), destacando-se suas hipóteses de Epistemologias do Sul e de Paulo Freire (1991; 2001; 2011a; 2011b), com respeito à educação como forma de liberdade perante a opressão de classe, como luta utópica contra hegemônica. Pretende-se que os parâmetros lançados por esses autores possam ser guias para a leitura do estudo de caso, situando-o dentro de um campo maior do pensamento libertário, em moldes alternativos aos associados à noção estrita de progresso a partir do sistema de produção capitalista, da divisão de classes e acumulação - matriz de pensamento único, onde o desenvolvimento econômico industrial e financeirizado rege a disputa global e local por territórios e seus recursos humanos e ambientais. O quarto capítulo traz o estudo de caso, o PICO Colectivo (PICO COLECTIVO, 2017, s. d.; VALENCIA, s. d.) como uma alternativa conjuntural perante problemas estruturais referenciados nos capítulos anteriores, a partir da produção de um panorama de obras realizadas, dos territórios de inserção, metodologias de participação, formas de financiamento, espacialidades, programas, materiais, técnicas e processos

construtivos, onde a investigação crítica possa indicar o alcance de suas práticas e pressupostos conceituais. Uma extensão do capítulo anterior, a quinta e última parte do trabalho objetiva a eleição de determinados estudos de caso elencados a partir de características das ações projetuais e das práticas sociais envolvidas. Busca-se o aprofundamento e a análise crítica dos métodos aplicados e de seus resultados, perante a hipótese lançada de que possa haver evolução a partir de projetos conjunturais, mesmo de pequeno porte, com caráter ativista, como mediação entre a intenção em conferir autonomia e qualidade de vida comunitária imediata e processo, mais lento, de conscientização política. Tem-se como premissa o fio da navalha do apaziguamento de conflitos e do risco de ações conjunturais servirem, ao final, como atenuantes perante a obrigação de suprimento do Estado.

Figura 1: PICO Colectivo. Habitação em favela. Reconstrução local ecossistêmica. Catia, Caracas. Fonte: José Bastidas. Disponível em: https://images.app.goo.gl/yt5AQyhTN6Uwz8D48>. Acesso em: 12 jul. 2020.

DISCUSSÃO

Com o aumento crescente da população urbana e da desigualdade, a cidade agrava seus impasses como território de conflito e segregação (MARICATO, 2015; NAPOLEÓN, 2013). A população de baixa renda, não alcançando insumos para habitar zonas valorizadas pela especulação imobiliária, é levada a se fixar em regiões periféricas ou nas fendas da cidade legal, marcadas pela comum ausência do Estado em políticas públicas para provimento adequado de transportes, saneamento, saúde, educação, sem condições básicas de

cidadania e dignidade. A concentração de riqueza e a degeneração dos direitos estreitam as relações humanas fazendo com que cada vez mais a maioria dos cidadãos dependam de grupos poderosos que retém os direitos de veto sobre seus modos de viver (SANTOS, 2018b, p. 509). Mirando o tecido urbano, que pode ser comparado a um ecossistema, são perceptíveis malhas desiguais, com a ampliação de redes extremamente povoadas porém dispersas. O interesse desse tecido não se limita à morfologia já que ele é o suporte do viver intenso e degradado da sociedade urbana (LEFEBVRE, 1991, p.11).

Quando há uma busca incessante pela homogeneização do mundo, as particularidades são deixadas de lado e, com isso, o desejo de uma cidadania verdadeiramente universal (SANTOS, 2019). No entanto, paradoxalmente, ao invés de homogeneizar, a dispersão da temporalidade versus distância tende a polarizar ainda mais as relações sociais. Para uns, ela quebra barreiras físicas; para outros, dificulta a possibilidade de se apropriar da própria localidade (BAUMAN, 1999). Pressupõe-se que tais obstáculos, entretanto, não impeçam que cada país, se engajado a partir de suas culturas e costumes, encontre modos alternativos para que nasça uma nova globalização que venha “de baixo para cima” e a meta não seja tão somente a busca por aceitação entre as potências, mas que prevaleçam discussões de cunho social, cultural e moral (SANTOS, 2019, p. 154).

Um dos maiores desafios ao se pensar sobre possíveis soluções para a sociedade vigente é saber quais são os problemas fundamentais. É necessário o conhecimento da causa das crises para se analisar suas possíveis soluções. Elas têm diferentes escalas mas estão globalmente relacionadas, sendo que cada país tem uma relação distinta com cada dificuldade, onde uma solução em um lugar pode significar o agravamento dos mesmos problemas em outros. Toda solução é composta por alternativas e a ausência destas é uma decisão política. Articulamos o que diz Freire, a saber, que a realidade social é objetiva e um produto humano e sua transformação também não se dá por acaso e depende da ação humana, que, para o autor, não pode existir sem um propósito: transformar a realidade opressora. Entretanto, este propósito não pode ser apenas um discurso ou mero ativismo, mas “ação e reflexão” (FREIRE, 2001, p. 38), uma prática dialética que leve à práxis autêntica. Partindo de tal teoria, apresenta-se o estudo de caso desta Pesquisa, o PICO Colectivo, pois acredita-se que a filosofia do coletivo apresenta analogias aos pensamentos citados.

O PÌCO Colectivo discute o momento político da sociedade contemporânea e defende que a democracia baseada no modelo de representação política está esgotada, sendo preciso promover a transformação da estrutura hierárquica do estado, em pirâmide, e criar um novo sistema de poder horizontal articulado por vários grupos locais capazes de gerenciar seu próprio ambiente, como desafios iminentes (PICO COLECTIVO, 2017). Segundo os fundadores do coletivo, a sociedade organizada como poder popular deve se consolidar em um novo sujeito do Estado capaz de neutralizar a hegemonia exercida por grupos de capital, mas também descentralizar para as bases o poder anteriormente reservado exclusivamente às instituições, um poder alternativo que se contrapõe às regras do Estado, para estabelecer um regime de governo autônomo que resolva suas próprias demandas. Perceber essa força, entretanto, requer unir cada um dos indivíduos e grupos presentes nesses locais e gerar um intenso processo de articulação social que permita o nascimento de uma agenda comum e questione a abordagem clientelista do trabalho assalariado, para adotar outro sistema que facilite o trabalho social em conjunto e por todo o tempo necessário. As premissas tangem a utopia; porém, o PICO Colectivo se pauta nelas para ações práticas, territorializadas e realizadas mediante método.

Atualmente, a maioria de nossas cidades apresenta múltiplas inconsistências, acidentes e patologias físicas e sociais em seu tecido urbano, além de estarem cheias das chamadas favelas (DAVIS, 2006), mas mesmo nessas circunstâncias, alguns arquitetos estão conectados a um projeto de cidadania: uma praça pública, um edifício cultural ou um núcleo de habitação social, ou um projeto comunitário: uma casa comunitária, um pequeno parque, um pomar, um campo esportivo ou simplesmente uma escada, uma rua, calçada ou instalação de serviço. A sociedade exige o papel do arquiteto como agente capaz de unir problemas habitualmente invisibilizados, frequentes em assentamentos precários e bairros fragilizados.

O dever da arquitetura para o Colectivo é, nesse sentido, promover intervenções capazes de cruzar o conhecimento técnico com a experiência popular, hibridando as inteligências e os saberes na tomada de decisões e ações necessárias para conduzir transformações fortes, desconfigurando o caráter exclusivo para se envolver em problemas comuns e assumindo uma nova forma de liderança, sendo um ator territorial influente localizado próximo aos agentes que vivem nesses ambientes, podendo trabalhar como técnico em desenho, mas também como cidadão em relações sociais, ou como interlocutor político com instituições estatais . Para o grupo de arquitetos é imprescindível que o arquiteto questione os modelos

de engajamento e competição como únicos mecanismos disponíveis para acessar um projeto, entendendo que cada problema da comunidade constitui uma situação de oportunidade para operar e detonar outros processos diretamente ligados às verdadeiras demandas populares.

Nesse quadro, considera-se necessário que se tenha o entendimento de que a arquitetura não é um fim em si, mas um suporte a processos que vão além da própria infraestrutura, projetando a disciplina como uma ciência capaz de construir, mas também de abordar o potencial programático cultural e promover relações sociais intensas. Somente sob essa condição de transversalidade, predicam o PICO Colectivo, é possível que os arquitetos se tornem verdadeiros agentes de transformação (PICO COLECTIVO, 2017).

CONCLUSÃO

Pretende-se, a partir de estudo de caso pontual e contingente, a reflexão sobre as premissas estabelecidas sobre problemas de caráter estrutural e sistêmico de processos de urbanização de territórios periféricos dependentes, cujas regiões desassistidas revelam, pela estratificação socioespacial, sua precariedade e exclusão, e que se fundamentam como projetos de país – onde o capital e o Estado fazem alianças espoliativas pela superexploração do trabalho e superexploração dos recursos naturais e onde a renda da terra urbana é instrumento de acumulação e poder. Diante desse estado da arte mundializado que afeta as nações periféricas, espera-se confirmar possibilidades de autonomia imediata que possam gerar resistências e insurgências potentes de enfrentamento do *status quo* construído de forma hegemônica. Serão investigados conquistas efetivas e limites, a partir do estudo de caso do PICO Colectivo em seus princípios, metodologias e práxis social, como universo possível para a arquitetura na condição sistêmica de urbanização precária dos países latino-americanos.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, O. B. F.; MARICATO, E.; VAINER, C. B. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.

BAUMAN, Z. Globalização: as consequências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

CARIOLA, C.; LACABANA, M. La metrópoli fragmentada: Caracas entre la pobreza y la globalización. EURE, v.1, n.80, p.9-32, 2001.

DAVIS, M. Planeta Favela. São Paulo: Boitempo, 2006.

FREIRE, P. A educação na cidade. São Paulo: Cortez, 1991.

FREIRE, P. Ação cultural para a liberdade e outros escritos. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 50ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011a.

FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. 34ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011b.

MARICATO, E. Para entender a crise urbana. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

KOWARICK, L. Espoliação urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LEFEBVRE, H. O direito à cidade. São Paulo: Moraes, 1991.

HIRAO, F. H. As questões habitacional e urbana na Venezuela contemporânea. 2015. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16137/tde-27042016-144727/.../flaviohirao.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2020.

MINISTERIO DEL DESAROLLO URBANO. CONSEJO NACIONAL DE LA VIVIENDA. Venezuela Informe Nacional: habitar dignamente la ciudad. Istambul: Hábitat II. Junho de 1996.

NAPOLEÓN, C. H. Crecimiento y transformación de la metrópoli de Caracas entre 1936 y 2010: la disolución de la centralidad urbana en tres tiempos. Ciudades, v.16, n.16, p.167-185. Instituto Universitario de Urbanística Universidad de Valladolid, 2013.

NEVES, R. F. Cultura política e elementos de análise da política venezuelana. Brasília: FUNAG-Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.

PICO COLECTIVO. Disponível em: <https://picocolectivo.org.ve/>. Acesso em: 12 jun. 2020.

PICO COLECTIVO. Proyecto de interés comunal: infraestructuras de empoderamiento social: contextos emergentes en Venezuela. Versión de prueba. Caracas: julho, 2017. Disponível em:

<https://issuu.com/aparatoscontingentes/docs/projecto_de_inter__s_comunal__infra>. Acesso em: 19 jul. 2020.

ROLNIK, R. A guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

SANTOS, B. de S. Construindo as Epistemologias do Sul: Antologia Essencial. Para um pensamento alternativo de alternativas. Volume I. Buenos Aires: CLACSO, 2018a.

SANTOS, B. de S. Construindo as Epistemologias do Sul: Antologia Essencial. Para um pensamento alternativo de alternativas. Volume II. Buenos Aires: CLACSO, 2018b.

SANTOS, M. Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal. 29 ed. Rio de Janeiro: Record, 2019.

VALENCIA, N. Venezuelan urban acupuncture: spaces of peace by PICO Estudio.

Disponível em: <https://www.architectural-review.com/essays/venezuelan-urban-acupuncture-spaces-of-peace-by-pico-estudio/8686647.article>. Acesso em: 30 mar. 2019.

APLICAÇÃO DO CONCEITO DE EDIFICAÇÕES DE ENERGIA ZERO EM AMBIENTE ESCOLAR EM CUIABÁ/MT

APPLICATION OF THE CONCEPT OF ZERO ENERGY BUILDINGS IN SCHOOL ENVIRONMENT IN CUIABÁ/MT

LINHA DE PESQUISA: Ambiente Construído e Sustentabilidade

SANTOS, Adriana Fatima Dussel dos[1]

DIAS, Maíra Vieira[2]

PALAVRAS-CHAVE: Eficiência Energética, Energia Zero, *Retrofit*
KEY-WORDS: *Energy Efficiency, Zero Energy, Retrofit.*

INTRODUÇÃO

Com a previsão de grandes aumentos do consumo de energia elétrica nas próximas décadas, devido tanto ao aumento populacional quanto ao surgimento de novos elementos consumidores como o carro elétrico, o desafio será ampliar a demanda com fontes de energia elétrica de baixo impacto ambiental. Quando há aumento da demanda e a eficiência energética[3] não é priorizada passamos a superdimensionar o sistema elétrico de geração (previsões de placas solares desnecessárias), transmissão e distribuição, gerando impactos ambientais desnecessários.

Baseados em dados do Ministério de Minas e Energia, Munguba *et al*. (2020) afirmam que nos próximos dez anos a demanda energética deve crescer em torno de 87% no Brasil, catalisada pelo crescimento do consumo em edifícios novos e existentes, que juntos já somam 50% da energia consumida no país. Essa escalada interfere no comportamento da matriz energética, implicando em aumento da emissão de poluentes se não aliada ao uso de fontes renováveis.

[1] Mestranda em Arquitetura e Urbanismo, UNIVAG, arqbatta@gmail.com
[2] Professora Doutora do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, UNIVAG, maira.dias@univag.edu.br.
[3] Um edifício é mais eficiente energeticamente que outro quando proporciona as mesmas condições ambientais com menor consumo de energia elétrica (LAMBERTS et al., 2004).

A energia solar é uma fonte alternativa de energia elétrica de impacto ambiental reduzido na sua construção, quando comparado com as usinas hidrelétricas, que necessitam de reservatórios de água (grandes áreas alagadas). Além disso, Fernandes (2015) destaca que a aplicação de técnicas passivas de condicionamento apresenta benefícios térmicos e energéticos comprovados por pesquisas e experiências empíricas. Essas técnicas podem ser estimadas através de simulação computacional como ferramenta de *retrofit.*

Estudos relacionados à viabilidade de *retrofits* de edificações já comprovaram que o consumo de energia elétrica pôde ser mitigado de forma substancial. Krasnhak e Junior (2019) desenvolveram experimento onde houve uma redução de 39.53% no consumo energético do sistema de iluminação em uma universidade em Curitiba/PR. Tal fato foi possível através da substituição das lâmpadas fluorescentes tubulares de 69W por tubulares de LED de 40W.

Rudnicki e Schmidt (2020) demonstraram a economia de energia elétrica e o tempo de retorno financeiro através de *retrofit* na iluminação de um prédio público no centro de Cascavel/PR, que consistiu na substituição das lâmpadas instaladas (fluorescente, halógena palito e incandescente) por lâmpadas de tecnologia LED e obtiveram uma economia mensal de 434,26 kWh, o que corresponde a 58% do consumo de iluminação atual. Além disso, o aumento da vida útil das lâmpadas foi de 32%.

Chepp e Gasparin (2019) realizaram simulações em uma edificação em Porto Alegre/RS e como implicação obtiveram, com a adição de isolante térmico no forro, uma redução de 60,7% no consumo anual de climatização e o *payback* (tempo de retorno do investimento) foi de 7 anos. Já Abrantes e Maia (2020) demonstraram a viabilidade de implantação do sistema fotovoltaico analisando orçamentos e dados técnicos de equipamentos existentes no mercado de energia solar. Em seu estudo os pesquisadores concluíram que o investimento feito para adquirir o sistema fotovoltaico vai retornar em aproximadamente 2 anos e 3 meses sendo este considerado um ótimo *payback*.

O Centro SEBRAE de Sustentabilidade em Cuiabá/MT foi inaugurado em maio de 2011 e atualmente é referência brasileira de Edificações de Energia Zero (EEZ)[4]. A instalação de duas micro usinas de geração solar fotovoltaica (45kW e 75kW) no Centro proporcionou uma economia de energia de 98,5% (SEBRAE, [201-]).

[4] "Um edifício de energia zero (EEZ) é um edifício residencial ou comercial com necessidades de consumo de energia consideravelmente reduzidas por meio de ganhos de eficiência energética de tal forma que o consumo anual de energia possa ser coberto com a geração de energia renovável (TORCELLINI *et al*., 2006).

A certificação que confirma que um edifício possui energia zero é o GBC Brasil Zero Energy, que foi lançada em agosto de 2017 na 8ª Greenbuilding Brasil Conferência Internacional e Expo. Um dos seus requisitos é a eficiência energética mínima comprovada através de uma certificação ambiental como PBE Edifica (Programa Brasileiro de Etiquetagem) nível A. Porém, se 100% da energia elétrica necessária for gerada por energia renovável no local, o edifício não precisará comprovar eficiência energética mínima para receber a Certificação. Para tanto, bastará o edifício relatar as ações existentes de eficiência energética (GBC BRASIL, 2020).

Os tipos de edifícios comerciais com os maiores potenciais de se tornarem EEZs são armazéns não refrigerados, escolas e lojas de varejo, enquanto os com os menores potenciais são hospitais, hotéis, restaurantes e laboratórios (LIMA, 2012). Mesmo alguns edifícios apresentando maior potencial para se tornarem EEZ, Pacheco *et al*. (2013) apontam a necessidade de adaptar ou criar modelos de maior eficiência energética para climas quentes.

A cidade de Cuiabá apresenta clima quente e com céu predominantemente ensolarado durante todo o ano e, segundo Leão (2007), a temperatura máxima média é de 42º, sem ventilação e com um grande desconforto térmico.

> Apesar da rigorosidade do clima de Cuiabá, é possível torná-lo mais ameno em até 71.6% das horas de desconforto existentes no clima, com o uso de sistemas passivos, ou seja, sem o consumo de energia elétrica, mas se utilizando a energia disponível ao meio e dos sistemas naturais de troca de calor. Uso da vegetação e da água em projetos de sistemas de resfriamento evaporativo é essencial" (LEÃO, 2007. p. 141).

Diante do exposto, a presente pesquisa objetiva analisar o desempenho energético de um edifício destinado à educação privada de ensino infantil e fundamental no município de Cuiabá, visando propor alternativas ambientalmente sustentáveis e incluir o conceito de energia zero.

O objeto de estudo escolhido é a Escola Presbiteriana de Cuiabá fundada em 1992 e localizada no centro da cidade. A escolha foi motivada pelo desconforto térmico apontado pelos seus ocupantes e pela facilidade de acesso aos dados necessários a este trabalho. Além disso, o desmatamento urbano causado pela retirada de cerca de 1.330 indivíduos arbóreos dos canteiros centrais das avenidas onde está localizada a escola (NETTO; JUNIOR, 2020) fez com que a escola enfrentasse problemas relacionados ao conforto térmico e tivesse que substituir 70% dos ares condicionados.

DESENVOLVIMENTO

Para este trabalho, ainda em fase inicial, foi analisado o consumo mensal de energia elétrica da escola nos últimos quatro anos e o próximo passo será a instalação de um analisador de energia na saída do quadro de distribuição. Serão feitas coletas *in loco* para aferição de temperatura, iluminância e qualidade da energia. Através de entrevistas com os professores, alunos e corpo técnico da escola será possível verificar os hábitos dos usuários em relação ao consumo consciente de energia elétrica.

Com esses dados será possível realizar a simulação computacional através do *software Energyplus plug-in OpenStudio* para o *SketchUp* usando dois modelos tridimensionais, um representativo que irá refletir a condição atual de consumo da escola, e outro de referência que será alimentado com dados extraídos do RTQ-C do Procel.

A calibração do modelo representativo será realizada através da comparação entre os erros dos valores medidos *in loco* e os simulados. Após esse processo serão realizadas simulações de sistemas passivos para o condicionamento ambiental no modelo de referência. Será calculado ainda o tempo de retorno (*payback*) demandado para alcançar a energia zero através da implementação de energia fotovoltaica.

DISCUSSÃO

A previsão do aumento da demanda de energia elétrica no país e a não priorização da eficiência energética no Plano Nacional de energia 2030, somadas ao alto consumo de energia elétrica para manter o conforto ambiental em um local de clima quente e sem ventilação natural, nortearam as reflexões acerca da implantação do conceito de energia zero para a Escola Presbiteriana de Cuiabá.

Considerando o aumento gradativo do consumo de energia elétrica na busca pelo conforto do ambiente construído e do anseio por suprir o mesmo por fontes de energia elétrica limpa e favorável ao meio ambiente, este estudo tem como foco aplicar conceitos de eficiência energética através de *retrofits.* Busca-se ainda simular a geração de energia elétrica através de fontes renováveis, como a energia fotovoltaica.

Ao analisar o consumo mensal de energia da escola no período de abril de 2016 a abril de 2020[5], observa-se que a média do consumo para os quatro anos consecutivos foi de 20.095

[5] A escolha do intervalo para análise do consumo de energia da escola deve-se à data correspondente à última

kWh (Tabela 1). Porém, quando excluímos os meses de janeiro, fevereiro e agosto que correspondem às férias escolares, a média anual ajustada fica em torno de 22.087 kWh[6].

2016		2017		2018		2019		2020	
Mês	kWh	Mês	kWh	Mês	kWh	Mês	kWh	Mês	kWh
		jan-17	18.686	jan-18	18.407	jan-19	18.880	jan-20	22.034
		fev-17	6.501	fev-18	11.106	fev-19	8.153	fev-20	7.038
		mar-17	15.901	mar-18	10.456	mar-19	19.474	mar-20	20.414
abr-16	21.571	abr-17	25.164	abr-18	22.385	abr-19	24.324	abr-20	27.912
mai-16	23.892	mai-17	24.922	mai-18	22.831	mai-19	23.643		
jun-16	16.653	jun-17	23.154	jun-18	24.904	jun-19	22.615		
jul-16	19.059	jul-17	23.469	jul-18	15.171	jul-19	20.464		
ago-16	8.883	ago-17	11.354	ago-18	14.309	ago-19	17.916		
set-16	17.988	set-17	19.188	set-18	17.609	set-19	21.730		
out-16	17.464	out-17	29.376	out-18	22.687	out-19	28.432		
nov-16	21.434	nov-17	21.320	nov-18	26.331	nov-19	26.700		
dez-16	21.331	dez-17	24.085	dez-18	27.072	dez-19	30.282		

Tabela 1: Consumo mensal de abril de 2016 a abril de 2020. Fonte: Autora, 2020

Como esperado, no período do verão houve um maior consumo de energia elétrica. Os dados da planilha, elaborada nesta fase inicial, irão compor o modelo representativo e servirão para comparar com os valores do modelo de referência que será alimentado com dados extraídos do RTQ-C do Procel.

CONCLUSÃO

Com os dados coletados até a presente data pode-se concluir que os maiores consumos registrados correspondem aos meses de setembro de 2017, outubro e novembro de 2018, setembro, outubro e novembro de 2019. Nesse cenário é prudente destacar a possibilidade de desperdício de energia elétrica proveniente do fato de condicionadores de ar operarem com as portas e janelas abertas como relatado por Fernandes (2015).

Desta forma, é necessário propor soluções passivas que mitiguem o consumo de energia elétrica diminuindo a carga térmica da escola na estação mais quente do ano. Acredita-se que através de soluções passivas e com geração de energia elétrica renovável é possível alcançar um ambiente com maior conforto térmico e luminoso, bem como reduzir o consumo de energia

ampliação de carga com a construção de um anexo na escola destinado ao ensino infantil.
[6] Para o presente trabalho define-se alto consumo aquele com valores acima da média ajustada.

elétrica e propor ações contra o desperdício de energia elétrica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANTES, A. C. T. G; MAIA, F. A. Análise de viabilidade técnico-econômica de implantação de sistema fotovoltaico no centro integrado de educação profissional de Itaparica. *Revista Técnico-Científica*, n.23, 2020.

CHEPP, E. D.; GASPARIN, F. P. Análise de medidas de eficiência térmica no consumo energético e conforto térmico de uma edificação. *Revista Eletrônica Científica da UERGS*, v.5, n.3, p.236-249, 2019.

FERNANDES, L. O. *Procedimento para retrofit do desempenho termoenergético de edifícios de ensino através da aplicação de estratégias passivas de condicionamento*. 2015. Tese (Doutorado) - Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

GREEN BUILDING CONCIL BRASIL. GBC Brasil Zero Energy. Disponível em:< https://www.gbcbrasil.org.br/certificacao/zero-energy/> Acesso em: 04 abr. 2020.

KRASNHAK, L. B.; JUNIOR, J. U. Proposta de retrofit no sistema de iluminação e estudo de geração fotovoltaica em um dos blocos da UTFPR. *Atena Editora*, v.1, p.213-228, 2019.

LAMBERTS, R.; DUTRA, L.; PEREIRA, F. O. R. *Eficiência energética na arquitetura*. São Paulo: Pro-Livros, 2004.

LEÃO, E. F. T. B. *Carta bioclimática de Cuiabá-Mato Grosso*. 2007. Dissertação (Mestrado) – Pós-graduação em Física e Meio Ambiente, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2007.

LIMA, B. W. F. *Geração distribuída aplicada a edificações*: edifícios de energia zero e o caso do laboratório de ensino da FEC-Unicamp. 2012. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Engenharia Mecânica, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

MUNGUBA, C. F. D. L.; GÓMEZ, M. L. A.; OCHOA, A. A. V.; LEITE, G. D. N. P. Integração entre geradores fotovoltaicos e retrofit energético em edifícios. *Revista de Engenharia e Pesquisa Aplicada,* v.5, n.3, p.28-39, 2020.

NETTO, A. L.; JÚNIOR, J. C. U. O contexto ambiental e político da implantação do veículo leve sobre trilhos (VLT) na Cuiabá cidade verde: A retirada da vegetação do trecho para o projeto do VLT em Cuiabá, MT (2.014). *Revista Contexto Geográfico*, v.4, n.8, p.27-44, 2020.

PACHECO, M. T. G.; GHISI, E.; LAMBERTS, R. Proposição de estratégias para obtenção de Edifícios de Energia Zero. Florianópolis: CB3E, 2013.

RUDNICKI, L.; SCHMIDT, A. O. Avaliação da melhoria na classificação energética e viabilidade

financeira de Retrofit na iluminação de um prédio público. *Revista Competitividade e Sustentabilidade*, v.7, n.1, p.50-57, 2019.

SEBRAE. Centro Sebrae de Sustentabilidade. *Energia Solar.* Cuiabá: SEBRAE, [201-]. Disponível em:<http://sustentabilidade.sebrae.com.br/sites/Sustentabilidade/Institucional/O%E2%80%93Predio/Energia-solar> Acesso em: 20 jun. 2020.

TORCELLINI, P. A.; PLESS, S.; DERU, M. Zero Energy Buildings: A Critical Look at the Definition. In: ACEEE Summer Study on Energy Efficiency in Buildings, California, 2006. Proceedings... California: ACEEE Summer Study, 2006.

O CRESCIMENTO DA CIDADE E A ANIQUILAÇÃO DOS RIOS: O CASO DA BACIA DO RIO ARICANDUVA

THE GROWTH OF THE CITY AND THE ANNIHILATION OF THE RIVERS: THE CASE OF THE ARICANDUVA RIVER BASIN

LINHA DE PESQUISA: Projeto, Inovação e Gestão em Arquitetura e Urbanismo

CYPRIANO, Altimar[1]

LUZ, Vera Santana[2]

PALAVRAS-CHAVE: bacia do rio Aricanduva; paisagem urbana; lugar e memória.

KEY-WORDS: *Aricanduva river basin; urban landscape; place and memory.*

INTRODUÇÃO

A presente Pesquisa pretende analisar, mediante estudo de caso da bacia do rio Aricanduva, a influência do processo de crescimento da cidade de São Paulo na supressão de diversos córregos e rios que desapareceram fisicamente do território, resultando também, como consequência deste processo de eliminação da paisagem, em seu esquecimento na memória coletiva.

Grande parte das cidades brasileiras, sendo a cidade de São Paulo um dos exemplos significativos, sofre com as ações resultantes do planejamento urbano tradicionalmente conduzido pela elite econômica e política que, de acordo com Villaça (2012), sistematicamente privilegiam essa minoria da população como representação dos interesses da cidade, determinando a ordem de prioridades e de investimentos. Nesse processo, o sistema hídrico – rios, córregos e nascentes, foram sistematicamente esquecidos, subjugados pelo capital especulativo imobiliário. Os resultados na morfologia urbana e os resquícios de

[1] Doutorando em Arquitetura e Urbanismo, POSURB-ARQ PUC Campinas, altimar.c@puccampinas.edu.br
[2] Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, POSURB-ARQ PUC Campinas, veraluz@puc-campinas.edu.br.

paisagem natural e ecossistêmica e de infraestrutura verde oriundos dessas práticas aparecem como signos físicos deixados na tessitura urbana; como observa Secchi (2016): "os territórios e as cidades que observamos são os resultados de um longo processo de seleção cumulativa, ainda agora em curso", ou de maneira mais positiva e profunda, são omitidos ou camuflados na paisagem como um ato de apagamento das memórias da cidade.

O estudo de caso da Pesquisa tem como objeto a Bacia do Rio Aricanduva, grande parte dela localizada na zona leste de São Paulo que sofreu significativas transformações no seu curso original, cuja premissa aponta para o desequilíbrio entre urbano e natureza.

DESENVOLVIMENTO

O trabalho foi dividido em dois vieses epistemológicos: o primeiro versa sobre a questão territorial – física e urbana; e o segundo aborda aspectos sócio-econômico-culturais e a memória. Na primeira etapa, perante o estudo do território e o processo de urbanização a partir da década de 1930, procurar-se-á estabelecer um panorama físico-temporal causado em grande medida por políticas públicas negligentes, desconectadas e descompromissadas, verificando o grau de comprometimento decorrente no sistema da bacia do rio Aricanduva e seus cursos d'água até os dias de hoje. Num segundo momento, realizar-se-á a investigação dos aspectos sociais, consequência dessas políticas e seus reflexos no cotidiano da população e da sua relação com as águas da cidade. Completa a estrutura do trabalho a análise crítica de projetos análogos para cotejamento de diretrizes. O rio Aricanduva, como elemento catalisador, apresenta grande potencialidade em estabelecer relações físico territoriais para a organização da paisagem urbana em conexão com a infraestrutura verde e azul, onde a revitalização, a partir do sistema hídrico, poderia reestruturar um tecido social no qual se identificaria o território como lugar de pertencimento e desfrute.

A depender da escala de abrangência de planejamento, projetos e ações, a cidade pode ser estudada em unidades de paisagem, isto é, perímetros territoriais que possuem especificidades totalmente distintas e, portanto, que demandam metodologias e soluções também distintos para abordagens dos problemas citadinos. A definição do perímetro de abrangência deste estudo será a bacia hidrográfica, porém alterações subsequentes desse perímetro serão estabelecidas multisetorialmente, resultando, para aprofundamento, em uma aproximação a uma sub-bacia a ser determinada conforme grau de complexidade e interesse.

Pretende-se que o estudo de caso possa resultar em insumos replicáveis como modelo de leitura socioterritorial e diretrizes para políticas públicas e ações replicáveis em situações semelhantes.

DISCUSSÃO

Olmstead, como precursor fundamental, já no século XIX inaugura a concepção de sistemas de paisagem defendendo sua potência como infraestrutura urbana (BEVERIDGE; LARKIN, 1995). Esta tradição se desdobra e vasta literatura das quais destacamos, a título de exemplo, os conceitos de infraestrutura verde, urbanismo ecológico e novas visões sobre a relação natureza e cidade (AHERN, 1999; MOSTAFAVI; DOHERTY, 2014, HOUGH, 1995) como também o desdobramento dos instrumentos dos LIDs – Low Impact Development (UACDC, 2010).

Há pelo menos seis décadas a obra de Jane Jacobs (2000) revolucionou a maneira de abordar os problemas citadinos. A autora reivindica uma retomada dos estudos urbanos, a partir de análises das vivências humanas na cidade, colocando em contraponto a abordagem do planejamento ortodoxo aplicado até a primeira metade do século XX, nos modelos europeus dos Estados Unidos. É inequívoco que um dos pontos mais importantes de sua obra seja a proposta de reconstrução dos tecidos urbanos por meio da reconstituição dos tecidos sociais. Esse é um avanço importante na concepção de cidades, visto que os muitos espaços públicos que se consideravam apenas passagens ou interligações de porções territoriais, estritamente associados à função de circulação, se iluminam pela condição de protagonistas da vida cotidiana e merecedores de importância na produção e vivência do espaço urbano. Nesse sentido, a rua promove o convívio humano, ao mesmo tempo em que dinamiza os usos de outros espaços públicos, como praças e parques. Estas hipóteses têm continuidade em teorias como de Gehl (2010). Alinhado às concepções de Jacobs, Harvey (1992) considera o planejamento urbano contemporâneo uma ruptura com a ideia modernista de planejamento, perante a qual todo o território deveria ser pensado em planos de larga escala, tecnologicamente racionais. O autor salienta que determinadas conceituações contemporâneas consideram a cidade como um tecido urbano necessariamente fragmentado e uma sobreposição de formas passadas. O projeto urbano contemporâneo também é sensível às tradições vernáculas, aos desejos e necessidades particulares da população

envolvida (HARVEY, 1992, p. 69).

Secchi (2016) admite a leitura de figuras retóricas assimétricas, onde a continuidade é praticada ao longo do período moderno e a do fragmento está presente no pensamento contemporâneo, se apresentando essencialmente como opostas (SECCHI, 2016, p.22 e 33), havendo, de uma certa forma, alguma semelhança no conceito analítico enunciado por Le Goff (1998) que compara a cidade contemporânea à cidade medieval. A discussão do projeto urbano contemporâneo, para Secchi, insere a cidade e o território como parte do resultado das conscientes mudanças das práticas aplicadas, isto é, como uma sobreposição de camadas de tempo e espaço, em que "as passagens de uma época a outra, nunca são improvisadas" (SECCHI, 2016, p. 87). Essa capacidade de cumulatividade, sobretudo em países com desigualdades sociais mais expressivas, esconde por vezes as consequências de um processo de planejamento perverso que empurra grande parte da população para espaços residuais. Nesse contexto, cada bairro da cidade de São Paulo, com sua especificidade, possui também uma identidade urbana, a qual caracteriza uma porção territorial. Contudo, a zona leste de São Paulo possui uma identidade tão forte e peculiar que bairros distintos - e muitas vezes distantes - se transformam em uma só porção territorial, reconhecida como "ZL". Caracterizada como um espaço periférico da cidade, a Zona Leste ou "ZL" possui uma certa coerência sob o aspecto da paisagem urbana, a ponto de ser possível identificar esses bairros distantes como uma porção territorial única.

Desde a chegada ao Brasil da teoria miasmática e da prática higienista, presentes nas políticas públicas, determina-se o que/quem fica e o que/quem será eliminado da paisagem oficial (MASTROMAURO, 2008). Configura-se uma cidade estratificada (KOWARICK, 1979; ARANTES et al., 2000) onde o legal e o real informal constituem um sistema no mais das vezes perverso e complementar; esses condicionantes, do final do século XIX para o século XX, determinam a expansão e deslocamento do "centro velho", primeiramente para o "centro novo" que, paulatinamente, apresenta desdobramento que se dá pela apropriação pelas classes dominantes de territórios do flanco sudoeste da cidade, atingindo, contemporaneamente, as margens do rio Pinheiros (VILLAÇA, 2001; ROLNIK, 2007; FIX, 2007). A Zona Leste, grosso modo, tradicionalmente ficou destinada às classes operárias. Perante mais de um século de crescimento desenfreado e espraiamento urbano, diversos problemas urbanos surgiram, entre eles o desequilíbrio nas prioridades de suprimento de infraestruturas urbanas, como abertura de vias, calçamento, iluminação pública e

saneamento, que persistem, por vezes agravados, atualmente.

São Paulo, inserida na Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos 06 (UGRHI) - Bacia Hidrográfica do Alto Tietê -, possui uma rica bacia hidrográfica e profusão de cursos hídricos outrora navegáveis, utilizados não apenas para o transporte de carga e pessoas, mas também para lazer e abastecimento humano. Os rios, córregos e as margens desse sistema hídrico, com o passar do tempo e o avanço inclemente da urbanização, foram sendo ocupadas e paulatinamente modificadas, resultando em que fossem apagados da paisagem urbana, deixando, portanto, de participar da vida cotidiana das pessoas, cuja situação atual apresenta stress hídrico -, especialmente verificado na crise hídrica ocorrida entre 2014 e 2015 - e, em outros casos, resultam em áreas de enchentes, dada a precariedade dos sistemas de drenagem. A UGRHI 06 dispõe da menor oferta de água per capita (130,68 m3/ano), por decorrência da alta concentração populacional perante a área geográfica (FABHAT, 2016).

A Vila Aricanduva tem origem por volta de 1905, embora, já no século XVII, o riacho Aricanduva, assim como o arrabalde denominado de Aricanduva, já é mencionado nas bases cartográficas da cidade. Na década de 1970 o rio Aricanduva, um dos mais importantes afluentes do rio Tietê, sofre um importante revés com a construção da Avenida Aricanduva, que se torna a principal ligação da região com o centro da cidade, via Radial Leste-Oeste e Marginal Tietê.

A eliminação estrita dos elementos da paisagem natural original vai criar um vazio – para quem o conhecia e o possuía em seu mundo – e, com o passar do tempo, será esquecido; para quem não o conheceu, e, portanto, não o possuía – poderá ser apresentado por meios indiretos como ferramentas de representação como mapas, fotografias, filmes, textos entre outros. Eliade, baseando-se nos gregos, estabelece uma diferença fundamental entre memória (mneme) e recordação (anamnesis) (ELIADE, 1976, p. 86), sendo que a segunda implica em esquecimento. Podemos entender que o processo de apagamento de elementos da paisagem vai, por extensão, estar fadado ao esquecimento e, portanto, à morte. Entretanto, ao resgatá-los integral ou parcialmente, seria possível, no nosso entender, recompor a paisagem, inserindo-os em uma dinâmica urbana que reconhece os laços entre natureza, lugar e o ser humano.

O rio Aricanduva, localizado na Zona Leste, é um dos quatro mais importantes da cidade de São Paulo, e perpassa por seis subprefeituras: São Mateus, Cidade Tiradentes, Itaquera,

Aricanduva/Vila Formosa, Mooca e Penha. Localizado na região leste da cidade, possui 23 afluentes e 28 km de extensão. O rio Aricanduva nasce no município de Mauá e desagua no Rio Tietê, na cidade de São Paulo; 90% de seu curso é seguido por vias e seus 23 afluentes também sofrem com problemas decorrentes da urbanização - população ocupando irregularmente suas margens, eliminação da mata ciliar, presença de poluentes e esgotos vertidos in natura, inutilizando praticamente todo potencial desses recursos hídricos. Entretanto, o fato de estarem canalizados, portanto aflorados, pode significar a possibilidade de sua sobrevivência e a reconstituição de sistemas verdes associados.

Conclusão | Reconhecimento de experiências análogas | Aproximações

A metodologia comparativa se apresenta como uma ferramenta fundamental para a Pesquisa e deverá responder três questões epistemológicas: o que, por que e como comparar (SERRA, 2006). A proposta implica no estudo de cenários e experiências semelhantes nacionais e internacionais que permitam compor um quadro analítico circunstanciado a partir de dois vieses estruturadores da Pesquisa: o primeiro versa sobre a questão físico-territorial; e o segundo, consequência do primeiro, aborda aspectos sócio-econômico-culturais e a memória.

Para reconfigurar o tecido urbano e ecossistêmico segmentado da paisagem do Aricanduva, é preciso que seja reconhecido e compreendido o tecido social das porções territoriais da bacia e seus afluentes, no sentido de uma possível reconstituição de relações urbanas com o rio. Diretrizes para um desenho urbano capaz de propiciar a integração das porções do território desconectadas pode configurar uma exemplaridade replicável para situações semelhantes, a partir da adoção de políticas públicas que catalisem e propiciem o desencadear de processos de recomposição e reconstrução do território, da paisagem do lugar e da memória coletiva.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AHERN, J. Spatial concepts, planning strategies and future scenarios: a framework method for integrating landscape ecology and landscape planning. In: KLOPATEK, J.; GARDNER, R. (Eds.). Landscape Ecological Analysis: Issues and Applications. New York: Springer-Verlag, p. 175-201,

1999.

ARANTES, O. B. F.; MARICATO, E.; VAINER, C. B. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.

BEVERIDGE, C. E.; ROCHELEAU, P.; LARKIN, D. (Ed.). Frederick Law Olmstead: designing the American landscape. New York: Rizzoli, 1995.

HOUGH, M. Cities and Natural Process. New York: Routledge, 1995.

ELIADE, Mircea. Mito e Realidade. São Paulo: Perspectiva, 1976.

FABHAT. FUNDAÇÃO AGÊNCIA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO ALTO TIETÊ. Relatório – I. Plano de Bacia Hidrográfica do Alto Tietê – UGRHI 06: Ano Base 2016/2035. 317 p. Disponível em: <https://www.sigrh.sp.gov.br/public/uploads/documents/CBH-AT/11958/relatorio-i_plano_final-rev2.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2020.

FIX, Mariana. São Paulo cidade global: fundamentos financeiros de uma miragem. São Paulo: Boitempo, 2007.

GHEL, J. Cidades para pessoas. São Paulo: Perspectiva, 2010.

HARVEY, David. A condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 1992.

JACOBS, Jane. Morte e vida de grandes cidades. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KOWARICK, L. Espoliação urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LE GOFF, Jacques. Por amor às cidades: conversações com Jean Lebrun. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

MASTROMAURO, Giovana Carla. Urbanismo e salubridade na São Paulo Imperial: O Hospital de Isolamento e o Cemitério do Araçá. Dissertação de mestrado. PUC | Campinas, Campinas: 2008.

MOSTAFAVI, M.; DOHERTY, G. (Org.). Urbanismo Ecológico. São Paulo: Gustavo Gili, 2014.

ROLNIK, Raquel. A Cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 2007.

SECCHI, Bernardo. Primeira lição de urbanismo. São Paulo: Perspectiva, 2016.

SERRA, Geraldo G. Pesquisa em arquitetura e urbanismo: guia prático para o trabalho de pesquisadores em pós-graduação. São Paulo: Edusp: Editora Mandarim, 2006.

UACDC. Low Impact Development: a design manual for the urban áreas. Arkansas University, 2010.

VILLAÇA, Flavio. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP/Lincoln Institute, 2001.

VILLAÇA, Flávio. Reflexões sobre as cidades brasileiras. São Paulo: Nobel, 2012.

A AVALIAÇÃO PÓS-OCUPAÇÃO COMO FERRAMENTA DE ANÁLISE DAS RELAÇÕES ENTRE O AMBIENTE E A PERCEPÇÃO DOS USUÁRIOS EM SALAS DE AULA DA PRÉ-ESCOLA

POST-OCCUPANCY EVALUATION AS A TOOL FOR ANALYZING RELATIONSHIPS BETWEEN THE ENVIRONMENT AND USER´S PERCEPTION IN PRESCHOOL CLASSROOMS

LINHA DE PESQUISA: Ambiente Construído e Sustentabilidade

BATTAINI, Brunna Camargo[1]

DIAS, Maíra Vieira[2]

PALAVRAS-CHAVE: Avaliação Pós-Ocupação (APO), Educação Infantil, Arquitetura Escolar.

KEY-WORDS: *Post-Occupancy Evaluation (POE); Early Childhood Education; School Architecture; Pedagogy.*

INTRODUÇÃO

Os aspectos ambientais, aliados às propostas pedagógicas e ao programa arquitetônico de edificações escolares, influenciam diretamente no processo de aprendizagem e são essenciais para a obtenção de espaços de qualidade e que priorizem o bem-estar dos alunos. Segundo Kowaltowski (2011, p. 40), "[...] o meio ambiente exerce uma influência direta no indivíduo, seja em uma comunidade, seja em um ambiente isolado. A interação do homem com o meio causa efeitos diretos, que irão nortear o seu modo de vida [...]".

De acordo com Frago e Escolano (2001, p. 45) "[...] a arquitetura escolar pode ser vista como um programa educador, ou seja, como um elemento do currículo invisível ou silencioso, ainda que ela seja, por si mesma, bem explícita ou manifesta [...]". Os autores relatam que a maneira

[1] Mestranda em Arquitetura e Urbanismo, UNIVAG, arqbatta@gmail.com.
[2] Professora Doutora do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, UNIVAG, maira.dias@univag.edu.br.

como o adorno exterior e interior da edificação escolar é composto condiz aos arquétipos culturais e pedagógicos que a criança compreende. Assim, a arquitetura escolar contribui "[..] para a aprendizagem sensorial e motora e toda uma semiologia que cobre diferentes símbolos estéticos, culturais e também ideológicos [...]" (FRAGO; ESCOLANO, 2001, p. 26). O espaço escolar contribui com a evolução da pedagogia e no desempenho motor do aluno, visto que esse espaço é "[...] um medidor cultural em relação à gênese e formação dos primeiros esquemas cognitivos e motores [...]" sendo assim um elemento "significativo no currículo" (FRAGO; ESCOLANO, 2001, p. 26).

Já Santana (2010) destaca que as características do ambiente construído em edificações escolares dependem dos usuários presentes, pois os mobiliários e equipamentos projetados deverão ser adequados conforme as necessidades dos alunos, levando em consideração "[...] medidas antropométricas e a realização das tarefas nas salas de aula [...]" (SANTANA, 2010, p. 8). Tais fatores estão relacionados ao conforto físico e ao conforto ambiental. Nesse contexto, é possível pontuar três itens importantes para o desenvolvimento de um projeto escolar: mobiliário específico, salas de aula e conforto ambiental.

Ao longo dos anos os programas educacionais começaram a desenvolver medidas e estabelecer parâmetros projetuais. O Ministério da Educação (MEC), em parceria com o Fundo de Fortalecimento da Escola (FUNDESCOLA), desenvolveu diretrizes técnicas e recomendações acerca das condicionantes da região dentre outros. Entre essas diretrizes estava pautado que para elaborar um projeto de um edifício escolar é necessário adequar o programa de necessidades à pedagogia adotada pela instituição e a região na qual o projeto estaria inserido. Os projetos deveriam ainda abranger programa arquitetônico, conforto ambiental, segurança, boa ventilação, paisagismo, mobiliários específicos e conforto visual entre outros (BRASIL, 2002).

Apesar do exposto, Kowaltowski (2011) coloca que atualmente muitas edificações escolares adotam um projeto padrão, cuja padronização muitas vezes resulta em ambientes inadequados que geram a insatisfação dos usuários em relação ao conforto ambiental. A autora ressalta ainda que esses projetos muitas vezes não consideram as circunstâncias locais, desta forma, projetos padrões necessitam de flexibilidade para permitir ajustes conforme a implantação dos mesmos.

Para Azevedo (2002), a qualidade do ambiente escolar depende do desempenho e da adequação dos ambientes, de maneira que os aspectos ambientais (ordem técnica, funcionalidade e estética) e os aspectos pedagógicos devem ser levados em consideração, uma vez que afetam o bem-estar dos usuários.

Para que os aspectos que envolvem a arquitetura escolar e a satisfação do usuário possam ser analisados devem ser realizadas avaliações técnicas e observações do uso desses ambientes, por meio de uma metodologia denominada de Avaliação Pós-Ocupação (APO). A APO refere-se à análise do desempenho de uma edificação já construída e em uso. Esse estudo se diferencia das avaliações de desempenho, pois considera a visão do pesquisador/observador e o principal ponto de vista: o usuário (SOUZA; RHEINGANTZ, 2005). Ao se desenvolver o estudo da APO em ambientes destinados ao ensino, o objetivo deve ser a união das necessidades da instituição e dos alunos, levando em consideração o aluno como parte do projeto arquitetônico e pedagógico (FRANÇA, 2011).

A adoção da técnica permite à análise de diversos fatores, como as questões do conforto ambiental como a iluminação, o nível de ruído, a qualidade do ar, a ventilação e os tipos de janelas, a disponibilidade do espaço, os materiais de acabamento (cores, texturas) e os fatores ergonômicos. Kowaltowski (2011) destaca que tais avaliações consideram os aspectos projetuais e o ambiente construído, fornecendo subsídios para a verificação da coerência entre os fatores pedagógicos e o ambiente proposto.

Levando em consideração que a educação infantil é o início e o fundamento do processo educacional, a entrada na creche ou na pré-escola significa na maioria das vezes a primeira separação das crianças dos seus vínculos afetivos familiares (BRASIL, 2017), portanto, a APO nesses ambientes é indispensável.

Conforme a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o ensino infantil é caracterizado pela Creche e pela Pré-Escola, que juntos possuem três diferentes grupos etários[3], cujos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças são sequencialmente organizados. Cabe destacar que os grupos não podem ser considerados de maneira rigorosa, uma vez que cada criança possui um ritmo no que diz respeito ao desenvolvimento e à aprendizagem (BRASIL, 2017).

[3] A Creche é destinada às crianças de: i) zero a 1 ano e 6 meses e, ii) 1 ano e 7 meses a 3 anos e 11meses. Já a Pré-Escola é voltada para crianças de 4 anos a 5 anos e 11 meses.

A BNCC coloca ainda que ambientes diferenciados proporcionam vários tipos de interações e, nesse contexto, o professor possui extrema importância, pois ele é responsável pela organização do espaço conforme os objetivos pedagógicos, de forma que exista uma interação entre as crianças e das mesmas com ele (BRASIL, 2017). Segundo França (2011, p. 4), quando se trata de ambientes destinados ao ensino/aprendizagem, estes devem promover a *"*concentração no momento adequado, bem como instigar o aluno ao conhecimento e promover sua interação social*"* de modo que os aspectos do conforto físico e ambiental não prejudiquem o aprendizado.

Mesmo a APO sendo uma ferramenta importante para medir a qualidade ambiental, identificar patologias e observar a interação pessoa-ambiente para se evitar erros futuros (KOWALTOWSKI, 2011), não foram encontrados estudos dessa abrangência para as edificações escolares no estado do Mato Grosso. Tal fato, somado à importância de se desenvolver projetos de arquitetura escolar que estejam associados ao projeto pedagógico e às atividades desenvolvidas nas escolas nortearam essa pesquisa, cujo o objetivo é analisar as características físicas e espaciais de salas de aula voltadas para a pré-escola em escolas privadas na cidade de Cuiabá/MT, bem como levantar as preferências dos usuários em relação à qualidade do ambiente e usos do espaço através da aplicação de métodos e técnicas da Avaliação Pós-Ocupação (APO).

METODOLOGIA

Será realizado o levantamento das escolas privadas em Cuiabá que atendem às crianças da pré-escola, bem como das pedagogias adotadas pelas mesmas. Será desenvolvida uma ficha de campo a ser preenchida no momento das visitas nas unidades de interesse e utilizaremos a técnica *walkthrough*, a qual envolve o passeio pelas escolas analisando os aspectos positivos e negativos dos ambientes junto com um grupo de professores para identificação dos seguintes aspectos: pedagogia adotada, quantidade de turmas da pré-escola, horário das aulas, número de alunos por sala, número de professores por turma e ambientes de aprendizagem das crianças dentre outros. Será ainda realizado levantamento fotográfico, com autorização da instituição. Com base nos dados levantados será selecionada a escola que participará da pesquisa e os ambientes a serem analisados.

Após a seleção do objeto de estudo terá início o estudo de campo, no qual será determinado junto à Direção da escola os dias e horários para a coleta de dados. Será adotada uma abordagem etnográfica, com coleta de informações através de observação direta e por

fotografia, entrevistas e aplicação de questionários para documentar o comportamento socioespacial das crianças nas salas analisadas. Durante as observações diretas a pesquisadora irá manter um diário de observação acerca das atitudes e comportamentos das crianças na sala de aula frente a determinadas atividades e situações. Além disso serão analisados: i) as características físicas e ambientais do ambiente analisado; ii) o *layout* e sua funcionalidade; iii) fatores ergonômicos dos móveis e equipamentos usados no local. As entrevistas com os docentes permitirão identificar se a pedagogia adotada pela instituição é refletida no arranjo espacial e o comportamento das crianças nas atividades desenvolvidas em sala de aula. Para obter informações sobre o ambiente perante os olhos das crianças serão realizadas conversas informais com as mesmas e será solicitado que façam desenhos sobre o ambiente. Informações adicionais poderão ser obtidas através de fotos e vídeos.

DISCUSSÃO

Ornstein, Onu, Villa *et al.* (2018) destacam que a junção das metodologias adotadas na APO e as diretrizes relacionadas à Psicologia Ambiental torna possível a obtenção de resultados correspondentes ao comportamento dos usuários, considerando os sentimentos, atitudes e expectativas. As autoras ainda destacam que, ao se tratar de métodos contemporâneos em APO "[...] deve ser considerado o processo de produção, uso, operação e manutenção do ambiente construído [...]" que contemplam três fundamentos básicos: "i) Substituição da abordagem linear pela abordagem sistêmica, cíclica e realimentadora ii) Adoção de normas de desempenho e iii) Busca permanente de qualidade (ou melhoria continua)[...]" (ORNSTEIN; ONU; VILLA *et al.* 2018, p. 20). Neste contexto as autoras expõem a importância de existir uma avaliação contínua em todas as etapas de um projeto, da produção à ocupação, pois desta forma os diagnósticos e recomendações servirão como base de estudos para projetos futuros. Em função disto, esta pesquisa conta com diversos instrumentos para desenvolver as avaliações como o *walkthrough*, a observação direta, entrevistas e questionários.

Azevedo, Brasileiro, Rheingantz *et al.* (2009, p. 16), colocam que a APO é um processo participativo "sistematizado e rigoroso de avaliação de desempenho do ambiente construído, passado algum tempo de sua construção e ocupação [...]". Os autores ressaltam que é preciso considerar os ocupantes no desempenho dos ambientes projetados, a percepção e uso de cada grupo envolvido. Portanto, é fundamental a análise das características físicas e ambientais das salas de aula, bem como do *layout* adotado e da ergonomia do mobiliário e equipamentos utilizados pelos usuários.

Os autores destacam ainda que para o desenvolvimento da criança perante o ambiente físico voltado para Educação Infantil deve-se considerar um ambiente encorajador e promotor de aventuras e descobertas, capaz de ativar a criatividade e os desafios da criança, no qual haja a interação entre as crianças e das mesmas com os adultos, formando assim responsabilidade social (AZEVEDO, BRASILEIRO, RHEINGANTZ *et al.* 2009). Desta forma, os dados obtidos serão analisados, comparando as situações encontradas nas diferentes salas onde o estudo ocorreu, a fim de verificar se o espaço de aprendizagem e o projeto arquitetônico estão condizentes com a pedagogia adotada na escola e influenciam no aprendizado e no comportamento das crianças.

CONCLUSÃO

Segundo Brasil (2002), a construção de um edifício escolar necessita de projetos adequados que prezem pela facilidade e rapidez na elaboração, de forma que os critérios dos ambientes relacionados ao programa arquitetônico e ao conforto ambiental sejam inseridos conforme a realidade local e os materiais utilizados sejam de qualidade. Desta forma, a arquitetura tem que ser própria, referente a cada região, de modo que a forma e os tipos de espaços do edifício escolar não sejam generalizados (BRASIL, 2002).

França (2011) destaca que um projeto arquitetônico de qualidade deve, em sua fase de planejamento e projeto, unir dados referentes ao estudo de APO em construções similares, de modo que as decisões tomadas no desenvolvimento do projeto direcionem a uma construção adequada aos usuários (FRANÇA, 2011).

Considerando que ainda não foram encontrados estudos que correlacionam tal ferramenta às edificações escolares no estado do Mato Grosso, torna-se imprescindível analisar as características físicas e espaciais de salas de aula voltadas para a pré-escola em escolas privadas na cidade de Cuiabá/MT, bem como levantar as preferências dos usuários em relação à qualidade do ambiente e usos do espaço através da aplicação de métodos e técnicas da APO. A análise tanto do projeto arquitetônico e sua relação com a pedagogia adotada como das características e equipamentos do ambiente torna possível a compreensão de como esse espaço pode influenciar no comportamento e na aprendizagem dos usuários.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, G. A. N. Arquitetura Escolar e Educação: um modelo conceitual de abordagem interacionista. 2002. Tese (Doutorado) – Pós-Graduação de Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

AZEVEDO, G. A. N.; BRASILEIRO, A.; RHEINGANTZ, P. A.; ALCANTARA, D.; QUEIROZ, M. Observando a qualidade do lugar: procedimentos para a avaliação pós-ocupação. Rio de Janeiro: Coleção PROARQ/FAU-UFRJ, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Versão aprovada pelo CNE. novembro de 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wpcontent/uploads/2018/02/bncc-20dez-site.pdf> Acesso em: 22 abr. 2020.

_____. Ministério da Educação. Fundo de Fortalecimento da Escola. Espaços educativos de ensino fundamental: subsídios para elaboração de projetos e adequação de edificações escolares. Cadernos Técnicos no 4, volume I. Brasília: MEC/FUNDESCOLA, 2002.

FRANÇA, A. J. G. L. Ambientes contemporâneos para o ensino-aprendizagem: Avaliação Pós-Ocupação aplicada a três edifícios escolares públicos. 2011. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

FRAGO, A. V.; ESCOLANO, A. Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa. 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

KOWALTOWSKI, D. C. C. K. Arquitetura escolar: o projeto do ambiente de ensino. 1ª ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.

ONO, R. ORNSTEIN, S. W.; VILLA, S. B.; FRANÇA, A. J. G. L. Avaliação pós-ocupação: da teoria à prática. 1ª ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2018.

SANTANA, T. M. A relação da arquitetura escolar com a aprendizagem. In: IV Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade, 2010, Sergipe. Anais... Sergipe: UFS, 2010.

SOUZA, F. S.; RHEINGANTZ, P. A. Contribuições para o uso de instrumentos destinados a crianças em avaliação pós-ocupação de pré-escola. Cadernos PROARQ, v.9, p.43-76, 2005.

PROPOSTA METODOLÓGICA PARA MAPEAMENTO DE ÁREAS VULNERÁVEIS A ENCHENTE E ALAGAMENTOS NO PERÍMETRO URBANO DE CUIABÁ-MT

METHODOLOGICAL PROPOSAL FOR MAPPING OF FLOOD AND FLOODING AREAS VULNARABLE IN THE URBAN PERIMETER OF CUIABÁ-MT

LINHA DE PESQUISA: Planejamento urbano e territorial

SANTOS, Cézar Clemente Pires dos[1]

SILVA NETO, Manoel Lemes da[2]

PALAVRAS-CHAVE: SIG, Planejamento urbano, Áreas de vulnerabilidade.
KEY-WORDS: *GIS, Urban planning, Areas of vulnerability.*

INTRODUÇÃO

O cenário urbano dos municípios brasileiros, em sua maioria, revela a forma desordenada de apropriação do espaço urbano, norteado pela ausência de planejamento. Esse desarranjo traz, como sequela, níveis abusivos de deterioração ambiental, tornando esse espaço urbano susceptível a ações de eventos naturais, gerando prejuízos, e se tornando comum e evidente no cotidiano urbano (OLIVEIRA, 2004).

A Estratégia Internacional das Nações Unidas para Redução de Desastres (UNISDR, 2002) conceitua que os eventos naturais são processos ou fenômenos de origem natural potencialmente prejudiciais que ocorrem na biosfera, podendo causar sérios danos socioeconômicos às comunidades expostas. Esses eventos podem estar associados a dinâmica atmosférica, dando origem as tempestades, vendavais, precipitação de granizo, estiagens e secas, ou associados a dinâmica fluvial, podendo causar alagamentos e enxurradas.

[1] Mestrando em Arquitetura e Urbanismo - UNIVAG, cezarbiologo@gmail.com.
[2] Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, POSURB-ARQ PUC Campinas, manoel.lemes@puc-campinas.edu.br.

Os alagamentos ocorrem, geralmente, em áreas planas ou com depressões em fundos de vale, devido ao comprometimento do escoamento superficial em direcionar a água para regiões com altitudes inferiores, seja pela insuficiência da drenagem do sistema pluvial, ou pelo perfil topográfico elevado da cota do rio (GRILO, 1992).

Já as enxurradas ocorrem por meio do escoamento superficial de alta velocidade e energia, provocado por chuvas intensas e concentradas, normalmente em pequenas bacias hidrográficas de relevo acidentado, gerando danos materiais para população que ocupa geralmente as áreas consideradas de risco (COBRADE, 2012).

Estas áreas são passíveis de serem atingidas por fenômenos ou processos naturais ou induzidos, causando efeito adverso às pessoas que ali habitam, à integridade física e perdas materiais e patrimoniais. Normalmente, no contexto das cidades brasileiras, as áreas de risco estão ocupadas espacialmente pelos núcleos habitacionais de baixa renda como assentamentos precários ou favelas, estando susceptíveis a ação destes fenômenos pelas características naturais e antrópicas (IPT, 2007, p. 26).

Desenvolvida pela Organização das Nações Unidas (ONU), a agenda 2030 recomenda que os governos locais devem adotar e implementar estratégias locais para redução de risco de desastres naturais. Em 2017, o Brasil alcançou 33,8% da cobertura dos municípios que implementaram medidas de redução de riscos, tendo como destaques positivos o Distrito Federal, com cobertura de 100%, seguido pelo estado do Espírito Santo, com cobertura de 93,6%. Na região Centro-Oeste, o estado de Mato Grosso possui apenas 16,3% de cobertura, atrás do estado de Mato Grosso do Sul, onde a cobertura atinge 49,4%. Na perspectiva de identificação de áreas sujeitas a inundação e alagamentos, a cartografia das áreas de risco surge como ciência essencial, por propiciar a avaliação do risco utilizando de diversas fontes de dados (IBGE, 2017).

Para isso os Sistemas de Informações Geográfica (SIG) vêm ganhando muita importância, pois essa ferramenta garante introduzir, discutir, analisar e apresentar os dados cartográficos em formato 2D e 3D, gerando, assim, resultados de baixo custo para análise de desastres naturais, com diferentes níveis de desenvolvimento (RAMÍREZ et al, 2005, p.260). Nos dias atuais o gerenciamento e análise de risco com o auxílio do SIG, tendo sido utilizado pelos gestores de políticas públicas, pois essa ferramenta demonstra maior agilidade e acurácia. Muitos são os autores que abordam no mapeamento de áreas de risco apenas os parâmetros

físicos, sem levar em consideração os parâmetros sociais. Já outros autores destacam que a interação de parâmetros sociais é de suma importância para mapeamentos de áreas de risco, visto que muitas vezes estás áreas já estão ocupadas, o que as torna áreas de vulnerabilidade a esses fenômenos naturais, já que a condição ou características sociais passam a determinar a exposição de um sujeito ao risco (PRUPPERS, 1998; COZZANI, 2006).

Neste sentido, o objetivo do presente trabalho é de desenvolver uma proposta metodologia de mapeamento de áreas de suscetibilidade a inundação e alagamentos em ambiente SIG, no perímetro urbano do município de Cuiabá, capital do estado de Mato Grosso, utilizando parâmetros físicos de fragilidade e parâmetros sociodemográficos de vulnerabilidade, tendo como recorte espacial dezesseis bacias hidrográficas delimitadas por trecho de drenagem.

DESENVOLVIMENTO

O sistema codificação de bacias hidrográficas Otto Pfafstetter é um método de análise de bacias hidrográficas oficialmente utilizado no Brasil, pela Resolução nº 30/2002 do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, na qual considera que BH é uma unidade de planejamento e gestão territorial. Para compor a base de dados e geração do modelo metodológico foi utilizado o sistema de informação geográfica QGIS^{R} 2.18, parâmetros físicos de fragilidade (altimetria, relevo, declividade, e curvatura vertical e horizontal do terreno) adquiridos no Banco Geomorfométricos do Brasil, projeto Topodata. Para elaboração do mapa altimétrico, foi utilizado a folha 15S57, no formato Raster com resolução espacial de 30 metros, que corresponde toda área onde estão inseridas as dezesseis BH. Após a aquisição da imagem, contendo dados brutos de elevação, foi necessário realizar o processo de reclassificação das cinco classes de altitude, variando de acordo com o seu grau de fragilidade, tendo as elevações entre 150 a 180 metros classificadas como grau de fragilidade muito elevado (peso 5) representado por regiões mais baixa e planas, até elevações superiores a 270 metros, que apresentam o menor grau de fragilidade (peso 1), indicando que quanto maior a altitude menor será a probabilidade de inundação.

A declividade é o parâmetro do relevo mais importante em uma análise geomorfológica, devido à sua estreita associação com processos de transporte gravitacional como escoamento, erosão e deslizamento. O mapa de declividade foi gerado através do Modelo Digital de Elevação MDE Topodata, e reclassificado em cinco classes de declividade, associadas a eventos de natureza hidrológica, que variam entre 0 a 2,5% (relevo plano) para

a classe de fragilidade muito elevada (peso 5) até a classe de fragilidade nula, sendo ela representada pelo relevo suave ondulado maior que 15% (peso 1).

A curvatura vertical expressa o formato da vertente quando observada em perfil, se referindo ao caráter convexo/côncavo do terreno, quando analisado em perfil. Já a curvatura horizontal expressa o formato da vertente em projeção horizontal, traduzindo o caráter de divergência ou convergência das linhas de fluxo.

As combinações entre essas curvas, representam a caracterização das formas de terreno, associadas diretamente às propriedades hidrológicas e de transporte de sólidos. A geração dos modelos de curvatura do terreno foi feita através das somatórias das curvaturas verticais e horizontais em ambiente SIG, por meio da calculadora Raster, que permite realizar operações matemáticas, tendo como resultado a somatória dos dois produtos com pesos numerados variando entre 5 a 2, representando as formas do terreno e a dinâmica hidrológica. Na escala de combinações o maior valor indica a forma côncavo-convergente (peso 5), dando origem na a máxima concentração e acúmulo do escoamento, e o menor valor representa o modelo de curvatura convexa-divergente (peso 2), promovendo a máxima dispersão do escoamento para as outras formas de terreno.

Os dados pedológicos utilizados foram disponibilizados gratuitamente pelo site do sistema de geociências do Serviço Geológico do Brasil – CPRM, na escala 1:1.000.000. A pedologia foi escolhida devido ao tipo de solo, grau de fragilidade e o papel relevante que eles atuam no processo de suscetibilidade à inundação. Diferentes tipos de solos podem apresentar diferentes níveis de permeabilidade. Assim torna-se relevante a sua inserção na análise da perigosidade na dinâmica de inundação, considerando que quanto mais impermeáveis forem os materiais geológicos, maior será a suscetibilidade da área ser inundada. O mapa pedológico foi gerado de acordo com o grau de fragilidade dos solos, tendo como peso menor (peso 1) os solos latossolo roxo, latossolo vermelho escuro e vermelho amarelo, todos com textura argilosa. Já a classe de maior fragilidade (peso 5) foi representada pelos neossolos com cascalho. Para análise dos parâmetros de vulnerabilidade sociodemográfica, foi desenvolvido o índice de vulnerabilidade social (IVS), contendo os seguintes dados dos setores censitários do ano de 2010: número de moradores no setores censitários; média de moradores por domicílio; densidade urbana; porcentagem da população acima de 65 anos; porcentagem da população abaixo de 12 anos; porcentagem de pessoas analfabetas acima de 12 anos, porcentagem de responsáveis sem rendimento; porcentagem de responsáveis

com rendimento até 1 salário mínimo. O IVS foi elaborado através da somatória dos dados demográficos (*D*), das características de dependência/idade (*I*), da educação (*E*) da renda (*R*), e divididos pelo índice de desenvolvimento humano do Município de Cuiabá (IDHM) que é de 0,785. Os resultados apresentaram valores que variam entre 0 a 1, onde 0 corresponde à situação ideal, ou desejável (peso 1), e 1 corresponde ao cenário mais desfavorável (peso 5).

Após a manipulação e atribuição dos pesos dados para cada variável de fragilidade do meio físico (hipsometria, declividade, formas de curvatura do terreno, litologia), e para os pesos das variáveis de vulnerabilidade sociodemográficas (DU e IVS), foi utilizado o método de Análise Hierárquica (AHP), que consiste em construir uma escala de importância através do cruzamento entre as variáveis analisadas para gerar uma matriz de decisões com grau de importância que cada variável representa no estudo, sendo os mesmos validados estatisticamente pelo cálculo da razão de consistências (RC). O grau de importância para cada variável, juntamente com os pesos atribuídos para cada classe temática (1 a 5), foram modelados espacialmente, e multiplicados os valores de cada grau de importância pelos pesos de cada variável. Após a multiplicação, cada variável foi somada e dividida pelo número total de parâmetros (6) para gerar os valores de suscetibilidade de inundação e alagamentos, sendo eles divididos em cinco faixas de suscetibilidade, sendo estas: muito baixa, baixa, média, alta e muito alta.

Os resultados preliminares evidenciaram que a hipsometria da região variou entre 180 m (AltMin) a 270 m (AltMax), sendo representado por 38,41% de altitudes variando entre 210 a 240 metros, seguido por 38,21% de altitudes entre 180 a 210 metros. Associados aos eventos de origem fluvial, as áreas com altitudes entre 180 a 210 metros são consideradas de fragilidade elevada devido a dinâmica de deslocamento da água, que tende a escoar das altitudes mais elevadas, para as áreas com menores altitudes, caracterizadas como áreas de fundo de vale, onde está inserido boa parte do perímetro urbano de Cuiabá. Também foi identificado que as áreas como relevo plano e com declividades que variam entre 2,5 a 5% são altamente susceptíveis à ocorrência de cheias e alagamentos, devido acúmulo de escoamento. Em contrapartida as áreas com relevo ondulado superior a 15%, podem desencadear o carreamento de sedimentos e o transporte em alta velocidade da água proveniente dos eventos de origem fluvial para as regiões mais planas. Assim, verificou-se que 40% da área estudada apresentou vertentes com curvatura horizontal convergente, ou seja, vertentes com maior potencial ao transporte de partículas, dando origem a erosão

pluvial. A curvatura do terreno classificada como retilínea convergente apresentou a maior proporção (21,09%), se comparada aos 9 modelos de formas de terreno, seguido por 19,31% classificados como côncavo divergente.

A modelagem evidenciou que 41,54% do perímetro urbano de Cuiabá apresentou áreas de alta suscetibilidade de ocorrência de alagamentos ou enchentes, seguido por 29,53% das áreas classificadas como de média suscetibilidade (fig. 1). Por sua vez, a categoria nula representou apenas 1,12% das áreas, tendo como características específicas o relevo acima de 15%, altitudes que variam entre 240 a 270 metros e o modelo de curvatura de terreno convexo divergente. A classe de risco muito alta obteve sua representatividade em torno de 15,79% em todo perímetro urbano de Cuiabá, nestes pontos estão associados majoritariamente os cursos d`água e fundos de vale que envolvem o município (fig. 1). Entre as características potenciais que deram origem as áreas de alta suscetibilidade, estão a elevação variando entre 180 a 210 metros, o relevo plano com declividade variando entre 2,5 a 5%, os fundos de vale com a predominância de neossolos com alto grau fragilidade hídrica e o modelo de curvatura côncavo convergente.

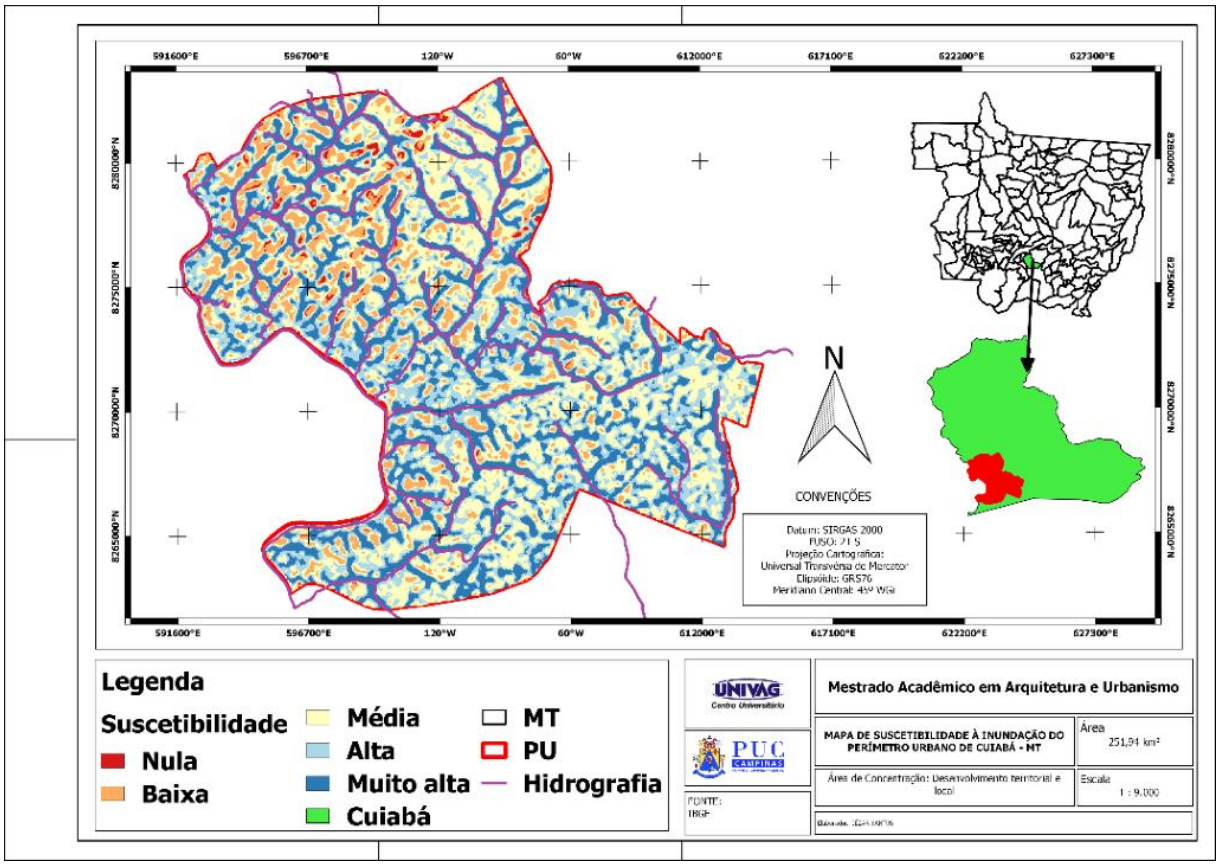


Figura 1: **Mapa de suscetibilidade de inundação e alagamentos do perímetro urbano de Cuiabá.**

CONCLUSÃO

A metodologia empregada utilizando SIG mostrou-se eficaz para o mapeamento de áreas de vulnerabilidade, evidenciado que no planejamento urbano os gestores não possuem a preocupação com os parâmetros físicos e sociodemográficos para propor a criação de zonas de risco, deixando a população a mercê dos eventos de origem natural e antrópico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COBRADE, Codificação e classificação Brasileira de Desastres. 2012. Disponível em: <http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=f9cdf8bfe31e-4902-984e-a859f54dae43&groupid=10157> Acesso em: 23 de fev. de 2020.

CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS. Resolução No 30, de 11 de dezembro de 2002: Estabelece metodologia de codificação das bacias hidrográficas em âmbito nacional. Conjuntos de normas legais: recursos hídricos, Brasília: MMA, 2014.

COZZANI, V. et al. Application of land-use planning criteria for the control of major accident hazards: A case-study. Journal of Hazardous Materials, v. 136, p. 170–180. 2006.

OLIVEIRA, E. L. de A. Áreas de risco geomorfológico na bacia hidrográfica do arroio Cadena, Santa Maria-RS: zoneamento e hierarquização. 2004. 147f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

GRILO, R. C. A precipitação pluvial e o escoamento superficial na cidade de Rio Claro/SP. 1992. 103 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1992.

MINISTÉRIO DAS CIDADES / INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS – IPT. Mapeamento de riscos em encostas e margem de rios. / Agostinho Todashi Ogura, Celso Santos Carvalho, Eduardo Soares de Macedo (orgs) –. Brasília: Ministério das Cidades; Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT. 2007. 176 p.

PRUPPERS, M. J. M. et all. Accumulation of environmental risks to human health: geographical differences in the Netherlands. Journal of Hazardous Materials, v. 61, p. 187–196, 1998.

RAMÍREZ, P. E et al: Metodología para crear mapas de peligros naturales em Guipúzcoa utilizando SIG, GeoFocus (Artículos), nº 5, p. 250-267. 2005.

UNISDR. Unted Nations International Strategy for Disaster Reduction. Living with risk: a global review of disaster reduction initiatives. Preliminary version. Geneva: UNISDR, 2002.

URBANIZAÇÃO PRECÁRIA: DESCONTINUIDADES E IMPACTOS DAS POLÍTICAS DE HABITAÇÃO NOS ASSENTAMENTOS CONSOLIDADOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

PRECARIOUS URBANIZATION: DISCONTINUITIES AND IMPACTS OF THE HOUSING POLICIES IN THE CONSOLIDATED SETTLEMENTS OF THE METROPOLITAN REGION OF CURITIBA

LINHA DE PESQUISA: Projeto, Inovação e Gestão em Arquitetura e Urbanismo

SOUZA, Cíntia de Santana[1]

SAMORA, Patrícia Rodrigues[2]

PALAVRAS-CHAVE: Urbanização de favelas; Habitação autoconstruída; Pobreza urbana.

KEY-WORDS: *Slum upgrading; Self-help housing; Urban poverty.*

INTRODUÇÃO

As políticas habitacionais implantadas no Brasil produziram um número substancial de unidades habitacionais e promoveram ou iniciaram a urbanização de inúmeros assentamentos precários. No entanto, as descontinuidades dos programas acrescidas de uma demanda muito superior à capacidade do governo em atendê-la, dificultam sobremaneira o acesso das famílias mais pobres ao direito à moradia e à cidade.

Essas interrupções ocorrem por diversos motivos: (i) mudanças no processo de gestão das políticas habitacionais; (ii) diminuição dos recursos financeiros e; (iii) necessidade de maiores recursos por necessidade de readequação no decorrer das obras, muitas vezes em função da complexidade das urbanizações ou projetos insuficientes que não contemplaram todas as necessidades da intervenção.

[1] Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo, POSURB-ARQ PUC Campinas, cintia.ss@puccampinas.edu.br.
[2] Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, POSURB-ARQ PUC Campinas, patricia.samora@puc-campinas.edu.br.

A pesquisa abordará a política habitacional implementada em quatro assentamentos precários consolidados, situados em três municípios da Metrópole de Curitiba[3] com o objetivo de reconhecer as consequências na vida dessas famílias, bem como suas expectativas e frustrações diante das descontinuidades das intervenções, por meio de entrevistas com moradores e lideranças. A Vila Parolin e a Vila Torres estão localizadas na região central de Curitiba; a Vila Zumbi dos Palmares situa-se no município de Colombo e Guarituba localiza-se em Piraquara, limítrofes à Curitiba. Como os quatro assentamentos têm em comum investimentos realizados pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – Urbanização de Assentamentos Precários, a pesquisa se concentrará nos resultados desse programa.

Nesse sentido, o estudo pretende discutir: o impacto que a morosidade e a descontinuidade das intervenções causam nas famílias afetadas; a relação de confiança ou de desconfiança estabelecida entre os moradores e o Estado; a responsabilidade do Estado em possibilitar que essas descontinuidades propiciem o rápido retorno desses assentamentos à condição anterior, transformando esses locais em espaços de vulnerabilidade social e segregação urbana; e, por último, as relações existentes entre os municípios da Metrópole de Curitiba.

CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS E ASSENTAMENTOS

Pesquisas relacionadas à Curitiba demonstram que o modelo de urbanização praticado no município se assemelha às demais grandes metrópoles brasileiras, concentrando a riqueza nos bairros mais bem localizados e incentivando a ocupação nos bairros e municípios periféricos. Somado a isso, a política habitacional realizada até meados da década de 1990 priorizava a remoção das famílias e não sua permanência nos locais ocupados (POLLI, 2007; SILVA, 2012; PRESTES, 2018).

O processo de segregação urbana causado pelo aumento do valor da terra decorrente do planejamento excludente provocou a ocupação de municípios situados na franja leste da Região Metropolitana, que abrange Colombo, Pinhais, Piraquara e São José dos Pinhais (PRESTES, 2018), todos limítrofes à Curitiba. Entre os anos de 1950 e 1970, um número expressivo de loteamentos foi aprovado nesses municípios, aproveitando-se da oportunidade e valorização do município-sede (SILVA, 2012; PRESTES, 2018). De acordo com Silva, “a

[3] A Região Metropolitana de Curitiba é formada por 29 municípios, no entanto, 14 municípios formam a mancha urbana de Curitiba e compõem o Núcleo Urbano Central (NUC), tendo Curitiba como município-sede ou polo (COMEC, 2020).

provisão dos espaços populares de moradia na periferia metropolitana durante as décadas de maior fluxo migratório em direção à RMC realizou-se pela ação regular de proprietários de terra e incorporadores imobiliários" (2012, p. 114).

Entretanto, destaca-se que essa porção territorial é demarcada como área de proteção aos mananciais da Bacia do Altíssimo Iguaçu e garante cerca de 62% do abastecimento de água da população da Região Metropolitana de Curitiba (PRESTES, 2018). A investigação analisa dois assentamentos situados nessa região, Vila Zumbi dos Palmares, em Colombo e Guarituba, em Piraquara e seus territórios abrangem áreas protegidas ambientalmente. Ressalta-se que a Lei de Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba, aprovada em 1998, propiciou a regularização do assentamento Guarituba. Posteriormente, a Vila Zumbi dos Palmares também foi beneficiada pela alteração na lei ambiental para que a Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR) iniciasse sua regularização (COHAPAR, 2012).

As outras duas áreas pesquisadas estão situadas na região central de Curitiba e se contrapõem a essa realidade periférica, contudo, os aspectos de segregação urbana e vulnerabilidade social e ambiental decorrentes do planejamento urbano implementado em Curitiba estão presentes e possuem semelhanças consideráveis com as outras duas áreas (QUADRO 1).

	Vila Torres	Vila Parolin	Vila Zumbi	Guarituba
Data de ocupação	**1960**	**1955**	**1990**	**1990**
Área	**200.000 m²**	**240.000 m²**	**501.125,01 m2**	**429.053,78 m²**
População	**1.456 famílias e 5.300 moradores**	**1.507 famílias e 5.385 habitantes**	**1.789 famílias e 6.482 habitantes**	**8.087 famílias e 44.000 habitantes**
Início da urbanização	**1989**	**2006**	**2003**	**2007**
Descontinuidades	Programa Comunidade em Cores **(parcialmente implantado – 2010-2014): melhorias habitacionais e infraestrutura).** PAC/ Pró-moradia **(concluído): Construção de 90 UHs no setor Vila Prado (2007-2020) e 55 UHs em outro local (2010) para remoção de moradias em área de risco.**	Urbanização (PAC/PPI): **iniciada em 2006 e interrompida em 2014.** PAC/PPI: **Construção de 491 UHs no entorno (parcialmente implantado – 2007-2014)** Programa MCMV**: construção de 176 UHs em prédios do entorno e 49 UHs no bairro Santa Cândida (2007-2019 - concluído).**	Programa Habitar-Brasil (BID) – 2003-2006: **urbanização e relocação de 104 moradias construídas no entorno (concluído).** Urbanização (PAC/PPI) – 2007-2020: **Relocação das famílias em app e construção de 283 sobrados na própria área e infraestrutura (concluído). Recuperação ambiental e regularização fundiária (em andamento)**	Urbanização (PAC/PPI) – 2007-2020 **(em andamento): Relocação de famílias em área de preservação permanente, construção de 803 UHs e infraestrutura, regularização fundiária e recuperação ambiental.**

Quadro 1: Resumo dos processos de urbanização das áreas pesquisadas. Fonte: COHAB-CT, 2020; COHAPAR, 2012; ALMEIDA, 2014.

A respeito da interdependência entre a sede e os municípios periféricos, Polli (2007, p. 2) ressalta que "é necessário observar a periferia e compreender aqueles que foram destituídos dos benefícios da modernização e que se encontram inseridos na 'ordem' que corresponde ao risco ambiental, à segregação e à favela de periferia".

Nesse sentido, o fato dos assentamentos de Colombo e Piraquara situarem-se na divisa de Curitiba demonstram que existe uma relação intrínseca entre os municípios, com impacto da política urbana e habitacional de um município influenciando o outro, configurando uma questão de caráter regional e necessitando que as resoluções sejam conjugadas.

DESCONTINUIDADES DAS POLÍTICAS DE HABITAÇÃO NO BRASIL A PARTIR DO PAC – URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS

O Programa de Aceleração ao Crescimento (PAC), iniciado em 2007, foi responsável por dar magnitude às políticas de urbanização de favelas, antes promovida principalmente pelos estados e municípios, ampliando e facilitando o acesso aos recursos pelos governos locais. Até 2017, cerca de 30 bilhões de reais foram repassados a 1.058 municípios localizados em diferentes regiões do Brasil para investimentos em programas de urbanização de favelas (CARDOSO, DENALDI, 2018)

Entretanto, o balanço do PAC – Urbanização de Assentamentos Precários realizado em 2012 demonstrou que havia um número razoável de obras paralisadas, tendo como principais motivos a necessidade de reprogramação para adequação dos contratos e dificuldades com as empresas contratadas (CARDOSO, DENALDI, 2018). Os autores ponderam que "é preciso compreender a natureza das obras de urbanização que se caracterizam como processos longos de intervenção e para as quais, muitas vezes não é possível impor celeridade" (2018, p. 34). No entanto, deve-se discutir qual a prioridade dos programas de urbanização de favelas na Política urbana e, ainda, a necessidade da Política de habitação se tornar uma política estruturante com mais recursos e menos interrupções na implementação de seus projetos e obras.

No município de Curitiba, boa parte dos contratos firmados com recursos do PAC foram reprogramados, priorizando-se a relocação das famílias dos assentamentos para conjuntos habitacionais em bairros distantes ao invés de dar continuidade no planejamento inicial de urbanização no local (SILVA, VASCO, TEIXEIRA, 2018).

A Vila Parolin (CURITIBA; COHAB-CT; IPPUC, 2007) foi uma das áreas contempladas com financiamento do PAC - Projetos Prioritários de Investimentos em 2007 e teve a urbanização interrompida em 2015 por falta de recursos. Na retomada, priorizou-se a conclusão dos conjuntos habitacionais construídos para o desadensamento em áreas distantes. A Vila Torres foi contemplada para construção de 90 unidades habitacionais em local contíguo (Vila Prado) e 55 casas em outro local para atendimento das famílias de área de risco, contudo, as obras iniciadas em 2007 foram concluídas somente em março desse ano (COHAB, 2020).

No caso da Vila Zumbi dos Palmares, a urbanização foi iniciada em 2003 com recursos do Habitar Brasil BID e em 2007 recebeu recursos do PAC para a continuidade da urbanização e regularização fundiária (COHAPAR, 2012). O modelo de urbanização adotado priorizou a urbanização no local com a remoção para áreas próximas. Com a intermitência dos recursos, as intervenções propostas para as áreas de recuperação ambiental não foram concluídas (ALMEIDA, 2014). Por último, a urbanização e regularização fundiária do assentamento Guarituba está em andamento, entretanto, previu a execução de quatro parques para compensação ambiental que não foram implementados devido a diminuição dos recursos do PAC (ALMEIDA, 2014).

Essas descontinuidades impactam a população afetada, uma vez que as urbanizações geram expectativas de ver suas vidas e o espaço que ocupam na cidade transformados. Para Lacarrieu (2018), no imaginário social dos moradores de assentamentos precários desenha-se o desejo de viver em um espaço melhor, mais bonito, parecido com os bairros de classe média, possibilitando a ascensão social. Se essa mudança fica incompleta, com a interrupção e morosidade das intervenções, quais as soluções propostas pelos moradores? Qual a relação de confiança ou de desconfiança é construída entre a população afetada e o poder público? Buscando responder a estas questões, as etapas em andamento da pesquisa aplicarão questionários junto aos moradores das 4 áreas, cujos resultados serão analisados.

CONCLUSÃO

A complexidade das intervenções em assentamentos precários, conforme Cardoso e Denaldi (2018), requerem um tempo maior que as modificações realizadas na cidade formal. No entanto, a morosidade das obras, ou ainda as intermitências impactam a qualidade de vida dos moradores afetados e dificultam a realização de sonhos de ter uma vida melhor. As quatro áreas, sofreram de algum modo impacto com as interrupções dos programas de habitação ou

com a morosidade das intervenções, visto que todos os assentamentos são antigos e consolidados.

Com a diminuição dos recursos, a partir dos exemplos citados, percebe-se que o Estado prioriza a construção de unidades novas em detrimento da urbanização do assentamento (Vila Parolin e Vila Torres) ou a regularização fundiária ao invés de promover a recuperação ambiental de suas áreas (Vila Zumbi e Guarituba). Assim, tanto as interrupções quanto a forma que o poder público prioriza suas ações, torna distante a concretização do desejo de seus moradores em perceber seu espaço integrado à cidade e fragiliza a relação de confiança entre a população e o Estado.

Por fim, a descontinuidade dos programas possibilita que esses assentamentos retornem rapidamente à situação anterior, desperdiçando os recursos financeiros e humanos empregados, frustrando as expectativas dos moradores e propiciando a ocorrência nesses espaços de processos de vulnerabilidade social e segregação urbana.

Este estudo foi financiado em parte pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, B. L. *Ocupação irregular do Guarituba – Piraquara/ PR e ações de melhoria urbana por meio da intervenção pública*. Revista planejamento e políticas públicas. n. 43. jul./dez. 2014. p. 251-271.

CARDOSO, A. L.; DENALDI, R. *Urbanização de favelas no Brasil*: um balanço preliminar do PAC. 1ª edição. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018.

COHAB-CT. Companhia de Habitação Popular de Curitiba. Disponível em: http://www.cohabct.com.br/. Acesso em 23.jun 2020.

COHAPAR. Companhia de Habitação do Paraná. *Plano Estadual de Habitação de Interesse social do Paraná*. PEHIS-PR. 2012.

COMEC. Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba. Disponível em: http://www.comec.pr.gov.br Acesso em: 13.jul 2020.

CURITIBA; COHAB-CT; IPPUC. *Plano Municipal de Regularização Fundiária em Áreas de Preservação Permanente*. Curitiba: IPPUC. 2007.

LACARRIEU, M. (2018). *Futuros inciertos y precarios: asentamientos precarizados en la ciudad de Buenos Aires*. Oculum ens. Campinas. 15(3). p. 377-398.

POLLI, S. A. *Curitiba, metrópole corporativa*: fronteiras da desigualdade. In: XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL. Belém, 2007.

PRESTES, M. F. *Requalificação ambiental em assentamentos precários:* o PAC Favelas na franja leste da Metrópole de Curitiba. São Paulo: Tese (doutorado) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

SILVA, M. N. *A dinâmica de produção dos espaços informais de moradia e o processo de metropolização em Curitiba.* Tese (doutorado). Faculdade de Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

SILVA, M. N.; VASCO, K. M. C. M.; TEIXEIRA, A. G. O arcabouço institucional e normativo da política municipal de habitação e as contradições na execução do PAC em Curitiba. In: CARDOSO, A. L.; DENALDI, R. *Urbanização de favelas no Brasil*: um balanço preliminar do PAC. 1ª edição. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018.

CUIABÁ: 300 ANOS DE TRANSFORMAÇÕES URBANAS PROTAGONIZADAS POR SUAS PRAÇAS

Cuiabá: 300 years of urban transformations protagonized by its squares

LINHA DE PESQUISA: Desenvolvimento Territorial e Local / Teoria, História e Crítica em Arquitetura e Urbanismo

BARDEN, Daniela Nazário[1]

COSTA, Luiz Augusto Maia[2]

PALAVRAS-CHAVE: História Urbana, Diversidade cultural, Desenho urbano.

KEY-WORDS: *Urban History, Cultural diversity, Urban design.*

INTRODUÇÃO

Este estudo pretende contribuir com a História Urbana no estudo da diversidade cultural diante do desenho urbano e da globalização na contemporaneidade, tendo como foco as Praças do Centro Histórico de Cuiabá, explorando assim, as transformações urbanas na região central ao longo de seus 300 anos de história, desde a fundação em 1719 até 2019. A análise se fará a partir da relação entre aspectos espaciais e sociais, utilizando a História Urbana, como opção metodológica para a compreensão das relações existentes entre o Desenho Urbano e Globalização.

A história urbana se apresenta como manifestação da história da humanidade e da Diversidade Cultural e estas praças fazem parte do cenário urbano contemporâneo, exprimindo as transformações urbanas e a relação com os seus aspectos históricos, culturais e espaciais. Ao longo da história, Cuiabá passou por diversas transformações desde seu núcleo urbano de formação colonial, que remete à chegada dos bandeirantes após a descoberta do ouro, em 1719, em um dos afluentes do Rio Cuiabá. Contudo até o início do

[1] Mestranda em Arquitetura e Urbanismo - UNIVAG, daniela.barden@univag.edu.br.
[2] Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, POSURB-ARQ PUC Campinas, luiz.augusto@puc-campinas.edu.br.

século 20, a cidade apresentava marcas significativas do seu passado colonial, das edificações ao seu traçado das vias e praças centrais. As primeiras transformações ocorrem a partir da década de 30, na então "Era Vargas", quando Cuiabá, capital do estado de Mato Grosso, ocupa localização estratégica durante a "marcha para oeste", política de expansão territorial de Vargas (CASTOR, 2013). A expansão urbana representou transformações no cenário da Cuiabá antiga e refletem a relação com os seus aspectos históricos, culturais e espaciais. Portanto, esta pesquisa propõe um estudo de caso de quatro praças do Centro Histórico da cidade, destacando-se primeiramente as duas principais, caracterizadas por serem pontos centrais e constituírem o núcleo inicial de formação da capital: a Praça da República (Figura 1) e a Praça Alencastro (Figura 2). No seu entorno abrigam edifícios remanescentes do século XVIII, XIX e XX, como: o prédio do Antigo Thesouro do Estado, o Palácio da Instrução, a Prefeitura Municipal (Palácio Alencastro) e a Basílica do Bom Jesus (IPHAN, 2002).

Figura 1: Praça da República, Cuiabá. Destaque ao fundo o Prédio do Antigo Thesouro do Estado, década de 1950. Fonte: Secom/MT[3].

Figura 2: Praça Alencastro, Cuiabá. Destaques o gasômetro na esquina e o coreto ao centro da praça, atrativos do local, década de 1960. Fonte: IBGE[4].

A terceira praça desta pesquisa será a Praça Ipiranga (Figura 3), que ocupa papel importante no histórico da demarcação do limite urbano de Cuiabá, até fins do século XIX. Apresenta edificações com elementos art déco, coreto e chafariz e o edifício do antigo quartel do exército (IPHAN, 2002).

[3] Disponível em: <http://mtgaleria.secom.mt.gov.br/storage/webdisco/2013/09/17/original/650e8e506139ea25b9e7fb60b8c7a0f1.jpg>. Acesso em 07 jan. 2020

[4] Disponível em: < https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/fotografias/GEBIS%20-%20RJ/mt41477.jpg>. Acesso em 15 jul. 2020.

Figura 3: Praça Ipiranga, Cuiabá. Destaque ao centro o Chafariz e ao fundo antigo quartel, 1906. Fonte: Portal Mato Grosso[5].

Figura 4: Chafariz do Múndeu, Cuiabá. 1871. Fonte: Almanaque Cuiabá[6].

Por último, a Praça Bispo Dom José, historicamente marcava o trecho inicial do "Caminho dos Pecadores" e era uma ligação alternativa para "o Caminho do Porto Geral", acesso do centro do núcleo urbano como Rio Cuiabá. Também se faz presente o Chafariz do Múndeu (Figura 4), 1871, que abastecia de água a população residente no século XIX (IPHAN, 2002).

METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos farão uso tanto de dados qualitativos quanto quantitativos. A pesquisa será delimitada por três fases: pesquisa bibliográfica; coleta de dados: registro fotográfico e mapeamento da área de estudo; análise dos dados e apresentação dos resultados.

No estudo, serão usados dados quantitativos como: demográficos e econômicos da população diante da perspectiva histórica, interpolando com dados quanto à densidade populacional, PIB, rede de transportes, entre outros. Ao mesmo tempo, as relações entre o Desenho Urbano e a Globalização serão exploradas através da construção de mapas a partir dos vetores de crescimento da cidade, representativos em cada momento selecionado da história urbana. Para isso, serão utilizados a base cartográfica histórica de Cuiabá disponível, assim como imagens de satélite da plataforma GoogleEarth e dos programas computacionais ArcGIS e SIG, para as análises.

[5] Disponível em: <https://portalmatogrosso.com.br/wpcontent/uploads/restore/2020/04/14/38f130fb8e061c25f1d5384813ade45e.jpg>. Acesso em 14 abr. 2020.
[6] Disponível em: <https://www.almanaquecuiaba.com.br/bau-da-imagem/pracas-e-largos>. Acesso em 07 jan. 2020.

Ainda, será utilizada a fotografia, não como "mero instrumento ilustrativo de pesquisa" e sim, "para assumir status de documento" (COSTA; MANTOVANI, 2018). Primordialmente, utilizar como "Chaves Metodológicas para a Leitura dos Territórios: o fortalecimento da cultura e a valorização da história local" (GATTI; ZANDONADI, 2017, p. 32). Desta forma, através do levantamento de campo com o auxílio de fichas e registro fotográfico, serão avaliadas questões sugeridas por Gatti e Zandonadi (2017), como: socialização, modos de se deslocar, características do ambiente e características do espaço público. Depois da análise dos dados e leitura das praças, pretende-se explorar o contexto das transformações urbanas, perante os condicionantes sociais, culturais e espaciais, diante da globalização.

Este estudo, ao problematizar os conceitos investigados, busca a compreensão de que maneira a História Urbana enquanto manifestação da diversidade cultural de uma dada sociedade possibilita estabelecer relações entre o Desenho Urbano e a Globalização nas Praças do Centro Histórico de Cuiabá na contemporaneidade.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A história urbana tem por principal objeto o estudo das particularidades da transformação da vida urbana na cidade diante das dinâmicas culturais e da produção e organização do espaço urbano ao longo do tempo. Tendo isso como pressuposto, a história urbana e as relações culturais são indissociáveis no âmbito da compreensão de que a cultura acompanha o processo de urbanização (CRUZ, 2017). Analisar a vida urbana implica em considerar que esta se configura "como palco de confrontos e experiências de diferentes sujeitos", que "elaboram em seu cotidiano práticas culturais que significam o lugar onde vivem e criam para si novos referenciais para sua existência" (ARAÚJO, 2008, p. 9). Nesta perspectiva, construir a história da vida urbana na cidade tem sua pertinência no "estudo das relações entre elementos em todo um modo de vida" (WILLIAMS, 2011, p. 28), diante da articulação simultânea da dimensão social, econômica e política.

Diante deste contexto, a dinâmica social, um dos condicionantes culturais, pode ser analisado diante da perspectiva dialética do espaço "percebido", "concebido" e "vivido", como quer Lefebvre (1991). A produção social do espaço construído é um processo, que trata dos aspectos sociais, constituídos pelas estruturas econômicas e políticas, expressados de diversas formas na dimensão tempo - espaço, na produção do espaço inacabado continuamente construído ao longo da história. Diante desta abordagem, nossas cidades

aparecem como palco da multiplicidade e pluralidade de identidades culturais, configurando "um quadro de diversidade cultural" (SOUSA; OLIVEIRA, 2010, p. 2).

No caso do Brasil, a diversidade cultural é resultado de inúmeras variáveis, desde "extensão territorial, peculiaridades ambientais do país, o tempo de permanência dos agrupamentos" nos locais, somados "a origem dos indivíduos e as formas de relações históricas com outras culturas" (AZEM; FILHO; 2008, p. 92) Diversos imigrantes desde o século XVI, fixaram se deslocaram pelo país, tão logo era necessário o "diálogo com as populações locais, convivendo com as diferenças" resultando numa continua construção da identidade cultural em um novo território (AZEM; FILHO; 2008, p. 92 e 96).

Historicamente podemos constatar que estas trocas culturais necessitam de um espaço físico, e nesse estudo em especial a "morfologia social e cultural das cidades" (FORTUNA, 2018, p. 144), diante de abordagens que analisa "o tempo histórico e plural dos lugares, ou a natureza das práticas sociais" (FORTUNA, 2018, p. 144) que se manifestam no espaço urbano. Nesse sentido, o estudo do conceito de espaço público compreende abordagens multidisciplinares e a sua compreensão envolve aspectos espaciais e simbólicos nas manifestações sociais no uso do espaço urbano. Nesse cenário, o espaço público configura-se como espaço físico palco da sociabilidade, diversidade e vitalidade nas cidades (JACOBS, 2011; LEFREBVE, 1991).

A literatura existente e nos principais autores sobre espaços públicos como em Jacobs (2011) e Lefebvre (1991), revelam o papel fundamental do espaço público nas cidades, como espaço físico e simbólico, pois nele se materializam as práticas culturais. Neste contexto, a cultura representa o meio em que a organização da vida social diante dos procedimentos econômicos e políticos "se expressa no concreto, na forma de um modo de vida real. Em particular, a cultura é o modo como a sociedade é concebida e vivida pelas pessoas" (AZEVEDO, 2017, p. 221). Sendo assim, o espaço público como produto da representação espacial da cidade, torna-se cenário das práticas sociais.

As praças fazem parte da produção do espaço urbano, exprimindo as transformações urbanas e a relação com os seus aspectos históricos, culturais e espaciais. E, retomam ao conceito de serem espaços públicos por excelência. Para Lynch (1999, p. 87) as praças são "nós" de concentração em pontos estratégicos de uma cidade, atraem de forma espontânea os indivíduos e são utilizadas como referenciais simbólicos. São espaços públicos que

incentivam o encontro, a confraternização, trocas de mercadorias ou trocas simbólicas (GASTAL, 2006). Numa abordagem histórica, como ilustrado por Segawa (1996, p. 31), "a praça é um espaço ancestral que se confunde com a própria origem do conceito ocidental de urbano". Deste modo, considera-se que as praças podem apresentar caráter simbólico diante dos processos históricos de transformação urbana das cidades.

Conforme apresentado por Marx (1980) estes espaços contribuíram como elemento estruturador da paisagem urbana, considerando as transformações dos centros urbanos mais antigos até as cidades contemporâneas. Por esta razão, considera-se que praça, além de integrar o desenho urbano das cidades, agrega valor histórico ao espaço público. Ressalta-se então que desde a antiguidade os gregos já consideravam a praça como espaço público para o "exercício da cidadania, inerente a polis", ainda na "Idade Média, o espaço mercado acabará sendo o local de referência para as trocas de mercadorias, como para encontro e a festa", legando à contemporaneidade um imaginário sobre a temática (GASTAL, 2006, p. 93).

Deste modo, as praças se expressam como espaços históricos e culturais urbanos fixos na formação das cidades. São espaços que contam a história das cidades, materializando nos seus usos, funções e morfologia, síntese dos processos de formação política, social e econômica das cidades (CALDEIRA, 2007, p. 4).

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A história urbana é balizadora dos estudos das particularidades da formação urbana da cidade diante das dinâmicas culturais (social, econômica e política) e da organização do espaço urbano na dimensão tempo-espaço. A dinâmica cultural traduz uma diversidade, pluralidade e diferenças culturais de um indivíduo ou grupo de indivíduos de um determinado território. Na produção do espaço urbano, as praças compreendem espaços de convivência dentro da cidade, que incentivam o encontro e trocas culturais, e possuem caráter simbólico nos processos de transformação urbana das cidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, S. V. História social e história cultural e suas influências na produção historiográfica sobre cidades no Brasil. In: XIII Encontro Estadual de História – EEPH, XIII, 2008, Guarabira, PB. Anais... Paraíba: ANPUH. Disponível em: <http://www.anpuhpb.org/anais_xiii_eeph/textos/ST%2014%20-%20Silvera%20Vieira%20de%20Ara%C3%BAjo%20TC.PDF>. Acesso em 15 set. 2019.

AZEM, M.; FILHO, L. V. C. Do norte, do sul, de além-mar de Mato Grosso. In: MACHADO, M. F. R. Diversidade sociocultural em Mato Grosso. Cuiabá: Entrelinhas, 2008. p. 92-135.

AZEVEDO, F. P. O conceito de cultura em Raymond Williams. In: Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade (RICS). São Luís, v. 3, p. p. 205-224, jul./dez., 2017. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/ricultsociedade/article/download/7755/4806>. Acesso em: 11 out. 2019.

CALDEIRA, J. M. A Praça Brasileira: trajetória de espaço urbano – origem e modernidade. 2007. Tese (Doutorado) – Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008. 432 p.

CASTOR, R. S. Arquitetura Moderna em Mato Grosso: diálogos, contrastes e conflitos. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. 456 p.

COSTA, L. A. M.; MANTOVANI, S. M. Os projetos modernos que alteraram a hidrografia da cidade de Águas de Lindóia SP, Brasil, 1950. 2018. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/18.215/6936>. Acesso em 30 out. 2019.

CRUZ, F. M. R.. Cultura e cidade: abordagem multidisciplinar da cultura urbana. 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/22756>. Acesso em: 07 mar. 2020.

FORTUNA, C.. Culturas urbanas e espaços públicos: sobre as cidades e a emergência de um novo paradigma sociológico. Revista Crítica de Ciências Sociais [Online], Revista Crítica de Ciências Sociais (online). Coimbra. 63, p.p. 123-148, Out 2002, colocado online no dia 01 outubro 2012. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/1272>. Acesso em: 06 out. 2012.

GASTAL, S. Alegorias Urbanas: O passado como subterfúgio. Campinas, SP. Papirus, 2006. 224 p.

GATTI, S. e ZANDONADI, P.. Espaços públicos: leitura urbana e metodologia de projeto. São Paulo: ABCP, 2017, 120 p.

IPHAN. Instrução Normativa do Centro Histórico de Cuiabá. Brasil, Ministério da Cultura, 2002, 11 p.

JACOBS, J. Morte e vida das grandes cidades. Martins Fontes: São Paulo, 2011.

LEFEBVRE, H. The production of space. Oxford: Blackwell, 1991.

LYNCH, K.. A Imagem da Cidade. Título Original. The Image of The City (1960). Tradução de Maria Cristina Tavares Afonso. Lisboa/Portugal. Edições 70, 1999.

MARX, M. Cidade Brasileira. São Paulo: Melhoramentos: Editora da Universidade de São Paulo, 1980. 151 p.

SOUSA, R. O; OLIVEIRA, C. E.. A praça como lugar da diversidade cultural. In: IV FÓRUM DE EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE: Educação e Diversidade: "diferentes, (des) iguais e desconectados" – NEED/UNEMAT, IV, 2010, Tangará da Serra, MT. Livro Digital. Disponível em: <http://need.unemat.br/4_forum/artigos/rafael.pdf> Acesso em 06 out. de 2019.

WILLIAMS, R. Cultura e materialismo. Tradução André Glaser. São Paulo: Unesp, 2011. 420 p

INSULATED CONCRETE FORMS – TECNOLOGIA ALTERNATIVA NA QUALIDADE DE VIDA PELA OTIMIZAÇÃO DO CONFORTO TÉRMICO HABITACIONAL

INSULATED CONCRETE FORMS - ALTERNATIVE TECHNOLOGY IN THE QUALITY OF LIFE BY THE OPTIMIZING THE THERMAL COMFORT IN RESIDENTIAL BUILDING

LINHA DE PESQUISA: Ambiente Construído e Sustentabilidade

PAULO, Elson Eduardo de Oliveira[1]

METELLO, Humberto da Silva[2]

PALAVRAS-CHAVE: Desempenho térmico; Conforto térmico; *Insulated Concrete Forms.*

KEY-WORDS: *Thermal performance, Thermal comfort, Insulated concrete forms.*

INTRODUÇÃO

O direito à moradia é reconhecido em diversas declarações e tratados internacionais de direitos humanos[3] dos quais o Estado Brasileiro faz parte, e em virtude dos compromissos internacionais assumidos no âmbito da ONU, UNESCO, o Brasil inclui a moradia como direito social fundamental para a população brasileira, como está expresso na Constituição Federal de 1988:

[1] Mestrando em Arquitetura e Urbanismo, UNIVAG, elsoneduardo37@gmail.com.
[2] Professor Doutor do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, UNIVAG, hmetello@gmail.com.
[3] Tratados principalmente: na Declaração Universal de Direitos Humanos, de 1948 (artigo XXV, item 1), no Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, de 1966 (artigo 11), na Convenção Internacional Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, de 1965 (artigo V), na Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979 (artigo 14.2, item h), na Convenção Sobre os Direitos da Criança, de 1989 (artigo 21, item 1), na Declaração sobre Assentamentos Humanos de Vancouver, de 1976 (Seção III (8) e capítulo II (A.3)), na Agenda 21 sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, de 1992 (capítulo 7, item 6).

> Art. 21: Compete à União *"instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos*"; e
>
> Art. 22: é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios "*promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico".*

A crescente busca por habitações que estejam aliadas aos conceitos de reutilização de materiais, desempenho e conforto térmico dentro dos ambientes construídos, tem levado à implementação de novos sistemas construtivos para atender aos diversos programas do déficit habitacional.

Nesse âmbito, o sistema construtivo *Insulated Concrete Forms (ICF),* que consiste em formas de poliestireno expandido (EPS) para concreto armado permanente na edificação ao longo de sua vida útil destaca-se em relevância por sua capacidade de isolamento térmico do ambiente construído em vários países como Canadá, Inglaterra e Estados Unidos. Contudo, para compreender o desempenho térmico do sistema construtivo ICF é de suma importância estudar a sua aplicabilidade em diferentes regiões do país, uma vez que apresentam condições climáticas diversificadas.

Em termos de relevância, esta pesquisa tem como objetivo testar o sistema ICF, com o intuito de verificar possíveis melhorias no conforto térmico habitacional de regiões com clima quente-úmido, para sua aplicação imediata mediante a parametrização. A testagem será realizada na cidade de Guarantã do Norte, situada na Amazônia Meridional no Estado de Mato Grosso. Esta região caracteriza-se por registrar o clima quente-úmido, e, assim, proporciona uma incidência de altas e constantes temperaturas ao longo do ano no interior das habitações, causando uma sensação de mal-estar para os seus usuários.

De acordo com Frota e Schiffer (2013), o organismo humano reage às temperaturas elevadas proporcionando troca de calor intensa entre o corpo e os ambientes, em que as perdas de calor são inferiores às necessárias para manutenção da temperatura interna constante, pois tal fator o submete à fadiga e ao estresse. "O organismo humano experimenta a sensação de conforto térmico quando perde para o ambiente, sem recorrer a nenhum mecanismo de termorregulação, o calor produzido pelo metabolismo compatível com sua atividade" (FROTA e SCHIFFER, 2013, p. 20).

Desse modo, pode-se afirmar que a perda de calor para o ambiente em climas quentes, sem a recorrência a nenhum mecanismo de termorregulação proporciona às pessoas melhor condição de vida, uma vez que o organismo não exercerá reações de funcionamento superiores ao necessário para o equilíbrio da temperatura interna, sem esforços.

Este trabalho analisa de forma comparativa o desempenho térmico entre dois sistemas construtivos, o material cerâmico do tipo "Tijolo Baiano" e o Sistema *Insulated Concrete Forms* disponível na região Norte de Mato Grosso, a fim de verificar a eficiência dessa tecnologia, ou seja, a relação entre o isolamento térmico dos materiais e a variação da temperatura no interior da habitação em função do seu ambiente exterior.

A metodologia a ser aplicada no projeto atende aos critérios de desempenho térmico que são estabelecidos pelo método prescritivo da NBR 15220-3 (2005) e NBR 15575-1(2013), do Regulamento Técnico da Qualidade para o Nível de Eficiência Energética de Edificações Residenciais - RTQ-R (2012) e Selo Casa Azul (2014).

O SISTEMA CONSTRUTIVO

Observa-se, atualmente, um acentuado crescimento urbano no Brasil, em virtude disso, se tem verificado nas últimas décadas o Déficit Habitacional Brasileiro de 7,78 milhões de moradias (ABRAINC/FGV/IBGE, 2015). Assim, há a necessidade de um número cada vez maior de Habitação de Interesse Social (HIS).

Entretanto, tem surgido uma série de novos sistemas construtivos como alternativas, em substituição aos sistemas construtivos tradicionais, principalmente de alvenaria, normalmente utilizados no campo da construção civil.

Esses novos sistemas construtivos, no entanto, esbarram em uma dificuldade básica e essencial, que é a carência de referencial normativo, seja a nível nacional ou a nível de código de obras municipais que, em geral, não permitem o uso desses sistemas construtivos e, consequentemente, restringe sua utilização em larga escala, muitas vezes por falta da certificação de desempenho do sistema construtivo.

OBJETO DE PESQUISA

A cidade de Guarantã do Norte está situada a 360m de altitude e coordenadas geográficas: Latitude: 9° 47' 9'' Sul, Longitude: 54° 54' 29'' Oeste. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2019), o município se estende por 4.734,589 km², tendo como

vizinhos os municípios de Matupá e Novo Mundo; Guarantã do Norte tem uma população de 35.816 habitantes, conforme estimativa de 2019 do IBGE, e a densidade demográfica de acordo com o censo Demográfico de 2010 é de 6,80 habitantes por km².

> As temperaturas mais elevadas ocorrem no período de primavera-verão, sendo que setembro e outubro são os meses mais quentes do ano, atingindo muitas vezes temperaturas superiores a 35°C, chegando à máxima de 42°C em cidades como Cuiabá. Este fato ocorre porque o Sol, em sua trajetória aparente, está sobre os paralelos da região Centro-oeste nesta época do ano, fazendo com que os raios solares incidam mais perpendicularmente sobre a superfície. (LEÃO, 2007, p. 35).

Dessa forma, serão realizadas leituras de temperatura interna e externa nos protótipos construídos durante os meses de setembro e outubro, uma vez que no Estado de Mato Grosso, o seu posicionamento geográfico contribui para climas com temperaturas mais elevadas nesse período.

METODOLOGIA E TÉCNICAS DE INVESTIGAÇÃO

O processo metodológico consiste na construção de quatro protótipos experimentais de 4,00 m² cada, sendo dois em *Insulated Concrete Forms* de características das formas diferentes, sendo: Sistema IFORMS 12 (dimensões: 40cm x 125cm x 12cm), Sistema IFORMS 18 (dimensões: 40cm x 125cm x 18cm) e dois no sistema construtivo convencional de tijolo baiano cerâmico produzido na indústria local, sendo um com assentamento “deitado” e outro “em pé”, conforme utilizado na região.

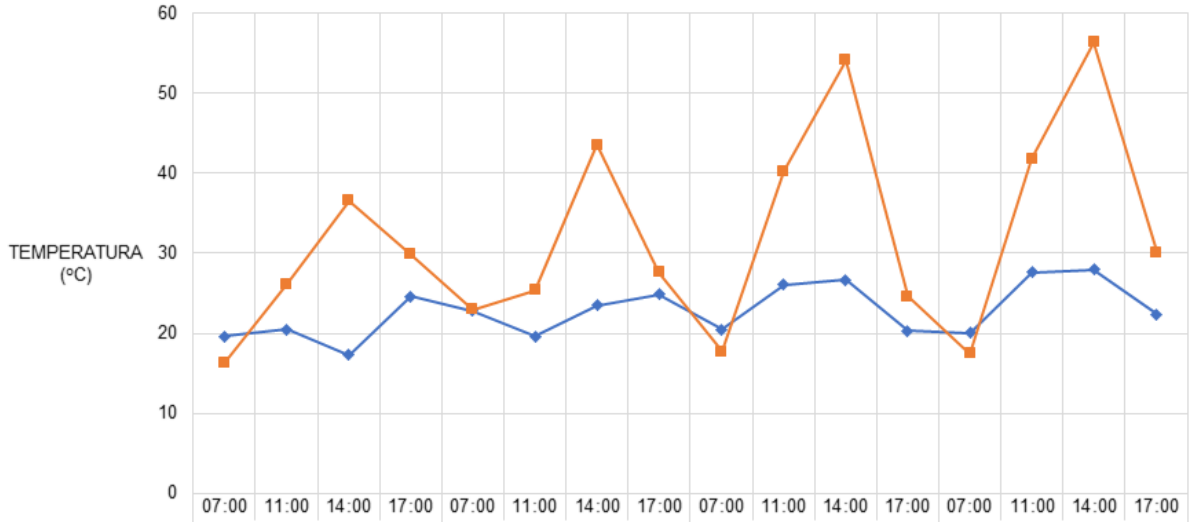
Serão realizados ensaios em laboratórios, aferindo suas características materiais principalmente, como: densidade, peso específico e absorção de umidade. Além disso, serão realizados ensaios de campo nos quatro protótipos experimentais, com o uso dos seguintes equipamentos de medição e registro de temperatura e umidade no exterior e interior da edificação: Câmera Termográfica modelo FLIR C5, Termo higrômetro digital de parede e mesa com sensor externo modelo HM-02 e termômetro de laser infravermelho Modelo GM-300 , a fim de verificar o isolamento térmico dos materiais estudados nas condições climáticas locais.

Os protótipos serão executados com as mesmas dimensões e características, em uma área ampla localizada na Linha da Páscoa, km 03, Lote 11, zona rural, a 5 km do centro da cidade de Guarantã do Norte e a 2,9 km do Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), apresentada na Figura 1.

Figura 1: **Área de construção dos protótipos. Fonte: O Autor (2020)**

A pesquisa em questão encontra-se em andamento, entretanto, pode-se estabelecer alguns resultados preliminares através de ensaios realizados em uma habitação unifamiliar de 59,86m² executada na mesma área da construção dos protótipos, conforme indicado na Figura 1, construída com o sistema *Insulated Concrete Forms*, com o uso do material Sistema IFORMS 18 (dimensões: 40cm x 125cm x 18cm), concreto de preenchimento convencional no traço 1:2:3 e com suas faces internas e externas com reboco de 2,5 cm de espessura no traço 1:2:8.

Realizou-se a leitura com o um termômetro de laser infravermelho Modelo GM-300 com medições térmicas entre -50°C e 400°C (-58°F e 752°F), entre os dias 28/07/2020 e 31/07/2020, em horários diferentes: 07:00h, 11:00h, 14:00h e 17:00h (horário local), sendo assim, as leituras foram realizadas na face interna e externa de uma única parede voltada para o oeste com incidência solar no período vespertino, conforme Figura 2.



	07:00	11:00	14:00	17:00	07:00	11:00	14:00	17:00	07:00	11:00	14:00	17:00	07:00	11:00	14:00	17:00
	TERÇA-FEIRA 28/07/2020				QUARTA-FEIRA 29/07/2020				QUINTA-FEIRA 30/07/2020				SEXTA-FEIRA 31/07/2020			
TEMPERATURA INTERNA (°C)	19,6	20,5	17,3	24,6	22,8	19,6	23,5	24,9	20,5	26,1	26,7	20,3	20,1	27,6	28	22,4
TEMPERATURA EXTERNA (°C)	16,3	26,2	36,6	29,9	23	25,4	43,5	27,6	17,7	40,3	54,1	24,6	17,5	41,8	56,3	30,1

Figura 2: Gráfico de resultado da aferição térmica com termômetro laser digital infravermelho no período de 28/07/2020 - 31/07/2020. Fonte: O Autor (2020)

De acordo com Thom e Bosen (1959), a zona de conforto encontra-se entre 18,9°C a 25,6°C. Sendo assim, abaixo de 18,9°C de temperatura efetiva considera-se estresse térmico para o frio e acima de 25,6°C de temperatura efetiva considera-se estresse térmico para o calor. Nesse contexto, é possível verificar que através dos dados coletados no trabalho de campo, a edificação apresenta um padrão térmico constante, predominantemente dentro da zona de conforto.

Para um bom desempenho térmico da habitação, segundo Alucci, M. P (1988 p. 523), relaciona-se a análise de um conjunto de vários fatores externos, como: i) características climáticas locais: ventos dominantes, radiação solar, temperatura do ar, umidade relativa do ar e insolação. ii) características do entorno: proximidade e tipologia das habitações, topografia do local, presença de vegetação com estudo do paisagismo e recobrimento do solo. Fatores internos à habitação, como características das fontes internas de calor, número e tipo de equipamentos, número de ocupantes. Os Fatores da execução de projeto de arquitetura são: layout do ambiente interno, relação geométrica da habitação, dimensão, tipo e posição das esquadrias, presença de elementos de sombreamentos dentre outros fatores que, por sua vez, têm influência direta e indireta no desempenho térmico do ambiente construído.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo final dessa pesquisa, por meio da análise de um sistema construtivo alternativo, é a obtenção de diversos benefícios em relação ao desempenho térmico das habitacional. Além disso, alcançar a melhoria do conforto térmico no ambiente construído por intermédio das interações térmicas com o clima da região Norte de Mato Grosso.

Sendo assim, essa pesquisa poderá servir de referencial para fabricantes e construtoras no desenvolvimento de várias soluções inovadoras e para instrumentalizar os bancos públicos e privados no financiamento das futuras habitações, no que se refere à adoção de mais uma sistemática no uso de novos métodos construtivos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAINC/FGV/IBGE (2015). Déficit habitacional é recorde no Brasil. 2919. Disponível em:<https://exame.com/brasil/deficit-habitacional-e-recorde-no-brasil/ >. Acesso em: 27 jul. 2020.

ALUCCI, M. P. *Criterios para implantação de conjuntos habitacionais e clima quente e umido*. Coletanea de trabalhos tecnicos da Divisão de Edificações do. (Org.). Tecnologia de edificações. 1ed.São Paulo: Pini LTDA, 1988, v. 1, p. 523-528

BRASIL. *Constituição Federal 1988.* Senado Federal. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm >. Acesso em: 26 jul. 2020.

IBGE. *Cidades e Estados 2019*. Disponível em:<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados.html>. Acesso em: 27 jul. 2020.

LEÃO, E.B. *Carta Bioclimática de Cuiabá, Mato grosso*. Dissertação de Mestrado em Física Ambiental - Programa de Pós-Graduação em Física Ambiental, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2007.

THOM, E.C; BOSEN, J.F. *The discomfort index*. Weatherwise, Washington, D. C. v. 12, p. 57–60, 1959.

FROTA, A. B. e SCHIFFER, S. R. *Manual de Conforto térmico*. São Paulo: Studio Nobel, 2013.

CIDADES DE COSTAS PARA O RIO: O DESCASO COM AS APPs URBANAS NA REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO RIO CUIABÁ-RMVRC/MT

CITIES WITH THEIR BACK TO THE RIVER. THE NEGLECT TO THE URBAN PERMANENT PRESERVATION AREAS IN THE METROPOLITAN REGION OF CUIABÁ RIVER VALLEY-RMVRC/MT

LINHA DE PESQUISA: Desenvolvimento Territorial e Local

SALMORIA, Fabiana Zili[1]

ROSIN, Jeane Ap. Rombi de Godoy[2]

PALAVRAS-CHAVE: Áreas de Preservação Permanente. Impactos socioambientais. Legislações ambientais.

KEY-WORDS: *Permanent Preservation Areas, Socioanbiental impacts. Environmental Laws.*

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa intenciona estudar o processo das ocupações urbanas irregulares ocorridas ao longo das Áreas de Preservação Permanentes (APPs[3]) no Rio Cuiabá, como chave para compreender sua importância em direção à sustentabilidade das cidades. A partir de uma visão sistêmica[4] e holística[5], busca-se estudar a dinâmica e os impactos socioambientais

[1] Mestranda em Arquitetura e Urbanismo, UNIVAG, fabianazili@yahoo.com.br

[2] Professora Doutora e Coordenadora do curso de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UNIVAG, urbanista.jeane@gmail.com.

[3] As APPs, são de acordo com o Código Florestal (Lei nº 12.651 de 2012), em seu artigo 3º, áreas ambientalmente protegidas, "cobertas ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas;"

[4] "Na visão sistêmica, compreendemos que os próprios objetos são redes de relações, embutidas em redes maiores" (CAPRA, 1996, p. 31).

[5] "A visão holística concebe o mundo como um todo integrado, e não como uma coleção de partes dissociadas" (CAPRA, 1996, p. 16).

decorrentes das ocupações irregulares existentes nas margens do rio que corta as cidades de Cuiabá e Várzea Grande/MT, considerando sua relevância quanto aos fatores ambientais e "geofísicos associadas aos cursos d'água, já que localizam-se em áreas sensíveis da paisagem" (ROSIN, 2016, p. 64).

DESENVOLVIMENTO

As cidades de Cuiabá e Várzea Grande/MT, inseridas na Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá - RMVRC/MT, composta pelos municípios de Acorizal, Chapada dos Guimarães, Cuiabá, Nossa Senhora do Livramento, Santo Antônio de Leverger e Várzea Grande (PDDI[6],2018). São banhadas, com exceção da Chapada dos Guimarães, pelo rio Cuiabá pertencente à Bacia Hidrográfica do Paraguai (Figura 1), cuja nascente localiza-se no município de Rosário Oeste; até o final do século XVIII, este rio foi um canal navegável de grande importância durante o período colonial sendo um meio de comunicação com os grandes centros políticos e econômicos do litoral, e de desenvolvimento dos núcleos urbanos locais (IBGE, 2016).

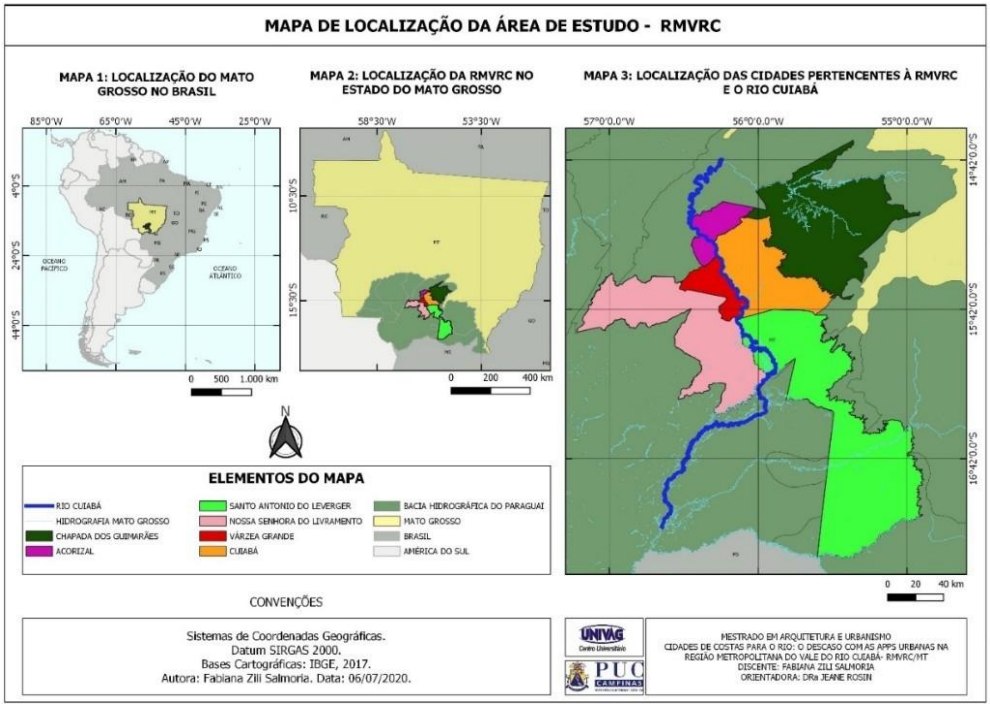


Figura 1: Localização da área de estudo – Bacia Hidrográfica do Paraguai - Cidades da RMVRC/MT e o recorte espacial – Cuiabá e Várzea Grande. Fonte: IBGE (2017), org. da autora (2020).

[6] Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá.

Ao considerar a complexidade da questão em estudo, para além de compreender os aspectos históricos da formação desta região, se faz necessário resgatar o processo de sua formação urbana. Para Spósito (2008, p. 11), "entender a cidade de hoje, apreender quais processos dão conformação à complexidade de sua organização explicam a extensão da urbanização neste século, exige uma volta às suas origens", assim como "de reconstruir, ainda que de forma sintética, a sua trajetória". A região de Cuiabá, do século XVIII, é repleta de "contradições e caos urbano", onde há uma desconstrução da "relação sinérgica entre o patrimônio histórico-ambiental, modernização e desenvolvimento urbano, produzindo nas últimas quatro décadas um espaço urbano fragmentado, segregado e de pouca qualidade climática", típica de suas condições geográficas (SILVA E ROMERO, 2008, p. 112).

Neste contexto, emerge a discussão em torno do processo de degradação ambiental das margens do rio Cuiabá, cujo processo de crescimento urbano[7] não valorizou as diversas potencialidades de suas paisagens. Contraditoriamente, de acordo com os planos municipais de saneamento dos municípios de Cuiabá e Várzea Grande, este rio é responsável por parte do abastecimento de água de ambas as cidades, portanto, de fundamental relevância para a população e para o ecossistema local e regional.

Assim, objetiva-se demostrar as relações antagônicas que existem entre as questões socioambientais e as legislações urbanísticas, identificando e mapeando as APPs, analisando a ocorrência de situações conflituosas de uso do solo com base na legislação ambiental Federal e no PDDI da RMVRC, e em fase posterior comparar diferentes tipologias de ocupações irregulares inseridas em APPs, analisando as condições de habitabilidade e as alterações na paisagem fluvial no contexto definido pelo recorte espacial da pesquisa.

Silva e Romero (2015, p. 212-213) apontam que apesar de inúmeros problemas e deficiências é raro encontrar pesquisas científicas "no campo do urbanismo e planejamento" com enfoque nessa região, caracterizada por diversas peculiaridades como: as condições climáticas de difícil dissipação; o clima com altas temperaturas que se agrava com o efeito das ilhas de calor; a relevância ambiental já que localiza-se em uma área rica de recursos hídricos e sobreposição dos biomas Pantanal e Cerrado, o que coloca em risco a biodiversidade por meio da urbanização dispersa e das ocupações irregulares em APPs; e, o potencial de desenvolvimento e crescimento econômico que pode acentuar os problemas urbanos.

[7] Cuiabá e região apresentam "problemas recorrentes na maioria das cidades brasileiras, cujo planejamento urbano tornou-se fragmentado em relação ao território e de pouca articulação técnica e conceitual" (SILVA e ROMERO, 2015, p. 212).

DISCUSSÃO

A metodologia utilizada para este estudo organiza-se em três etapas, a primeira por meio de revisões bibliográficas, documentais, sites especializados e em uma base de dados, onde estão disponibilizados os periódicos de maior relevância acadêmica nacional e internacional, assim como em pesquisas recentes, com intuito de construir um embasamento teórico sólido acerca do tema; a segunda parte visa coletar informações em órgãos oficiais, análises de imagens de satélite, elaboração de mapas temáticos das áreas de estudo (múltiplos casos) e visitas in loco gerando registros fotográficos para a análise dos impactos socioambientais oriundos das ocupações irregulares que serão mapeadas por imagens de satélites por meio dos softwares Google Earth e QGIS e analisadas levando em consideração o método construtivo, a proximidade com o rio, o perfil socioeconômico, registros de doenças, violência e escolaridade da população residente nessas áreas, a fim de diagnosticar o grau de risco em que essas ocupações humanas se encontram, bem como, os impactos por elas gerados; a terceira etapa consiste na tabulação dos dados e análise para compreensão do fenômeno estudado.

Essas ocupações, conforme discutido por diversos autores, dentre eles, Grostein (2001, p.16), degradam continuamente as APPs, expõe moradores a riscos constantes de alagamentos, assoreamentos e erosões, além do contato com a poluição dos córregos, o odor causado pela contaminação da água, o lixo descartado no local, os quais intensificam a vulnerabilidade social. Contribuindo com essa questão, Bueno (2005, p. 51) ressalta a necessidade de haver nas cidades um controle sanitário, porém “são chocantes as cenas de áreas de risco em córregos, crianças pisando em esgotos, casas inundadas com água poluída e lixo”; este é o contexto vivenciado pela população ribeirinha de Cuiabá e Várzea Grande.

Em suma, essas áreas, juridicamente denominadas de APPs, cujo espaço deve ser preservado, possuem importâncias fundamentais para a manutenção e conforme Rosin (2016, p. 37), necessárias para o equilíbrio dos ecossistemas, e, para qualidade socioambiental. Partindo-se dessa premissa, elaborou-se um mapa temático, onde foram selecionados casos emblemáticos de ocupações irregulares nas faixas de APPs tanto na margem direita como na margem esquerda do rio (Figura 2), evidenciando o uso inadequado, os quais comprometem a situação socioambiental da região.

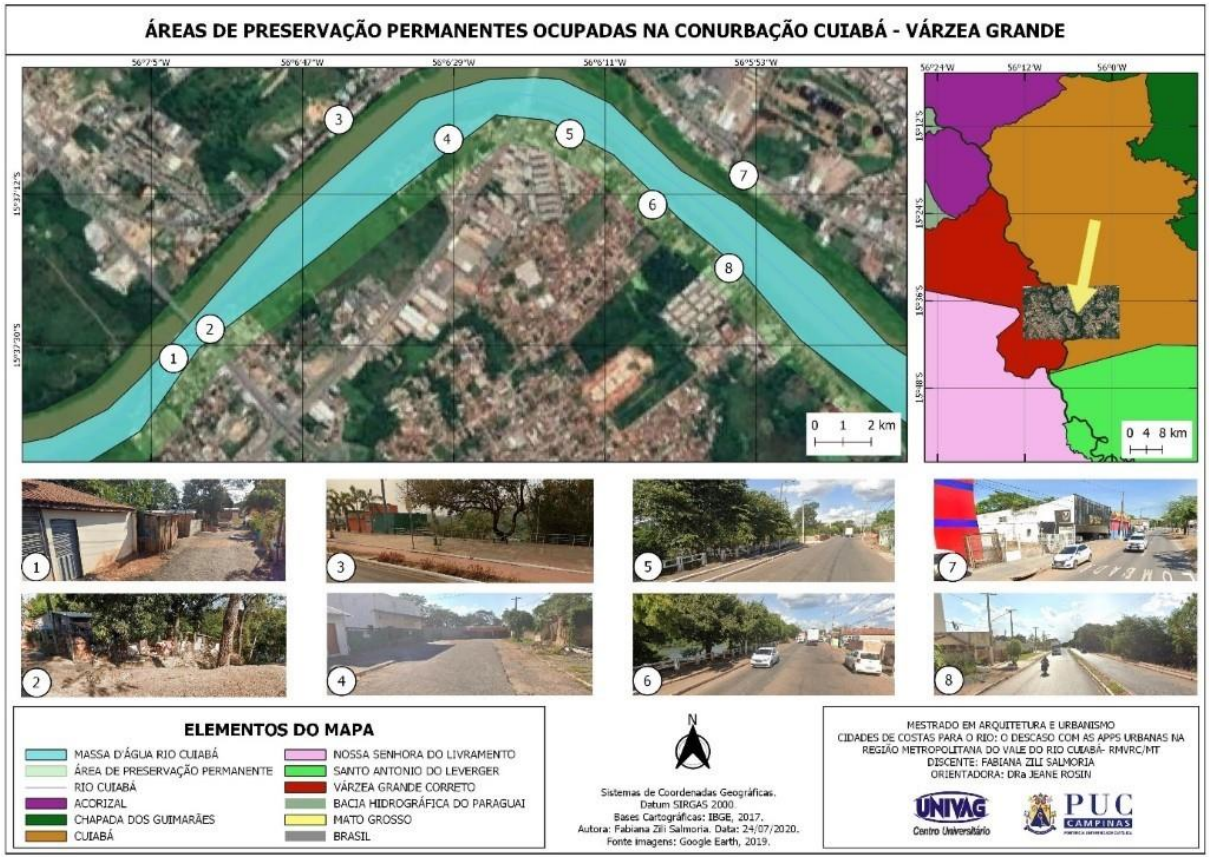


Figura 2: Mapa de identificação de ocupações irregulares em Áreas de Preservação Permanentes entre as cidades de Cuiabá e Várzea Grande-MT. Fonte: IBGE (2017); Google Earth (2019), org. da autora (2020).

As ocupações irregulares (visualizadas por meio de um City Tour Virtual[8]) em territórios ambientalmente frágeis caracterizam-se pela presença de diversas carências e inadequações onde há ausência de infraestrutura, de sistema de transporte público e equipamentos urbanos, parte da população que habita essas áreas possuem moradias construídas de forma precária, em áreas de riscos suscetíveis a alagamentos, deslizamentos.

CONCLUSÃO

Compreende-se que, os resultados a serem alcançados a partir das análises propostas para esta pesquisa, possam contribuir para subsidiar novos estudos, processos de tomadas de decisões, formulação de legislações urbanísticas e ambientais, políticas públicas voltadas para proteção socio ambiental de áreas vulneráveis e importantes para melhoria da qualidade de vida o do meio ambiente, em especial, para a preservação do bioma regional, visto que,

[8] Nesse momento de confinamento, um passeio virtual foi a solução encontrada para demonstrar as fragilidades desses espaços, em um segundo momento serão coletadas imagens in loco.

em síntese, corrobora-se com Maricato (2000, p. 135) ao expressar que "a história do planejamento urbano no Brasil mostra a existência de um pântano entre sua retórica e sua prática", e essa questão necessita de novas abordagens e olhares.

Tais aspectos evidenciam a importância para que urbanistas e ambientalistas possam romper com paradigmas antagônicos presentes na relação meio ambiente e cidade; assim como salienta Mello (2008, p. 44) é preciso encontrar o caminho entre o pensamento de urbanidade, incluindo-o na valorização dos corpos d'água, gerando nas pessoas a sensação de pertencimento, aflorando o cuidado com o espaço, o que é benéfico para as áreas ambientalmente frágeis, como as APPs.

BOLSA DE ESTUDOS: Bolsa parcial UNIVAG 30%.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. *LEI Nº 12.651, de 25 de maio de 2012.* Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.html>. Acesso em: 20 jul. 2020.

BUENO, Laura Machado de Mello. A água no ambiente humano. *Bioikos,* n. 1/2, v. 19, Campinas, jan./ dez. 2005, p. 51-55.

CAPRA, Fritjof. *A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. São Paulo: Cultrix, 1996, 249p.

CUIABÁ-MT. *Plano Municipal de saneamento básico: abastecimento de água/ esgotamento sanitário.* Disponível em: <http://www.cuiaba.mt.gov.br/upload/arquivo/plano_municipal_de_saneamento_vale.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2020.

GROSTEIN, Marta Dora. Metrópole e expansão urbana: Persistência de processos "insustentáveis". *São Paulo Perspec.*, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 13-19, jan. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 08 mai. 2020.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Bases cartográficas contínuas*

2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/downloads-geociencias.html>. Acesso em: 05 jul. 2020.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Catálogos 2016.* Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=441533&view=detalhes>. Acesso em: 10 jul. 2020.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos.* Petrópolis: Vozes, 2000. p. 121-192.

MELLO, Sandra Soares de. *Na beira do rio tem uma cidade: urbanidade e valorização dos corpos d'água.* 2008. 348 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) -Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

PDDI-RMVRC. *Plano diretor de desenvolvimento integrado da região metropolitana do Vale do Rio Cuiabá*. Alberto Lopes (Coord.). Rio de Janeiro: IBAM; Cuiabá: Agem/VRC, 2018.

ROSIN, Jeane Aparecida Rombi de Godoy. *Áreas de Preservação Permanente e as dinâmicas urbanas e socioambientais: avanços e desafios das políticas de proteção e recuperação aos mananciais.* Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) Universidade Presbiteriana Mackenzie-São Paulo, 2016. 432 p.

SILVA, Geovany.; ROMERO, Marta. (2008). Estudo histórico ambiental do processo de produção e reprodução do espaço urbano em Cuiabá-MT. *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, v.15, n.17, 2º sem. 2008.

SILVA, Geovany.; ROMERO, Marta. Sustentabilidade urbana aplicada: análise dos processos de dispersão, densidade e uso e ocupação do solo para a cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, Brasil. *EURE (Santiago).* 2015, n.122, p. 209-237.

SPÓSITO, Maria encarnação Beltrão. *Capitalismo e urbanização.* 15ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

VÁRZEA GRANDE-MT. *Lei nº 4.286/2017*. Institui o Plano Municipal de Saneamento Básico. Disponível em: <http://www.varzeagrande.mt.gov.br/storage/Arquivos/018abbd1e39370e1b4f18a2dda4487c7.286>. Acesso em: 07 jun. 2020.

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA COMO VULNERABILIDADE URBANA: ESTUDO DE CASO NO CENTRO DE CAMPINAS/SP

HOMELESS POPULATION AS URBAN VULNERABILITY: CASE STUDY IN DOWNTOWN CAMPINAS/ SP

LINHA DE PESQUISA: Projeto, Inovação e Gestão em Arquitetura e Urbanismo

OLIVEIRA, Giuliana Lima[1]

LUZ, Vera Santana[2]

PALAVRAS-CHAVE: população em situação de rua; vulnerabilidade urbana e direito à cidade; centro de Campinas

KEY-WORDS: *homeless population; urban vulnerability and the right to the city; downtown Campinas*

INTRODUÇÃO

A pesquisa consiste em investigar a condição das pessoas em situação de rua na região central de Campinas/SP, mediante recorte territorial onde se apresentarem em maior quantidade, tendo como aprofundamento a investigação dos trajetos e mobilidades mais comuns e como estes expedientes se organizam e eventuais alianças e conflitos socioespaciais enfrentados perante a desigualdade social da situação de rua.

A população em situação de rua inserida no meio urbano revela um dos lados extremos da desigualdade social, tanto em suas formas de apropriação do território como nas dimensões de estratificação. As ruas, neste cenário, passam a ser abrigo da condição de vida precária humana, sendo esta marginalizada tanto física como espacialmente.

Em aspecto nacional, a situação de rua revela um estado em contrariedade aos marcos legais

[1] Mestranda em Arquitetura e Urbanismo, POSURB-ARQ PUC Campinas, giuliana.lima.oliveira@outlook.com.
[2] Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, POSURB-ARQ PUC Campinas, veraluz@puc-campinas.edu.br.

de garantia aos direitos sociais constituídos desde 1988. A promulgação da Constituição de 1988, restaurando o estado brasileiro como democrático objetivou assegurar uma sociedade livre, justa e solidária, instituindo os direitos para todos e sem distinção, concedendo garantias primordiais como: liberdade, desenvolvimento, segurança, bem-estar, igualdade e justiça (BRASIL, 1988).

A Política Nacional para a População em Situação de Rua foi estabelecida pelo Decreto no. 7.053, em 2009 (BRASIL, 2009), definindo o seguinte conceito:

> [...] considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite ou como moradia provisória (BRASIL, 2009, Art. 1º. parágrafo único).

A incapacidade da aquisição de moradia, o deslocamento em busca de trabalho, a falta de escolaridade, a condição do trabalho informal, as desavenças familiares ou uso de narcóticos, são alguns dos fatores que levam os indivíduos a se encontrarem em situação de rua. Dessa forma, o espaço público passa a ser o único meio para realização de higiene pessoal, de refeições precárias, palco de hostilidades. Estudos apontam que o tempo em situação de rua reforça a permanência desta condição (CUNHA, 2009).

Ao se apropriar do espaço urbano, pessoas em situação de rua recorrentemente são tratadas de maneira indiferente pela sociedade formalizada que as rodeia. Diante dessa circunstância, problemas como pobreza, segregação e exclusão socioespacial se tornam evidentes. Como assevera Barros (2004):

> Treinar o olhar para perceber onde estão os lugares de acolhimento é como treinar o olhar para ler uma cidade pelo seu avesso, através daquilo e daqueles que estão fora do que consideramos “cidade”, na sua dimensão civilizatória, pública e política. Desta forma é como se perscrutássemos as entranhas da cidade e de seu duplo, a política, para achar o que está escondido por trás dela e ao mesmo tempo é estruturante neste esconder-se/revelar-se. Descobrimos então nesta cidade oculta uma verdadeira rede de atendimento, com uma geografia e uma lógica de funcionamento próprias. Achamos em meio a estes escombros uma cidade invisibilizada para os que estão fora dela e, dentro dela, homens e mulheres igualmente invisíveis e silenciosos caminhando por esta rede de acolhimentos, normas e valores, regras e acordos entretecidos nestas ruínas (BARROS, 2004, p. 1).

Segundo dados de 2019 do Cadastro Único, que caracteriza socioeconomicamente famílias de baixa renda, cerca de 70% das pessoas em situação de rua vivem no Sudeste do Brasil,

região que apresenta maior adensamento populacional (CORTIZO, 2019a, 2019b). Neste mesmo período houve acréscimo do contingente na cidade de Campinas, onde de 623 o número saltou para 822, gerando um crescimento de 31,9% em comparação ao ano de 2016 (CAMPINAS, 2020).

Esta pesquisa pretende investigar a situação de rua como vulnerabilidade social no centro da cidade de Campinas, dada sua representatividade como polo urbano.

Figura 1: **Pessoas em situação de rua em áreas do centro expandido de São Paulo. Fonte: Vera Luz.**

DESENVOLVIMENTO

O estudo da situação de rua para contingentes populacionais no centro de Campinas tem o objetivo de investigar estratégias individuais de sobrevivência no espaço público, relacionando-as aos equipamentos ofertados, os marcos legais, os programas, os planos, as ações, as propostas existentes, sua pertinência no território, bem como seu financiamento e a análise de aspectos políticos, econômicos, socioterritoriais e urbanísticos que impactam esta população.

Inicialmente, a metodologia da pesquisa dirige-se a levantamentos documentais, tidos como base para a dialética crítica para cotejamento da constituição dos pactos sociais no Brasil e marcos legais, buscando investigar o histórico das políticas e os índices que caracterizam as pessoas em situação de rua indicando quem, quantos, onde e como sobrevivem no meio urbano. Em seguida, utilizando-se de referências e cartografias, contextualizaremos Campinas, como cidade sede da região metropolitana (RMC) e características de sua centralidade paralelamente ao objetivo de compreender as políticas municipais e programas do poder público para lidar frente à adversidade destes indivíduos.

Complementa o estudo a realização de atividade em campo, de forma observacional à

distância, a partir da identificação de recorte territorial do centro de Campinas/SP, circunstanciado ao tema. Buscar-se-á compreender as condições de resiliência de amostra desses indivíduos em situação de rua em suas interações socioespaciais e determinadas peculiaridades como áreas de concentração, trajetos mais costumeiros, expedientes de sobrevivência, rudimentos de abrigo, interação e organização. O propósito é observar de modo geral condições reais das pessoas em situação de rua relacionando-as com seus direitos fundamentais e os conflitos socioespaciais sofridos por estas, como reflexão da desigualdade social no meio urbano.

DISCUSSÃO

Sede da Região Metropolitana homônima (SÃO PAULO, 2000), com população de 1.204.073 habitantes estimada para 2019 (IBGE, 2020), salário médio mensal de 3,9 salários mínimos/2018, 49.582 empregos formais cadastrados/2018, total de receitas realizadas nas finanças públicas de 4.614.990.762,19/2017 - 10ª classificação no país e 2ª no Estado -, PIB per capita de R$ 49.942,59/2017 conta, em 2018, com 46.943 empresas e outras organizações atuantes (IBGE, 2017).

Campinas apresenta Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,805 relativo a 2010, – com os componentes, respectivamente: IDHM Longevidade de 0,860, IDHM Educação de 0,731 e IDHM Renda de 0,829 - classificados na faixa muito alto – entre 0,800 e 1 (PNUD et al., 2020). O Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) relativo a 2010 corresponde a 0,277 – faixa de vulnerabilidade baixa - desdobrado em IVS Infraestrutura urbana de 0,404 (alta), IVS Capital Humano de 0,238 (baixa) e IVS Renda e Trabalho de 0,188 (muito baixa), equivalendo a grau de prosperidade social muito alto (IPEA, 2017). Segundo a Fundação SEADE (SÃO PAULO, 2020), Campinas apresenta, relativamente a 2018, o índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS Dimensão Riqueza Municipal de 48, Longevidade 76 e Escolaridade 56 – correspondentes ao grupo mais alto, Dinâmico, e participação dos empregos formais da agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura em 0,39%, da indústria em 10,96%, da construção em 3,85%, do comércio em 21,86% e dos serviços em 62,94% e, relativos a 2017, a participação no total do valor adicionado para o Estado, da indústria em 21,21% e dos serviços em 76,75% (SEADE, 2020).

O município é citado como a quarta maior praça bancária e segundo maior nível de conectividade do Brasil (CAMPINAS, 2006). O Plano Diretor de Campinas tem como

princípios da política urbana a serem observados, entre outros:

> I - função social da cidade, que compreende o atendimento às necessidades essenciais dos cidadãos, visando à garantia da qualidade de vida e ao bem-estar da população, por meio da oferta justa e equilibrada de infraestrutura e serviços, moradia digna, espaços públicos, trabalho e lazer: [...] III – direito à cidade, que compreende o direito de todos os habitantes de acesso às oportunidades da vida urbana, às vantagens econômicas, ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, à diversidade sociocultural e à participação ativa na gestão urbana (CAMPINAS, 2018, art. 2º)

Destacamos como objetivos gerais da política urbana:

> I – tornar a cidade mais saudável, acessível, inovadora e inclusiva; [...] IV – promover o acesso à moradia a toda população, com urbanização de qualidade, infraestrutura urbana, equipamentos e serviços públicos; [...] IX – incrementar a atratividade econômica de Campinas, considerando especialmente suas vocações, buscando assegurar emprego e renda à população (CAMPINAS, 2018, art. 3º).

O Plano Diretor também estabelece a Área Central como um dos Polos Estratégicos de Desenvolvimento socioeconômico, que tem entre as diretrizes o incentivo à produção de empreendimentos habitacionais de interesse social (CAMPINAS, 2018, art. 23º e art. 27, inciso IV).

Uma das cidades mais desenvolvidas, não apenas do estado de São Paulo, mas de todo o Brasil, atualmente a cidade de Campinas é conhecida como polo tecnológico nacional. Entretanto, seu crescimento acelerado tem acarretado alguns impasses de vulnerabilidade (CAMPINAS, 2006).

CONCLUSÃO

A Pesquisa buscará, mediante amostragem, indícios de como a população em situação de rua no centro da cidade de Campinas/SP tem sobrevivido, em paralelo aos marcos legais e instrumentos de promoção social, considerando especificidades e aspectos urbanos locais. Partindo da premissa que, aparentemente, as respostas conferidas a essa população tem sido insuficientes, dado que o número de pessoas em situação de rua tem aumentado a cada ano, pretende-se ampliar o conhecimento sobre as estratégias de sobrevivência e adaptação dessa população em estado de urgência no meio urbano, mediante confecção de aparatos, pertences, conexão espacial entre os indivíduos, locais e períodos de permanência cotidianos recorrentes, observando o recorte espacial como exemplaridade. Têm-se como foco esclarecer fundamentos, cotejar marcos legais e confrontar ações negativas, visando

contribuir para um ambiente mais inclusivo na busca de contribuir na fundamentação de novos paradigmas e diretrizes aplicáveis em políticas públicas e ações comunitárias.

Este estudo foi financiado em parte pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, J. *Moradores de rua – pobreza e trabalho*: interrogações sobre a exceção e a experiência política brasileira. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2004.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília/DF, 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 13 mai. 2020.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. CASA CIVIL. Decreto no. 7.053, de 23 de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a população em situação de rua e seu comitê intersetorial de acompanhamento e monitoramento, e dá outras providências.

CAMPINAS. Prefeitura de Campinas. Guia de Investimentos. *Bem-vindo a Campinas*: a cidade mais surpreendente. Campinas, São Paulo: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Social e de Turismo, 2006. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/arquivos/desenvolvimento-economico/guia_investimentos_pt.pdf>. Acesso em: 13 mai. 2020.

CAMPINAS. PODER EXECUTIVO. *Lei complementar no. 189, de 08 de janeiro de 2018. Dispõe sobre o Plano Diretor Estratégico do município de Campinas.* Campinas: Diário Oficial do Município de Campinas, no. 11.754, Ano XLVII, 09 jan. 2018.

CAMPINAS. *Prefeitura divulga contagem de 2019 da população em situação de rua*. Notícias, 20 de fevereiro de 2020. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=38166>. Acesso: 16 mai. 2020.

CORTIZO, R. M. *População em situação de rua no Brasil*: o que os dados revelam? N.2. Brasília/DF: Ministério de Cidadania, 2019a. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmps/ferramentas/docs/Monitoramento_SAGI_Populacao_situacao_rua.pdf>. Acesso em: 13 mai. 2020.

CORTIZO, R. M. Ministério da Cidadania. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. *Cadastro Único*: População em situação de rua. Assistência Social, 2019b. Disponível em:

<http://desenvolvimentosocial.gov.br/servicos/assistencia-social/servicos-e-programas-1/cadastro-unico-2013-populacao-em-situacao-de-rua>. Acesso em: 13 mai. 2020.

CUNHA, Júnia Valéria Queiroga da; RODRIGUES, Monica (Orgs.). *Rua*: aprendendo a contar. Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/acervosocial/wp-content/uploads/sites/7/2017/08/052.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2020.

FUNDAÇÃO SEADE. FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. *Perfil dos municípios paulistas.* Disponível em: <http://perfil.seade.gov.br>. Acesso em: 20 jul. 2020.

IBGE. *Campinas*, v4.4.6, 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/campinas>. Acesso em: 19 jul. 2020.

IBGE. *Cidades e* Estados, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/campinas.html>. Acesso em: 19 jul. 2020.

IPEA. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *IVS Atlas da vulnerabilidade social*. Versão 4.2.4.2, 2017. Disponível em: <https://ivs.ipea.gov.br/index.php.pt/planilha>. Acesso em: 20 jul. 2020.

PNUD. PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. IPEA. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. FJP. FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Atlas do desenvolvimento humano no Brasil.* Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil>. Acesso em: 20 jul. 2020.

SÃO PAULO [ESTADO]. *Lei Complementar Estadual 870, de 19 de junho de 2000*. Cria a Região Metropolitana de Campinas, o Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas e autoriza o Poder Executivo a instituir entidade autárquica, e a constituir o Fundo de Desenvolvimento Metropolitano da Região de Campinas.

SÃO PAULO [ESTADO]. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA.IPRS *Índice Paulista de Responsabilidade Social*. Disponível em: <https://iprs.seade.gov.br/>. Acesso em: 21 jul. 2020.

ARQUITETURA ECLÉTICA EM BAURU: DESAFIOS PARA A SUA PRESERVAÇÃO

ECLECTIC ARCHITECTURE IN BAURU: CHALLENGES FOR ITS PRESERVATION

LINHA DE PESQUISA: Teoria, História e Crítica em Arquitetura e Urbanismo

SORBO, Júlia Siqueira[1]

FARAH, Ana Paula[2]

PALAVRAS-CHAVE: Ecletismo; Patrimônio Edificado; Bauru.

KEY-WORDS: *Eclectics; Built Heritage; Bauru.*

INTRODUÇÃO

A Arquitetura Eclética é um tema ainda a ser explorado no território brasileiro. Entender e compreender esse arco temporal na História da Arquitetura é, sem dúvida, um desafio diante da lacuna que ainda há na historiografia. Como aponta Atique (2015, p. 17), o estudo, sua análise e o entendimento possibilitam a apreensão do contexto que foi desenvolvido no ambiente europeu e trazido para o contexto brasileiro. Marcado pela Revolução Industrial, período este que houve mudanças significativas para a sociedade, o mundo se depara com desenvolvimento tecnológico, permitindo o uso de novos materiais, além da demanda por habitações e consolidação de uma classe emergente: a burguesia. Acrescido das grandes descobertas no campo da arqueologia (ciência da antiguidade) – o descobrimento de Vila Adriana, Herculano e Pompéia, e, permitindo um novo conhecimento da história e uma forma inédita de defrontá-la, levaram intelectuais a produzir um novo movimento: o ecletismo, que ganhou força no século XIX (PEDONE, 2012). Em relação à arquitetura, sua introdução ocorreu de forma cautelosa: o ideal clássico era muito presente na sociedade gerando discussões perante a origem da arquitetura (argumentações de Johann Joachim

[1] Mestranda em Arquitetura e Urbanismo, POSURB-ARQ PUC Campinas, julia.ss10@puccampinas.edu.br.
[2] Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, POSURB-ARQ PUC Campinas, ana.farah@puc-campinas.edu.br.

Wimckelmann, Marc-Antoine Laugier, Giovan Battista Piranesi, entre outros) e o ecletismo se apresentava como uma resposta moderna, uma arquitetura nova, em que eram feitas escolhas de períodos anteriores com liberdade criadora, o que o difere do historicismo (que buscava construir representações da história e reviver um período do passado), e estas ocorriam não de forma aleatória, mas buscando a melhor solução para cada demanda funcional dos novos edifícios. O próprio nome do movimento já explicita sua ponderação na escolha: do grego *eklektikos*, a tradução pode ser "escolhendo o mais apropriado" ou "selecionando dentro de uma gama de possibilidades" (PEDONE, 2012, ATIQUE, 2015). A escolha tem como resultado a comunicação de suas funções por meio dos elementos que constituem a fachada, ou seja, as fachadas são muito importantes, pois expressam a vontade "eleita" (ATIQUE, 2015, p.17).

A partir dessas colocações, é possível compreender as interpretações que Ramalho faz em sua dissertação (1989, p. 43-44); expondo que foram duas as formas de produzir obras ecléticas. A primeira, chamada de "ecletismo tipológico", dotava o edifício de características próprias e voltadas à sua função: românico e gótico para edifícios religiosos, por exemplo, enquanto habitações e palácios priorizavam o renascimento. A segunda, por sua vez, conhecida como "ecletismo sintático", realizava combinações de elementos de diferentes estilos em um mesmo edifício, em uma espécie de "aperfeiçoamento" deles, gerando uma nova forma. Em ambos, o eclético está intimamente ligado a um discurso, o qual a arquitetura é uma maneira de comunicar, ou seja, como Atique expõe "essa "arquitetura falante" legou às fachadas dos edifícios, ao longo dos séculos XIX e a primeira metade do século XX, a exaltação de discursos, que explicavam a função de cada obra" (ATIQUE, 2015, p. 17). Além disso, arquitetos da época buscavam uma forma de encontrar uma linguagem própria, através da inspiração do passado, que no momento chegaram atrelados à modernidade, expressando o progresso, o qual a sociedade buscava e vivia naquele determinado período. O ecletismo pode ser compreendido, então, como uma forma de discurso da arquitetura: narrava em sua fachada, suas funções (ATIQUE, 2015).

No Brasil, o Ecletismo chega como uma forma de modernizar o país, num amadurecimento das ações já acometidas pela Missão Cultural Francesa e da Academia Imperial de Belas-Artes, que abandonava a rigidez dos padrões coloniais e adicionava novas soluções arquitetônicas. A abertura dos portos permitia a chegada de novos materiais, com destaque ao ferro, e pouco a pouco a arquitetura brasileira passava por mudanças das demandas de

novos programas de necessidades, na implantação, nas fachadas (a manifestação mais marcante do ecletismo, como supracitado), no gabarito, nos jardins, no volume edificado, entre outros. O Eclético tornou-se um trunfo na arquitetura, do final do século XIX e início do século XX, já com o seu espraiamento pelas capitais e adentrando nas cidades do interior país. O país vivia a expansão da ferrovia e da agricultura, em especial, no estado de São Paulo, o cultivo do café ganhava força. O movimento foi fortalecido também pela imigração – os novos moradores buscavam características que os aproximassem ao seu país de origem, tanto em habitações quanto em comércios (BORTOLOTI, 2015). A demanda pela proximidade com a cultura europeia, por outro lado, gerou muitos debates. Isto porque enquanto o antigo continente replicava variados estilos, no Brasil, residentes num novo território, não encontrava tais referências em sua própria história e, por isso, as "importavam", o que gerou uma resistência dos intelectuais e dos arquitetos, principalmente para a construção da identidade nacional tão discutida no início do século XX (BORTOLOTI, 2015).

O PRECONCEITO REDUTOR E SEUS EFEITOS

O movimento eclético, que em seu pleno desenvolvimento representava modernidade, logo foi alvo de um preconceito redutor: em meados dos anos 1940, é possível observar as primeiras manifestações cujo conteúdo referia à esta arquitetura como um abandono do "colonial verdadeiro", definindo-a como "incultura" e "decoração estilística sobrecarregada e sem gosto" (PUPPI, 1995, p. 559), ideias que amadureceram e criaram uma espécie de movimento "anti-eclético", apoiada fortemente por arquitetos modernistas. Tal contrariedade ao movimento eclético consente na criação de uma narrativa guiada da história do país, ao permitir que o SPHAN (Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) "privilegie lugares, datas e fatos" e insiram em seu livro do tombo o que por eles era tido como "pureza estilística" (CUNHA, 2010, p. 83).

Outra grande consequência de tal preconceito é a lacuna deixada na historiografia (como foi apontada no início deste texto), gerando uma escassa bibliografia sobre tema, especialmente em anos recentes. Vários autores se debruçam sobre o estudo desse período, vencendo o

preconceito, tais como: Andrey Rosenthal Schlee[3], Annateresa Fabris[44], Fernando Atique[55], Jaqueline Pedone[66], Luciano Patteta[77], Marcelo Cachioni[88], Marcelo Puppi[99] e Maria Lúcia Bressan[1010].

Esses autores serão as referências utilizadas para a realização desta pesquisa que será desenvolvida através da dialética entre os conceitos ditados pelos autores supracitados e aplicada a um estudo empírico – a arquitetura eclética na cidade de Bauru, no interior do estado de São Paulo, desafios para sua preservação – utilizando fontes primárias e secundárias e tendo como objetivo o entendimento do período eclético e a repercussão nos bens tombados da cidade, ou seja, apesar da maioria dos edifícios tombados na cidade, a sua preservação não é, de fato, realizada, pois não se reconhece os elementos que compõem essa arquitetura.

O ESTUDO EMPÍRICO – ARQUITETURA ECLÉTICA EM BAURU

O município de Bauru, fundado oficialmente no ano de 1896, passa por uma transformação ao inaugurar, em 1906, a primeira linha férrea e em poucos anos, em 1910, receber um dos mais importantes entroncamentos ferroviários da América do Sul. Encontrava-se em pleno desenvolvimento na década de 20 e 30, exatamente quando o Ecletismo ganha força em cidades do interior paulista e a recente burguesia buscava uma forma de comunicação de suas escolhas. Os edifícios mais antigos da cidade são, em sua maioria, ecléticos, em suas

[3] SCHLEE, Andrey Rosenthal. O Ecletismo na Arquitetura Pelotense até as décadas de 30 e 40. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – UFRS, Porto Alegre, 1993.
[4] FABRIS, Annateresa (Org.). O ecletismo na arquitetura brasileira. São Paulo: Nobel-Edusp, 1987 e FABRIS, Annateresa. Arquitetura eclética no Brasil: o cenário da modernização. Anais do Museu Paulista Nova Série, v. 1, p. 131–143, 1993.
[5] ATIQUE, Fernando. A cidade que escolhi ser eclética. In. SALVADORE, Waldir. Italiano e nosso: Felizberto Ranzini e o "estilo fiorentino". São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. pp.13-20.
[6] PEDONE, Jaqueline Viel Caberlon. O Espírito Eclético. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – UFRS, Porto Alegre, 2002 e PEDONE, Jaqueline Viel Caberlon. O Espírito Eclético na Arquitetura. In. Arqtexto, UFRGS, pp.126-137, 2005.
[7] PATETTA, Luciano. "Considerações sobre o Ecletismo na Europa" In: FABRIS, Annateresa (org.). Ecletismo na Arquitetura Brasileira, São Paulo, Nobel e Edusp, 1987.
[8] CACHIONI, Marcelo. Arquitetura Eclética na Cidade de Piracicaba, Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – PUC-Campinas, Campinas, 2002.
[9] PUPPI, Marcelo. Por uma história não moderna da arquitetura brasileira. Campinas: Pontes e CPHA: IFCH, Unicamp, 1998.
[10] RAMALHO, Maria Lucia Bressan Pinheiro. Da Beaux-Arts ao Bungalow: Uma amostragem da Arquitetura Eclética no Rio de Janeiro e em São Paulo. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – FAUUSP, São Paulo, 1989.

mais variadas tipologias: comerciais, residenciais, urbanos ou rurais. E essa herança pode ser percebida quando é analisado através do órgão responsável pela gestão do patrimônio, o Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Bauru (CODEPAC), o número de bens tombados dentre os 44 registrados pelo conselho, 15 são edificações ecléticas urbanas (aproximadamente 40%)[11].

Apesar do grande número de tombamentos de edifícios ecléticos realizados pela CODEPAC no município de Bauru, não há levantamento mais preciso do período eclético. Além disso, existe uma grande problemática na gestão do município relativa ao patrimônio edificado, uma vez que o órgão não especifica com clareza a forma da preservação feita pelo tombamento, decorrente da falta de entendimento do que é o ecletismo e repercutindo nos instrumentos de preservação. A questão será exemplificada através de dois exemplos de edifícios ecléticos tombados no município: o Antigo Grupo Escolar Ernesto Monte e Sobrado da Batista de Carvalho, que apesar de tombados, encontram-se descaracterizados, privando o ecletismo de realizar a sua narrativa.

Figura 1: Antigo Grupo Escolar Ernesto Monte e Sobrado da Batista de Carvalho. Fonte: CODEPAC, 2020.

O Antigo Grupo Escolar Ernesto Monte, localizado na Praça Dom Pedro II, nº 3-81, Centro, é um bem tombado através do decreto 9.912 de 11 de novembro de 2004 (CODEPAC, 2020). Atualmente funciona como estabelecimento comercial. Edifício eclético, é tombado por suas características arquitetônicas e urbanísticas, ao se tratar de um “imóvel de dois pavimentos, com porão ao nível da rua e a residência no nível superior”, o tombamento das suas fachadas

[11] Dados obtidos no sítio eletrônico: Disponível em <https://sites.bauru.sp.gov.br/codepac/default.aspx> Acesso em 01 de agosto de 2020.

(paredes, portas, janelas originais de madeira e ferro, adereços em argamassa, balaústres, escadarias, varandas e platibandas) em ambas os lados, considerando-a integralmente em seu conjunto e volume (CODEPAC, 2020). Apesar da preservação legal do imóvel, é possível notar sua "intensa" descaracterização (vide figura 1).

O segundo, Sobrado da Batista de Carvalho, localizado na Rua Batista de Carvalho, nº 5-76, Centro, apresenta arquitetura eclética, construída na primeira década do século XX. O conselho alega que a edificação "preservou suas características após várias reformas ao longo dos anos" (CODEPAC, 2020). É tombado, a partir do decreto 9.849 de 13 de agosto de 2004, sua fachada frontal (paredes, portas e janelas originais de madeira, colunas, balcão, adereços em argamassa), considerando-a integralmente em seu conjunto e volume. Assim como o Antigo Grupo Escolar Ernesto Monte, apesar de tombado e protegido pela legislação, encontra-se severamente descaracterizado (vide figura 1).

O movimento eclético e a preservação do patrimônio estão intimamente ligados, porém, é possível notar que apenas o tombamento não tem sido o instrumento suficiente para manter essa narrativa, ou seja, preservar sua materialidade em seus aspectos tantos estéticos quanto históricos. Para tanto, é necessária abranger a discussão para a questão da gestão patrimonial, buscando as razões pelas quais o CODEPAC permite tais alterações e como é feito o processo de tombamento pelo conselho, levantando a hipótese de que a falta de entendimento desse período que faz parte da História da cidade e também do contexto político, econômico e social pelo qual a cidade passou ao longo de todo o arco de sua história, acarreta perdas irreparáveis para o patrimônio local e o estudo do movimento permite o melhor entendimento e a valorização do patrimônio, tendo em vista que ainda hoje a questão do patrimônio cultural brasileiro é muito complexa e delicada.

PESQUISA EM ANDAMENTO

Desde o envio do primeiro projeto de pesquisa até a fase atual, a pesquisa sofreu diversas mudanças, em especial no tema principal, pois em um primeiro momento trataria a respeito do preconceito redutor gerando falta de reconhecimento do patrimônio edificado eclético, o que, de fato, ocorreu em muitas cidades brasileiras, porém, através do levantamento realizado do número de patrimônios ecléticos tombados pela CODEPAC, notou-se que este não era o caso do município de Bauru, tratando-se, então, de uma questão de gestão do patrimônio e de uma possível dificuldade em reconhecer o eclético como um todo, por meios dos seus

aspectos documentais, materiais e formais, com todas as suas características e complexidade. Portanto, a pesquisa pretende caracterizar a arquitetura eclética, enfatizando a importância do seu entendimento para abordar a valorização deste patrimônio na cidade de Bauru.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATIQUE, Fernando. A cidade que escolhi ser eclética. In. SALVADORE, Waldir. Italiano e nosso: Felizberto Ranzini e o “estilo fiorentino”. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. pp.13-20.

BAURU. Prefeitura Municipal de Bauru. In. Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Bauru. Bauru, SP: 2020. Disponível em: <http://sites.bauru.sp.gov.br/codepac/>. Acesso em 18 jul. 2020.

BORTOLOTI, Marcelo. Demolição de prédios históricos foi motivada por arquitetos modernistas. Época, 08 mar. 2015. Disponível em: <https://epoca.globo.com/ideias/noticia/2015/03/bdemolicao-de-predios-historicosb-foi-motivada-por-arquitetos-modernistas.html> Acesso em: 17 ago. 2020, 21:53:00.

CUNHA, Claudia dos Reis. Restauração: diálogos entre teoria e prática no Brasil nas experiências do IPHAN. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – FAUUSP, São Paulo, 2010.

PEDONE, Jaqueline Viel Caberlon. O Espírito Eclético. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – UFRS, Porto Alegre, 2002.

PUPPI, M. Por uma história da arquitetura acadêmica no Brasil. Semina: Ci. Exatas/Tecnológicas, vol. 16, n. 4, p. 558-562, dez. 1995.

RAMALHO, Maria Lucia Pinheiro. Da Beaux-Arts ao Bungalow: Uma amostragem da Arquitetura Eclética no Rio de Janeiro e em São Paulo. 292 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – FAUUSP, São Paulo, 1989.

O MINISTÉRIO PÚBLICO E A POLÍTICA HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL EM BRAGANÇA PAULISTA

The State Public Ministry actions and the Social Housing Policy in Bragança Paulista

LINHA DE PESQUISA: Projeto, Inovação e Gestão em Arquitetura e Urbanismo

FEDEL, Kelly Cristina Alvares[1]

SAMORA, Patrícia Rodrigues[2]

PALAVRAS-CHAVE: Habitação de interesse social; direito à moradia; Ministério Público.

KEY-WORDS: *Social Housing Policy; Master Plan; State Public Ministry.*

INTRODUÇÃO

Em razão do processo histórico vivido pelo Brasil no período da redemocratização, ocorrido após período militarista iniciado com o Golpe de 1964, a Constituição Federal Brasileira de 1988 (CF/88) deixou de ser apenas *Carta Política* para se transformar em *Norma Jurídica*, que possui força normativa irradiante sobre toda a ordem jurídica a ela vinculada, aderindo, portanto, a um movimento teórico de revalorização do direito constitucional chamado de *neoconstitucionalismo*, presente em países Europeus depois da 2ª Grande Guerra Mundial (Almeida, 2008).

"O *neoconstitucionalimo* propõe, assim, a superação do paradigma do direito meramente reprodutor da realidade para um direito capaz de transformar a sociedade..." (Almeida, 2008, p. 52) e para tanto, o texto constitucional deve ser compreendido e interpretado a partir da efetivação dos direitos constitucionais, individuais e coletivos nele contemplados.

[1] Mestranda em Arquitetura e Urbanismo, POSURB-ARQ PUC Campinas, kelly.caf@puccampinas.edu.br.
[2] Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, POSURB-ARQ PUC Campinas, patrícia.samora@puccampinas.edu.br.

E neste contexto, o Ministério Público foi pela CF/88 incumbido de atuar na defesa de *todos* os direitos coletivos e individuais indisponíveis incorporados ao texto constitucional, e na defesa da ordem jurídica e do regime democrático (art. 127, caput, e art. 129, III, da CF/88).

Dentre os direitos fundamentais cuja defesa incumbe ao Ministério Público, encontra-se o *direito à moradia*, expressamente previsto no art. 6º da CF/88 e reconhecido internacionalmente pela ONU como um direito humano universal e que está no centro da Nova Agenda Urbana (...) "dada a importância da questão habitacional para o desenvolvimento de uma cidade justa e sustentável, trazendo uma boa condição de vida para seus cidadãos" (Alfonsin et.al, 2017, p.1235).

A União, Estados, Distrito Federal e Municípios possuem competência para promover programas de construção de moradias e melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico (art. 23, IX da CF/88). Como instrumento para concretização desta norma, tem-se o Estatuto da Cidade (Lei Federal n. 10.257/2001) que regulamentou os artigos 182 e 183 da CF/88, consolidando o arcabouço jurídico de política urbana no Brasil. A implementação das diretrizes do Estatuto da Cidade nos municípios por meio dos Planos Diretores como mecanismo de ordenação dos espaços urbanos locais na busca de solução para problemas sociais graves, como a moradia, está entre os devedores constitucionais atribuídos ao Ministério Público Estadual.

OBJETIVO E MÉTODO

Esta pesquisa objetiva descrever a atuação da Promotoria de Justiça de Meio Ambiente e de Habitação e Urbanismo de Bragança Paulista, órgão de execução do Ministério Público no Estado de São Paulo (artigos 7º, V, 46, 47 e 121, todos da Lei Complementar n. 734/93) face a implantação, insuficiência ou ausência de políticas públicas voltadas à habitação de interesse social na cidade de Bragança Paulista, durante o lapso temporal de 2007 a 2019.

Se procederá a revisão da literatura sobre o tema da política pública habitacional, do déficit habitacional brasileiro e local e sobre o papel do Ministério Público na defesa dos direitos sociais, com especial enfoque para o direito à moradia, e como de fato essa missão institucional está sendo exercida.

Com base na citada revisão bibliográfica, serão coletados dados primários e secundários acerca das necessidades habitacionais de Bragança Paulista junto ao Poder Executivo local,

às concessionárias de serviços públicos, às associações populares de habitação para o desenvolvimento de unidades de habitação social e por meio dos Planos Federal, Estadual e Municipal de Habitação. Se procederá, ainda, a análise dos dados estatísticos da cidade e da região (IBGE, Fundação João Pinheiro) para compará-los com os dados primários obtidos.

Da mesma forma, serão coletados dados primários dos procedimentos que tramitaram e tramitam na Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo de Bragança Paulista, no recorte temporal da pesquisa, com o fim de compreender como esta promotoria tem atuado quanto ao atendimento do direito à moradia.

Após o levantamento e análise crítica dos dados, como resultado, a dissertação caracterizará as necessidades habitacionais de Bragança Paulista, considerando os conceitos de moradia digna, demanda prioritária e vulnerabilidade social. Em seguida, apresentará uma visão das ações da Promotoria de Justiça de Meio Ambiente e de Habitação e Urbanismo de Bragança Paulista com o fim de verificar se o Ministério Público tem cumprido seu papel fiscalizador ou fomentador de políticas habitacionais ante a ação ou omissão do Poder Executivo Municipal, em obediência aos preceitos constitucionais e, também, em sintonia com a Nova Agenda Urbana da ONU. Finalmente, discutirá os motivos da distância entre as necessidades habitacionais de Bragança Paulista e as ações da Promotoria, resultando em análise crítica sobre essa interação.

DESENVOLVIMENTO

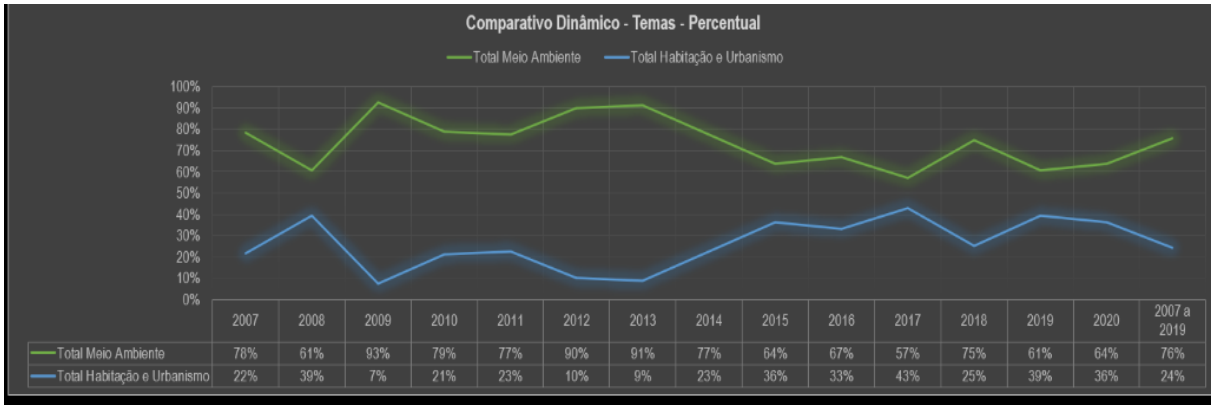
Para fins deste trabalho, serão apresentados os resultados preliminares de dados obtidos por meio do sistema informatizado de registro e gerenciamento de dados e informações do Ministério Público do Estado de São Paulo, conhecido como SIS MP INTEGRADO, instituído no mês de outubro do ano de 2011. Alguns dados do período de 2007 a 2011 não foram computados em razão da impossibilidade de acesso a procedimentos e documentos físicos que estão nas dependências do Fórum de Bragança Paulista, cujo acesso não é permitido por causa da pandemia da Covid-19.

Os dados levantados se referem ao número total de procedimentos que tramitaram e tramitam na Promotoria de Justiça de Meio Ambiente e de Habitação e Urbanismo de Bragança Paulista no período de 2007 a 2019. Os procedimentos se referem a duas grandes áreas de atuação, definidas institucionalmente como *Meio Ambiente* e *Habitação e Urbanismo*.

Na área de *Meio Ambiente*, os procedimentos totalizam o número de 570. Foram agrupados por temas (T) e assuntos (A), a saber: 1. T. Flora (A. supressão de vegetação, intervenção em área de preservação permanente - APP e reserva legal); 2. T. Área de Proteção Ambiental – APA; 3. T. Patrimônio Histórico Cultural; 4. T. Poluição (A. poluição sonora e atmosférica); 5. T. Licenciamento Ambiental (A. a) ausência ou irregularidade de licenciamento; b) demolição, reforma irregular ou omissão quanto a preservação; c) recuperação de área degradada; d) destinação de resíduos; e) aterro sanitário; f) empreendimento irregular, g) ausência de licença ambiental; h) mineração; i) canalização ou derivação de curso d´agua); 6. T. Fauna (A. maus tratos e apreensão, caça, comércio irregular e ou tráfico de animais silvestres); 7. T. Recursos Hídricos (A. assoreamento e abastecimento); 8. T. Agrotóxicos, e; 9. T. Políticas Públicas. Os temas mais recorrentes são Flora, Patrimônio Cultural, Poluição e Licenciamento Ambiental.

Na área de *Habitação e Urbanismo* os procedimentos totalizam o número de 184. Eles foram agrupados por temas (T) e assuntos (A), a saber: 1. T. Parcelamento irregular/ilegal do solo (A. a) loteamentos clandestinos; b) loteamentos irregulares; c) desdobros; d) desdobramento; 2. T. Circulação (A. a) tráfego; b) erosão de via pública; c) estudo de impacto de vizinhança-relatório de impacto de vizinhança – EIV-RIV); 3. T. Área de Risco (A. a) enchente/deslizamento; b) manutenção e segurança predial); 4. T. Poder Público e Obras e Serviços Irregulares (A. a) infraestrutura urbana; b) fiscalização e venda irregular; c) deficiência na prestação do serviço público); 5. T. Condomínios (A. a) prédios e b) loteamentos fechados); 6. T. Licenciamento (A. a) licenciamento irregular de empreendimentos; b) empreendimento irregular; c) construção irregular; d) fechamento de loteamento; e) construção irregular); 7. T. Plano Diretor; 8. T. Zoneamento (A. leis de uso e ocupação solo); 9. T. Segurança; 10. T. Área Pública (A. uso, cessão, transferência e desafetação), 11. T. Política Pública e; 12. T. Moradia Popular (A. a) habitação de interesse social; b) ocupação e favelização. Os temas mais recorrentes são Parcelamento irregular/ilegal do solo, Área de Risco, Licenciamento e Circulação.

O gráfico abaixo retrata o percentual dos procedimentos por área de atuação.



	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2007 a 2019
Total Meio Ambiente	78%	61%	93%	79%	77%	90%	91%	77%	64%	67%	57%	75%	61%	64%	76%
Total Habitação e Urbanismo	22%	39%	7%	21%	23%	10%	9%	23%	36%	33%	43%	25%	39%	36%	24%

Gráfico 1: Comparativo Dinâmico. Fonte: Desenvolvido pelo próprio autor

Verifica-se, portanto, que os procedimentos de *Habitação e Urbanismo* representam 24% do volume total de procedimentos da Promotoria de Justiça de Meio Ambiente e de Habitação e Urbanismo de Bragança Paulista, sendo que o tema Parcelamento irregular/ilegal do solo representa 51% dos procedimentos. O tema moradia popular representa 1% dos procedimentos.

DISCUSSÃO

A CF/88 tornou o Ministério Público

> (....) umas das grandes instituições constitucionais de promoção social, de forma que a sua atuação funcional está atrelada aos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, estabelecidos expressamente no art. 3º da CF/88, tais como a criação de uma sociedade justa, livre e solidária; a erradicação da pobreza, a diminuição das desigualdades sociais, etc (Almeida, 2008, p. 46).

Nesse sentido, Mazzilli (s.d.) afirma que a partir da CF/88 o Ministério Público passou a ser *ombusdsmam* da sociedade brasileira (Mazzilli, s.d. p. 190).

À luz do atual perfil constitucional do Ministério Público, Almeida (2008, p. 59 e 60) fazendo referência as assertivas de Marcelo Pedroso Goulart, defende a necessidade imperiosa de que o Ministério Público se afaste do modelo *demantista* que atua perante o Poder Judiciário, para assumir o modelo *resolutivo,* voltado à solução efetiva dos problemas sociais, servindo de canal para o acesso da sociedade a uma ordem jurídica mais legítima e justa, especialmente, para a camada social mais vulnerável.

Entre o dever ser previsto constitucionalmente e o ser da realidade há certo descompasso. Não por outra razão, Mazzilli (s.d) ressalta que apesar dos avanços institucionais ocorridos

nas décadas de vigência da CF/88, muito ainda há de ser feito para que o Ministério Público consiga, de fato, desempenhar sua missão constitucional a contento. Para isso, há necessidade de se implantar diversas mudanças, que vão desde alterações legislativas relacionadas a forma de escolha do Procurador Geral da República e Procurador Geral de Justiça, passando por alterações na forma e no método de atuação, até culminar em alterações estruturais das Promotorias de Justiça (Mazzilli, s.d.p. 190-201).

Atualmente, dada a diversidade de atribuições, ao volume de demandas e a tímida estrutura da Promotoria de Justiça de Meio Ambiente e de Habitação e Urbanismo de Bragança Paulista, que conta com um analista jurídico, dois estagiários de direito em alguns períodos do ano, um oficial de promotoria e um Promotor de Justiça, verifica-se que as ações da citada Promotoria de Justiça tem sido pautadas por provocações advindas de uma parcela da sociedade civil, que não é, necessariamente, a parcela constituída das pessoas mais vulneráveis, o que pode justificar a quase inexistência de procedimentos relacionados ao "Tema Moradia Popular", de acordo com os dados quantitativos levantados.

CONCLUSÃO

Tendo em vista o objetivo da pesquisa, os dados quantitativos levantados indicam, numa primeira análise, que a atuação da Promotoria de Justiça de Meio Ambiente e de Habitação e Urbanismo de Bragança Paulista, órgão de execução do Ministério Público de São Paulo, tem passado ao largo da política habitacional municipal, considerando que a demanda habitacional identificada como "Tema Moradia Popular" é praticamente inexistente.

Sendo o direito à moradia componente essencial do direito à cidade (Alfonsin et.al, 2017) e, tendo em vista que para real efetivação do direito à moradia, de acordo com a orientação estabelecida pelo Comentário Geral nº 4 do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU (1991), há de se garantir, conjuntamente, segurança da posse; custo acessível, habitabilidade; disponibilidade de serviços, infraestrutura e equipamentos públicos; localização adequada; adequação cultural; e acessibilidade (Iacovini, 2019), a análise qualitativa dos dados levantados podem indicar se houveram ou não ações da Promotoria de Justiça de Meio Ambiente e de Habitação e Urbanismo de Bragança Paulista direcionadas a efetivação do direito à moradia, ainda que reflexamente, a exemplo das regularizações dos loteamentos clandestinos e irregulares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, G. A. O Ministério Público no Neoconstitucionalismo: Perfil Constitucional e Alguns Fatores de Ampliação de sua Legitimação Social**. In: CHAVES, Cristiano; ALVES, Leonardo Barreto Moreira; ROSENVALD, Nelson. 4. ed. rev. ampl. e atual. Salvador: *Jus* Podivm, 2013.**

ALFONSIN, et al. Das ruas de Paris a Quito: o direito à cidade na nova agenda urbana - Habitat III **/ From the streets of Paris to Quito: the right to the city in the new urban agenda - Habitat III.** Revista de Direito da Cidade**, [S.l.], v. 9, n. 3, p. 1214-1246, jul. 2017. ISSN 2317-7721. Disponível em: <**https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/29236/21259**>. Acesso em: 24 jul. 2020.**

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.**

BRASIL. Lei Federal n. 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 812 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso 26 de jul.2020.**

BRASIL. SÃO PAULO. Lei Complementar Estadual n. 734, de 26 de novembro de 1993**. Institui a Lei Orgânica do Ministério Público e dá outras providências. Disponível em http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Subprocuradoria_Institucional/legislacao/LEI%20OORGANICA.pdf. Acesso 26 de jul. 2020.**

IACOVINI, R.F.G. Direito à moradia adequada e urbanização de favelas – reflexões e desafios para uma nova abordagem. Revista Brasileira de Direito Urbanístico**, v. 8, p. 201-232, 2019.**

MAZZILLI, H.N. Propostas de um novo Ministério Público**. In: CHAVES, Cristiano; ALVES, Leonardo Barreto Moreira; ROSENVALD, Nelson. 4. ed. rev. ampl. e atual. Salvador: *Jus* Podivm, 2013.**

SIS MP INTEGRADO. Disponível em https://sismpconsultapublica.mpsp.mp.br/ConsultarProcedimentos/ObterProcedimentos. Acesso 20 de jul. 2020.

SÃO JOÃO DA BOA VISTA: A INTERFACE ENTRE PLANO DIRETOR E OS CONCEITOS DE CIDADES EDUCADORAS

São João da Boa Vista: the interface between the Master Plan and the concepts of Educating Cities

LINHA DE PESQUISA: Projeto, Inovação e Gestão em Arquitetura e Urbanismo

SIMON, Laura Panetto[1]

FARAH, Ana Paula[2]

PALAVRAS-CHAVE: Ambiência urbana; diretrizes urbanas; qualidade espacial.

KEY-WORDS: *Urban ambience; urban guidelines; spatial quality.*

INTRODUÇÃO

Ao se pensar no planejamento de nossas cidades, tem sido unânime o reconhecimento da ineficácia dos antigos planos estratégicos de desenvolvimento integrado, que foram amplamente produzidos nas décadas finais do século passado, em transformar positivamente nossos municípios. Devido às mudanças ocorridas pelos avanços tecnológicos, os espaços urbanos passam a se configurar de maneiras distintas afim de atender a demanda gerada por essa nova sociedade globalizada, onde a velocidade da vida e dos acontecimentos, acarretaram em grandes transformações espaciais e temporais, instaurando a efemeridade e a instantaneidade, que ampliam o consumismo desenfreado. Considerando a facilidade de comunicação por meios digitais e o acesso às informações, as pessoas estão cada vez mais fugazes em suas relações nos espaços com outros indivíduos, colocando entrave no modo de produção espacial trivial e desprovido de significados, amplamente construídos hoje.

[1] Mestranda em Arquitetura e Urbanismo, POSURB-ARQ PUC Campinas, laura.ps3@puccampinas.edu.br.
[2] Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, POSURB-ARQ PUC Campinas ana.farah@puc-campinas.edu.br.

Historicamente, a cidade – espaço urbano –, centro do poder e do saber, espelha o processo civilizatório em quase todas as suas variantes. É lugar permissivo ao desenvolvimento da alteridade através das oportunidades oferecidas pelos encontros e confrontos dos diferentes grupos sociais nos espaços públicos, isto é, contribui para o reconhecimento mútuo de diferentes indivíduos e para a troca de saberes e experiências entre si nos espaços em que frequentam. Esta possível troca de conhecimento torna a cidade coadjuvante no processo da educação informal, ou seja, daquela educação que não se apreende dentro das salas de aula, mas que influencia decisivamente na construção da cidadania. A educação por meio dos espaços é uma "forma silenciosa de ensino" (MERLIN; QUEIROGA, 2011). Assim, a cidade é reconhecida como um grande centro educador e responsável por constituir o processo civilizatório, visto que a concentração de pessoas contribui para que o indivíduo se reconheça como cidadão e se aproprie do espaço público, considerando-o como parte de sua vida.

Reconhecendo todo esse potencial educador eminente à cidade e aos espaços públicos de convivência, a "sociedade do conhecimento" colocou em dúvida a veracidade e o mérito dos rígidos sistemas de educação e seus conteúdos obsoletos, que não respondem às velocidades e fragilidades vinculadas ao consumismo exorbitante. Por isso, desde 1970, a UNESCO busca formas alternativas de educação e a Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE) elaborou a Carta das Cidades Educadoras escrita em Barcelona, em 1990, e houve o aprimoramento em Bologna em 1994 e Gênova em 2004, com o intuito de tornar as cidades mais acolhedoras e justas, objetivando a formação de cidadãos críticos e ativos, com a finalidade de transformar a cidade na "maior escola do mundo", contanto que as práticas de gestão sejam imbuídas de princípios educadores.

A proposta deste novo modelo surgiu pelo fato de que, nas últimas décadas, os espaços de uso coletivo estão se transformando rapidamente por um processo de obsolescência, fruto da nova cultura da globalização acompanhada dos meios técnicos, científicos e informacionais, isto é, o espaço acabou se tornando um reflexo da estrutura social que evidencia as forças produtivas da sociedade que o produziu (MERLIN; QUEIROGA, 2011).

Ao reconhecer que as potencialidades educadoras podem auxiliar, além da construção da cidadania, a educação da sociedade e seu desenvolvimento socioeconômico, o espaço urbano, ganha, assim, status de instância social (SANTOS, 1987), pois possibilita a identificação de quais características tornam os espaços potencialmente educadores, no sentido da preservação da vida e da constituição da urbanidade, através do uso do território,

promovendo a reflexão de como os projetos devem abordar e solucionar tais problemáticas encontradas no meio urbano, fazendo do planejamento urbano um instrumento essencial, com análises críticas aprofundadas e sólidas acerca do território, para que assim, tais transformações sejam realizadas.

No território brasileiro, o Plano Diretor – o principal instrumento para essas demandas – ganha nova visibilidade com a Constituição Federal de 1988 e com o Estatuto da Cidade em 2001, cuja proposta poderia aportar as novas necessidades no que concernem aos aspectos físicos e territoriais em um processo de planejamento participativo, inserindo princípios das cidades educadoras, com o qual ganharia certo protagonismo na busca de melhores condições de vida urbana e aprimoramento do cidadão. Isto significa que a cidade é reconhecida como um organismo vivo provido de potenciais educadores que se efetivam através das práticas de convivência urbana e tipologias espaciais, mas que são frequentemente desconsiderados nas concepções de partidos urbanísticos, nas políticas públicas e nos processos de planejamento.

DESENVOLVIMENTO

Para o entendimento da interface entre Plano Diretor e os conceitos de Cidades Educadoras, será feito o estudo pormenorizado dos conceitos elaborados pela Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE), do Estatuto da Cidade e da Constituição de 1988, como também o instrumental jurídico vinculado ao aparato legal brasileiro sobre o território, análises de planos diretores recentes, buscando verificar a aplicabilidade dessas concepções num objeto empírico – o Plano Diretor da cidade de São João da Boa Vista, no interior do estado de São Paulo, revisado em 2017. O método de abordagem será a relação dialética da teoria aplicada em uma pesquisa empírica (objeto de estudo), utilizando métodos de procedimentos exploratórios, amparados por pesquisas documentais, bibliográficas e iconográficas. Por meio do método observacional, serão abordados mediante a fundamentação teórica, que é o Plano Diretor e o objeto de estudo, a pesquisa empírica: a interface dos conceitos das cidades educadoras vinculadas aos recortes territoriais na cidade concebidos pelo Plano Diretor. Entretanto, a pesquisa permitirá vislumbrar se os preceitos de espaços educadores podem nortear propostas e diretrizes estabelecidas pelos planos diretores municipais, como a participação popular desde seu processo de elaboração, o que em si é um ato de ensinamento de gestão e de política, para que os espaços urbanos resultantes sejam agentes modificadores na formação de cidadãos, através do convívio coletivo, promovendo a igualdade social e contribuindo para que os princípios comuns sejam efetivos, e não apenas

utópicos. Contudo, verifica-se a possibilidade de incluir projetos educadores na liturgia própria ao desenvolvimento do plano, oferecendo diferentes formas de produção do espaço urbano e se aproximando dos conceitos vinculados à Carta das Cidades Educadoras. O município de São João da Boa Vista/SP conta com aproximadamente 90 mil habitantes, segundo estimativas do IBGE em 2017, possui uma área de 516,146 km² com IDH de 0,797, considerado o 28º melhor do estado e com alto índice de longevidade, o que faz da cidade uma referência em qualidade de vida. Após análises e seleções preliminares de alguns espaços da cidade e considerando que o último Plano Diretor do município foi aprovado em 2017, o recorte do objeto de estudo será dois loteamentos de glebas realizados nos anos de 2018 e 2019, que apresentam espaços potenciais educadores que não foram amplamente explorados, o Parque das Macaubeiras, e o outro localizado próximo ao Centro Universitário Fundação de Ensino Octávio Bastos e ao Fórum da cidade. Em um primeiro momento de leitura, o recorte do objeto de estudo, que são espaços públicos de convivência, apresenta uma aproximação com as características e os propósitos dos espaços educadores e, esta pesquisa, propõe verificar se isto, de fato, ocorre ao selecionar variáveis socioespaciais que busquem desvelar aspectos e preceitos educadores que efetivam a urbanidade constituídos por meio do Plano Diretor. A ideia é debater a cidade como espécime equipado de potenciais educadores que se constitui através do contato oferecido pelos diferentes espaços urbanos, que são, em geral, esquecidos nas concepções urbanísticas, nas propostas de políticas públicas e nos processos de planejamento. Para se alcançar tais objetivos, entende-se que preceitos educadores sejam aplicados nas propostas administrativas e nos planos de ação da gestão do território. Assim, esta pesquisa busca comparar as proposições do Plano Diretor com os espaços urbanos resultantes dessas diretrizes.

DISCUSSÃO

É certo que o espaço urbano tem sido constatado pela UNESCO como uma ferramenta de enfrentamento das problemáticas aqui levantadas, evidenciando uma tendência mundial em considerar a cidade como um espaço educador ao enfatizar seu papel enquanto instância social (SANTOS, 1987). Percebemos que nem todo espaço atua como agente educador na formação de seus cidadãos, mas sua concepção pode instigar a interação dos indivíduos com a sua materialidade, de modo que o espaço fomente a convivência de seus usuários e a vivência da cidade, permitindo que tal conceito seja explorado. “Na sua concepção o espaço não é educativo por natureza, mas ele pode tornar-se educativo a partir da apropriação que

as pessoas fazem dele, ou seja, o espaço é potencialmente educativo" (FARIA, 2014, p. 25).

No entanto, as cidades brasileiras estão produzindo cada vez mais espaços obsoletos e desprovidos de qualidade e significados. Projetos edilícios estão sendo pensados de modo individualistas, desconsiderando seu entorno e as interações enriquecedoras e benéficas existentes entre público e privado, como o caso dos condomínios fechados que são apartados da malha urbana. Segundo HUET (2001), o conjunto urbano das ruas, edifícios e praças que garantem um espaço que propicie a igualdade social e a educação informal e não, simplesmente, as edificações por si só.

> (...) é muito mais importante abrir uma "boa" rua, criar uma verdadeira praça, do que construir uma escola cuja arquitetura esteja loucamente na moda, ou um magnifico centro cultural colocado num contexto urbano inexistente. (...) pois as crianças e adolescentes aprendem muito mais nas ruas do que nas escolas, e que a cultura proporcionada pela frequência nos espaços de nossas cidades é mais fundamental do que as das casas de cultura (HUET, 2001, p. 151).

Porém, se existe todo este estudo sob a égide de espaços educadores e a coletividade na construção de nossas cidades, por que ainda estamos tão longe de atingir espaços inclusivos e democráticos em nossas cidades? Esta pergunta é facilmente respondida se voltamos o nosso olhar para analisar os conflitos sociais que engendram a sociedade atual, resultantes do modo capitalista de produção que acentua a concentração de renda.

O problema encontra-se no controle do solo urbano pelos interesses do mercado privado que dita as regras e concentra os capitais de investimentos em uma única área da cidade que os favoreça, distanciando o poder público de atuar na distribuição dessas riquezas. A especulação imobiliária ganha espaço e gera uma concentração seletiva que acentua as desigualdades territoriais, contribuindo para a segregação sócio espacial.

A segregação é uma forma de exclusão social que se reflete na dimensão espacial, onde as camadas mais ricas sempre se apoderam de regiões ambientalmente mais favoráveis, ou seja, ocupam bairros com áreas mais arborizadas, regiões privilegiadas pelos transportes e meios econômicos mais valorizados, expulsando as camadas mais pobres para áreas desfavoráveis da cidade, que possuem uma menor infraestrutura, principalmente, a viária. Essa ideologia de segregação por região da cidade está intrínseca na sociedade brasileira, e fica nítido com a teoria de que os centros antigos de nossas cidades estão se deteriorando, simplesmente, porque deixam de ser "patrocinados" pela elite e passam a ser patrocinados pela classe popular. A classe dominante acha que o seu centro é o centro da cidade e altera

o espaço de modo a beneficiar-se (VILLAÇA, 2005).

Como resultado, temos espaços que favorecem o mercado privado e não o bem-comum, onde propostas urbanas acabam privilegiando ainda mais essas localizações da elite. Isto se torna contraditório, pois quando analisamos os princípios de planejamento urbano que, na teoria, deveriam priorizar sempre a coletividade em detrimento do mercado privado, percebemos que tal fato não é recorrente.

> A legislação brasileira é rica em determinações que obrigam a elaboração de grande variedade de planos urbanos. (...) A facilidade e mesmo irresponsabilidade com que é exigida a elaboração de planos, muito contribui para sua desmoralização e a da própria lei, pois frequentemente a prática acaba por revelar que a lei não é para valer (VILLAÇA, 2005, p. 19).

Como constatado, o Plano Diretor é o principal instrumento para que o planejamento urbano estabeleça diretrizes de crescimento nos âmbitos econômicos, físicos e sociais, mas, na prática, criam-se Planos Diretores para cumprir protocolos e responder às exigências legais, não ocorrendo um estudo pormenorizado do território com propostas coerentes, apartadas dos interesses da elite e dos mercados imobiliários que regulam a oferta do solo. O Plano Diretor, que deveria atender aos interesses da maioria, acaba caindo nas mãos da minoria (classes sociais dominantes), se submetendo aos interesses do capitalismo, que auxilia na acumulação de riquezas dos já detentores de haveres. “Na verdade, o perigo não é confundir o “interesse público” com o de todos, mas sim contribuir para identificar - como na prática acaba fazendo o Plano Diretor - o “interesse público” com os interesses de uma pequena minoria” (VILLAÇA, 2005, p. 78).

Tendo em mente toda essa constatação a respeito da concepção de propostas e diretrizes para o planejamento urbano e a discussão para que de fato haja a produção de espaços urbanos democráticos e qualificados, é reconhecido a importância de um Plano Diretor equânime para que se atinja tais objetivos. Todavia, as cidades interioranas, que se situam fora da abrangência das regiões metropolitanas, costumam apresentar propostas superficiais para o planejamento de seus municípios, onde a classe dominante ainda detém grande influência em tais decisões. Analisando o Plano Diretor de São João da Boa Vista/SP, no interior do estado, identifica-se este movimento sincrônico, onde as áreas urbanas apropriadas, majoritariamente pelas elites, ainda continuam sendo favorecidas pelas intervenções urbanísticas e os bairros populares cada vez mais isolados e fabricando suas próprias centralidades. Os espaços públicos resultantes destas intervenções quase não

exploram as potencialidades educadoras e se configuram como uma repetição de mobiliários que não qualificam o espaço ou pouco incentivam as interações interpessoais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o atual cenário global, é necessário que o ser humano reduza ao máximo o seu impacto no planeta, buscando um equilíbrio dinâmico entre suas ações e as consequências, denominando-se este equilíbrio como sustentabilidade. Diante disso, o Plano Diretor deve ser um instrumento que busca o desenvolvimento urbano de maneira sustentável, combatendo a especulação imobiliária e facilitando a regularização fundiária dos imóveis urbanos, com a finalidade de evitar as ocupações em áreas ambientalmente frágeis que resultam na deterioração dos espaços urbanos.

Como todo espaço é dotado de significados e possui o papel de formar cidadãos, os espaços públicos devem ser pensados em sua essência, de maneira que visem a alteridade e sejam inclusivos, sendo projetados e construídos dentro da lógica das cidades educadoras. Contudo, nem sempre as cidades apresentam um Plano Diretor bem estruturado e muitas propostas são superficiais, com várias lacunas e propostas defasadas, consequências de análises pormenorizadas do território e da falta de domínio e compreensão destes princípios, o que gera a produção de espaços públicos obsoletos e de baixa qualidade. A participação da população torna-se essencial, do ponto de vista coletivo, para que as propostas e diretrizes possam de fato mudar essa realidade e alinhar-se aos princípios educadores, para que na prática o Plano Diretor atinja seus objetivos.

Portanto, esta pesquisa pretende enfatizar, através do Plano Diretor de São João da Boa Vista/SP, a importância de aderir ideais educadores na concepção dos espaços e entender como os fundamentos das Cidades Educadoras são instrumentos na busca de espaços urbanos de qualidade que constituem a urbanidade e a civilidade.

Este estudo está sendo financiado em parte pela CAPES - Código Financeiro 002.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AICE - Carta das Cidades Educadoras. Declaração de Barcelona (1990) 1990, revisões Bologna (1994) e Genova (2004). Disponível em: http://www.edcities.org/wp-content/uploads/2013/10/Carta-Portugues.pdf. Acesso em 20/01/2017.

FARIA, Ana Beatriz Goulart de. Territórios educativos para educação integral. Brasília: Secretaria de Educação Básica, 2014.

HUET, Bernard. Espaços Públicos, Espaços Residuais, in O Centro das Metrópoles: reflexões e propostas para a cidade democrática do século XXI. São Paulo: Associação Viva o Centro, 2001.

MERLIN, J.R.; QUEIROGA, E. F. Sobre espaços públicos potencialmente educadores. São Paulo: CD-Quapa-Sel, 2011.

SANTOS, Milton. (1987). O espaço do cidadão. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

SÃO JOÃO DA BOA VISTA (2019). Lei Complementar 4516 de 20 de Agosto de 2019: Plano Diretor Estratégico.

VILLAÇA, Flávio. As Ilusões do Plano Diretor. 1. ed. São Paulo: Edição do autor, 2005.

CAMINHOS PARA A PRESERVAÇÃO: O PATRIMÔNIO INDUSTRIAL NA CIDADE DE CATANDUVA

PATHS TO PRESERVATION: THE INDUSTRIAL HERITAGE IN THE CITY OF CATANDUVA

LINHA DE PESQUISA: Projeto, Inovação e Gestão em Arquitetura e Urbanismo

RANOLFI, Leticia Ferreira[1]

FARAH, Ana Paula[2]

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio industrial; Obsolescência; Catanduva.

KEY-WORDS: *Industrial heritage; Obsolescence; Catanduva.*

INTRODUÇÃO

A ferrovia chega ao Brasil em meados do século XIX, a partir de investimentos do Estado e capital privado, porém, na década de 1950, com a criação do Plano de Metas, e ocorrendo uma diversificação dos investimentos, as ferrovias ficam estagnadas e acontece a expansão do transporte rodoviário (TORTORELLO, 2010). Com a chegada do transporte rodoviário e o desmonte da rede ferroviária, esses bens perderam suas funções, ficando no abandono e invisibilidade. Esse abandono, a falta de uso e função, levaram as ferrovias à obsolescência e a deterioração dos espaços públicos, sendo alvo de utilização inadequada.

Os bens ferroviários têm relação direta e indireta com o patrimônio industrial, o desmonte desses bens e a utilização indevida geraram debates sobre a carência de sua preservação e a necessidade de meios para avaliar os edifícios. Ao despertar o interesse de salvaguardar, esses bens industriais ameaçados, surge à expressão arqueologia industrial, na Inglaterra, na década de 1950, a fim de entender uma sociedade nascida através da industrialização. A

[1] Mestranda em Arquitetura e Urbanismo, POSURB-ARQ PUC Campinas, leticia.fr4@puccampinas.edu.br.
[2] Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, POSURB-ARQ PUC Campinas ana.farah@puc-campinas.edu.br.

expressão surge a partir de uma publicação de Michael Rix[3], mas é na década de 1960 que se iniciam, de fato, os primeiros movimentos a favor da preservação do patrimônio industrial (LINS, 2012)

Originaram inúmeras discussões sobre o que deveria ser considerado patrimônio industrial, cujos conceitos, estruturas ou edificações seriam analisados a partir da Revolução Industrial, ou seja, o campo do patrimônio industrial engloba, além das estruturas e/ou edificações, também os processos industriais e técnicos, os meios de comunicação, os monumentos e os sítios, com o qual, em alguns casos, entraram em obsolescência devido a, deterioração e o uso inadequado. Deparou-se que, por ter várias fases o processo de industrialização em diferentes partes do mundo, gerou debates entre um atrito entre os estudiosos e especialistas, do qual formularam premissas para definir o que seria estabelecido como parte do patrimônio industrial (VICHNEWSKI, 2004).

Essas discussões resultam em algumas ações como o reconhecimento dos patrimônios ferroviário na Conferência Geral da UNESCO, em Paris no ano de 1972, na Convenção sobre a Salvaguarda do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, o qual foi provocado pela apreensão com a destruição e obsolescência desses bens nas nações mundiais (LINS, 2012).

Com o avançar desses debates acerca dos bens industriais, ocorreu, no âmbito internacional, a I Conferência Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial, em Ironbridge, na Grã-Bretanha, em 1973, porém somente na III Conferência Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial, na Suécia, no ano de 1978, que as discussões sobre o patrimônio industrial começou a ficar mais relevantes dando início a um olhar mais apurado em que, neste mesmo ano que o Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO, inscreveu pela primeira vez um bem industrial na sua *Lista do Patrimônio Mundial, a Mina de Sal Wieliczka, na Polônia* (LINS, 2012).

Em 2011, o TICCIH (The Internacional Committee for the Conservation of the Industrial Heritage)[4], organização mundial para a Arqueologia Industrial[5] e o ICOMOS (Conselho

[3] O inglês, Michael Rix, publicou um artigo em 1955, utilizando o termo arqueologia industrial pela primeira vez, segundo alguns autores (VICHNEWSKI, 2004).

[4] THE INTERNACIONAL COMMITTEE FOR THE CONSERVATION OF THE INDUSTRIAL HERITAGE – TICCIH. Disponível em: < https://ticcih.org/> acessado em 10 jun. 2020.

[5] A Arqueologia Industrial é uma narração micro histórica usada para estudar os vestígios e classificar os artefatos. Extrapola as edificações e busca compreender a relação entre o homem e o ambiente. (VICHNEWSKI, 2004).

Internacional de Monumentos e Sítios), estabelece o princípio de Dublin, com o objetivo de expandir o entendimento do conceito de patrimônio industrial.

No Brasil o campo do patrimônio industrial[66] ainda é muito primário e incipiente, o qual resulta em poucos bens preservados, e em sua grande maioria estão implantados em áreas que sofrem com a especulação. Todavia, em 1936, Mario de Andrade manifesta sua atenção sobre o patrimônio industrial (KÜHL, 2004) e apresenta como anteprojeto para a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (antigo SPHAN), atual IPHAN. Neste documento exposto por ele, é dito que o bem deve estar inscrito em um dos quatro livros do tombo e fazer, de pelo menos uma das oito categorias para ser reconhecido como patrimônio artístico nacional (LINS, 2012).

Na década de 1950 são tombadas as primeiras referências de patrimônio industrial, e mais adiante, na década de 1980, o IPHAN publica a Portaria nº 407/1980, criando um instrumento de proteção, a Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário, premissa inovadora para o campo do patrimônio industrial no território brasileiro (LINS, 2017).

As ferrovias, não somente no Brasil, mas em todo o mundo, apresentam singularidades que vão para-além do seu reconhecimento como patrimônio industrial. Além de a ferrovia ser um bem atrelado à industrialização, também é ligada diretamente com o entorno natural e construído, estabelecendo relações com a cidade que está inserida. Portanto, a preservação e o cuidado com os bens culturais industriais têm um papel preeminente para construção da identidade de um determinado território e de sua continuidade. Entender que o patrimônio industrial faz parte desse território – por meio de todas as situações e limitações – pois são esses suportes que a fez permanecer no tempo e no espaço.

PATRIMÔNIO INDUSTRIAL EM CATANDUVA

A cidade de Catanduva está localizada na região noroeste do estado de São Paulo, o qual o objetivo desta pesquisa é abordar o estado atual, apresentando o levantamento do patrimônio industrial e sua preservação. Assim, como a maior parte das cidades do interior do Brasil, Catanduva teve seu surgimento e crescimento ligado à rede ferroviária. Na segunda metade do século XX, o fim do ciclo do café e o modelo de transporte rodoviário, deixaram marcas que permaneceram até hoje na cidade, cicatrizes na malha urbana, como em diversas

[6] Patrimônio Industrial é tudo que representa as atividades industriais, como: bens móveis ou imóveis, máquinas, arquivos, arquitetura fabril, entre outros elementos. (VICHNEWSKI, 2004).

cidades, em que seus patrimônios ligados à ferrovia tornaram desocupados e abandonados.

A sua origem, ainda como vila, se deu por volta de 1850, denominada Vila Adolpho, mas é a partir da chegada da estrada de ferro, em 1910, que começou o seu desenvolvimento e crescimento. Instalou-se a chamada “Estrada de Ferro Vila Adolpho”, propriedade da Companhia São Paulo Norte. Em 1918, pequena e limitada com algumas casas em torno da estrada do Taboado, cresceu rapidamente, passando a ser implantado o município de Catanduva (FILHO, 2000).

Quando a estrada de ferro é integrada à linha tronco que parte da cidade de Araraquara, é assumido pelo governo estadual paulista passando a se chamar EFA (Estrada de Ferro de Araraquara), percorrendo por várias cidades do interior paulista como: Bueno de Andrada, Matão, Santa Ernestina, Taquaritinga, Cândido Rodrigues, Santa Adélia, Pindorama, Catanduva, Catiguá, seguindo até São José do Rio Preto e chegando à Santa Fé do Sul, divisa do estado de São Paulo com o estado do Mato Grosso do Sul (TORTORELLO, 2010).

A ferrovia instalada com objetivo de escoar a produção cafeeira dessa região trouxe um aumento significativo para a cidade. Junto dela foram surgindo edifícios para exercer a função da ferrovia, alavancando as atividades econômicas da cidade como instituições bancárias, hotéis, indústrias que se beneficiariam da matéria - prima da região, como é o caso da Indústria Matarazzo (local da atual Cocam), se beneficiando do café e chegando à cidade de Catanduva por volta de 1937, instalada ao lado da estação da ferrovia formando o complexo industrial (QUAGLIA, 2003).

Por volta de 1940, tinha uma população estimada de aproximadamente 40 mil habitantes no município, porém, somente nos anos de 1950 que a população urbana passa a ser maior que a população rural. Com a instalação da rodovia Washington Luís, em 1958, passando pelo município e promovendo a ligação com a capital do estado, passa a obsolescência do transporte ferroviário. Catanduva teve sua pulsão através da Estrada de Ferro de Araraquara, mas este patrimônio, do qual foi tão importante para o desenvolvimento da cidade, acabou se tornando esquecido e sem reconhecimento por parte da população como um símbolo essencial da identidade cultural da cidade.

DISCUSSÃO: OBSOLESCÊNCIA DO PATRIMÔNIO

Devem-se compreender as transformações territoriais ocorridas a partir do leito férreo. A não percepção do patrimônio se faz torná-lo irreconhecível e sem identidade aos olhos das gestões municipais e da própria população resultando na falta de memória que faz parte da construção do presente, sempre entendido como um processo de transformação constituindo a identidade tanto individual, quanto coletiva.

A partir da utilização do método dialético, será realizado o entendimento dos referenciais teóricos em uma pesquisa empírica, buscando dados através de bibliografias, iconografias e documentos em fontes primárias[7] e secundárias, análises das políticas públicas para a salvaguarda do patrimônio industrial no Brasil, levando em consideração sua grande importância no desenvolvimento e entendimento para o carácter identitário dos cidadãos, ou elementos dialéticos nas conformações das cidades. A pesquisa visa verificar os motivos para o abandono e o esquecimento dessa parte importante da cidade e como são tratados os problemas relacionados à preservação do patrimônio industrial em áreas centrais deterioradas.

Portanto, busca-se compreender a transformação territorial da cidade de Catanduva, vinculada ao patrimônio industrial, em seu estado atual[8]. Trazer o entendimento do que é o campo do patrimônio industrial para a sociedade, fazer a análise das políticas públicas de salvaguarda do patrimônio, e suas lacunas, na prática. E em conjunto com os órgãos públicos de Catanduva, a possível criação de um concelho patrimonial, onde será analisado o plano diretor e como tratar esse arcabouço dentro da cidade contemporânea, tirando-o da obsolescência. E principalmente, os motivos pelos quais este patrimônio industrial se tornou “abandonado” na cidade, pontuando sua importância para a identidade da cidade.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Como a pesquisa ainda está em andamento, iremos tecer algumas considerações importantes. O patrimônio, sendo ele de suas formas mais distintas, é de grande importância para o desenvolvimento e a compreensão da sociedade em que está inserido. Essas questões, de memória e cotidiano da sociedade têm conquistado cada vez mais espaços. Mas existe uma preocupação devido ao abismo entre a teoria e sua aplicabilidade, principalmente quando se trata do patrimônio cultural, tanto pelo poder público quanto em algumas ações do setor privado. Portanto, esta pesquisa pretende abarcar a tarefa de compreender a

importância do patrimônio industrial para o crescimento da cidade de Catanduva, verificando os motivos de seu abandono e o esquecimento dessa parte importante da cidade, verificando como são tratados os problemas relacionados à preservação do patrimônio industrial em áreas centrais deterioradas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FILHO, José Vieira Camelo. A implantação e consolidação das estradas de ferro no nordeste brasileiro. Campinas: UNICAMP, 2000.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Questões Teóricas Relativas à Preservação de Edifícios Industriais. Desígnio Revista de História da Arquitetura e do Urbanismo. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – USP/Annablume, n. 1, março, 2004.

LINS, Ana Paula Mota de Bitencourt da Costa. O património industrial ferroviário e os instrumentos voltados para a sua salvaguarda. Architecton-Revista de Arquitetura e Urbanismo – Vol.2, nº2, 2012

LINS, Ana Paula Mota de Bitencourt da Costa. As ferrovias como bem de valor universal excepcional. Recife, 2017.

QUAGLIA, V. C. *Catanduva de A a Z.* São José do Rio Preto: Rio-Pretense, 2003.

TORTORELLO, J. M. Viajando Pela Estrada de Ferro Araraquara, Matão: Gráfica Motonense Ltda. 2010

THE INTERNACIONAL COMMITTEE FOR THE CONSERVATION OF THE INDUSTRIAL HERITAGE – TICCIH. Disponível em: < https://ticcih.org/> acessado em 10 jun. 2020.

VICHNEWSKI, Henrique Telles. As indústrias Matarazzo no interior paulista: arquitetura fabril e patrimônio industrial (1920-1960). 2004. 296p. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281501>. Acesso em: 3 ago. 2018

FITORREMEDIAÇÃO COMO CONTRIBUIÇÃO PARA CONSTRUÇÃO DE PARADIGMAS AMBIENTAIS URBANOS

PHYTOREMEDIATION AS A CONTRIBUTION TO URBAN ENVIRONMENTAL PARADIGMS CONSTRUCTION

LINHA DE PESQUISA: Projeto, Inovação e Gestão em Arquitetura e Urbanismo

RACIUNAS, Ludmila[1]

LUZ, Vera Santana[2]

PALAVRAS-CHAVE: fitorremediação como qualificação da paisagem; educação ambiental; políticas públicas para o ambiente urbano)

KEY-WORDS: *phytoremediation as landscape qualification; environmental education; public policies for the urban environment*

INTRODUÇÃO

Esta Pesquisa pretende levantar, selecionar, documentar e analisar criticamente projetos e ações que aliem experiências de fitorremediação a práticas de educação ambiental, em espaços públicos ou privados, de forma a constituir subsídios para a elaboração de estratégias factíveis e replicáveis para ações comunitárias autônomas ou políticas públicas, em diferentes escalas e territórios. Para tanto, serão considerados sistemas de fitorremediação articulados aos preceitos de Soluções baseadas na Natureza (SbN) (CABRAL, 2017; COHEN-SHACHAM et al., 2016).

Parte-se do pressuposto que o meio ambiente necessita de tempos superiores para regeneração perante os processos de extração, produção e descarte da sociedade capitalista, cujo efeito de degradação da natureza ocorre em tempos inéditos (WACKERNAGEL; REES,

[1] Mestranda em Arquitetura e Urbanismo, POSURB-ARQ PUC Campinas, lud_raciunas@hotmail.com.
[2] Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, POSURB-ARQ PUC Campinas, veraluz@puc-campinas.edu.br.

1998). Os resultados dessa relação vêm em forma de escassez, poluição, depredação dos recursos naturais e mudanças climáticas, que geram, por sua vez, as crises ambientais. De acordo com Marques (2015), a situação é tal que as crises ambientais logo se sobreporão às crises cíclicas do próprio sistema capitalista, porém trarão como resultado agravantes muito maiores do que a quebra de economias: o que está em jogo aqui são "os equilíbrios físicos, químicos e biológicos sobre os quais se alicerça a teia da vida" (MARQUES, 2015, p.47).

Tendo em vista que as agressões ao meio ambiente têm consequências globais, ainda que possam ocorrer localmente, a Organização das Nações Unidas (ONU), constituída após a barbárie da Segunda Guerra Mundial e formada por países reunidos voluntariamente para trabalhar pela paz e pelo desenvolvimento mundiais – cria, em 1972, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), que tem como objetivo coordenar as ações internacionais de promoção e conservação do meio ambiente e o uso eficiente de recursos no contexto do desenvolvimento sustentável. O Programa vem estabelecendo, desde a década de 90, agendas globais de enfrentamento de questões sociais, econômicas e ambientais, com vistas a mitigar os impactos ambientais causados pelo ser humano a nível mundial. A mais recente é a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, implementada em 2015. A Agenda 2030 define os novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): metas globais estabelecidas pela ONU para se atingir o desenvolvimento sustentável - social, econômico e ambiental -, com a finalidade de erradicar a pobreza em todas as suas formas e dimensões e melhorar a qualidade de vida das populações mediante a igualdade social (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2015; BRASIL, 2016). Os países signatários têm até 2030 para o cumprimento das 169 metas dos 17 Objetivos da Agenda. Para a ONU,

> [...] o desenvolvimento sustentável reconhece que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, o combate às desigualdades dentro dos e entre os países, a preservação do planeta, a criação do crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável e a promoção da inclusão social estão vinculados uns aos outros e são interdependentes. (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2015)

Portanto, os Objetivos propostos pela Agenda 2030 também são interdependentes e indissociáveis. Simultaneamente, do ponto de vista pedagógico, toma-se como premissa que, ao transformar o ambiente, o homem também muda sua própria visão a respeito da natureza e do meio em que vive (BRASIL, 1997).

Diante das intensas agressões ambientais que marcam a contemporaneidade, debates sobre a relação homem-natureza vêm se tornando, no mínimo, imperativos, bem como a busca por soluções alternativas para mitigar problemas causados ao meio ambiente por interferência humana. A primeira condição para enfrentar crises ambientais é colocá-las como o problema central e impreterível da humanidade (MARQUES, 2015).

Soluções baseadas na Natureza

As Soluções baseadas na Natureza (SbN) predicam ações inspiradas em processos naturais, que têm como objetivo enfrentar desafios socioespaciais, buscando conduzir processos em equilíbrio ambiental (CABRAL, 2017).

O IUCN - International Union for Conservation of Nature and Natural Resources - define, mediante consenso em processo participativo, Soluções baseadas na Natureza (SbN) como: “ações para proteger, manejar sustentavelmente e restaurar ecossistemas naturais ou modificados que residem em desafios sociais efetivos e adaptáveis, simultaneamente provendo o bem estar humano e benefícios à biodiversidade” (COHEN-SHACHAM et al., 2016, p. 2, tradução livre das autoras). Estes processos são predicados para segurança hídrica, alimentar, saúde humana, redução de riscos de desastres e mudanças climáticas, mediante restauração ecossistêmica em operações em rede (Idem, p. 12-30).

A WWAP (2018) recomenda a incorporação acelerada das SbN para a gestão da água e dos recursos hídricos como potencial sustentável para disponibilidade, qualidade e manejo de riscos relacionados à água mediante experiências na escala de bacias em áreas urbanas, incluindo possibilidades de financiamento, marcos regulatórios e jurídicos, colaboração intersetorial de políticas para incremento da base de conhecimentos e critérios de avaliação de opções como cumprimento à Agenda 2030.

A fitorremediação consiste em técnicas que utilizam plantas perante efeitos nocivos de elementos tóxicos e poluentes ao meio ambiente, que vêm sendo aplicadas em diversas frentes, tais como: filtragem hídrica, tratamento de efluentes e descontaminação de solos, como sistemas de Soluções Baseadas na Natureza.

DESENVOLVIMENTO

Primeiramente postula-se a constituição de quadro teórico a partir da investigação de referências a partir de bibliografia, trabalhos acadêmicos, artigos e veículos midiáticos e estatuto legal relacionados ao tema. Em segundo momento será realizada análise crítica de projetos e ações análogos, selecionados em correspondência ao tema utilizando-se, para tanto, de bases lógicas indutivas e dialéticas.

Segundo GIL (2008), o método indutivo "parte do particular e coloca a generalização como um produto posterior do trabalho de coleta de dados particulares". Isto é, a partir da observação de um número de fenômenos ou objetos concretos diferentes, partindo das particularidades dos estudos de caso, buscar-se-á compreender uma realidade geral e seu alcance. Entendendo que o método dialético "fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade" estabelecendo para isso que "fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais, etc." (GIL, 2008), serão tecidas articulações comparativas entre os estudos de caso, cotejando as premissas da Pesquisa no que se refere às possibilidades de replicabilidade dos sistemas em sistemas educadores e como subsídios a políticas públicas. As bases instrumentais para a Pesquisa serão realizadas a partir dos métodos Observacional e Monográfico – método que parte do princípio de que "o estudo de um caso em profundidade pode ser considerado representativo de muitos outros ou mesmo de todos os casos semelhantes" (GIL, 2008).

DISCUSSÃO

Desenvolvimento Sustentável e seus paradoxos

Dentro das reflexões e práticas relacionadas ao planejamento e gestão urbana no Brasil e mundialmente e o crescente número de pesquisas e estudos técnicos e científicos realizados (BARGOS; MATIAS, 2011), a incorporação da preocupação com a sustentabilidade tem contribuído para que muitos governos passassem a considerar a questão ambiental como fundamental na agenda política (NUNES; ROSA; MORAES, 2015). A noção de sustentabilidade urbana passa pela ideia de sermos capazes de reverter os atuais padrões econômicos e financeiros de produção, consumo, descarte rumo ao estabelecimento de uma nova matriz urbana, dado que não é possível manter intensos ciclos de crescimento

econômico e urbano sem agredir o meio ambiente (NUNES; ROSA; MORAES, 2015). Eis o paradoxo da busca por sustentabilidade em um sistema capitalista: quanto mais as cidades crescem e se desenvolvem nos padrões de urbanização que o mundo adotou desde a Revolução Industrial, maiores são os impactos ambientais que elas causam (MARQUES, 2015). A conta, aparentemente, não fecha, tanto perante o desafio de vida digna para o conjunto dos cidadãos – o que implica em suprimento universal e equitativa de infraestrutura e serviços públicos e sistemas de ciclos fechados – quanto perante os recursos naturais e a paisagem. Encontrar soluções alternativas que diminuam os impactos em questões sensíveis, tais como resíduos, emissão de efluentes, contaminação do solo, ilhas de calor, erosão do solo, perda de fontes de água doce, supressão de fauna e flora, tem sido um desafio planetário (NUNES; ROSA; MORAES, 2015).

Citando a questão do saneamento, conforme alerta Furigo (2020), no Brasil entre 2007 a 2014 houve dois sentidos opostos na política de saneamento de esgotos, a saber: o saneamento como direito, atendendo a pressões de movimentos sociais e sindicais e o saneamento como negócio, associado a megaprojetos de reestruturação e renovação urbana em moldes econômicos neoliberais de mercantilização das cidades. No entanto índices apontam a situação sistêmica preocupante perante a universalização, o que tende a se agravar pela recente proposta de alteração no marco legal do saneamento básico pela Lei 14.026/2020 (BRASIL, 2020). Dados publicados pelo Senado Federal relativos a 2018 apresentam 101 milhões de brasileiros sem coleta de esgoto e 39,4 milhões sem acesso a água tratada (AGÊNCIA SENADO, 2020). Ventura (2017), cotejando dados da Agência Nacional de Águas (ANA), indica que “somente 1/3 das estações de tratamento usam processos com remoção de material orgânico superior a 80%, concentradas na Região Sudeste” e menciona que 45% dos esgotos gerados no Brasil não recebem qualquer tipo de tratamento, vertidos diretamente no sistema hídrico, equivalendo a 5,5 mil toneladas/dia, em dados relativos a 2017. Pelo Instituto Trata Brasil (2020) 47% da população brasileira não tem coleta de esgotos, a saber, quase 100 milhões de pessoas, em dados relativos ao SNIS-2018, respectivamente sendo a coleta realizada para 10,49% da população na região Norte, 20,01% da região Nordeste, 79,21% da região Sudeste, 45,17% da região Sul e 52,89% da Região Centro-Oeste, sendo que somente 46% dos esgotos do país são tratados. Dados da Fiesp (2017), em acompanhamento ao déficit de saneamento básico no Estado de São Paulo, apontam que há 10% do esgoto sem coleta e 40,8% de moradias sem tratamento de esgotos.

A cultura urbana brasileira tende a associar o crescimento das cidades, a verticalização de bairros de classe média e alta e a ampliação ininterrupta do sistema viário destinado, principalmente, aos automóveis, à ideia de progresso. Porém, não se assimila o quanto essa matriz urbana pode, na verdade, representar um verdadeiro desastre ambiental a longo prazo. Equilibrar a equação entre, de um lado, o crescimento econômico, a urbanização, a produção agrícola para o mercado urbano e, de outro, a sustentabilidade, tornou-se um grande problema (NUNES; ROSA; MORAES, 2015) para a maior parte dos países no século XXI. Num contexto como o do Brasil, marcado por um histórico padrão estrutural de desigualdades e privilégios sociais, esse paradoxo se torna tão mais evidente quanto excludente.

CONCLUSÃO

Ainda que a sustentabilidade ambiental implique em mudanças de cunho estrutural em diversos aspectos socioeconômicos atuais, perante a envergadura e amplitude dos problemas ambientais, a realidade presente pode admitir programas e ações de diversas escalas e agentes, sejam setores do estado, organizações não governamentais, instituições da sociedade civil, empresas, comunidades ou indivíduos isoladamente, de forma gradual, localizada ou sistêmica.

Embora reconheça a relação entre a crise ambiental e a produção capitalista, a ONU tem predicado que seja possível e necessário mitigar os resultados desta crise através de procedimentos de baixo impacto, de resiliência e que apontem para estratégias de sustentabilidade. Entendemos que – ao menos localmente – esta pesquisa possa contribuir na investigação de possibilidades de redução de impactos ambientais a partir de sistemas baseados na natureza, ao menos localmente, perante diversas situações urbanas brasileiras de caráter sistêmico, como o tratamento de esgotos, a regeneração de solos e a agricultura urbana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA SENADO. *Senado aprova novo marco legal do saneamento básico*. 24 jun. 2020. Brasília: Senado Notícias. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/06/24/senado-aprova-novo-marco-legal-do-saneamento-basico>. Acesso em: 14 jul. 2020.

BARGOS, D. C.; MATIAS, L. F. Áreas verdes urbanas: um estudo de revisão e proposta conceitual. *RevSbau – Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana*, v.6, n.3, p.172-188, 2011.

BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. *Parâmetros Curriculares Nacionais (1ª. a 4ª. séries)*: meio ambiente, saúde. 127 p. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1997.

BRASIL. *Lei no. 14.026, de 15 de julho de 2020*. Brasília: Diário Oficial da União, 2020. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/32462863/publicacao/32491972>. Acesso em: 20 jul. 2020.

CABRAL, M. Soluções Baseadas na Natureza. *Página 22_ON,* p. 1-23, dez 2017. São Paulo: FGV-EAESP Centro de Estudos em Sustentabilidade. Disponível em: <P22ON_DEZEMBRO-2017-edfinal.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2020.

COHEN-SHACHAM, E.; WALTERS, G.; JANZEN, C.: MAGINNIS, S. (Eds.) *Nature-based Solutions to address global societal challenges*. Gland, Switzerland: IUCN, 2016. DOI: http://dx.doi.org/10.2305/IUCN.CH.2016.13.en. Acesso em: 15 jun. 2020.

FIESP. FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Déficit de tratamento de esgotos*. 2017. Disponível em: <https://www.fiesp.com.br/noticias/fiesp-faz-acompanhamento-do-deficit-de-saneamento-basico/attachment/deficit_tratamento_esgoto/> Acesso em 10 mar. 2020.

FURIGO, R. F. R. *Universalização do saneamento no contexto dos assentamentos precários urbanos brasileiros*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2020.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social.* 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

MARQUES, L. *Capitalismo e colapso ambiental.* Campinas: Editora Unicamp, 2015.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. UNIC Rio. *Agenda 2030*. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 10 jul. 2020.

NUNES T.; ROSA J. S.; MORAES R. F. *Sustentabilidade urbana*: impactos do desenvolvimento econômico e suas consequências sobre o processo de urbanização em países emergentes. Habitação social e sustentabilidade urbana. Brasília: MMA, 2015.

TRATA BRASIL. *Esgoto*. Disponível em: <http://www.tratabrasil.org.br/saneamento/principais-estatisticas/no-brasil/esgoto>. Acesso em 10 jul. 2020.

VENTURA, M. No Brasil, esgoto de 45% da população não recebe qualquer tratamento. Rio de Janeiro: *O Globo*, 25 set. 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/no-brasil-esgoto-de-45-da-populacao-nao-recebe-qualquer-tratamento-21865590>. Acesso em: 10 mar. 2020.

WACKERNAGEL, M.; REES, W. *Our ecological footprint*: reducing human impact on the Earth. Canada: New Society Publishers, 1998.

WWAP. (United Nations World Water Assessment Programme). *The United Nations World Water Development Report 2018:* Nature-based Solutions. Paris: UNESCO, 2018.

ESPAÇOS DA DESIGUALDADE: COMPETITIVIDADE E LUGAR NA PRODUÇÃO RURAL DE JUNDIAÍ

Inequality spaces: competitiveness and place in rural production in Jundiaí

LINHA DE PESQUISA: Projeto, Inovação e Gestão em Arquitetura e Urbanismo

ONGARO, Nathália Giassetti[1]

SILVA NETO, Manoel Lemes da[2]

PALAVRAS-CHAVE: desigualdade socioespacial; competitividade; produção rural.

KEY-WORDS: *socio-spatial inequality; competitiveness; rural production.*

INTRODUÇÃO

Fundamentado na oferta do petróleo barato, na implantação das linhas de produção, do maquinário específico, nos bens de consumo elétricos e mecânicos, e sobretudo no trabalho especializado e individualizado, o modelo fordista se sustentou satisfatoriamente até os anos 70. Diante de uma crise de acumulação relacionada com a equiparação dos capitais industriais e financeiros, uma derivação desse modelo possibilitaria o retorno do processo de acumulação em grande escala. (GATTO, 1989)

A reestruturação produtiva se consolidou sobre algumas premissas fundamentais. Uma delas é a competitividade, categoria central para compreensão desse regime de acumulação que nunca deixou de se intensificar, desde a década de 1980. Compreendida por Milton Santos como concorrência sem compaixão (SANTOS, 2000), a competitividade é uma chave importante para compreensão de como essa categoria se materializa no território, especialmente sobre a dinâmica regional. O processo de industrialização arquitetou um novo sistema de acumulação, que se apresenta como base fundamental para compreensão da desigualdade estrutural no caso brasileiro:

[1] Mestranda em Arquitetura e Urbanismo, POSURB-ARQ PUC Campinas, nathalia.go2@puccampinas.edu.br.
[2] Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, POSURB-ARQ PUC Campinas manoel.lemes@puc-campinas.edu.br.

> A formação das grandes metrópoles decorre da concentração do processo produtivo e, consequentemente, do processo de acumulação em pontos estratégicos do território, que comanda o processo de produção por via da divisão do trabalho entre espaços hierarquizados do território e da expropriação do excedente gerado nesses espaços. (ROSSINI, 1986)

Para além dessa industrialização lucrativista, é possível selecionar outros fatores que compõem a consolidação e permanência da desigualdade brasileira. Dentre elas, identifica-se a produção mercadológica para a exportação, lógica de consumo, presença seletiva do Estado, entre diversos outros, relacionados inclusive com a propriedade da terra, e do mercado de solo (VILLAÇA, 2011; ABRAMO, 2007). A perspectiva de análise da desigualdade aqui se dará, especificamente, sobre a concentração dos meios técnicos-produtivos que reverberam pelo território do estado de São Paulo, atingindo todos os níveis de análise espacial. Resgatando os aspectos imateriais que norteiam esse sistema de produção baseado na lucratividade, observa-se que essa reorganização dos modelos de produção está vinculada fundamentalmente à noção de flexibilidade. Das plantas industriais (GATTO, 1989) à legislação trabalhista, tudo no mundo contemporâneo parece tomar uma forma abstrata que serve muito bem a interesses específicos e impermanentes: “Vivam os mercados, abaixo o Estado, viva a flexibilidade do trabalho” (BOYER, 1990, p.12).

A competitividade que norteia esse fenômeno produtivista é também um dos conceitos-chave que encaminha a pesquisa, que busca revelar o fenômeno da desigualdade reconhecendo na reestruturação produtiva, um substrato espacial que permite que essa realidade desigual ocorra nas mais diversas escalas. Nessa perspectiva, sua manifestação regional será observada no estado de São Paulo, e sua dinâmica local, sobre a análise da produção rural em Jundiaí. Parte-se da premissa que a desigualdade é, portanto, um fenômeno heterogêneo. Isto é, não isenta uma região provida dos meios técnicos de revelar lugares desiguais.

Traduzindo essa conjuntura para o estado de São Paulo, o processo de industrialização anterior a esse período de reestruturação adquire uma importância fundamental, especialmente para o campo. Vale registrar o período até a década de 1920, em que prosperavam as indústrias de manufatura nos ramos têxtil, alimentício e de vestuário fortemente vinculadas à produção agrícola, até as décadas de 1930 a 1950 durante a chamada industrialização restringida (CANO, 1988). Após a consolidação desse período, inicia-se na década de 1960 um êxodo rural sem precedentes motivado pela modernização da produção rural. Fato que, somado à migração nordestina e mineira, avolumou a metrópole como nunca, concentrando ainda mais as bases técnicas, industriais e de mão-de-obra. A

mesma produção agrícola que se colocava como promissora alavanca econômica no início do século, sendo responsável pela urbanização do interior paulista, após 1960 passa a ser responsável pelo esgotamento do emprego rural, gestando inclusive a figura do bóia-fria, o trabalhador do sub-emprego rural que desenvolve a vida no ambiente urbano.

Posta essa conjuntura, a industrialização no meio rural aparece como um fenômeno central que diferencia determinantemente pequenos e grandes produtores. Milton Santos elucidará essa questão por meio da produção do açúcar:

> Para instalar uma usina, é preciso dispor de meios financeiros mais elevados que os demais produtores da mesma área, pondo estes numa situação de subordinação quando antes suas relações eram de competitividade. (...) os processos industriais detêm o comando tanto da atividade agrícola quanto da própria organização espacial. A usina teria, assim, um papel central na explicação global das relações sociais e da arquitetura espacial. (SANTOS, 1986, p. 132 e 133).

Fica claro que a chave para o êxito econômico de qualquer produção, especialmente a agrícola (que pode ser industrializada, de subsistência, e de vários níveis comerciais), está na capacidade de inserção na lógica mercadológica capitalista. Nesse sentido, a industrialização é uma categoria que diferencia produtores e produtos, e é uma chave de análise que possibilita a compreensão da desigualdade no campo por meio da aplicação metodológica dos circuitos espaciais produtivos.

Essa desigualdade que pode ser reconhecida em diversas escalas está imersa numa lógica própria que engloba as esferas políticas, sociais e mercadológicas. São categorias que confluem na totalidade do espaço, configurando tipos de relação dotados de uma espécie de imutabilidade. No espaço rural produtivo, pode-se dizer que essa dualidade entre grande e pequeno produtor é ainda mais notável.

METODOLOGIA

Considerando as atividades que descrevem os objetivos dessa pesquisa a partir dos desdobramentos espaciais, sociológicos, econômicos, produtivos, históricos e políticos, a análise dos resultados se dará justamente pela sobreposição seletiva desses dados, de forma georreferenciada.

O objetivo primordial desse tipo de análise será revelar dinâmicas ocultas que exponham as relações competitivas e desiguais no território rural. Esse caráter gráfico próprio desse mecanismo de trabalho é imprescindível para a pesquisa, uma vez que possibilita a observação dinâmica dos desdobramentos dos dados no território da cidade.

Na perspectiva da busca pela validação das hipóteses elencadas anteriormente, a análise se desdobrará em etapas previamente definidas. Cada etapa revelará um recorte de acordo com os níveis analíticos selecionados. Serão três: referencial teórico metodológico, caracterização socioespacial e contextualização da produção agrícola jundiaiense.

OBJETIVOS

A pesquisa busca compreender a relação existente entre a reestruturação produtiva e o potencial econômico das produções agrícolas na cidade de Jundiaí. Para tanto, será fundamental caracterizar o espaço rural jundiaiense segundo a localização de suas propriedades e temporalidades de suas respectivas produções. Estabelecendo comparação entre propriedades rurais produtivas segundo seu nível de desenvolvimento por meio dos circuitos espaciais produtivos, será possível observar os níveis de êxito econômico dessas propriedades segundo o grau de inserção na lógica produtivista vigente, a qual fomenta desigualdades e aniquila lugares.

DISCUSSÃO

A empirização de uma questão pessoal e particular revelou-se especificamente durante o estudo da pesquisa cujo objeto eram os espaços da desigualdade no estado de São Paulo (ONGARO; SILVA NETO, 2018). Essa pesquisa revelou um comportamento dos mecanismos de organização do espaço que posteriormente seria compreendido como um elo entre a desigualdade socioespacial e a competitividade entre lugares.

A análise dessa pesquisa previamente desenvolvida pelos autores revela que os espaços detentores dos meios de produção tendem a exercer uma espécie de magnetismo em relação à riqueza produzida, tornando-se cada vez mais fortes na realidade competitiva entre municípios, e materializando-se, em última instância, em regiões do mandar e do fazer (SANTOS, 2006). Assumindo que haja uma relação direta entre a organização regional e o êxito econômico mercadológico (ALBUQUERQUE, 1995), essa organização regional permitiu para o estado de São Paulo uma concentração das técnicas tão acentuada, que fez desse estado (e particularmente dessa região destacada nos mapas), o território técnico-produtivo do país. Após a reestruturação produtiva, esse desenho se acentuou, e a pesquisa indica que existe uma tendência de continuidade desse processo, acirrando a desigualdade entre lugares.

Essa será a base regional sobre a qual pretende-se analisar a desigualdade na escala estadual. Recuperando o contato com as áreas rurais jundiaienses, a escala local será manifestada também pela ótica técnico-produtiva. Enquanto as grandes produções monocultoras de commodities se alastram pelo território como a única possibilidade de um desenvolvimento eficientemente lucrativo (em São Paulo, desde a economia do café), a maioria dos estabelecimentos produtores classifica-se como agricultura familiar, segundo o censo agropecuário de 2006 realizado pelo IBGE.

Acrescentemos a isso mais um fator do crescimento descontrolado das cidades, que pode ser observado especificamente em cidades médias, que é o caso de Jundiaí. A urbanização tipicamente difusa e informal (ABRAMO, 2007), se expande em direção às áreas rurais, muitas vezes reconhecidas como improdutivas, vazias e onerosas ao território da cidade. As pequenas propriedades produtivas, por sua vez, são pressionadas e passam a integrar uma situação de fragilidade e incerteza. Muitas são englobadas pelo perímetro urbano, mesmo mantendo sua atividade agrícola. Algumas não estão sequer mapeadas, comercializando seus produtos de forma informal, pela vizinhança de sua propriedade ou em pequenas bancas ao longo das estradas.

É possível observar esse fenômeno de esmagamento das áreas rurais em diversos municípios, especialmente os que se aproximam das regiões metropolitanas paulistas. Jundiaí aparece como um caso singular. Além de estar localizada entre as duas maiores regiões metropolitanas paulistas (São Paulo e Campinas), é o típico município que, desprovido dos grandes meios de produção, permanece como um quase recanto bucólico entre metrópoles. Para além da ausência de um plano de integração regional, grande parte desse retrato pitoresco está relacionado à ainda presente produção agrícola e à grande área de preservação composta quase exclusivamente pela Serra do Japi.

É um município que praticamente se detém sobre a atividade comercial e de serviços durante toda sua história urbana, posicionando-se em 2013 como o 18º PIB municipal do Brasil, o 10º da Região Sudeste e o 7° maior PIB municipal do Estado de São Paulo (IBGE, 2016), o que demonstra claramente uma participação importante em termos econômicos, mas que se mantém territorialmente passiva na condição de sede da aglomeração urbana de Jundiaí (AUJ), enquanto as maiores regiões metropolitanas do estado de São Paulo funcionam como um só organismo espacial (ONGARO; SILVA NETO, 2018).

A caracterização do objeto de estudo local será representada por meio de uma família de produtores específica: a família Maziero. Com 60 anos de história, é comercializadora de vinhos e outros produtos artesanais, e foi selecionada, por afinidade com as autoridades eclesiásticas regionais para produzir o vinho que o Papa Bento XVI consumiu durante a missa em sua vinda ao Brasil em 2007. Desde então ganhou notoriedade crescente na cidade. Aqui encontra-se outra categoria central, além da industrialização e da competitividade: o marketing. Essa atividade destinada a um pequeno grupo de agricultores vem se democratizando com a facilidade no acesso às plataformas sociais. Mas ainda não é uma realidade generalizada. O método selecionado para analisar a capacidade de inserção no sistema produtivo, industrial e propagandista foi a aplicação dos circuitos espaciais produtivos.

Essa tríade entre produção agrícola industrializada, inserção ao sistema de marketing e comportamento de natureza competitiva será essencial para classificar os tipos de produtores no município, revelando os princípios da reestruturação produtiva no contexto rural. Chega-se a uma caracterização dupla: os pequenos produtores e os produtores competitivos, configurando a realidade municipal desigual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da realidade desigual brasileira, é possível observar a articulação de diversos fatores que contribuem não só para a permanência, mas para o acirramento das diferenças. Esse fenômeno pode ser observado em todas as escalas. A pesquisa se deterá sobre a análise do estado, com enfoque particular sobre o município de Jundiaí, apropriando-se de um espectro produtivo particular: a produção rural. Essa análise permitirá revelar dinâmicas ocultas que contribuem para arquitetar um futuro incerto para grande parte dos pequenos produtores desse município.

É certo que a análise da desigualdade estrutural se faz presente nas diversas instâncias do território, e é fundamental para qualquer análise urbanística, especialmente no Brasil. A construção regional, tanto quanto a criação de planos diretores, depende da consideração desse fator para contornar a perversidade que comanda os lugares urbanos e não urbanos por meio de agentes hegemônicos que muitas vezes não estão claros. A análise pretendida por essa pesquisa busca revelar essa construção fomentada pela competitividade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, P. A cidade COM-FUSA. A mão inoxidável do mercado e a produção da estrutura urbana nas grandes metrópoles latino-americanas. R. B. Estudos Urbanos e Regionais. V.9, n.2. Novembro de 2007.

ALBUQUERQUE, F. Competitividad internacional, estrategia empresarial y papel de las regiones. Santiago de Chile: Ilpes, 1995. (Serie Ensayo, documento 95/28).

BOYER, R. A teoria da regulação: uma análise crítica. São Paulo: Nobel, 1990.

CANO, W. Economia Paulista. São Paulo: Seade, 1988.

GATTO, F. Cambio tecnologico neofordista y reorganizacions productiva: primeras reflexiones sobre sus implicancias territoriales. Santiago de Chile: Ilpes, 1990. (Documento CPRD-C/108).

ONGARO, N.; SILVA NETO, M. L. Espaços da desigualdade: agrupamentos territoriais de alta performance no estado de São Paulo. 2020. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/21.242/7822>. Acesso em: 30 jul. 2020.

SANTOS, M. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, M. Circuitos espaciais de produção: um comentário. Em Souza, M. A. A. de & Santos, M. (Eds.), A construção do espaço (pp. 121–134). São Paulo: Nobel. 1986

ROSSINI, R. E. A produção do novo espaço rural: pressupostos gerais para a compreensão dos conflitos sociais no campo. Em Souza, M. A. A. de & Santos, M. (Eds.), A construção do espaço (pp. 97–119). São Paulo: Nobel, 1986.

VILLAÇA, F. São Paulo: Segregação Urbana e Desigualdade. Estudos Avançados 25 (71), 2011.

DO CICLISTA AO CICLOATIVISTA: A PRAÇA DO CICLISTA E O USO DA BICICLETA NA CIDADE DE SÃO PAULO

From cyclists to cycloativists: the Cyclist Square and the use of bycicles in the city of São Paulo

LINHA DE PESQUISA:

SILVA JUNIOR, Reinaldo Ricarte da[1]

SILVA NETO, Manoel Lemes da[2]

PALAVRAS-CHAVE: cicloativismo; ocupação do espaço urbano; sistema viário

KEY-WORDS: *Cycling activists – Urban space occupation – Road System*

INTRODUÇÃO

Os cicloativistas paulistanos estabeleceram uma nova simbologia ao ato de andar de bicicleta, convertendo o deslocamento por bicicletas em ação política, organizando um novo discurso de transformação territorial. Este discurso é vivenciado toda última sexta-feira do mês, na praça do ciclista (espaço residual na esquina da Avenida Paulista com a Rua da Consolação). A transformação engloba dois eixos centrais: a defesa da bicicleta como meio de transporte, e o reconhecimento do sistema viário como possibilidade de permanência, de áreas de lazer e esportes.

Os recentes governos municipais (2008 – 2016) estabeleceram uma série de políticas urbanas que partiam das premissas do cicloativismo. Além da transformação das políticas públicas municipais, as bicicletas começaram a integrar a paisagem urbana das regiões mais ricas da cidade, criando uma separação entre o “ciclista tradicional”, indivíduo pobre e periférico, e o “novo ciclista urbano”, de classe média e morador das regiões centrais.

[1] Mestrando em Arquitetura e Urbanismo, POSURB-ARQ PUC Campinas, reinaldoricarte@gmail.com.
[2] Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, POSURB-ARQ PUC Campinas manoel.lemes@puc-campinas.edu.br.

Fundamentado nestes dados, a pesquisa investigará o processo de consolidação da praça do ciclista como ponto simbólico dos cicloativistas na cidade de São Paulo, e seu papel na transformação territorial do uso da bicicleta na cidade.

CONTEXTUALIZAÇÃO

No Brasil, a bicicleta é o meio de transporte individual mais utilizado nas pequenas cidades brasileiras, aquelas com até 50 mil habitantes. Se nos atentarmos ao fato que os pequenos municípios compõem 90% de todas as cidades do país, podemos considerar a bicicleta um meio de transporte fundamental no Brasil, tornando-se vetor primordial nos debates sobre políticas de mobilidade, na esfera nacional (GEOPOT, 2001).

O perfil do ciclista brasileiro é de baixa renda, jovem e residente da zona rural, mas à medida que o padrão de consumo das famílias cresce, esta parcela da população migra da mobilidade ativa (bicicleta e pedestre) para a mobilidade motorizada, principalmente com a aquisição de motocicletas (VASCONCELLOS, 2013). Para este grupo, a bicicleta não está relacionada a uma postura ecológica ou saudável, mas sim como um meio de transporte economicamente viável.

Nas cidades médias e grandes, devido à maior abrangência dos transportes públicos e das políticas de valorização dos automóveis, as bicicletas são mais utilizadas nas regiões periféricas. Se focarmos em São Paulo, recorte do trabalho, os dados da pesquisa de mobilidade do Metrô de 2012[3], apontam que a Zona Leste é a região em que há o maior número de viagens de bicicleta na cidade, são os bairros do Itaim Paulista, São Miguel, Vila Curuçá, Vila Jacuí e Jardim Helena. Nesta região realiza-se, em média, 18 mil viagens diárias de bicicleta[4].

São Paulo, a maior cidade da América do Sul, com seus 12,2 milhões de habitantes, historicamente sempre foi hostil às mobilidades ativas, dados apontam que o número de atropelamentos de pedestres no ano de 2019 foi de 394 vítimas, e a morte de ciclistas cresceu

[3] Pesquisa de Mobilidade da região metropolitana de São Paulo. Disponível em: <http://www.metro.sp.gov.br/metro/arquivos/mobilidade-2012/relatorio-sintese-pesquisa-mobilidade-2012.pdf>. Acesso em: 15 abr.2020.

[4] 'Paraíso das magrelas', Jardim Helena é referência no uso de bicicletas. Disponível em: <https://32xsp.org.br/2017/07/05/paraiso-das-magrelas-jardim-helena-e-referencia-no-uso-de-bicicletas/>. Acesso em: 15 abr. 2020.

64% atingindo o número de 32 mortes[5].

Esta violência contra a mobilidade ativa pode ser relacionada com a opção rodoviarista adotada no Brasil. O então candidato a governador do Estado de São Paulo e presidente do Brasil Washington Luís, em 1920, já afirmava, "governar é abrir estradas", o presidente Juscelino Kubitschek, com a mudança da capital nacional para Brasília, fomenta a política do aumento das rodovias no interior do país, e, consequentemente, a vinda das montadoras automobilísticas multinacionais para o Brasil (LARA, 2016), (ROSIN, LEITE, 2019). O presidente Lula, ex metalúrgico e líder do maior partido popular do país, o Partido dos Trabalhadores, e sua sucessora Dilma Rousseff, consideravam a indústria automobilística como o principal motor do desenvolvimento econômico, cedendo enormes desonerações fiscais as montadoras no período da crise econômica global de 2008 (CARVALHO, 2018).

Assim, concluímos que inúmeros governos valorizaram o automóvel como fator determinante para o crescimento econômico e para a acumulação de capital no século XX. Esta opção fundada na indústria automobilística, sedimentou uma visão modernista de cidade, que centralizava a locomoção dos indivíduos em automóveis particulares, desqualificando a mobilidade ativa. Em São Paulo, no ano de 1930, Prestes Maia, o então secretário de viação e obras públicas, apresenta seu ambicioso plano de avenidas, um grande redesenho da cidade, prevendo grandes vias radiais e perimetrais. Esta visão de urbanismo, totalmente alinhada com a tradição norte-americana, vence a disputa política, e impõe a São Paulo um esgarçamento espacial, com a construção de grandes avenidas e a predominância do automóvel como transporte prioritário. (VASCONCELLOS, 2013). O carro transforma-se no centro das intervenções urbanas; com isto, eleva seu status, ganhando uma simbologia de glamour e poder. O símbolo do automóvel infiltra-se em todos os extratos sociais, devido a vigorosas campanhas publicitárias e rearranjos econômicos (LUDD, 2005).

Este cenário de supervalorização social, econômica e política do automóvel, somado às políticas de alargamento das vias carroçáveis e o aumento de mortes de pedestres e ciclistas nos grandes centros urbanos, formam um pano de fundo para a discussão cicloativista em São Paulo.

[5] Morte de ciclistas aumentam 64%. Disponível em: https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/01/20/mortes-de-ciclistas-aumentam-64percent-na-cidade-de-sao-paulo-em-2019-segundo-infosiga.ghtml> . Acesso em: 15 abr. 2020.

O CICLOATIVISMO PAULISTANO

Em 1979 foi fundado o Night Bikers Club do Brasil, pela jornalista Renata Falzoni – um grupo de ciclistas que marcavam encontros noturnos para pedalar na cidade. Este grupo foi o pioneiro, do que, anos depois, viria a ser uma tradição do ciclismo urbano de São Paulo, as pedaladas noturnas na cidade (FALZONI, 2016). Os ciclistas se encontravam na área nobre da cidade, o bairro do Itaim Bibi, para pedalar em grupo, formando uma nova classe de ciclistas paulistanos, os ciclistas de classe média e classe alta, altamente escolarizados e das regiões nobres da cidade.

Já nos anos 2000, alguns ciclistas, em decorrência dos atos antiglobalização, iniciaram um encontro todas as últimas sextas-feiras do mês, em um pequeno canteiro central, na esquina da Avenida Paulista com a Rua da Consolação (importante centro financeiro da cidade), para realizar a "*bicicletada*", diferente dos outros passeios ciclísticos, com controle organizacional e rota definida com a prefeitura, a *bicicletada* é uma *"coincidência organizada*", seria como se todos os ciclistas que fizessem parte do grupo resolvessem se locomover de bicicleta ao mesmo tempo, para o mesmo lugar, causando um incômodo na circulação da cidade, já que ela não está preparada para esta grande quantidade de ciclistas. Esta é uma tática de manifestação política anarquista iniciada nos Estados Unidos, conhecida como "critical Mass". (LUDD, 2005)

Ao longo do tempo, estes cicloativistas consolidam simbolicamente este espaço, batizando-o de "*praça do ciclista*", gestando um novo lugar de concentração política na cidade. Diferentemente dos outros lugares de concentração política existentes na Avenida Paulista – o vão-livre do MASP (Museu de Arte São Paulo) e a calçada da FIESP (Federação das Indústria de São Paulo), o primeiro um tradicional espaço das grandes manifestações e plenárias de sindicatos e partidos e o último reconhecido pelas pautas conservadoras, nacionalistas e neoliberais – na praça do ciclista concentram atos autônomos e com grande horizontalidade de demandas e de lideranças. Atos do MPL (movimento do passe-livre) pela diminuição do preço da passagem, atos LGBTT+, atos feministas, indígenas, antifascistas e anticapitalistas utilizam este espaço para concentração para manifestação de rua.

Neste sentido, os cicloativistas paulistanos iniciaram uma nova simbologia no ato de andar de bicicleta, transformando o deslocamento por bicicletas em ação política e organizando um novo discurso de transformação territorial baseado em duas premissas: a utilização das

bicicletas como meio de transporte e o sistema viário como possibilidade de lazer e esporte. Com este novo discurso, a partir das ações na praça do ciclista, os cicloativistas criaram ONG's (Ciclocidade, Instituto CicloBR, Bikeanjo); Grupos regionais (CicloZN, Bike Zona Sul); Coletivos (Pedal verde, Pedalinas) e redes virtuais de associação de ciclistas.

Juntando o crescimento da discussão sobre a utilização de bicicletas em São Paulo com o fenômeno das grandes manifestações que ocorreram no país em 2013, conhecidas como as "jornadas de junho", a discussão sobre mobilidade urbana ganha força popular no Brasil. Como resposta a esta demanda, o então prefeito de São Paulo Fernando Haddad (Partido dos Trabalhadores) implementa um aumento significativo das ciclovias e ciclofaixas na cidade, ampliando a rede de 63 para 468 quilômetros (ROSIN, LEITE, 2019).

DISCUSSÃO

A pesquisa propõe, em seu polo morfológico (BRUYNE et. al., 1977), a investigação de três escopos: (I) sistema viário e meio de transporte; (II) a análise da formação de lugar e a apropriação popular do espaço urbano em São Paulo; (III) O papel do cicloativismo paulistano na elaboração das políticas públicas na cidade de São Paulo.

I) Sistema Viário e Meio de transporte

Envolve a revisão bibliográfica dos projetos viários que originaram a divisão socioespacial paulistana. Será examinada a concepção teórica do espaço intraurbano (VILLAÇA, 2011), a análise dos projetos políticos de mobilidade urbana (VASCONCELLOS, 2013), e relação da evolução tecnológica dos meios de transporte e seus impactos no sistema viário.

II) Formação de lugar e apropriação do espaço urbano

Confrontaremos o pensamento de diversos autores a fim de reconhecer os fundamentos teóricos que sustentam a lógica empírica do fenômeno "constituição do lugar", a ser investigado.

Os elementos espaciais da praça do ciclista fundam-se com os elementos simbólicos, formando uma compreensão totalizante do espaço.

A complexidade da Avenida Paulista, enquanto ponto de concentração de manifestações políticas, trará a riqueza das múltiplas visões de mundo conflitantes no mesmo espaço.

Reconhecendo o lugar como espaço de solidariedade (CASTELL, 2013).

III) O papel do cicloativismo na elaboração de políticas públicas

O resgate do histórico do movimento cicloativista, a partir do estudo das bibliografias referentes ao tema, apresentarão um leque de propostas, visões de mundo, interações dos ativistas com empresas e poderes políticos. Com estes conhecimentos, poderemos identificar como o governo municipal paulistano (prefeitura Fernando Haddad) respondeu às demandas sociais dos cicloativistas. Tocará ao objetivo deste trabalho uma análise crítica das políticas públicas, reconhecendo seus avanços e seus limites. Para a análise faremos estudos da cartografia da ação social (RIBEIRO, 2013).

Já o polo técnico (BRUYNE et. al., 1977) engloba os seguintes procedimentos: entrevista com cicloativistas para resgatar a memória oral da praça; coleta de informações em redes sociais (facebook, twitter) sobre eventos políticos na praça; reunir matérias jornalísticas e textos das mídias alternativas sobre o cicloativismo; estudos das políticas de mobilidade da cidade de São Paulo; análise de dados quantitativos sobre mobilidade urbana (pesquisa origem destino do metrô de São Paulo, Pesquisa da ONG Nossa São Paulo, Dados do Detran-SP); catalogar as políticas de alargamento de lugares para lazer e convivência na cidade nos anos 2000; distinção dos lugares de cunho político na Avenida Paulista.

CONCLUSÃO

Se anteriormente os defensores do uso da bicicleta em São Paulo organizavam-se em espaços institucionais (câmaras temáticas, partidos políticos, órgãos públicos) (ROSIN, LEITE, 2019), a ocupação e as atividades políticas existentes na praça do ciclista expôs um novo tipo de ciclista (o cicloativista) e ampliou as pautas propositivas em torno da bicicleta na cidade. Nas gestões municipais paulistanas, Gilberto Kassab (2008-2012) e Fernando Haddad (2012-2016), as pautas dos cicloativistas ganharam espaço nas políticas públicas municipais. As bicicletas foram, cada vez mais, incorporadas no sistema viário – ciclo-rotas nos bairros, sistema de bicicletas compartilhadas, bicicletários públicos, aumento exponencial das ciclovias e ciclofaixas; e os espaços viários ganharam novas utilidades – ciclofaixas de lazer nas grandes avenidas nos finais de semana, ruas de lazer, lei de transformação do Elevado João Goulart (Minhocão) em parque.

Reconhecendo que as propostas contra-hegemônicas dos cicloativistas combatem a estrutura das cidades industriais e suas deficiências (LUDD, 2005), elas também sustentam uma nova concepção do urbanismo capitalista. No contexto da acumulação flexível do capital, decorrente das políticas neoliberais dos anos de 1980 e 1990, as cidades adentram em uma nova fase de gerenciamento, passando do administrativismo ao empreendedorismo. Nesta nova concepção de gerência de cidades, devido às políticas de austeridade, o governo federal diminui os recursos financeiros para outros entes federativos, e o poder público local passa a organizar o território para atrair os investimentos privados. São incentivadas as parcerias público-privadas para a requalificação das áreas degradadas e transformar a simbologia da cidade (HARVEY, 2005).

Dentre as opções básicas do empreendedorismo urbano, reconhecemos a divisão espacial do consumo (HARVEY, 2005) como uma possibilidade de relacionar as mudanças acarretadas pela infraestrutura cicloviária e de lazer no sistema viário, a uma qualidade de vida relacionada exclusivamente ao consumo da cidade e da bicicleta, percebida pela valorização imobiliária dos bairros centrais da cidade. Assim, seguimos o clássico subdesenvolvimento com modernização seletiva e não totalizante (ARANTES, 2002).

Portanto, trabalharemos com as seguintes hipóteses: A praça do ciclista corresponde a uma manifestação particular do uso da bicicleta em São Paulo; A participação dos cicloativistas institucionalizados, nas esferas públicas oficiais, foi fundamental para a melhoria da condição do ciclista na cidade, principalmente nas demandas periféricas (ciclovias nas pontes que cruzam as marginais tietê e pinheiro) mas, por outro lado, enfraqueceu a visão anti-hegemônica de sua fase inicial; O aumento do número dos ciclistas na cidade tornou a bicicleta um elemento comum na paisagem urbana das áreas ricas e tecnológicas da cidade, aumentando a complexidade e a diversidade do ciclista urbano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. 3. ed. Petrópolis, Editora Vozes, 2002.

BRUYNE, Paul de et al. Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os polos da prática metodológica. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S/A, 1977.

CASTELLS, Manuel. Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CARVALHO, Laura. Valsa brasileira. São Paulo: Todavia, 2018

FALZONI, Renata. Conheça a história dos night bikers. Youtube, 2016. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=QXZft7PZB6c>. Acesso em: 13 mar 2020.

GEIPOT. Planejamento Cicloviário: Diagnóstico Nacional. Brasília: Empresa Brasileira de Transportes e Trânsito. 2001.

HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005.

LARA, Fernando Luiz. A Arquitetura Moderna Brasileira e o Automóvel: o casamento do século, in Cidade e Movimento: Mobilidade e Interações no Desenvolvimento Urbano (Krause, Balbin & Link, organizers), Brasília: IPEA, 2016, pp. 129-140.

LUDD, Ned (org.) Apocalipse motorizado: a tirania do automóvel em um planeta poluído. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2005.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Cartografia da ação social: região latino-americana e novo desenvolvimento urbano. em: Poggiese, Hector; Egler, Tâmara Tania Cohen (Org.). Otro desarrollo urbano: ciudad incluyente, justicia social y gestión democratica. Buenos Aires: Clacso. p.147-156. 2009.

ROSIN, Lucas. B; LEITE, Cristiana. K. A bicicleta como resistência: o paradigma rodoviarista e o papel do ativismo ciclista no município de São Paulo. 2019. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/metropole/article/view/2236-9996.2019-4609/0>. Acesso em: 27 jul. 2020

VASCONCELLOS, E. A. Circular é preciso, viver não é preciso: a história do trânsito na cidade de São Paulo. São Paulo: Annablume, 1999.

VASCONCELLOS, Eduardo de Alcântara. Mobilidade urbana: o que você precisa saber. São Paulo: Companhia das letras, 2013.

VILLAÇA, F. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Fapesp, 2001

AEROPORTO INTERNACIONAL DE VIRACOPOS E SUA DIMENSÃO LOGÍSTICA NO TERRITÓRIO

VIRACOPOS INTERNATIONAL AIRPORT AND ITS LOGISTIC DIMENSION IN THE TERRITORY

LINHA DE PESQUISA: Projeto, Inovação e Gestão em Arquitetura e Urbanismo

COENTRO, Rita Maria Cunha Leite[1]

SANTOS JR., Wilson Ribeiro dos[2]

PALAVRAS-CHAVE: Aeroporto de Viracopos, Logística, Região Metropolitana de Campinas.

KEY-WORDS: *Viracopos Airport, Logistics, Campinas Metropolitan Region.*

INTRODUÇÃO

O presente artigo discute o estudo das transformações territoriais que vem ocorrendo no entorno do Aeroporto Internacional de Viracopos (AIV). Resulta de pesquisa cuja metodologia baseia-se em uma revisão bibliográfica de autores que tratam de temas interdisciplinares sobre os fenômenos atuais de urbanização em regiões envoltórias de grandes aeroportos internacionais. Tem como objeto de estudo para o desenvolvimento da pesquisa o AIV, cuja ampliação tem fomentado novas questões territoriais, econômicas e sociais resultantes da implementação de um eixo logístico nessa região. A importância dessa dimensão logística verifica-se pelo surgimento de corredores viários, condomínios e centros logísticos em áreas próximas ao sítio aeroportuário. O principal objetivo da empresa administradora do aeroporto é tornar o AIV o maior HUB de carga aérea da América Latina, alimentado pela saturação da infraestrutura aeroportuária do Aeroporto de Guarulhos e pela implantação de diversos modais propostos pelo Governo de São Paulo.

Nos últimos anos o crescimento da carga aérea no Brasil tornou clara a necessidade de criar novas infraestruturas em Aeroportos, com uso de tecnologias avançadas, estratégias

[1] Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo, POSURB-ARQ PUC Campinas, ritacoentro@hotmail.com.
[2] Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, POSURB-ARQ PUC Campinas, wilson@puc-campinas.edu.br

operacionais e monitoramento frequente dos mercados nacionais e internacionais. Sabe-se que o modal aéreo possibilita transporte de quase todo tipo de mercadorias com rapidez e segurança nas entregas, e tem se utilizado de processos logísticos integrados para resolver a sazonalidade da produção e atender mercados com problemas de acessibilidade pelas precárias condições de infraestrutura de transporte ou pelas longas distâncias (PEDRINHA, 2000).

O território aeroportuário possui infraestrutura e atividades operacionais e não operacionais e se relaciona com a região do entorno onde se encontra. Não se caracteriza mais como de uso exclusivo para plataforma de pouso e decolagem, passando a abrigar atividades produtivas e competitivas, nem sempre ligadas diretamente à atividade aeroportuária tais como: clusters, zonas e áreas industriais, polos tecnológicos e centros empresariais que o utilizam como estratégia logística.

Para Morais (2008) aeroportos são “vetores” de crescimento, e apesar dos impactos causados pelas aeronaves quanto a ruído e emissão de gases, a noção de região se reflete aí em repartição do espaço, onde a atuação de órgãos e leis especificas ganham maior importância no contexto municipal e estadual.

Do ponto de vista teórico, para Monié e Silva (2006) o território se mobiliza como instrumento produtivo através do aparecimento de redes de comunicação, e de transporte que promovem uma inserção dos aeroportos na globalização, através de projetos logísticos nacionais, macrorregionais e mundiais. O território, surge aqui como centralidade, com projetos de mobilização de recursos sociais, técnicos e institucionais, que incentivam a produção e consumo por meio da circulação, tornando a logística, em suas várias escalas, protagonista do processo de constituição de um espaço público e produtivo de circulação gerando desenvolvimento do território.

Essa restruturação vem impactando a região transformando o entorno do AIV em um polo logístico industrial, com investimentos em infraestrutura de transporte e estratégias de produção das empresas do comércio exterior, que como contrapartida tem obrigado a administração aeroportuária a realizar investimentos de ampliação e modernização dos Terminal de Carga Aérea para atendimento não só à carga de porão mas aos voos cargueiros regulares semanais inclusive os internacionais.

DESENVOLVIMENTO

A HISTÓRIA DA CARGA EM VIRACOPOS

O sítio aeroportuário do AIV foi escolhido inicialmente como uma alternativa para auxiliar o Aeroporto de Congonhas servindo como alternativa aos aeroportos fechados por condições meteorológicas desfavoráveis, e com a perspectiva de ser o principal aeroporto do Estado de São Paulo antes de 1947, quando o sítio de Cumbica foi definido como mais vantajosa para instalação do novo aeroporto internacional (ROMARO, 2007).

Operacionalmente foram considerados três fatores para a escolha do sitio aeroportuário de Viracopos, a mobilidade urbana devido à integração das rodovias de acesso ao aeroporto, as condições topográficas regulares e as condições meteorológicas e atmosféricas, em que a direção do vento predominante em uma direção com ausência de nevoeiros permite operações de pouso e decolagem durante quase todo o ano (SANTOS,1985).

O AIV em 1950 já representava um polo gerador de riqueza social e econômica, trazendo *status* e empregos para a toda a Região, e o governo do estado de São Paulo através da lei estadual 4.280/57, com o objetivo de orientar o desenvolvimento do aeroporto, altera o nome da estrada que interligava Campinas a Viracopos para “Via Santos Dumont”, sendo esse o principal e único acesso ao aeroporto para passageiros e carga aérea.

Em função do aumento do volume de carga aérea a partir de 1978, a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO) começou a administrar o terminal de cargas e, em 1980, recebeu do Departamento de Aviação do Estado de São Paulo (DAESP) a administração geral do AIV (SANTOS,1985).

Com a inauguração do Aeroporto de Guarulhos em 1986 e com a necessidade de adequar a saturação do tráfego aéreo no Estado de São Paulo, o governo do estado em conjunto com o DAC definiu que o Aeroporto de Congonhas ficaria com a operação da ponte aérea Rio–São Paulo, pelas linhas regionais, táxis aéreos e pela aviação geral, o Aeroporto de Guarulhos e Viracopos com linhas aéreas domésticas, regionais, rede postal, *charters* e linhas internacionais e que linhas aéreas exclusivamente cargueiras operariam somente por Viracopos.

Devido à localização estratégica e excelente condição meteorológica o AIV seguiu sua vocação logística de carga aérea tornando-se na década de 80 um dos principais aeroportos

cargueiros da América Latina, um centro dispersor de carga atendendo os aeroportos de: Memphis, Frankfurt, Luxemburgo, Caracas, Buenos Aires, Miami, México, San Juan, Santiago, Quito, Bogotá, Lima, Montevidéu e Nova York e ainda sendo indicado como alternativa técnica para os Aeroportos da Europa, Ásia, Dakar e Ilha do Sal (INFRAERO, 2007).

Durante sua história, o Terminal de Cargas de Viracopos (TECA) teve suas instalações ampliadas seguindo a demanda, procedendo algumas alterações ao Plano Diretor original com a introdução de obras de readequação e modernização, porém quando o TECA começava a dar sinais de saturação a INFRAERO foi forçada a buscar uma nova localização e instalações mais modernas. Assim, a partir de 2011 foi definida a construção do Complexo Logístico contando com: Terminal de Importação e Exportação, de Carga Viva, de Cargas Restritas e ainda o Prédio de Apoio Logístico.

O FORTALECIMENTO DAS ATIVIDADES LOGÍSTICAS

A “logística territorial” , com a construção ordenada de diversas rodovias, que interligam o Complexo do AIV, a RMC e a Região Metropolitana de São Paulo, estabeleceu no setor rodoviário eixos de circulação, que conectam as diversas regiões e servem também de eixos de passagem pelo território paulista formando uma rede de relações comerciais, de trabalho, moradia e de infraestrutura urbana na Macrometrópole Paulista (AGEMCAMP, 2006).

A logística é um componente necessário para o AIV, uma vez que representa peça chave para atração de investimentos privados globais introduzindo uma multiplicidade de atividades interrelacionadas que impactam nas transformações do território. Com o fortalecimento das atividades logísticas nas proximidades do AIV vários corredores, condomínios e centros logístico tem se consolidado ao longo dos últimos anos, como:

a) O Parque Corporativo Bresco Viracopos - Complexo de condomínio situado no Distrito Industrial Campinas; representa um forte exemplo desses empreendimentos parque corporativo Bresco Viracopos e do hotel Ramada, que ficam em área localizada entre o AIV e o Distrito Industrial. O parque corporativo é um empreendimento da Bresco Investimentos, especialista em terceirização imobiliária (Figura 01).

Figura 01: Parque Corporativo Bresco Viracopos. Fonte: Google Earth, adaptado pela autora.

b) A Ligação Aeroporto - Aglomerado Urbano de Jundiaí (AUJ), que representa um forte polo logístico, formado por sete municípios: Cabreúva, Campo Limpo Paulista, Itupeva, Jarinu, Jundiaí, Louveira, Várzea Paulista, proporcionando fluxos intrametropolitanos de mobilidade associados a aspectos sociais, econômicos, produtivos e tecnológicos que atua, com especial relevância, como estruturador das conexões rodoviárias existentes especialmente das rodovias Anhanguera e Bandeirantes (eixo São Paulo-Campinas).

As possibilidades de acesso ao transporte aéreo de carga e a presença das rodovias continuam atraindo diversas indústrias multinacionais e também setores de logísticas ao AUJ, ampliando a internacionalização da região. Esses novos empreendimentos, instalando-se simultaneamente na região, buscam maior acessibilidade às regiões metropolitanas e ao mesmo tempo induzem ao aumento de veículos nas rodovias, causando novos congestionamentos onde não eram frequentes.

O AUJ possui um parque industrial com mais de quinhentas empresas, entre elas estão gigantes como Renault/Nissan, Frigor Hans, Parmalat, Coca-Cola, Ambev Sifco, Mahle, Siemens, Foxconn, Itautec, Rexam, Akzo Nobel, Fidelity Information Services. As atividades dessas empresas multinacionais, no entanto, vêm sendo implantadas, diferentemente do que ocorria anteriormente, em cidades menores da rede regional de cidades, ampliando o fluxo migratório e imigratório para a Macrometrópole Paulista.

c) O corredor Logístico Viracopos-Campo Limpo Paulista (Figura 02) segue pelo município de Cajamar, através da Rodovia BR- 050 que é uma rodovia federal tendo seu ponto de início em Brasília (DF) e o final em Santos (São Paulo), passando por Goiás, Minas Gerais e São Paulo.

Figura 02: Histórico da área do Corredor Logístico Viracopos-Campo Limpo Paulista. Fonte: Google Earth, adaptado pela autora.

Esse corredor tem fortalecido para a administração aeroportuária do AIV a premissa definida para o Plano Diretor de torná-lo o maior HUB aéreo da América Latina, recebendo grandes aeronaves e distribuindo para o país.

DISCUSSÃO

No âmbito logístico o grande desafio do setor público estadual tem sido o equilíbrio entre a infraestrutura e os serviços logísticos para garantir empreendimentos relacionados ao processamento final de produtos, estocagem, transbordo, além de serviços financeiros, aduaneiros, fiscais e administrativos (ASQUINO, 2009).

Considerando os objetivos do Plano Estratégico do Governo de São Paulo (PAM) 2013-2040, de gerar uma combinação de desenvolvimento territorial sustentável e inclusivo integrados, o AIV foi colocado no eixo de conectividade territorial e competitividade econômica (EMPLASA, 2015).

Nesse contexto, alguns elementos poderão afetar positiva e negativamente o desenvolvimento da logística no complexo aeroportuário do AIV; como pontos fortes a se considerar são: a malha rodoviária com capilaridade e de boa qualidade em relação ao

restante do país, uma demanda crescente de carga e centros logísticos nessa área, a expansão de industrias e serviços, a consolidação de instituições de pesquisa e tecnologia existentes. Como pontos fracos a dificuldade de ampliação do sistema rodoviário ferroviário físico e financeiro, a ausência de um modelo tributário das operações logísticas e saturação dos portos, aeroportos e rodovias. Contudo existem oportunidades quanto à implantação do Trem de Alta Velocidade e trens regionais de carga, maior integração modal com utilização de Plataformas Logísticas Integradas, neutralidade tributária para centros logísticos e armazéns e ainda existem algumas ameaças como o aumento dos custos logísticos, a fraqueza da governança quanto a decisões, inclusive com paralisação dos Planos do Governo de São Paulo por questões políticas ou financeiras, um aumento da emissão de gases (CO2), por conta do aumento nos transportes e ainda uma perda de competitividade entre empresas.

CONCLUSÃO

Nesse artigo procurou-se demonstrar a dimensão logística do AIV através do crescimento das diversas infraestruturas de corredores, condomínios e centros logísticos, que se formam no seu entorno devido à integração de indústrias, serviços e empresas que atuam no comércio internacional e impactam de forma significativa no território. Vale salientar que, segundo MOTA (2019), o aeroporto de Guarulhos, por questões de restrições operacionais, terá sua capacidade máxima esgotada até 2038 gradualmente de 9,9% entre 2020-2030 e 1,1% entre 2030-2041, momento em que ao contrário o Aeroporto de Viracopos estará numa projeção crescente de 43% de 2024-2033 e de 25% de 2033-2038.

Os grandes desafios para a logística são vencer a burocracia excessiva, a necessidade de governança eficiente com políticas pública atuantes a nível nacional e internacional, incentivar parcerias público-privada, e a capacitação da mão de obra e uso de tecnologia a fim de racionalizar os processos.

Este estudo foi financiado em parte pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código Financeiro 001.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGEMCAMP- Agência Metropolitana de Campinas, Estrutura Econômica da Região Metropolitana de Campinas. *Relatório Maio de 2006*. São Paulo, 2006.

ASQUINO, M. S. *Infraestrutura e planejamento na metrópole de São Paulo*: entre as escalas regionais e o impacto local. São Paulo, 2009.

EMPLASA - Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano. *Plano de Ação da Macrometrópole Paulista 2013: 2040* - O futuro das metrópoles paulistas. São Paulo 2015.

NFRAERO - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária. *Plano Diretor do AIV,* Campinas-SP, 2007.

MORAIS, L. R. *Estudo de barreiras acústicas no controle de ruído aeroportuário*. Rio de Janeiro: Tese (Doutorado) em Engenharia Mecânica, UFRJ, 2008.

MOTA.M. Apresentação no Fórum de Aviação Civil. *A importância estratégica do Aeroporto de Viracopos para o desenvolvimento do Estado*, Campinas, 2019.

PEDRINHA, A. *Carga aérea no Brasil:* características gerais do mercado e fatores influentes. Rio de Janeiro: 2000.

ROMARO, M. C. *Os Aeroportos de Guarulhos e de Viracopos*: Análise Crítica de Planejamento e Projeto - Capítulo 4, Campinas, 2007.

SANTOS, R. R. *Aeroportos*: do campo de aviação a área terminal. São Paulo: Ed. Contar, 1985.

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E URBANÍSTICA: APLICAÇÃO NO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PRETO

Land and urban regularization: application in the city of Ribeirão Preto

LINHA DE PESQUISA: Projeto, Inovação e Gestão em Arquitetura e Urbanismo

DOSSO, Taisa Cintra[1]

SILVA, Jonathas Magalhães Pereira da[2]

PALAVRAS-CHAVE: Informalidade urbana; moradia; regularização.

KEY-WORDS: *Urban informality; home; regularization.*

Introdução

A regularização fundiária e urbanística é uma política pública de habitação social que merece atenção, em razão da sua importância para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil, pois se apresenta como uma solução mais humana e menos onerosa aos cofres públicos para a questão do direito à moradia, essencialmente ligada à dignidade da pessoa humana e considerada um dos graves problemas sociais do país.

Cabe notar que, como modelo dominante de territorialização dos pobres nas cidades brasileiras, a consolidação dos assentamentos informais é progressiva, eternamente incompleta e dependente de uma ação do Poder Público. E, nesse contexto, os programas de regularização devem objetivar a integração dos assentamentos informais ao conjunto da cidade, e não apenas o reconhecimento da segurança individual da posse para os ocupantes.

A despeito de todo o aparato legislativo, o avanço dos processos de regularização fundiária tem sido tímido, o que acentua a preocupação, haja vista o grave déficit habitacional existente no país. O tema é atual, visto que a questão constitui o objeto da Lei Federal n.º 13.465, de 11 de julho de 2017, gerando muitos debates institucionais sobre o assunto.

[1] Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo, POSURB-ARQ PUC Campinas, taisacintradosso@gmail.com.
[2] Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, POSURB-ARQ PUC Campinas, jonathas.silva@puc-campinas.edu.br.

Cumpre acrescentar que, com a crise sanitária causada pela pandemia da *Coronavirus Disease 2019* (COVID-19), a preocupação com a moradia da população em situação de vulnerabilidade social restou acentuada, como se observa na Recomendação da Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas (FNA) e do Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico (IBDU), às autoridades judiciárias, para que suspendam todo e qualquer conflito fundiário que culmine na retomada compulsória de imóveis, regulares ou não, utilizados para a moradia de pessoas de baixa renda no Brasil (INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO URBANÍSTICO; FEDERAÇÃO NACIONAL DOS ARQUITETOS E URBANISTAS, 2020).

Nesse diapasão, a construção social do direito à moradia urbana, seja na esfera internacional, seja no âmbito nacional, vem sendo o fundamento maior para a adoção da regularização fundiária como política pública destinada à população de baixa renda. E, partindo de tal conjuntura, saber se o caminho seguido atualmente tem sido profícuo para atender a essa demanda social fundamental, que é o direito a uma moradia, constitui a indagação do presente trabalho.

O objeto de estudo é a regularização fundiária e urbanística no município de Ribeirão Preto, no interior de São Paulo, o qual vem incluindo essa política pública em sua agenda política, avançando tanto na sua regulamentação quanto na sua implementação prática. A última revisão do Plano Diretor, Lei Complementar Municipal n.º 2.866, sancionada em 27 de abril de 2018, trouxe a preocupação com essa política pública em vários de seus dispositivos, considerando a criação, pelo Decreto Municipal n.º 360, de 26 de dezembro de 2017, do Programa de Regularização Fundiária no âmbito do aludido município.

É na análise e discussão desse Programa e da visão da máquina pública acerca dessa política pública, que se investigará a relação entre a base teórica da regularização fundiária e a sua aplicação na prática, buscando identificar, nesse contexto, eventuais entraves e oportunidades nas políticas públicas. Ao final, com base na análise cruzada entre teoria e empiria, busca-se contribuir para a resposta à indagação acerca da proficuidade do caminho que tem sido seguido para atender a essa demanda social fundamental.

A pesquisa realizada pode ser caracterizada como interdisciplinar e sociojurídica, de caráter empírico. O ponto de vista adotado distancia-se do discurso fechado, almejando-se um diálogo entre os campos do saber, com o intuito de realizar uma abordagem interdisciplinar entre o Urbanismo e o Direito. Já o método de abordagem utilizado classifica-se como

qualitativo, investigando-se o uno, a unidade, no caso, a regularização fundiária e urbanística no município de Ribeirão Preto. No geral, a pesquisa analisa os programas de regularização fundiária que já foram implementados na cidade e os produtos dele decorrentes, com o exame da legislação e dos processos administrativos.

A INFORMALIDADE URBANA: UM DESAFIO PARA AS CIDADES BRASILEIRAS

A discussão da regularização fundiária pressupõe a análise e a compreensão do fenômeno urbanístico que a enseja, a saber, a informalidade urbana.

Como uma questão complexa, que atinge não apenas as grandes cidades, mas as médias e pequenas também, a informalidade urbana se apresenta, atualmente, como um dos grandes desafios das cidades.

Segundo Edesio Fernandes (2006, p. 4), não existe propriamente uma “cidade informal”, que se produza totalmente fora do contexto da legalidade, mas sim debates, contextos, diálogos contraditórios, dialéticos e íntimos entre a ordem formal e a ordem informal, entre legalidade e ilegalidade.

Muitas vezes, a informalidade urbana reflete aquilo que não se quer mostrar. São as urbanidades invisíveis, a que se refere Carlos Fortuna (2019), que narra a sua esperança sociológica de contribuir para a existência de uma cidade mais transparente e com menos cegueira urbanística e arquitetônica, sustentando que o que mais alimenta a informalidade urbana é, em primeiro lugar, a incontrolável densificação das periferias da cidade, seguida do ritmo acelerado do crescimento da população urbana.

Em decorrência do próprio crescimento vegetativo da população brasileira, das transformações na agropecuária, da intensificação das migrações internas e da incipiente industrialização, ocorrida a partir da década de 30 do século passado, a expansão do sistema de cidades foi acelerada. Em 1940, a população urbana já representava 31,2% dos residentes do país, mas, até 1960, ela ainda era inferior à população rural. Duas décadas mais tarde, porém, com um aumento considerável da velocidade do crescimento das cidades, o Brasil tornou-se predominantemente urbano. Em 1980, 67,6% dos brasileiros residiam em centros urbanos, e, em 2000, esse número chegou a 81,2%, com a sua concentração em uma elevada e crescente quantidade de centros de vários tamanhos e em algumas grandes aglomerações metropolitanas (CARVALHO, 2006).

Esse crescimento vertiginoso do espaço urbano, que ocorreu na grande maioria das vezes, assim como o modelo de industrialização baseado em baixos salários, impossibilitaram a atuação do Estado frente à escala demandada, o que resultou na não absorção da demanda habitacional nas cidades e, por consequência, na busca de soluções informais para a solução do problema de moradia nos centros urbanos.

É importante considerar que os impactos da pandemia da COVID-19 no urbanismo e na informalidade urbana tornam a vulnerabilidade habitacional mais aparente e colocam, no centro das discussões, as políticas públicas de reurbanização e regularização fundiária e urbanística, a tecnologia social, o conceito de cidades inteligentes, os vazios urbanos e a sua destinação à moradia social.

Nessa perspectiva, a regularização fundiária e urbanística de interesse social é uma proposta que precisa ser incluída nas agendas políticas, como forma de se garantir o direito fundamental à moradia, previsto na Constituição Federal, em seu artigo 6º.

Ao reconhecer a sua concepção pluridimensional e a sua incidência sobre o problema da segregação, Betânia de Moraes Alfonsin (2007, p. 79) traz um conceito consagrado na doutrina sobre essa política pública:

> Regularização fundiária é um processo conduzido em parceria pelo Poder Público e população beneficiária, envolvendo as dimensões jurídica, urbanística e social de uma intervenção que, prioritariamente, objetiva legalizar a permanência de moradores de áreas urbanas ocupadas irregularmente para fim de moradia e, acessoriamente, promove melhorias no ambiente urbano e na qualidade de vida do assentamento, bem como incentiva o pleno exercício da cidadania pela comunidade sujeito do projeto.

É cediço, pois, que a regularização fundiária e urbanística é um instrumento complexo e multidisciplinar, que exige, de todos os envolvidos, além do conhecimento técnico, sensibilidade e senso estratégico para que o seu processo seja exitoso. A crise sanitária evidenciou que a crise de moradia no Brasil seja efetivamente pensada, de forma a mitigar a vulnerabilidade social da população de baixa renda. E, nessa esteira, regularizar os assentamentos informais é uma política pública que se faz cada vez mais necessária e fundamental nas cidades.

]

O PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E URBANÍSTICA NO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PRETO

Assim como muitas cidades brasileiras, Ribeirão Preto sempre apresentou um problema habitacional latente, caracterizado por um crescimento desordenado e por soluções, quando existentes, provisórias ou insuficientes.

O déficit habitacional no município, apontado pela Fundação João Pinheiro, com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é de 21.814 domicílios. O cadastro de demanda, gerido pela Companhia Metropolitana de Habitação (COHAB), registra 62 mil inscritos, com um perfil de renda que varia na seguinte conformidade: até 1 salário mínimo (24% dos inscritos); de 1 a 1,5 salário mínimo (33% dos inscritos); de 1,5 a 2 salários mínimos (18% dos inscritos); e até 3 salários mínimos (14% dos inscritos), o que indica uma situação a ser enfrentada com celeridade e responsabilidade (RIBEIRÃO PRETO, 2019).

Nesse contexto, considerando o advento da Lei Federal n.º 13.465, de 11 de julho de 2017, que dispõe sobre a regularização fundiária urbana e rural no âmbito federal, sobreveio, na sequência, o Decreto Municipal n.º 360, de 26 de dezembro de 2017, instituindo o Programa de Regularização Fundiária no âmbito do município de Ribeirão Preto, cujos objetivos estão elencados em seu artigo 2º:

> Art. 2º. Constituem objetivos da regularização fundiária:
>
> I - identificar os núcleos urbanos informais que devam ser regularizados, organizá-los e proporcionar a prestação de serviços públicos aos seus ocupantes, de modo a melhorar as condições urbanísticas e ambientais em relação à situação de ocupação informal anterior;
>
> II - adaptar as unidades imobiliárias existentes com o ordenamento territorial urbano e constituir sobre elas direitos reais em favor dos seus ocupantes;
>
> III - ampliar o acesso à terra urbanizada pela população de baixa renda, de modo a priorizar a permanência dos ocupantes nos próprios núcleos urbanos informais regularizados;
>
> IV - promover a integração social e a geração de emprego e renda;
>
> V - garantir o direito social à moradia digna e às condições de vida adequadas;
>
> VI - garantir a efetivação da função social da propriedade;
>
> VII - ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes;
>
> VIII - concretizar o princípio constitucional da eficiência na ocupação e no uso do solo;
>
> IX - prevenir e desestimular a formação de novos núcleos urbanos informais;
>
> X - conceder direitos reais, preferencialmente em nome da mulher;
>
> XI - estimular a participação dos interessados nas etapas do processo de regularização fundiária.

Vislumbra-se, ao menos sob o ponto de vista teórico, uma preocupação com a integralidade da regularização fundiária, ou seja, percebe-se, pelos objetivos visados, o atendimento das dimensões jurídica (incisos II, VI e X), urbanística-ambiental (incisos I, VII, VIII e IX) e social (incisos III, IV, V e XI) a que se refere Betânia de Moraes Alfonsin (2007), em seu conceito consagrado na doutrina.

No entanto, somente na análise da aplicação prática do instituto é que será possível averiguar a aplicabilidade ou não de tais objetivos, ou identificar eventuais entraves ou oportunidades na sua efetivação. É na tentativa de implementação da política pública que se buscará legitimar os fundamentos e os princípios que a subsidiam.

DISCUSSÃO E CONCLUSÃO

A inserção da regularização fundiária e urbanística nas agendas municipais, com a sua regulamentação, é o primeiro passo para a sua devida efetivação. Contudo, é na análise das medidas já adotadas, considerando o interregno de mais de dois anos desde o advento do Decreto Municipal n.º 360, de 26 de dezembro de 2017, que se investigará se o caminho que vem sendo adotado no local objeto da pesquisa, no caso, o município de Ribeirão Preto, tem cumprido os objetivos previstos no citado artigo 2º.

A partir do caminho percorrido, buscar-se-á identificar eventuais entraves, mas também potencialidades, na implementação da regularização fundiária no local em estudo.

Nesse sentido, em sede de discussão e conclusão, é possível acrescer considerações para o debate da compreensão da própria extensão do direito fundamental à moradia no Brasil, considerando-se que a pandemia gerada pelo novo coronavírus escancarou a crise sanitária e habitacional onde imperam as desigualdades sociais urbanas do país.

Os assentamentos precários são os espaços mais expostos aos efeitos nocivos da COVID-19. Não há possibilidade de isolamento social e a educação virtual é extremamente limitada. É preciso construir um debate de cidades mais inclusivas, e, nesse contexto, a efetivação da política pública de regularização fundiária se apresenta como uma solução importante.

Como pondera Fortuna (2019), é a complexidade das espacialidades e das temporalidades de um urbano que se move de acordo com geografias e ritmos insuspeitos até pouco tempo atrás que condiciona as práticas sociais que têm lugar nas cidades e que configuram aquela esperança de um entendimento interpretativo transversal e globalizante da cidade.

Modalidade de bolsa de estudo – Taxa Escolar (Modalidade II) do Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições Comunitárias de Educação Superior/Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (PROSUC/CAPES).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALFONSIN, Betânia de Moraes. O significado do Estatuto da Cidade para os processos de regularização fundiária no Brasil. *In*: BRASIL. Ministério das Cidades. Regularização fundiária plena: referenciais conceituais. Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2007.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. Globalização, metrópoles e crise social no Brasil. Revista Eure, Santiago do Chile, v. 32, n. 95, p. 5-20, 2006.

FERNANDES, Edesio. Políticas de regularização fundiária: confrontando o processo de crescimento informal das cidades latino-americanas. Revista Magister de Direito Ambiental e Urbanístico, Porto Alegre, ano I, n. 6, jun./jul. 2006.

FORTUNA, Carlos. Urbanidades invisíveis. Tempo Social, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 135-151, abr. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO URBANÍSTICO; FEDERAÇÃO NACIONAL DOS ARQUITETOS E URBANISTAS. Conflitos fundiários: recomendações em defesa do direito à moradia da população de baixa renda durante a pandemia do novo coronavírus. Brasília, DF: IBDU; FNA, abr. 2020. Disponível em: http://wp.ibdu.org.br/wp-content/uploads/2020/04/Recomenda%C3%A7%C3%A3o-conjunta-IBDU-e-FNA-Suspens%C3%A3o-de-remo%C3%A7%C3%B5es.pdf. Acesso em: 10 jun. 2020.

RIBEIRÃO PRETO (Município). Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto. Potencialidades da habitação de interesse social são apresentadas à construção civil. Portal de Notícias, Ribeirão Preto, out. 2019. Disponível em: https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/portal/noticia/potencialidades-da-habitacao-deinteresse-social-sao-apresentadas-a-construcao-civil. Acesso em: 23 jun. 2020.

PRÉ - FABRICAÇÃO DE SISTEMAS LEVES EM SITUAÇÕES DE FRAGILIDADE SÓCIO ESPACIAL

LOW SYSTEMS PREFABRICATION IN SOCIOESPACIAL FRAGILITY'S SITUATIONS

LINHA DE PESQUISA: Projeto, Inovação e Gestão em Arquitetura e Urbanismo

ROSA, Valdemir Lúcio[1]

LUZ, Vera Santana[2]

PALAVRAS-CHAVE: arquitetura e urbanismo; sistemas leves de pré-fabricação; economia solidária participativa.

KEY-WORDS: *architecture and urbanism; lightweight prefabrication systems; solidarity and participatory economy.*

INTRODUÇÃO

Perante as condições precárias urbanas, onde grande contingente de pessoas convivem com imensa exposição a vulnerabilidades, em espaços autoconstruídos, assentamentos informais, abrigos temporários, cortiços, favelas e na rua, a contribuição deste trabalho é a reflexão sobre possibilidades de implementar ações de enfrentamento da segregação espacial a partir da hipótese de inclusão social pela capacitação em processos colaborativos e solidários - da concepção à fabricação e comercialização comunitária - de sistemas leves de pré-fabricação, na direção de autonomia comunitária em situações de fragilidade socioespacial, em áreas periféricas ou centrais. Pretende-se discutir metodologias e repertórios de componentes construtivos para a qualificação de edifícios habitacionais ou de serviços e infraestruturas locais mediante assistência técnica em processos colaborativos para autoconstrução. Busca-se, através de uma viabilidade factível com soluções de pré-fabricação leve, inserida em bases comunitárias e potencializando a formação técnica e produtiva, configurar subsídios

[1] Mestrando em Arquitetura e Urbanismo, POSURB-ARQ PUC Campinas, vlr.arq@gmail.com.
[2] Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, POSURB-ARQ PUC Campinas, veraluz@puc-campinas.edu.br.

para superação de obstáculos no enfrentamento de desigualdades e fragilidades urbanas, na direção de autonomia e emancipação, em um momento que esse desafio é mundial (DAVIS, 2006).

DESENVOLVIMENTO

Para esta Pesquisa, são consideradas, como base referencial, experiências realizadas pelo coletivo Usina–CTAH (Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado) que, em moldes participativos, concebeu e executou grande volume de unidades habitacionais em situações urbanas e rurais, organizando e promovendo cooperativas de trabalho e a obra de João Filgueiras Lima (Lelé), em função da sua grande colaboração pelo desenvolvimento de possibilidades técnicas muito apuradas, desde o projeto à fabricação e execução de obras com pré-fabricação leve. Estas duas exemplaridades são os fios condutores (FERRAZ; LATORRACA, 2000; LIMA; MENEZES, 2004; LOPES, 2011; VILAÇA; CONSTANTE, 2015) contando, também, com a reflexão sobre determinadas experiências de soluções técnico-construtivas de um dos autores. Tem-se como premissa a necessária aproximação às demandas reais para que os saberes acadêmico, profissional e popular sejam conjugados, através da sistematização de arcabouço teórico em experiências na práxis – tida esta como forma de produção de conhecimento. Acredita-se que disponibilizar procedimentos técnicos alternativos à industrialização pesada - que pressupõe o investimento concentrado de capital - propondo o compartilhamento de sistemas de fabricação leve “ao alcance da mão” (HANAI, 1992), possa contribuir para boas práticas na fabricação, comercialização e no canteiro de obras, compreendendo ações colaborativas e associativas com desdobramento na relação entre as demandas sociais e a cadeia produtiva. Os processos urbanos de estratificação e luta pela reforma urbana contam com vasta literatura desenvolvida a partir de autores que têm se debruçado sobre o problema (KOWARICK, 1979; VILAÇA, 2012; MARICATO, 2011; ROLNIK, 2003; BONDUKI, 1992, 2018), cuja invstigação teórica respalda a demanda apontada, bem como estudos contemporâneos sobre a condição sistêmica de periferização crescente das cidades acrescentam visões sobre a urgência da ação (DAVIS, 2006) e teorias contemporâneas que apontam possibilidades de direito à voz e autodeterminação de populações e comunidades (SANTOS, 2010). A hipótese de implementação de processos colaborativos de economia em bases solidárias constituem arsenal fundamental em Singer (2002).

DISCUSSÃO

O trabalho sério e engajado do coletivo Usina - CTAH avançou muito em suas experiências e, mais do que isso, a consolidação no tempo tem comprovado sua eficácia e amplitude. A utilização de processos construtivos racionalizados, cuja opção consciente a partir de técnicas convencionais - estruturas leves de aço para escadas e gabaritos de altura e blocos cerâmicos estruturais, que resultam em peso do material 50% mais leve com relação aos blocos de concreto – são fatores que, pensando no processo de mutirão, são bastante significativos. A organização do Usina-CTAH e os processos de administração e gestão estão apoiados em recursos públicos destinados a entidades civis organizadas, justos e necessários para o financiamento compatível com anseios populares em contrapartida aos financiamentos empresarias que demandam volume maior de recursos. O que temos é qualidade do projeto de arquitetura e implantação urbana e rural com decisões concebidas de forma participativa, com todas as dificuldades e surpresas inerentes, que os participantes destes processos conhecem, envolvendo a gestão colaborativa de anseios e desejos dos moradores, futuros usuários, discussões cuidadosas sobre o uso e apropriação dos espaços e uma forma de produção de capital que estará disponível durante o uso e como valor de mercado agregado, futuramente, o que no mais das vezes pode gerar tensão entre direito à moradia e acumulação de pequena reserva financeira, entre outros conflitos.

A obra de João Filgueiras Lima, pela dimensão com respeito a possibilidades técnicas de concepção, projeto, fabricação e realização em sistemas leves de pré-fabricação foi resultado de um longo processo de evolução partindo de diversos materiais desde sua chegada à construção de Brasília, em 1957, evoluindo do concreto à argamassa armada e a componentes metálicos leves. A execução de obras em grande escala com considerável volume de concreto deu início a suas preocupações com o peso e a demanda de madeira para as formas; o desafio o levou a pensar soluções adequadas para atender a diferentes programas, desde alojamentos e instalação dos canteiros, racionalizando os processos com madeira. Inicia com peças pré-fabricadas de concreto armado executadas no canteiro de obras, conhece as experiências do leste europeu e avança na pesquisa de outros materiais, entre eles a argamassa armada, que vai introduzindo paulatinamente nos projetos em um convívio com o concreto armado, em projetos individuais e na RENURB - Companhia de Renovação Urbana de Salvador, entre 1978 e 1982, a partir da experiência da Escola Rural de Abadiânia em 1982. Vai, em 1984, instalar projetos em argamassa armada na linha de

produção com a Fábrica de Escolas e Equipamentos Urbanos, no Rio de Janeiro, de 1984 a 1986. Retorna a Salvador de 1985 a 1989, com a FAEC - Fábrica de Equipamentos Comunitários e avança na pré-fabricação em argamassa armada e, posteriormente, elabora importante repertório a partir de componentes metálicos.

No período da Graduação, iniciamos o caminho da pré-fabricação, após contato com João Filgueiras Lima no ENEA – Encontro Nacional de Estudantes de Arquitetura - em 1983 - primeiro após a Ditadura, em Brasília. Neste ano ocupamos a presidência do CAFAU –Centro Acadêmico da Faculdade de Arquitetura da PUC-Campinas e a Executiva Nacional dos Estudantes de Arquitetura[3]. Após uma série de investigações e pequenas obras pré-fabricadas com a técnica da argamassa armada, temos a oportunidade de participar de uma experiência que consideramos um marco na trajetória, classificada como antes e depois dessa vivência: o convite em 1991, para participar da FAC - Fábrica da Associação Comunitária, em Campinas/SP, que surge da vontade de implantar uma fábrica autônoma com relação ao poder público, mas com o controle de comunidades, operando sem fins lucrativos, tendo como proposta a criação de um centro de pesquisa orientado para produção de pré-fabricados em argamassa armada, em moldes participativos, para habitação, equipamentos públicos e comunitários a serem destinados à urbanização geral e de favelas. Como agente fundador, a organização não governamental ACA - Associação Comunitária de Autogestão[4] convida o, arquiteto João Filgueiras Lima que, em 1990, aceita a proposta de coordenar a fábrica. No processo de produção, na operação de rotina, a função de treinamento dos operários tem possibilidade de avanços, mas é limitada - não bastava para a empreitada que vislumbrávamos à frente. Havia uma missão, que estava na ação antes da operação produtiva regida pela necessidade: havia um sentimento filosófico, anterior ao trabalho produtivo e econômico, neste caso misturado com a ação social da FAC e do programa da primeira obra - atender a Cooperativa Educacional de Jundiaí - Colégio Paulo Freire[5] (Figura 1).

[3] Dada a metodologia da Pesquisa, neste trecho o discurso necessita ter caráter pessoal.
[4] Esta ONG teve o seu nascimento como Associação de Compras Comunitárias em 1981; posteriormente passou a se denominar ACA - Associação Comunitária de Autogestão no município de São Bernardo do Campo, a partir dos processos de greve dos metalúrgicos. Finalmente, se instalou em Campinas, com o nome de Associação Comunitária.
[5] "Cheguei. Vi. Perguntei. Espantei-me. Gostei. Voltarei." Paulo Freire. O Colégio Paulo Freire foi fundado em 1993, por iniciativa de um grupo de pais que desejava uma educação em perspectiva freireana para seus filhos. Inicialmente administrado por funcionários do Banco do Brasil, o Colégio Paulo Freire tornou-se uma entidade aberta, que recebe famílias interessadas em oferecer uma educação diferenciada e de qualidade para seus filhos. O nome da Escola foi autorizado por seu patrono, Paulo Freire que, em visita realizada em novembro de 1995,

Figura 1: Fábrica da Associação Comunitária (FAC - Campinas) e montagem da obra Cooperativa Educacional de Jundiaí/Colégio Paulo Freire, 1993 (esquerda). Pátio do Colégio Paulo Freire, 25 anos após a inauguração, 2018 (direita). Fonte: o autor.

Havia a sensação de que o cronograma bem organizado - com eventos e operações definidas - não seria suficiente, pois os trabalhadores deste grupo, envolvidos principalmente pela questão do emprego e sua relação imediata financeira, precisavam ser alimentados não só pelo trabalho produtivo/econômico. Inicialmente regeu-se pela realidade objetiva do processo, partindo da reprodução das ações e movimentos, para em seguida avançar para o pensamento e análise de como se desenvolviam as operações. Precisávamos instigar e provocar os trabalhadores para que suas sugestões no processo de trabalho surgissem. Em certos momentos vislumbrou-se que foi possível, para alguns trabalhadores, uma ação mista em que trabalho concreto passava pelo trabalho abstrato (pensar) e retornava ao trabalho concreto, traduzido pela operação prática, que era analisada e repensada também no desenho para retornar à produção objetiva; tentava-se neste ciclo descolar, por um hiato, do trabalho econômico/objetivo e necessário, para que a abstração pudesse aparecer independentemente do modo de produção capitalista, que não permite a liberdade do indivíduo para compartilhar o seu saber acumulado, como já enunciara Ferro (1982), em que a arquitetura, instrumentada, passa a ser um braço do capital, submetendo o corpo do operário a uma ação sem causalidade consciente.

A análise crítica de elementos realizados em ensaios projetuais do autor se articula a este estudo, na investigação de processos realizados e suas possibilidades de desenvolvimento, como exemplos de estudo de caso à sistematização pretendida, visando contribuir para um

disse a frase acima citada. Infelizmente Paulo Freire não voltou, já que faleceu dois anos depois. Fonte: Cooperativa Educacional de Jundiaí. Disponível em:<http://www.paulofreirejundiai.com.br/quem-somos2/>. Acesso em: 15 jul. 2020.

corpus teórico-prático aplicável, em situações de demandas reais e no ensino acadêmico participativo (Figura 2). A experiência de vários anos em confecção de sistemas leves de fabricação para usos e circunstâncias diversas de contexto, indicou que essas técnicas podem ser uma contribuição efetiva no campo da demanda popular por habitação e infraestrutura de qualidade, com possível articulação a processos de organização comunitária para autonomia, perante a pressão da demanda não atendida por provimento do Estado. Esse pressuposto implica na possibilidade praticamente imediata de inserção social, podendo ser, em médio prazo, incorporado, como hipótese de incremento tecnológico viável, aos sistemas de oferta dos materiais de construção em estabelecimentos de pequeno ou médio porte.

Figura 2: Processo de produção em pequena fábrica (esquerda). Montagem na obra de elementos modulares em argamassa armada para fechamento de laje de piso (direita). Fonte: o autor.

CONCLUSÃO

A concepção de peças até o produto final, cujo potencial no mundo real da construção civil mantém-se como uma promessa, estabelece como necessária a participação efetiva dos arquitetos e urbanistas em aliança estreita com a indústria da construção civil frente à imensa demanda, o que compreende a inserção do ensino, nesse campo.

A possibilidade de investigar sistemas leves de pré-fabricação para situações de fragilidade socioespacial pode levar, além do arranjo total em uma só localização, à constituição de unidades móveis de produção permitindo intercâmbio entre comunidades, com o deslocamento completo da unidade de produção ou das formas para moldagem de determinados produtos, de forma associativa, potencializando a atuação, com o território indicando as necessidades, e o modo de operar com ideias e soluções em conjunto com a academia, no ensino de arquitetura e do urbanismo, onde práticas experimentais levem a uma distribuição de saberes, dialogando com a práxis de forma expansiva e coletiva para que a necessária ação social se constitua, como aprendizagem compartilhada.

Este trabalho foi financiado em parte pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código Financeiro 001.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BONDUKI, N. Habitação e autogestão: construindo territórios de utopia. Rio de Janeiro: FASE, 1992.

BONDUKI, N. (Org.). A luta pela reforma urbana no Brasil: do Seminário de Habitação e Reforma Urbana ao Plano Diretor Estratégico de São Paulo. São Paulo:

Instituto Casa da Cidade, 2018.

DAVIS, M. Planeta Favela. São Paulo: Boitempo, 2006.

FERRO, S. O canteiro e o desenho. São Paulo: Editora Projeto, 1982.

FERRAZ, M. C.; LATORRACA, G. João Filgueiras Lima, Lelé., São Paulo: Instituto Lina Bo e P.M.Bardi/Blau. Lisboa: 2000.

HANAI, J. B. de. Construção de argamassa armada: fundamentos tecnológicos para produção e tecnologia. São Paulo: PINI, 1992.

KOWARICK, . A espoliação urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LIMA, J. F.; MENEZES, C. O que é ser arquiteto: memórias profissionais de Lelé (João Filgueiras Lima). São Paulo: Record, 2004.

LOPES, J. M. de A. Sobre arquitetos e sem-tetos: técnica e arquitetura como prática política. Tese (Livre-docência), Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2011.

MARICATO, E. Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana. São Paulo: Vozes, 2011.

ROLNIK, . A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. (3ª Ed.). São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 2003.

SANTOS, B. de S. Um discurso sobre as ciências. São Paulo: Cortez, 2010.

SINGER, P. Introdução à economia solidária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

VILLAÇA, F. Reflexões sobre as cidades brasileiras. São Paulo: Studio Nobel, 2012.

VILAÇA, Í.; CONSTANTE, P. Usina: entre o projeto e o canteiro. São Paulo: Aurora, 2015.

A SUSTENTABILIDADE DO TRANSPORTE PÚBLICO DE VINHEDO: UMA PROPOSTA DE INDICADORES PARA O FORTALECIMENTO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA E DO CONTROLE SOCIAL

The sustainability of public transportation in Vinhedo: a proposal for indicators to strengthen democratic management and social control

LINHA DE PESQUISA: Projeto, Inovação e Gestão em Arquitetura e Urbanismo

MACEDO, Vinícius Silva de[1]

SAMORA, Patrícia Rodrigues[2]

PALAVRAS-CHAVE: Indicadores; mobilidade urbana; participação social.

KEY-WORDS: *Indicators; urban mobility; social participation*

INTRODUÇÃO

O termo sustentabilidade é amplo e permite diversas interpretações. Capaz e Nogueira (2014) relembram que a origem da palavra "sustentabilidade" remete ao latim "*sustentare*" que em nosso idioma está associado aquilo que se mantém, que se sustenta. Entre diversos textos escritos sobre o tema, observamos que tal termo comumente vem acompanhado de ideias, princípios e diretrizes, quando não associados a outros termos como "desenvolvimento sustentável", "sustentabilidade hídrica", "sustentabilidade urbana" etc como é o caso da definição trazida pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1987 através do denominado Relatório Brundtland na qual define que "desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades" (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO

[1] Mestrando em Arquitetura e Urbanismo, POSURB-ARQ PUC Campinas, vncmacedo@gmail.com.
[2] Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, POSURB-ARQ PUC Campinas, patricia.samora@puc-campinas.edu.br.

AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988).

Após passar por algumas reformulações como a Agenda 21 em 1992 e os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM) em 2000, o Relatório Brundtland assume sua nova forma em 2015, e que se mantém até os dias atuais, denominado de Agenda 2030 onde se consolida em 17 objetivos, também chamados de Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) na qual engloba diversos temas como agricultura, desigualdade social, segurança, direitos, política, educação, saúde, meio ambiente, economia, mobilidade urbana etc (ONU BRASIL, 2015).

MOBILIDADE URBANA

A mobilidade urbana se apresenta como um termo de caráter interdisciplinar e novo, ganhando força no Brasil após a promulgação da Lei federal nº 12.587 de 2012, também denominada de Política Nacional de Mobilidade Urbana que tem como um dos principais objetivos a busca de uma mobilidade urbana mais equitativa, estabelecendo como prioridade os modos de transporte não motorizados sobre os motorizados e dos serviços de transporte público coletivo sobre o transporte individual motorizado (BRASIL, 2012) de maneira que reconhece as diferenças do uso de espaço entre os diferentes meios de deslocamento.

Carvalho (2016) amplifica e sintetiza o conceito de mobilidade urbana adjetivando-o como termo “sustentável” formulando o conceito de “mobilidade urbana sustentável” como a promoção do equilíbrio da satisfação das necessidades humanas através do equilíbrio entre a oferta adequada entre os bens e serviços e da demanda da população de maneira a mitigar os impactos ambientais causados. O autor entende que sobre este conceito, existem 3 abordagens implícitas: a ambiental (sustentabilidade ambiental), a econômica (sustentabilidade econômica) e a social (justiça social) (Figura 1).

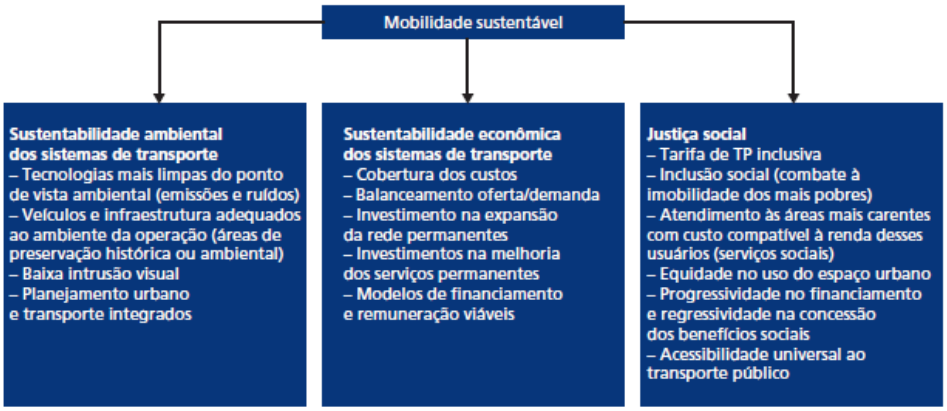


Figura 1: Dimensões da mobilidade urbana sustentável Fonte: Carvalho, 2016, p. 17

Tendo em vista que nosso trabalho fará uma abordagem da temática “mobilidade urbana” sob o ponto de vista da equidade e da justiça social, entendemos que a abordagem social, não só visa cumprir a função social que a mobilidade urbana possui, como também é o mais importante deste tripé, uma vez que abrange aspectos relevantes da garantia do direito à cidade como o transporte público urbano e a participação social através da gestão democrática.

O presente trabalho apresenta os resultados parciais da análise do Plano de Mobilidade Urbana de Vinhedo (2018), tendo em vista os objetivos da Política Nacional de Mobilidade Urbana (BRASIL, 2012), conforme segue.

DESENVOLVIMENTO

O município de Vinhedo foi escolhido como recorte territorial da pesquisa a partir da experiência do autor no acompanhamento das reuniões dos conselhos municipais (Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, Conselho Municipal de Políticas Urbanas e Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência), das audiências e reuniões públicas (audiência pública do transporte público, audiência pública do plano de mobilidade urbana e audiências e reuniões públicas do plano diretor de Vinhedo) e consequentemente estar inserido na realidade cotidiana dos temas que acercam esta pesquisa como mobilidade urbana, transporte público e planejamento urbano.

No tocante a macro realidade do município, Vinhedo possui aproximadamente 80 mil habitantes e está inserido na região metropolitana de Campinas, região esta que atualmente passa pelo desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI). Já no tocante a sua micro escala, Vinhedo passa atualmente por vários processos conturbados como a revisão do seu plano diretor, denominado por Plano Diretor Participativo de Vinhedo (PDPV), de seu Plano de Mobilidade Urbana e do novo contrato de concessão do transporte público urbano com data de renovação, anteriormente prevista para novembro de 2019 e que foi adiada para maio de 2020. Por estar inserido ainda em uma região metropolitana, o município possui uma dupla divisão política na gestão da mobilidade dos munícipes que se deslocam de ou para Vinhedo em razão da Empresa Metropolitana de Transporte Urbanos (EMTU) ser responsável pelo transporte público metropolitano nesta região.

OBJETIVOS E METODOLOGIA

O objetivo geral desta pesquisa é medir a sustentabilidade do transporte público urbano e metropolitano do município de Vinhedo e propor mais subsídios técnicos, de preferência didáticos à população, para que possam compreender as influências diretas e indiretas que afetam o transporte público e empoderar o cidadão na busca por maior voz e participação nas discussões sobre o direito à cidade e a participação democrática conforme as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana (BRASIL, 2012).

O método proposto como forma de medição não se resume somente sobre o objeto, no caso, o transporte público (ônibus), mas também sobre o planejamento e a coordenação do poder público que é o principal responsável pela regulação, fiscalização e intermediador dos interesses entre a iniciativa privada e a população.

O levantamento de dados e informações foi feito através de índices que tiveram como principal referência aqueles propostos pelo Índice de Mobilidade Urbana Sustentável (IMUS) proposto por Costa em 2008, que tinha por objetivo medir a sustentabilidade da mobilidade urbana do município de São Carlos (COSTA, 2008).

Do total dos 87 indicadores que foram propostos pelo IMUS, foram selecionados 24 daqueles que acreditamos que teriam alguma influência, seja de maneira direta ou indireta, na qualidade do transporte público ofertado como por exemplo o planejamento urbano, o planejamento da mobilidade urbana do município, as instituições que asseguram a participação social, a composição e o nível de formação da equipe técnica e dos coordenadores/gestores públicos etc. Desses 24 indicadores, foram ainda propostos outros 8 pelo autor por entender que o IMUS não abrange na sua plenitude aquilo que se pretende avaliar neste trabalho, compondo então um quadro total de 32 indicadores que foram posteriormente sintetizados num quadro final de 23 indicadores.

Os indicadores propostos para a metodologia deste trabalho podem ser divididos em três níveis: indicadores relacionados ao planejamento da mobilidade urbana do município (1º nível) na qual estão sob a responsabilidade do poder público; indicadores relacionados ao planejamento territorial e a gestão dos fluxos (2º nível), estando também sob a responsabilidade do poder público; e os indicadores de 3º nível que, ou estão sob a responsabilidade da iniciativa privada, ou refletem a interação entre o poder público e a sociedade civil.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dos 23 indicadores selecionados neste trabalho, compõem os indicadores de 1º nível o "plano de mobilidade urbana" "a quantidade, o nível e a capacitação dos técnicos e gestores" e a "informação disponível ao cidadão" sendo, provavelmente, o Plano de Mobilidade Urbana o de maior relevância pois é este o documento que deverá traduzir as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, bem como realizar um diagnóstico municipal a fim de compreender as dinâmicas do planejamento territorial, dos fluxos urbanos e metropolitanos, as demandas e as inequidades sociais que o próprio plano tem por obrigação em atender e reduzir respectivamente.

Atualmente, a gestão pública do Município de Vinhedo, não possui um órgão central de mobilidade urbana, que normalmente é feita através das secretarias municipais de mobilidade urbana. Essa temática é dividida hoje na diretoria de urbanismo da Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo (SEMAURB) e na diretoria de transporte e trânsito da Secretaria de Transportes e Defesa Social (SETRANDES) na qual os responsáveis pelas diretorias apontaram, através do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC), não possuírem nenhuma formação acadêmica de nível de graduação ou acima.

Em relação ao Plano de Mobilidade Urbana de Vinhedo (PMUV) (VINHEDO, 2018), a SEMAURB foi a responsável por conduzi-lo ao longo de 2 anos (2018-2019) onde sua análise pode ser feita sob dois aspectos: técnicos e políticos.

Sob o ponto de vista técnico, assinam como membros da "equipe técnica do plano de mobilidade urbana" onze pessoas. Através da solicitação de nº 59/2020, constatou que cinco deles não possuem formação acadêmica afim a área de mobilidade urbana (Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo ou Ambiental). As formações apresentadas pelos cinco profissionais da equipe técnica foram: ciências biológicas, técnico em contabilidade, tecnologia em gestão pública, direito e engenharia de produção.

Sobre o conteúdo dos planos de mobilidade, a Política Nacional de Mobilidade Urbana (PNMU) (BRASIL, 2012) exige um conteúdo mínimo, estando em sua maioria exemplificada em seu artigo 24 através de 11 itens. Em uma análise técnica do PMUV observou que somente um dos onze itens foi perfeitamente contemplado (sistemática de avaliação, revisão e atualização periódica do Plano de Mobilidade Urbana em prazo não superior a 10 anos). A maioria dos 11 itens (sete) foram contemplados apenas parcialmente enquanto que 3 deles

(operação e o disciplinamento do transporte de carga na infraestrutura viária; polos geradores de viagens; e mecanismos e instrumentos de financiamento do transporte público coletivo e da infraestrutura de mobilidade urbana) não foram sequer mencionados.

Em relação a participação social, o PMUV ignorou o artigo 15 da PNMU na qual exige a participação da sociedade civil em todas as etapas de elaboração do plano. Conforme se observou, o Poder Executivo ignorou leis municipais vigentes como o regimento interno do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA) e o Conselho Municipal de Políticas Urbanas (CMPU) já que o projeto de lei não foi apresentado aos conselheiros municipais para que dessem seus pareceres conforme assim é determinado.

Por fim, notou-se que o PMUV, além de não cumprir com os requisitos mínimos da PMNU, está muito distante dos princípios da mobilidade urbana ignorando os aspectos da justiça social, uma vez que carece de dados mínimos para se realizar um diagnóstico preciso do município a fim de identificar as inequidades sociais e as demandas populacionais através de seus fluxos urbanos e metropolitanos; e ignora os princípios da participação democrática ao desconsiderar os pareceres dos conselheiros que compõem os órgãos colegiados já mencionados.

CONCLUSÃO

Conforme foi visto no PMUV, o documento mais importante da temática de mobilidade urbana municipal, o plano carece de dados básicos e não apresenta o conteúdo mínimo exigido pela PNMU. Dessa forma, a política municipal de mobilidade urbana em Vinhedo demonstra estar ainda muito distante daquela preconizada pela Política Nacional, muito provavelmente pela falta de compreensão, daqueles que se apresentam como “técnicos do plano de mobilidade urbana de Vinhedo”, do que realmente seja uma Política Municipal de Mobilidade Urbana Sustentável.

AGRADECIMENTOS

Este estudo foi financiado em parte pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)[3] e pela PUC Campinas[4].

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei Federal nº 12.587 (Política Nacional de Mobilidade Urbana), de 3 de janeiro de 2012a. Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; revoga dispositivos dos Decretos-Leis

nos 3.326, de 3 de junho de 1941, e 5.405, de 13 de abril de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nos 5.917, de 10 de setembro de 1973, e 6.261, de 14 de novembro de 1975; e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12587.htm>. Acesso em 14 maio de 2020.

CAPAZ, R.S.; NOGUEIRA, L. A. H. Ciências ambientais para engenharia. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2014

CARVALHO, C. H. R. Mobilidade urbana sustentável: Conceitos, tendências e reflexões. Brasília, DF: IPEA, 2016. (Texto para discussão)

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Nosso futuro comum. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1988.

COSTA, M. S. Um índice de mobilidade urbana sustentável. 2008. Tese (Doutorado em Planejamento e Operação de Sistemas de Transportes) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2008.

ONU BRASIL. Transformando nosso mundo: A Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. [s.l.]: [s.n.], 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 14 maio de 2020

VINHEDO. Minuta do Plano Municipal de Mobilidade Urbana de Vinhedo, de 2018 (Projeto de Lei Complementar nº 2 de 2019). Disponível em: < https://www.vinhedo.sp.gov.br/download/2018-plano-de-mobilidade-urbana/> Acesso em 12 de junho de 2020

REALIZAÇÃO

PUC CAMPINAS | CEATEC | POSURB-ARQ